Milena Mascarenhas Solange da Silva Portz Valdir Gregory
(Organizadores)

Lugares de Memória

Atena Editora
Ano 2022

Milena Mascarenhas Solange da Silva Portz Valdir Gregory

(Organizadores)

Lugares de Memória

Atena Editora

Ano 2022

CIÊNCIAS
HUMANAS
E SOCIAIS
APLICADAS

Atena
Editora
Ano 2022

Lugares de memória

Diagramação:	Natália Sandrini de Azevedo
Correção:	Maiara Ferreira
Indexação:	Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão:	Os autores
Organizadores:	Milena Mascarenhas Solange da Silva Portz Valdir Gregory

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L951 Lugares de memória / Organizadores Milena Mascarenhas, Solange da Silva Portz, Valdir Gregory. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0167-4
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.674221104

1. Histórias de lugares e tempos. I. Mascarenhas, Milena (Organizadora). II. Portz, Solange da Silva (Organizadora). III. Gregory, Valdir (Organizador). IV. Título.

CDD 398.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

APRESENTAÇÃO

Este livro foi concebido e construído com a finalidade de discutir *Lugares de Memória,* e aborda aspectos relacionados à memória em contexto de fronteiras, organizado e estruturado em oito capítulos. Os capítulos que o compõem são oriundos de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e outras instituições, e estão voltados para um debate a respeito de memórias, patrimônio e territorialidades da região conhecida como Tríplice Fronteira.

Os conteúdos contemplam dados e narrativas que se relacionam com a história da região trinacional situada nos entornos de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e da região metropolitana de Ciudad del Este na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai respectivamente. Considerando que, dentre os aspectos fronteiriços, estão as línguas portuguesa e espanhola, principalmente no cotidiano deste espaço, optou-se por manter citações em espanhol sem as suas traduções.

O primeiro capítulo trata do Patrimônio Cultural no Mercosul e lança olhares na direção da cultura além-fronteira, identificando referências culturais compartilhadas por diferentes Estados na perspectiva de um projeto de integração regional. Vê-se o debate sobre o papel da cultura como estratégia para a integração cujo o intuito é vislumbrar uma identidade comum dentro do Mercosul, visando promover um sentimento de pertencimento para a formação de uma cidadania regional. O patrimônio cultural emerge como uma categoria importante para a reflexão dos processos sobre as medidas de valorização das representações do passado, através das ações voltadas para a preservação de bens culturais compartilhados entre os países parceiros.

O segundo capítulo foca nas migrações, abordando as políticas sobre terra e colonização na perspectiva do processo de nacionalização da fronteira externa (separação entre nações) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente na faixa de fronteira das províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG) nos séculos XIX e XX. A pesquisa ainda foca na comparação e na transnacionalidade, buscando a compreensão das semelhanças, diferenças e conexões na invenção de nacionalidades de origem europeia para integrar a fronteira aos Estados Nacionais em questão.

O capítulo três tem a proposta de apresentar memórias construídas sobre um personagem que viveu na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina no final do século XIX e início do século XX. Os estudos sobre Moisés Santiago Bertoni emergem de documentação constituída por ele mesmo e por obras diversas produzidas a seu respeito. O texto discute a construção de memórias que fazem parte de um variado leque de lembranças e permite

conhecer o processo de construção de memórias sobre a Tríplice Fronteira.

O quarto capítulo estuda as culturas alimentares da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina por meio de indícios e vestígios em feiras, trazendo reflexões acerca de práticas relativas à alimentação. As feiras analisadas foram a Feirinha da JK em Foz do Iguaçu, a Feria de Ciudad del Este do lado paraguaio e a Feirinha da Argentina em Puerto Iguazú. É uma escrita que bebe na micro-história, nas práticas do cotidiano e na etnografia. Parte-se da comida, de espaços de comidas e de seus desdobramentos para discutir culturas alimentares neste espaço de fronteira.

A Ponte Internacional da Amizade serve de cenário para discutir as ações empenhadas pelos governos brasileiro e paraguaio a fim de consolidar memórias e representações em diferentes insígnias, oferecendo aos lugares relacionados à ponte diferentes formas de ancorar lembranças. Buscou-se, a partir dos vestígios encontrados, problematizar os lugares de memória intencionalmente construídos para vincar certas lembranças e associá-las a seus executores.

O capítulo seis realiza uma discussão sobre como as ações materiais e imateriais do Estado brasileiro, por meio de lugares e memórias, são ativadas como representações da formação histórica de Foz do Iguaçu. Os indícios presentes no cotidiano levam a percepção da presença do Estado no passado e no presente. Por meio de documentos, discursos, infraestruturas, monumentos, políticas, projetos e ações, o Estado mostra sua presença e influência nas definições de representações, memórias, lugares de memórias de Foz do Iguaçu. Um território que integra muitas histórias que são imprescindíveis para compreender a formação de uma cidade com memórias porosas e cambiantes.

O capítulo sete traz narrativas sobre a primeira Catedral da Diocese de Foz do Iguaçu e a trajetória da Igreja Católica, na região Oeste do Paraná, no início do século XX. A Paróquia São João Batista revela-se como fonte provedora de histórias e de personagens que, de alguma forma, se conectam com a história da cidade, além disso, o autor trabalha com a concepção da igreja como monumento histórico, marco referencial para a manutenção de lembranças e de tradições, tornando-se ponto de referência e de singularidade do local onde se encontra promovendo a formação da identidade cultural local.

O capítulo final aborda o Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC) apresentando seu histórico de formação em Foz do Iguaçu. O CEAEC é um ponto turístico no município desde 1995, e um importante polo de pesquisas voltado para o estudo da consciência humana (pessoa, indivíduo, ego, *self*) de modo multidimensional, além da dimensão material, do corpo físico e do confinamento no cérebro, considera-se outras formas de manifestação. O capítulo discorre sobre o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento por voluntários da Conscienciologia.

Á vista disso, este livro apresenta um conjunto de temas, de múltiplos dados,

tratados sob diversos enfoques, de variadas metodologias e de diferentes abordagens teóricas. Discussões mais amplas e aprofundamentos maiores poderão ser buscados nas teses e publicações dos autores.

Por fim, agradecemos aos pesquisadores que contribuíram com suas pesquisas e reflexões compondo os capítulos dessa obra. Também ao Programa de Pós Graduação Sociedade Cultura e Fronteira da UNIOESTE que possibilitou a publicação.

Uma ótima leitura a todos!

Milena Mascarenhas
Solange da Silva Portz
Valdir Gregory

(Organizadores)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

O MERCOSUL E A CENTRALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Data de aceite: 20/01/2022

Maria de Fátima Bento Ribeiro

José Carlos dos Santos

Tenho vinte e cinco anos
De sonho e de sangue
E de América do Sul
Por força deste destino
Um tango argentino
Me vai bem melhor que um blues.
(Belchior)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto aborda o Patrimônio Cultural no Mercosul e tem como objetivo mostrar de que forma essa categoria amplia o debate no campo do Patrimônio cultural, ao valorizar uma cultura além-fronteiras, identificando às referências culturais que são compartilhadas pelos diferentes Estados-parte e contribuindo com esse reconhecimento para o projeto de integração regional.

O que propomos no trabalho, especificamente, contribui para a presente obra na medida em que tratar de patrimônio é também tratar de identidade, de memórias, de histórias, de culturas formadoras que dão sentido aos lugares. Pensar o Patrimônio Cultural, de modo geral, então, é também pensar nas políticas de cultura, de preservação, nas políticas públicas e dar visibilidade às diferenças culturais por meio de elementos da cultura material, imaterial e paisagística.

Com base no que precede, metodologicamente, a discussão divide-se em duas partes teóricas, seguidas das considerações finais. Na primeira parte, retomamos a própria categoria do Patrimônio Cultural do Mercosul para que possamos estabelecer um parâmetro teórico para a reflexão. Já na segunda parte, trazemos a questão do Patrimônio Imaterial constituído de lugares de memória, para entendermos os modos de ser e fazer das diferentes comunidades, valorizando o intercâmbio de experiências compartilhadas.

1 I CATEGORIA DO PATRIMÔNIO DO MERCOSUL

A categoria do Patrimônio Cultural do Mercosul aprovada no ano de 2012 pelo *Conselho do Mercado Comum* (CMC), mediante a Decisão CMC n. 55/12, atualizada pela Decisão CMC nº 21/14, é uma contribuição contemporânea para a reflexão do conceito de Patrimônio Cultural. O regulamento dessa categoria estabelece os critérios para o reconhecimento de bens culturais,

incluindo procedimentos para apresentação, análise, avaliação, aprovação e homologação de candidaturas[1].

A proposta normativa considera que o bem cultural para além de suas fronteiras, tem-se o objetivo de fortalecer a identidade cultural e regional na promoção de diálogos e de integração, bem como, contribuir para o desenvolvimento em termos econômicos, culturais e sociais. De acordo com a Decisão CMC nº 21/14, os bens culturais de natureza material e/ou imaterial, como Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM), devem:

> Manifestar valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; expressar os esforços da união entre países da região; estar diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; e/ou constituir-se em fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum (DECISÃO CMC n. 21/14).

Diante do exposto, podemos observar que houve uma ampliação nos sentidos atribuídos ao patrimônio em que novas referências são trazidas para a pauta dos debates das políticas culturais e patrimoniais, partindo da valorização dos bens compartilhados entre diferentes estados-nação, distintamente do discurso produzido no século anterior que enfatizava o patrimônio com foco na identidade nacional, na história nacional como a representação da soberania de um Estado. Contudo, a partir desta instrução normativa com foco no regional os estados e as suas instituições continuam atuando como principais agentes no campo do patrimônio e das relações internacionais. A categoria de patrimônio cultural com este enfoque tem forte elemento integracional destes Estados-membros, sendo por isso convergente aos objetivos e políticas do Mercosul.

A categoria de Patrimônio do Mercosul, simbolizando a união dos povos da América, representa um novo desafio não apenas no processo de integração, mas, na gestão de bens compartilhados. O valor atribuído aos bens culturais do Mercosul não se fundamenta apenas na representação da cultura de um Estado Soberano, mais do que isso, é fundamentado na valorização da diversidade cultural, da heterogeneidade das culturas que se entrecruzam, das histórias, das memórias, dos esquecimentos, das tensões e conflitos e na produção de sentidos. Dessa forma compreendido, não podemos negar que as escolhas representam também um ato de poder que se vincula a um sentido de soberania única, homogênea, mas no seu contrário: diversa, intercultural. E isto o faz único.

Importante destacarmos interculturalidade para a compreensão das diferenças culturais, da identificação e da solidariedade, o que, a nosso ver, fortalece a democracia. O Patrimônio do Mercosul, por sua vez, valoriza elementos culturais e torna-se um importante meio para a integração, reconhecendo uma história e uma memória que remete aos processos de colonização das populações nativas indígenas, dos africanos escravizados,

1. O Mercosul é criado a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 e é composto pela República da Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai.

dos imigrantes, pois, o componente étnico-racial-classe faz parte da história da América Latina, da América do Sul, aos processos históricos dos movimentos de autodeterminação.

Os dossiês de tombamento do Mercosul buscam justificativas para os tombamentos na ocupação do território, na delimitação das fronteiras e no compartilhamento de uma cultura platina que emerge nesses espaços. Valoriza-se uma identidade além das fronteiras. É o reconhecimento, também, do "outro" cultural, da identidade cultural entre os países. O que é desafio em um projeto integracionista. Essas memórias são reverberadas nos dossiês de tombamentos, ao buscar os elementos necessários para uma integração entre os diferentes países dentro da dinâmica transnacional, fronteiriça e binacional. De acordo com José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2015, p. 220), "o patrimônio oscila entre a história nacional e as memórias coletivas".

No caso específico do Patrimônio do Mercosul, trata-se de uma ampliação dos conceitos em que questões de convivência e de tolerância passam a serem valorizadas, e a interculturalidade passa a ser um elemento de destaque nas políticas de tombamento em que os processos históricos de formação social e cultural são contextualizados além-fronteiras.

Desde a formação do bloco[2] em 1991, quando foi assinado o Tratado de Assunção, os debates para a incorporação da cultura foram intensos, e estudiosos como, por exemplo, o uruguaio Hugo Achugar e o paraguaio Ticio Escobar apontavam a dimensão cultural como fundamental para o processo democrático de integração. Elementos simbólicos de uma integração cultural foram apontados a partir de acontecimentos históricos expressivos, colocando tais acontecimentos em um processo de integração tem uma longa história: Simon Bolívar na sua carta para a Jamaica em 1815; o Projeto Cepalino da década de 1950; a aproximação entre Argentina e Brasil, deixando de lado suas rivalidades; o projeto de Itaipu Binacional com a assinatura do Tratado de Itaipu em 1973; o Tratado de Montevidéu de 1980; e a Declaração de Foz do Iguaçu de 1985, considerada como um marco para a efetivação do Mercosul.

De acordo com Celso Lafer (2009, p. 58), "o paradigma do processo de transformação do papel das fronteiras na América do Sul é o Mercosul, resultado de uma efetiva reestruturação, de natureza estratégica do relacionamento Brasil-Argentina". Isso porque o relacionamento é marcado pela desconfiança de uma memória que remete desde os tempos da geopolítica da época da colonização entre Portugal e Espanha. Visto isso, superar essa rivalidade foi fundamental para o processo de integração, por meio do reconhecimento, da conservação e do respeito à diversidade cultural.

---

2. Países fundadores: República da Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Venezuela firmou sua adesão como Estado Parte em 2012 e atualmente está suspensa do bloco.
Países membros associados: Bolívia (1996), Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Guiana (2013), Suriname (2013).
Países observadores: México (2006), Nova Zelândia (2010).

No passado, as fronteiras do Brasil, com os países do Cone Sul, foram frutos de conflitos e de disputas. Nesse sentido, superar as divergências históricas foi fundamental para o processo de integração e de cooperação. A Ata do Iguaçu assinada em 1985 pelo presidente do Brasil, José Sarney e pelo presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, é considerada o marco para formação do Mercosul, a partir do Brasil e Argentina, Uruguai e Paraguai que foram inseridos. Esse momento de aproximação do Brasil com a Argentina, em síntese, corresponde ao período da redemocratização política com o fim dos regimes militares no Cone Sul e da crise econômica e financeira. É dentro desse contexto que o Mercosul surge nos anos 1990, com impacto da nova ordem global.

No entanto, após a assinatura do Tratado de Assunção no bloco Mercosul em 1991, faltava priorizar a dimensão cultural para ampliar o conhecimento entre as diferentes nações, e também faltavam a criação e a implantação de políticas culturais que viriam a considerar os valores locais e alçá-los ao sentido de memória coletiva. O patrimônio cultural, nesse aspecto, passa a ser uma importante estratégia, além do desenvolvimento para o setor turístico, pois, apresenta referências culturais dos processos históricos e dos movimentos de autodeterminação.

Os bens que compõem a *Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul* (LPCM)[3] e o primeiro bem cultural no âmbito do Mercosul, como patrimônio cultural, foi a Ponte Internacional Barão de Mauá localizada em Jaguarão/Rio Branco, na fronteira do Brasil com Uruguai[4]. Com esse reconhecimento, criou-se uma nova categoria para o patrimônio cultural, chamada Patrimônio Cultural do Mercosul, que aparece como uma estratégia adotada para a integração regional favorecendo novos olhares e desafios[5].

Em 2015, Missões Jesuíticas, Moxos e Chiquitos são reconhecidas como Patrimônio Cultural do Mercosul. A avaliação técnica da candidatura foi elaborada pelo comitê técnico *ad hoc* formado por especialistas da Colômbia, Chile e Equador, que ressaltou e reafirmou os valores e a importância das Missões para o cenário cultural da América Latina. Na política de preservação do patrimônio do Brasil, a Missão é considerada pelos estudiosos como um marco[6]. De acordo com Ana Lúcia Goelzer Meira (2007),

---

3. A *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) criou em 1972, a lista de patrimônio mundial para a proteção de sítios importantes além das fronteiras nacionais dos estados.

4. Em 2015, na cidade de Jaguarão, Brasil, é realizada a 10º reunião da *Comissão do Patrimônio Cultural* (CPC). Nessa ocasião, a Ponte Internacional Mauá recebeu o certificado de reconhecimento como Patrimônio Cultural do Mercosul. Recebendo, também, em solenidade com a presença dos ministros da cultura dos dois países, o Selo do Mercosul Cultural.

5. São Patrimônio Cultural do Mercosul: a Ponte Internacional Barão de Mauá (Brasil, Uruguai), a Pajada (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), o Itinerário das Missões Guaranis, Moxos e Chiquitos (Brasil, Argentina), o Edifício-Sede do Mercosul (Montevidéu), o Chamamé, estilo musical da Província de Corrientes na Argentina, a Serra da Barriga parte Mais Alcantilada, em Alagoas, onde se situava o quilombo dos Palmares, a Cimarrojane Cultural, patrimônio cultural imaterial do Equador e a Tava Guarani.

6. Em 1984, Missões foi declarada pela *Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura* (UNES-CO) como Patrimônio Mundial.

> as missões especialmente remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo, perpassam e exemplificam os diferentes temas e momentos da preservação do patrimônio: o reconhecimento estadual como lugar histórico, em 1922, o tombamento como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, a elevação a Patrimônio da Humanidade, em 1983 (MEIRA, 2007, p. 81).

Em 2005, o *Instituto Andaluz del Patrimônio Histórico* (IAPH, Argentina) e o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico* (IPHAN/Brasil) organizaram um Atlas territorial e urbano das Missões guaranis, Argentina, Paraguai e Brasil cuja autoria é de Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez (2010). O Atlas constitui-se em um documento que aborda os significados dessas Missões como um espaço de intercâmbio cultural.

Pedro Salmerón (2010), na introdução do Atlas citado, define as Missões como parte de um projeto global do patrimônio que busca a valorização da paisagem cultural e da cultura guarani em escala supranacional. O autor caracteriza as Missões como lugar de intercâmbio entre indígenas e jesuítas, e de construção de um sistema religioso e social que mudou costumes e modos de produção na América, revelador nos traçados das fronteiras.

Nas primeiras reuniões da *Comissão do Patrimônio Cultural* (CPC), apareciam, para tombamento compartilhado de bens do Mercosul, os *Itinerários Culturais do Mercosul* (2010) e os *Itinerários das Missões* (2011). Essa escolha foi emblemática, a nosso entender, pois, a palavra “itinerários” remete a percursos que se pretende seguir, uma referência espacial, um lugar para se colocar em prática um desejo. No caso, um desejo de construção futura. Para Michel de Certeau (2000), o percurso tem um sentido metafórico importante da caminhada como arte de moldar percursos.

Um sistema em que o intercâmbio cultural se faz presente, sendo o patrimônio cultural compartilhado uma forma que contribui na promoção do desenvolvimento, no diálogo e na integração. E também, como conceitua Ramon Gutiérrez (1983, p. 08), “como agente dinamizador da consciência cultural americana”, trabalhando, assim, a identidade como consciência cultural.

Outra questão importante no debate contemporâneo do patrimônio cultural é destacada por Ulpiano Menezes (2010) sobre a questão do valor, central no campo do patrimônio cultural. Segundo ele:

> o campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É antes, uma arena de conflitos, de confrontos, de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo político (MENEZES, 2010, p. 38)[7].

Político no sentido de compartilhamento dos bens, não apenas de compartilhamento na escolha feita pelos Estados Parte, mas, nos usos efetivos desses bens pela população local, fronteiriça, nos usos do cotidiano de quem usufrui desses espaços, da relação de

7. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Conferência Magna.

sentidos e de pertencimento que é destacada nos dossiês como importante estratégia no processo de integração. A necessidade de se criar laços com os países vizinhos, ao se deparar com pouco conhecimento sobre a cultura do “outro”, é o que estimula as práticas sociais.

Somente o futuro poderá trazer resultados na aposta do patrimônio cultural do Mercosul como fator de integração e desenvolvimento. Existem problemas de diferenças e assimetrias em nível de desenvolvimento econômico-social entre os países que formam o bloco. Os problemas são muitos, mas, conforme as atas da CPC, há apostas de que a riqueza da cultura, de seu patrimônio cultural e a construção de políticas culturais para os bens culturais compartilhados podem contribuir para os debates de cultura, paz e democracia, com uma ideia de futuro e de uma cidadania regional.

Pensar culturas no plural, a nosso ver, é admitir a rica diversidade e heterogeneidade na formação de uma consciência cultural americana. A valorização do patrimônio cultural material, imaterial, natural e paisagístico vem ao encontro de uma plataforma de aproximação em que a cultura é uma ferramenta importante para o diálogo e para um projeto mais democrático e inclusivo.

Sobretudo, a noção de patrimônio imaterial é definida como um conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas com ênfase nos processos envolvidos na produção do bem cultural. A memória e os sentidos atribuídos pelos diferentes grupos no espaço constituído pelas fronteiras, que se referem à um espaço híbrido e multicultural entram para a agenda do Mercosul.

2 | PATRIMÔNIO IMATERIAL NA AGENDA DO MERCOSUL

A Convenção sobre a proteção e a promoção da *Diversidade das Expressões Culturais* de 2005 destaca a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, promovendo o diálogo entre culturas e o respeito intercultural.

Nos países da América com forte característica multicultural, como o Brasil, o debate da diversidade cultural e da valorização do patrimônio imaterial é anterior à convenção citada, e anterior, também, à Convenção para a *Salvaguarda do Patrimônio Imaterial* realizada em 2003.

Em entrevista para o número especial *Patrimônio Mundial no Brasil*, da revista *Patrimônio Mundial* da Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura (UNESCO, 2010), o ex-ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira (2010, p. 08), menciona o fato de que “desde a Constituição de 1998, o Brasil ampliou os conceitos e obrigações decorrentes da proteção do Patrimônio Cultural”. Ele menciona ainda o “Inventário Nacional das Referências Culturais como um importante avanço para o reconhecimento e a valorização

do patrimônio cultural imaterial [...] bem como a aprovação, em 2000, da lei relativa à proteção desse patrimônio".

O ex-ministro lembrou, durante a referida entrevista, de duas manifestações brasileiras: as *Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi*, em 2003, e o *Samba de Roda do Recôncavo Baiano*, em 2005, uma importante contribuição da cultura brasileira, que foram proclamadas obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da humanidade,

Para o pesquisador Carlos Sandroni (2007, p. 23) "o samba de roda baiano é uma expressão musical coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira", e o registro das tradições culturais transmitidas pelos africanos escravizados. Nesse entendimento, o samba de roda do Recôncavo baiano e as expressões orais e gráficas dos Wajãpi são lugares da memória de grupos que foram marginalizados no projeto de nação e que continuam lutando pelos seus direitos.

De acordo com o IPHAN, o *Projeto de Valorização do Universo Guarani* foi uma proposta apresentada pelo Brasil em 2006, durante a reunião do Centro Regional, para salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina, acolhida pela Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai que juntos assumiram o compromisso de organizar os inventários sobre o Universo Guarani[8].

O diagnóstico da situação do *Projeto Universo Cultural Afrodescendente* executado pelos países membros do Centro Regional para salvaguarda do *Patrimônio Imaterial da América Latina* (CRESPIAL) aparece na 4º reunião de 2011. Nessa reunião, o Brasil recomendou priorizar as linhas temáticas das manifestações religiosas e as formas de expressão de matriz africana, especialmente, músicas, dança e poesia.

Em 2013, foi publicado um livro fruto do trabalho dos países integrantes da CRESPIAL, com a finalidade de estabelecer um diagnóstico a respeito da situação da salvaguarda das expressões culturais afrodescendentes da América Latina. Um fato importante nessa obra, na nossa leitura, é à comparação dos diagnósticos apresentados pelos estudiosos de cada país que revelam a presença de elementos comuns nas expressões culturais dos afrodescendentes.

Uma das conclusões a respeito da salvaguarda das expressões culturais afrodescendentes aponta para a perda de numerosas expressões do patrimônio imaterial afro-latino-americano ao longo da história. Mas, paralelo a esses processos de extinção, salienta-se a existência de processos de recriação e renovação, como o Samba de Roda no Brasil e o Candombé no Uruguai.

Com relação ao Universo Cultural Guarani, a Tava como referência para o povo Guarani foi reconhecida em 2018 como Patrimônio cultural do Mercosul. Isso significa a presença ancestral dos guaranis no território que, hoje, integra o Brasil, a Argentina e o

8. Disponível em: <**http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1127/**>. Acesso em: 29 jun. 2018.

Paraguai[9].

A Serra da Barriga que faz parte do dossiê *Cumbes, Quilombos e Palenques do Mercosul – La geografia del cimarronaje*, local onde funcionou o Quilombo dos Palmares, foi tombada como patrimônio cultural do Mercosul, e esse tombamento é o reconhecimento da cultura afrodescendente, da memória das lutas pela liberdade e da cultura dos povos transplantados para o continente americano. É o valioso patrimônio das diásporas. A certificação foi concedida no dia 11 de novembro de 2017.

A delegação da Venezuela na reunião da CPC que ocorreu em 2015, na cidade de Jaguarão, apresentou uma proposta de registro de *cumbes, palanques e quilombos no Mercosul,* que se trata da geografia do Cimarrojane, dada a importância de o tema gerar candidatura com os demais países interessados em dar visibilidade a presença e a contribuição afrodescendente. Essa proposta da candidatura transnacional de "La geografia del cimarrojone: cumbes, quilombos e palanques do Mercosul", apresentada pelo Brasil, Equador e Venezuela[10], tem como fundo o ano internacional dos afrodescendentes (2015-2024)[11].

No Equador, não podemos esquecer a força dos movimentos sociais em virtude do importante papel que representaram. De acordo com Carlos Walter P. Gonçalves e Pedro de A. Quental (2012, p. 23), os movimentos sociais e os intelectuais da Bolívia e do Equador ofereceram ao debate teórico-político o Suma Kaway e o Buen Viver, "não como modelo, mas como horizonte de sentido".

A Pajada ou Payada (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), primeiro bem a ser declarado como Patrimônio Imaterial do Mercosul, reconhecido em 2015, trata-se de uma expressão comum na região com raízes históricas comuns que expressam a resistência ao desaparecimento e as lutas pela liberdade. No Uruguai, a Payada foi declarada como patrimônio imaterial em 2010. Na Argentina foi instituído, em 1986, o Dia do Payador.

O Chamamé é uma manifestação cultural que compreende um tipo de música e de dança próprios da província de Corrientes. Considerado Patrimônio Cultural da Província de Corrientes, Patrimônio Cultural da Nação Argentina, esse gênero musical também faz parte

---

9. De acordo com site do IPHAH, "A titulação que a tava recebe pelo Mercosul significa o reconhecimento da presença ancestral dos Guarani no território Yvy Rupá, que integra o Brasil a Argentina e o Paraguai". Disponível em: **http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4883/lugar-de-referencia-para-o-povo-guarani-pode-se-tronar-patrimonio-cultural-do-mercosul**. Acesso: 27 ago. 2021.

10. Apresentaram-se os seguintes sítios: Brasil, Serra da Barriga, parte más acantilada (Alagoas); Equador, Província de Esmeralda; e, Venezuela, Taría (Estado Yaracuy), Ocoyta (Estado Miranda), Cata (Estado Aragua), Carayaca (Estado Vargas), Siquisique (Estado Lara), Cañodel Caracol (Estado Guárico), Birongo (Estado Miranda), Capaya (Estado Miranda), Santa Maria de la Chapa (Estado Falcón) e Macuquita (Estado Falcón); conforme Mercosul/RMC/CPC/Acta n.1/2016, p. 04.

11. O comitê técnico da CPC aprovou a inclusão da Serra da Barriga, a parte "más alcantilada" – Quilombo dos Palmares (Alagoas/Brasil) e o "Cimarroje Cultural Imaterial do povo afrodescendente do Equador" (Equador), que integra o sistema de "cumbes, quilombos e palanques", para a Lista de Patrimônio Cultural do Mercosul, encaminhando para a RMC com o objetivo de aprovação como Patrimônio Cultural do Mercosul. A decisão da CPC foi homologada em reunião no dia 08 de junho de 2017.

dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, e está presente no Paraguai, noroeste do Uruguai, oriente da Bolívia e sul do Chile[12].

No que compete a nossa postura profissional, concordamos com as narrativas que dão visibilidade à experiência latino-americana, como, por exemplo, a do arquiteto Ramon Gutiérrez (1983), ao refletir sobre o patrimônio da América Latina, quando afirma:

> Creo que ella es diferente a aquella experiencia eurocentrica que ha dominado desde 1972, cuando se hacreado la Convención Mundial del Patrimonio, donde se ha valorado el patrimonio desde el punto de vista tangible enrelación al patrimonio natural y donde hubo que esperar casi treinta años para que se reconociera el patrimonio intangible, en el año 2003, y donde recién el año 2005 hemos hablado, por fin, de la diversidad cultural (GUTIÉRREZ, 1983, p. 01).

Aqui, o autor destaca que foram necessários trinta e três anos desde a Convenção Mundial do Patrimônio em 1972, para o patrimônio imaterial ou intangível ser reconhecido. Somente em 2003, a UNESCO considerou a necessidade de definir a salvaguarda do patrimônio imaterial como um instrumento multilateral no campo da cultura[13]. O patrimônio imaterial ganha destaque ao valorizar a diversidade cultural, as diferenças históricas nas lutas, nos modos de ser e fazer dos inúmeros grupos étnicos, valorizando a experiência e a memória como forma de combate a uma visão eurocêntrica.

A centralidade do patrimônio do Mercosul coloca na pauta e valoriza a identidade compartilhada além-fronteiras, como estratégia do processo de conhecimento, reconhecimento, paz, desenvolvimento, cooperação nos países do Cone Sul. A valorização do patrimônio imaterial vem para romper com uma visão eurocêntrica, pois, traz a diversidade cultural que é uma das características marcantes da cultura latino-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar ao sentido atribuído à categoria de Patrimônio Cultural e Patrimônio Cultural do Mercosul oportuniza a percepção não somente do conhecimento, respeito e conservação de traços multiculturais que, desde a primeira colonização, marcou profundamente o modo de ser local. Oportuniza-se também perceber o acolhimento de fragmentos deste patrimônio, como *ethos* ou como sentidos humanos cultivado por sujeitos de diversas etnicidades e reuni-los na forma de políticas públicas. Patrimoniar significa basicamente a tomada de decisões políticas, acadêmicas, econômicas e conservacionistas de traços culturais presentes e dão sustentação aos itinerários de integração regional.

Fica claro o papel da cultura como estratégia para a integração, com o intuito de

12. Conforme Projeto de recomendação ao conselho do mercado comum. Disponível em: **https://www.parlamento-mercosur.org/innovaportal/file/13531/1/mep-103-2017.pdf**. Acesso em: 20 ago. 2021.

13. Conforme documento da Convenção para salvaguarda do patrimônio imaterial.

uma identidade comum dentro do Mercosul, na busca da promoção de um sentimento de pertencimento para a formação de uma cidadania regional. O patrimônio cultural emerge, assim, como uma categoria importante para a reflexão dos processos sobre as medidas de valorização das representações do passado através das ações voltadas para a preservação de bens culturais compartilhados entre os países parceiros. Tal patrimônio demonstra uma perspectiva de "longa duração" de traços históricos significativo dos diversos grupos humanos componentes de caldo cultural latino-americano.

O Patrimônio Cultural do Mercosul desempenha um papel fundamental de aproximação e de diálogo em um território americano híbrido, multicultural, marcado pela formação de identidades plurais da população que compõe os países que formam o bloco, com uma memória ainda presente de seus processos de emancipação e com o desafio do fortalecimento de uma cidadania mista e intercultural. Pressupõe-se aí que a interculturalidade requer a presença de políticas públicas no âmbito da cultura para a promoção da integração e o desenvolvimento das potencialidades existentes.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2000.

CRESPIAL. *Salvaguardia Del patrimônio cultural inmaterial de los afrodescendientes em América Latina 1*, 2013. Disponível em: <https://crespial.org/wp-content/uploads/2016/10/Salavaguardia-PCI-Afrodescendientes-Vol1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FERREIRA, Juca. Entrevista. *Revista Patrimônio Mundial*, n. 57, jul., 2010. p. 08.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, pp. 211-228, jan./jun. 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do Poder e os desafios de integração regional na América Latina. *Polis. Revista latinoamericana,* n. 2, 2012.

GUTIÉRRES, Ramon. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico como Agente Dinamizador da Consciência Cultural Americana. *Revista do SPHAN próMemória* n. 24, p. 8, 1983.

INSTITUTO do PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Anteprojeto de itinerários do MERCOSUL. IPHAN: MINC. Salvador, jan., 2009. Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anteprojeto_itinerarios_culturais_mercosul_portugues.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. ATA CPC. 2015. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1120/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO do PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Convenção para Salvaguardo do Patrimônio Imaterial. 2003. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:* passado, presente, futuro. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra.* Lisboa: Antígona Editora. 3. ed., 2014.

MAESTER, Ernesto; GUTIÉRRES, Ramon. *Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis.* Argentina, Paraguay e Brasil. Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico, 2010.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A trajetória do IPHAN nas Missões. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; MEIRA, Ana Goelzer (Org.). *Fronteiras do Mundo Ibérico*: Patrimônio, território e memória das missões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%204%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

MERCOSUL/CMC/DEC. n. 21/14. *Patrimônio Cultural do Mercosul*. 2014. Disponível em: <http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/DEC_021-2014_PT_Patrimonio%20Cultural%20MCS.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra de. Patrimônio Cultural e Memória do Mercosul: Serra da Barriga/Alagoas/Brasil. *RELACult*. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, p.1-13, 2018.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; NOGUEIRA, I. P; MACHADO, Carlos J.A. Patrimônio cultural e fronteiras no Mercosul: processos de tombamento e patrimonialização no município de Jaguarão no Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Intellector* (CENEGRI), n. 24, v.12, p.117-131, 2016.

SANDRONI, Carlos; SANT'ANNA, Márcia (Org.). *Samba de roda no Recôncavo baiano*. Brasília: Iphan, 2007.

CAPÍTULO 2

SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES DO PROCESSO IMIGRATÓRIO NA FRONTEIRA ARGENTINA/BRASIL

Data de aceite: 20/01/2022

Leandro de Araújo Crestani

Erneldo Schallenberger

1 I INTRODUÇÃO

A análise sobre a fronteira, neste capítulo, não se limita apenas as questões geográficas como demarcação de territórios, linhas ou faixa divisória entre dois países, estados, municípios ou regiões. A questão central da pesquisa se volta para as políticas nacionalistas sobre terra e colonização, ou seja, o processo de "nacionalização" da fronteira externa (separação entre nações) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente na faixa de fronteira das províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG). Esse processo emerge em meados do século XIX e só é consolidada na década de 1930.

O processo de ocupação, colonização e consolidação da fronteira se deu por meio do incentivo à vinda de imigrantes para o desenvolvimento da agricultura e à criação de uma pequena burguesia rural composta de famílias de imigrantes, basicamente de origem europeia (RAU, 2009). Sob essa ótica, para iniciar o desenvolvimento e evitar os conflitos sociais, o europeu (civilizado) seria capaz de fomentar a produtividade e a identidade da própria fronteira.

A análise comparada do processo histórico da construção dos Estados Nacionais da Argentina e do Brasil permite afirmar que a formação do espaço transnacional se deu, primeiramente, pelo estabelecimento da fronteira externa e posteriormente pela fronteira interna, através do incentivo da imigração europeia.

A *História Comparada e Transnacional* deu suporte para compreender a disputa pela posse das terras da fronteira entre Argentina e Brasil como um processo de ocupação e colonização de fronteiras que não pode ser explicado somente por estudos nacionalistas. Somente a comparação e a transnacionalidade levam a compreender as semelhanças, diferenças e conexões na invenção da nacionalidade de origem europeia para integrar a fronteira aos estados nacionais em questão. A fronteira, nesse caso, não foi lugar de oportunidade para a população argentina e brasileira, como no caso da teoria da *frontier* thesis de Turner (1920), pois forjou a necessidade de incentivar à vinda do imigrante europeu em ambos os Estados nacionais.

2 I A VINDA DO IMIGRANTE EUROPEU PARA AS PROVÍNCIAS DO PARANÁ E MISIONES

A ocupação das fronteiras internas das Províncias do Paraná e de Misiones começou a ser promovida após a promulgação das leis nacionalistas de incentivo à imigração europeia, maximizadas pela propaganda do potencial das terras devolutas deste espaço para o desenvolvimento da agricultura. Visava atrair imigrantes.

O desenvolvimento da colonização europeia na fronteira requereu a intervenção dos Estados nacionais. Leis nacionalistas de imigração e colonização foram criadas em cada um dos Estados nacionais. Notam-se semelhanças entre a Lei de Terras do Brasil de 1850, com a Lei de Imigração e Colonização da Argentina de 1876, no que se refere à origem do imigrante, aos modelos de colônias, aos tipos de terras a serem ocupadas, aos processos de aquisição da terra e de comprovação da posse, no caso de não haver titulação. Além disso, há semelhanças nos tipos de cultura a serem desenvolvidas, na ajuda financeira do governo para a ocupação e colonização, na naturalização do imigrante, no órgão regulamentador do Estado, no tamanho da propriedade e nas formas de concessão e nas regiões a serem ocupadas.

O teor das leis nacionais reflete um espírito um tanto diferenciado em relação às leis dos dois países em foco. A Lei Argentina de Imigração e Colonização de 1876 teve como principal foco desenvolver os territórios com a vinda do imigrante europeu, revelando uma preocupação em receber, alojar, colocar, transportar, delimitar a propriedade e subsidiar o imigrante com dinheiro para o sucesso da colonização. No caso brasileiro, a Lei de Terras de 1850 visava à vinda do imigrante com o intuito de efetivar a comercialização da terra como forma de lucro para o Estado e assentar os compradores como proprietários, o que representava uma segurança em relação à fixação do território e à defesa da fronteira.

Após a resolução do conflito entre Argentina e Brasil acerca da Questão de Misiones, a nova problemática passou a ser a ocupação e a colonização desta fronteira, especificamente, dos espaços que ambos declararam "vazios" durante a disputa. Partindo desse princípio, a apropriação das terras da fronteira foi uma atividade iniciada pela intervenção estatal sob o apelo do desenvolvimento econômico e da formação do mercado de terras. Essa iniciativa culminou na criação de leis agrárias que garantiriam a posse da terra aos futuros imigrantes que ocupariam tais espaços.

A intervenção estatal, neste caso, visou separar juridicamente as terras públicas, das particulares, estabelecendo por meio das Leis de Terras e Imigração a forma pela qual ocorreria a aquisição da propriedade. Esta intervenção dos Estados Nacionais visava formar um mercado de terras na fronteira e determinar um tipo específico de imigrantes para nacionalizar esse espaço transnacional.

Segundo Ligia Maria Osorio Silva e Maria Verónica Secreto (1999), a incorporação

das novas terras (neste caso da fronteira), tanto no caso brasileiro quanto no argentino, foi uma prática institucional que circunscreveu e determinou o acesso à propriedade da terra. Nota-se que as Leis de Terras e Imigração desenvolvidas por ambos os países têm um ponto em comum, o de atribuir ao imigrante europeu o desenvolvimento da região através da formação de pequenas e médias propriedades (de base familiar) para o processo civilizatório da fronteira.

Para a consolidação da fronteira, cada país desenvolveu leis sobre colonização, imigração e posse de terra na perspectiva de ocupar terras disponíveis para o desenvolvimento da agricultura e de indústrias capitalistas nas regiões "não ocupadas" do país. Na Argentina, foi criada a *Lei nº 817, de Imigração e Colonização de 1876* e no Brasil a conhecida *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*, que faziam menção às terras devolutas do Império no caso brasileiro e terras públicas no argentino. Essas leis foram instrumentos para as políticas de ocupação que visavam regularizar a ocupação das áreas "disponíveis" na fronteira e, consequentemente, fomentar a colonização.

Ambos os países consideravam as terras da fronteira como patrimônio a ser utilizado para o fortalecimento e a construção do Estado Nacional nascente nesse período e, também, como elemento de consolidação e definição de suas fronteiras nacionais. A abundância de terras disponíveis na fronteira, de acordo com o discurso nacionalista, fomentou o processo de apropriação e monopolização da fronteira, garantindo, a partir das leis, a posse da terra. Esse foi o primeiro passo que ambos os países deram na tentativa de consolidar a fronteira pela lógica de "povoar" e "civilizar" com imigrantes europeus.

Posta essa questão, faz-se necessário compreender as leis nacionalistas da Argentina e do Brasil sobre terra, colonização e imigração, criadas com a finalidade de formar as fronteiras internas e posteriormente consolidar as fronteiras externas. A compreensão da formação dessas duas fronteiras é imprescindível para comparação da forma como Argentina e Brasil promoveram a ocupação e colonização das terras da fronteira através da imigração europeia.

As leis nacionalistas criadas por Argentina e Brasil nortearam a apropriação da posse da terra, impulsionando a incorporação da fronteira ao território nacional através da atividade agrícola e pastoril iniciada a partir da vinda de imigrantes de origem europeia, que seriam os responsáveis pela formação da estrutura fundiária de tal região. As políticas nacionalistas alusivas à vinda de imigrantes europeus para fronteira da Argentina e Brasil visaram à incorporação das "terras excedentes" da região transnacional, para a garantia da sua posse, para a não transferência da "mão-de-obra" excedente no litoral (Brasil) e capital (Argentina) e para construção da nacionalidade.

A apropriação das terras devolutas da Província do Paraná foi pensada como processo para garantir a extensão territorial. Essa perspectiva foi registrada no Relatório de Província do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos (1854a) para evidenciar a

extrema necessidade de definir limites entre as províncias (Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina) e, principalmente, com os países vizinhos (Paraguai e Argentina). Tornar-se-ia necessário incentivar a ocupação, a colonização e fundação de colônias: (SIC) “A base do systema adoptado na colonia he aforar ou vender lotes de terras aos colonos [imigrantes europeus], os quaes tem a propriedade de todo o resultado do seo trabalho, com a só clausula de, em igualdade de preço”. Em linhas gerais, a política visava trazer o colono europeu como forma de ocupação e apropriação das terras devolutas dos sertões do Oeste do Paraná.

Na perspectiva do Presidente da Província Paraná, não era possível colonizar a fronteira (terras devolutas) sem a ajuda do Governo Imperial, pois isto demandaria custos para a Província que, no período, não poderia arcar sem a ajuda financeira do Império. A vinda do imigrante europeu como civilizador (colonizador ideal) embasou o projeto de povoamento em direção às terras da fronteira.

A preferência conferida aos colonos de nacionalidade europeia denota que a escolha étnica reflete um ideal de nação que exclui, de certa forma, as populações nativas e crioulas. No ano de 1907, em sua mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná, o governador Vicente Machado da Silva Lima enfatizou a necessidade de continuar promovendo a imigração para que se aproveitassem as riquezas naturais e culturais presentes nas terras: “Possuindo, sobre a maioria dos Estados da União a incomparável vantagem de um clima temperado admiravelmente propicio á raças européas, não podia o governo do Estado descurar-se do povoamento do sólo, como fator a que directamente se prende o phenomeno da producção”. A vinda do imigrante europeu, nesse contexto, era vista como geradora de riquezas para o Estado.

No ano de 1914, de acordo com a mensagem do então governador do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, na fronteira Oeste do Paraná, passava a ser uma nova referência de migração:

> Tendo sido emancipada a colonia militar da Fóz do Iguassú cogitou o governo, desde logo, de tomar as precisas providencias de modo a que esse longuinquo nucleo de população se pudesse transformar, rapidamente, em brilhante fóco de civilização e importante entreposto commercial do Estado. Neste sentido, além da instalação da competente repartição arrecadadora, fim principal da viagem emprehendida pelo Sr. Secretario da Fazenda, repartição que já se acha funccionando com resultados que excederam a própria expectativa do governo, foi creada e para alli seguiu uma commissão incumbida da verificação e rectificação dos lotes urbanos e rusticos anteriormente concedidos e delimitação de novos lotes, destinados a localisação de trabalhadores nacionaes, assim como, de averiguar e impedir a invasão e devastação das terras devolutas situadas naquela zona, proceder ao levantamento do porto e povoação actual, projectando as obras mais urgentes e necessarias, verificar o melhor traçado para uma estrada carroçável de ligação entre a ex-colonia e a cidade de Guarapuava, e, finalmente, fazer estudos meteorologicos e outros, tendentes ao perfeito conhecimento daquela região.

Até o ano de 1914, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu não era motivo de preocupação muito enfatizada do Governo do Estado do Paraná, pois a fronteira não despertava a atenção dos governadores. Ainda que a preocupação dos governos fosse a de incorporar o vasto território de solos férteis à produção de riqueza do Estado, as terras devolutas da fronteira demoraram a despertar o interesse dos governantes. Tanto assim que, ainda em 1921, o governo de Caetano Munhoz da Rocha apontava para a política de incorporação das terras do sertão oeste do Paraná em direção à fronteira, acenando para a necessidade de "braços fortes" e "inteligentes desbravadores" para a conquista deste vastíssimo sertão e que os mesmos seriam responsáveis pelo desenvolvimento de magníficos campos.

Cumpre ressaltar que os braços fortes e inteligentes descritos por Munhoz da Rocha eram os imigrantes europeus que, neste período, buscavam meios de se livrarem da crise econômica que assolava aquele continente: (sic) "a situação afflictiva do continente europeu determinará naturalmente uma forte corrente emigratória para o nosso Paiz e provavelmente o Paraná será um dos Estados preferidos para essa colonização".

Em mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná, no ano de 1952 Munhoz da Rocha destacou que já havia iniciativas particulares de colonização das terras do sertão do Paraná, de Guarapuava em direção à Foz do Iguaçu.

Affonso Alves de Camargo, ao longo de seu governo, entre os anos de 1929 e 1930, enfatizou, em suas mensagens ao Congresso Legislativo, a necessidade de incentivar a imigração espontânea e não a oficial, que vinha sendo promovida pelo estado do Paraná. O discurso se amparava no argumento de que somente a imigração espontânea seria responsável pelo êxito da agricultura no Paraná. Em relação à fronteira com os países vizinhos, projetava-se a necessidade de se alcançar o patriotismo através de um povoamento que fosse realizado por nacionais.

A imigração europeia para a Província de Misiones é compreendida a partir de um processo histórico articulado por uma política imigratória voltada à extinção ou superação da população nativa (indígena) que habitava a fronteira. Essa política contava com grupos de imigrantes advindos da Europa que tinham a missão de ocupar e colonizar os espaços fronteiriços com o Brasil.

A intenção do Estado Nacional em questão não era desenvolver grandes latifúndios, pois dessa forma o espaço continuaria vazio e improdutivo, mas de atrair o pequeno agricultor, que, com os seus familiares de origem europeia, ocupariam o território até então inexplorado.

Nesta perspectiva, as "tierras fiscales" da Argentina eram entendidas como um "*Suelo inculto – y pueblo misarable – son dos términos correlativos en el linguaje de la Economía Política, que es el linguaje de la verdad severa, que no encuentra cruel disipar cândidas preocupaciones*". Os territórios vazios ou baldios eram considerados como despovoados e

pobres cuja população vive em estado de selvageria, visando à subsistência de sua família e não ao desenvolvimento econômico da região fronteiriça.

A apropriação das terras devolutas e públicas da fronteira Nordeste da Província de Misiones pode ser considerada como um movimento do Estado Nacional argentino para ocupar as fronteiras internas, consolidando uma marcha progressiva para o espaço desértico, suplantando a natureza selvagem.

Na perspectiva de propagar a disponibilidade de terras livres, o governo argentino solicitou um estudo da República do Plata, para Michael George Mulhall e Edward Thomas Mulhall, no qual era descrito o território que os imigrantes europeus poderiam colonizar. O documento era intitulado *Manual de las Repúblicas del Plata – Datos topográficos, históricos y económicos sobre los productos, colonias, empresas, comercio, rentas nacionales, deuda pública, inmigracion, ciudades, províncias, instituciones, ferro-carriles, bancos, escuelas y literatura de las Repúblicas Argentina, Oriental y Paraguay* (1876) e tinha como objetivo descrever as oportunidades que os imigrantes europeus encontrariam nas Repúblicas do Prata principalmente no território Argentino. É o que se nota no seguinte excerto:

> *El único obstáculo á la colonizacion de Misiones es el Salto de Apipé, en el Alto Paraná, 50 leguas arriba de Corrientes. Este Mal paso podria canalizarse entre las islas de Apipé Yaureta: en épocas de creciente suben vapores de poco calado, ya perspectiva es la mas grandiosa pasando Apipé hasta llegar á Candelaria, una sucesion de cuchillas, bosques y ruinas de los Jesuitas. Candelaria dista 60 leguas de Corrientes. Repartindo Misiones entre colônias Europeas, como se propone, se pude proporcionar 100,000 lotes de chacra de 20 cuadras cada uno; entonces tendria médio millon de colonos, para aumentar los produtos de la República Argentina.*

O número de imigrantes na República Argentina durante 17 anos, desde janeiro de 1858 até dezembro de 1874, era estimado em 407.025 pessoas, com uma proporção de 56% italianos, 19% espanhóis, 16% franceses, 5% alemães, 4% ingleses. Outro fator era a existência de 65% homens para 35% mulheres.

A intenção do governo argentino era a de trazer o colono europeu para civilizar o Território de Misiones, desenvolver o potencial agrícola da região e valorizar a fronteira, aspecto presente na Lei de Colonização: “*[...] traer famílias agrícolas de Europa, dándoles 50 cuadras ó 100 hectáreas de terreno á cada familia grátis, y proporcionándoles casa, semillas, útiles de labranza, ganado y víveres durante el primer año; cuyo importe el colono tendrá que reembolsar en 7 años sin interés*”.

Para civilizar a Província de Misiones, o governo bancava as passagens das chamadas “famílias agrícolas da Europa”, vindos da Inglaterra, Alemanha e outros países e os imigrantes receberiam títulos doados após a ocupação. Bastava que as famílias fossem da Europa para que cada uma recebesse “(...) manutencion por un año, y un lote de 50 cuadras (100 hectáreas ó 200 ácres)”.

Os discursos dos presidentes argentinos empossados entre os anos de 1879 e 1903 abordavam a importância da imigração de origem europeia como fator fundamental para o desenvolvimento argentino, principalmente, no que se refere à incorporação das terras públicas que estavam à mercê dos indígenas selvagens.

O grande período de imigração de estrangeiros para Misiones foi de 1897 a 1904. Dentre os imigrantes, é possível destacar a presença de colonos austríacos, espanhóis, suíços, japoneses, franceses, italianos, brasileiros, alemães, paraguaios e russos. Segundo Yssouribehere, a política de imigração voltada para a ocupação da região de fronteira, com o aproveitamento dos colonos para o trabalho na agricultura, deveria focar em uma área que foi palco de disputa entre Argentina e Brasil.

Entre divergências e semelhanças em relação ao aporte legal, a opção pelo modelo de colonização e pelo protótipo de imigrante aproximou os colonos dos espaços colonizados pelos países limítrofes, estabelecendo uma interconexão transfronteiriça marcada por experiências de ocupação produtiva dos espaços colonizados, pela solidariedade étnica e pelas trocas de insumos e produtos. As terras, situadas no espaço transnacional da fronteira entre Argentina e Brasil, tornaram-se um ponto comum de reconhecimento e encontro entre as nações. Os Estados Nacionais em questão visaram à ocupação e à colonização da região transnacional que outrora era um espaço de conflito desde o período colonial até a solução dada pela decisão do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

Argentina e Brasil promoveram, através de suas políticas nacionais, a criação de leis que contribuíssem para a formação de núcleos de povoamento de imigrantes europeus com o intuito de consolidar as fronteiras internas dos respectivos países. Esse foi o primeiro passo para a naturalização do território dos Estados Nacionais, gestando, assim, um processo de formação de uma identidade nacional que assegurasse a posse de uma determinada parte da região transnacional que anteriormente fora palco de disputa. A formação dos Estados Nacionais esteve, assim, atrelada ao desenvolvimento econômico da fronteira, fomentado pela vinda do imigrante europeu, aspecto presente nos relatórios e mensagens tanto presidenciais e provinciais.

Além do mais, a colonização agrícola foi impulsionada pelos Estados Nacionais com um claro intuito econômico e geopolítico: ocupar e colonizar as fronteiras para fomentar a sua exploração econômica e, sobretudo, integrá-las aos seus respectivos territórios. Destarte, o processo de ocupação se iniciou com a intervenção do Estado na distribuição das terras para a formação de colônias agrícolas que incentivassem a vinda dos imigrantes. Este processo acabou, em ambos os países, nas mãos de companhias colonizadoras privadas, que adquiriam “imensos latifúndios” para a exploração das riquezas naturais presentes e para a valorização das terras, posteriormente vendidas aos colonos.

3 | OLHARES DOS VIAJANTES SOBRE A FRONTEIRA ENTRE ARGENTINA E BRASIL

A partir dos argumentos desenvolvidos até aqui, cumpre ponderar que o incentivo à imigração para a fronteira entre Argentina e Brasil não pode ser descrito apenas a partir do viés dos documentos de alegação de posse, das leis, dos relatórios de províncias e das mensagens encaminhadas ao Congresso que refletem o discurso unificante dos Estados nacionais e da integração territorial. Neste estudo, busca-se compreender, também, a fronteira a partir de falas dos sujeitos que a vivenciaram, sobretudo de *viajantes* que trazem em seus relatos de viagem inventários da fronteira permeados por olhares políticos e intelectuais, que refletem o espírito de sua época, o que certamente contribuíram em muito para a formação de novos conceitos sobre este espaço.

As viagens realizadas por argentinos e brasileiros foram, em sua grande maioria, expedições científicas que buscavam levantar informações sobre os caminhos que levavam dos centros civilizados até a fronteira de seus respectivos países. Esses viajantes descreveram para seu mundo "civilizado" um local geograficamente remoto, selvagem, desértico, perigoso, conflituoso, mas, por outro lado, rico de recursos naturais a serem explorados e que estavam, até então, ignorados. Myskiw (2011) assegura que os viajantes tiveram uma grande contribuição para o processo de conquista e ocupação territorial da fronteira, pois suas narrativas de viagem contribuíram para apontar caminhos, perigos e riquezas que poderiam ser exploradas ao empreender o desbravamento.

Os relatos dos viajantes da fronteira Nordeste da Província de Misiones e Oeste do estado do Paraná favorecem o conhecimento de um espaço ignorado aos olhos dos estados nacionais que deveriam ser integrados à "nação". Viajar para a fronteira e, posteriormente, publicar relatos em forma de livros ou boletins informativos, representava a possibilidade de trazer a público as descrições e as observações de lugares que poderiam ser explorados, colonizados e incorporados no processo de produção de riquezas.

Ao selecionar os relatos de viajantes para analisar a forma pela qual ocorreu o processo de ocupação da fronteira, partiu-se do princípio de que essas narrativas trazem discursos permeados de juízos, conceitos e preconceitos acerca do mundo observado. É importante salientar que os relatos de viajantes apresentam o discurso civilizador a partir da visão do Estado Nacional Moderno cujo objetivo era o de nacionalizar, conquistar e desenvolver a fronteira, justificando a marcha da população civilizada sobre os selvagens, tidos como incapazes de fixar a fronteira.

Para estabelecer a comparação, foram selecionados nove relatos de viajantes de cada país. O recorte temporal para o estudo da fronteira Oeste do Paraná foi fixado entre os anos de 1896 e 1930; em relação à fronteira Nordeste da Província de Misiones, foram considerados os relatos apresentados entre 1881 e 1912, período que corresponde à publicação dessas narrativas.

A análise dos relatos de viagem parte de pontos comuns que estão presentes nas narrativas, tais como: observações sobre o trajeto de viagem, população encontrada, recursos naturais existentes, problemas presentes na fronteira, exploração e colonização e descrição das Cataratas do Iguaçu.

Esses elementos são tomados enquanto categorias de análise e contribuem para a compreensão do processo de intervenção dos estados nacionais modernos na fronteira em estudo. A partir dessas categorias, são destacados os elementos justificadores da intervenção dos estados na fronteira a partir de uma postura política nacionalista. A grande bandeira passou a ser a necessidade da marcha da sociedade civilizada em direção à fronteira, visando à superação da selvageria e do atraso.

Os viajantes que se direcionavam para a fronteira Nordeste em direção à Província de Misiones buscavam explorar um local considerado selvagem, porém cheio de riquezas naturais. Esses viajantes saíram dos centros civilizados da Argentina em direção a Misiones.

Vários viajantes percorreram o trecho com sucesso, entre eles: Alejo Peyret (1881); Ramon Lista (1883); Rafael Hernández (1887); Juan Bautista Ambrosetti (1892 a 1894); Carlos Burmeister (1893); Florencio de Basaldúa (1901); Manuel Bernádez (1901); Francisco Manzi (1910) e Santiago Pusso (1912), que ressaltaram a presença de habitantes no Território de Misiones, citando a existência de índios, colonos, imigrantes nesta fronteira, tida pelo Estado Nacional argentino como selvagem e vazia.

Alejo Peyret (1881) destaca, em seu relato, que a população encontrada na região era formada por índios e colonos. Os caminhos eram primitivos, mas a natureza, que oferecia abundantes rios e as Cataratas do Iguaçu, era privilegiada por uma terra roxa fértil e pela existência da erva-mate. Apontava para a necessidade da colonização para civilizar a fronteira.

Ramon Lista (1883) refere-se, basicamente, à existência da população indígena atrasada, em um ambiente selvagem com falta de caminhos para integrar a fronteira. Registra a existência da erva mate, madeira, terras para cultivo e as Cataratas do Iguaçu. Sugere a colonização com a população branca de origem europeia.

Rafael Hernández (1887), além dos índios, se refere à presença de brasileiros, argentinos e paraguaios. Em um ambiente de florestas densas, com um potencial de um solo fértil e de erva-mate a serem explorados, e com as imponentes Cataratas do Iguaçu, faltavam caminhos e sistema de comunicação, o que, por seu turno, gerava problemas para promover a identidade nacional. Uma solução destacada por Hernández era a colonização com população branca para civilizar a fronteira.

Juan Bautista Ambrosetti (1892; 1894a; 1894b; 1895), em suas viagens, fez menção aos índios e aos peões nas *obrages;* destacou a exploração da população pelos donos dos ervais. Ambrosetti descreve a selva e dá destaque à erva-mate e às Cataratas

do Iguaçu. Procurou desmistificar a visão sobre o índio como atrasado, porém defendia a imigração.

Carlos Burmeister (1899), a exemplo de Peyret, refere-se à presença de colonos. Dá ênfase à selva, à existência de abundante madeira, terra roxa, água, erva-mate e às Cataratas do Iguaçu. Denuncia que a exploração da madeira era feita por estrangeiros (brasileiros e paraguaios) e alerta que a colonização com imigrante europeu se constituiria em um erro, pois não seria apto para a região.

Florencio de Basaldúa (1901) dá conta de uma população de índios e imigrantes europeus, que era escravizada e faltava a integração com a Nação. Ressalta com destaque a forte presença da erva-mate e das Cataratas do Iguaçu. Entende, entretanto, que a colonização com imigrantes europeus promoveria a ocupação e a integração do território de Misiones.

Manuel Bernárdez (1901) registrou, por seu turno, que índios, ervateiros, agricultores conviviam num ambiente de intensa exploração da mão de obra em torno da extração de erva-mate e de madeira. As terras férteis, onde a agricultura se fazia incipiente, a rica vegetação e as Cataratas do Iguaçu mereceriam a atenção do Estado, que deveria promover a colonização e controlar a exploração da região. A falta de meios de comunicação foi apontada como um entrave para o desenvolvimento regional.

Francisco Manzi (1910) constatou a presença de índios, imigrantes europeus, paraguaios e brasileiros. Afora os imigrantes europeus, os demais eram afetos, sobretudo, a atividades extrativas, o que não contribuía substancialmente à fixação do povoamento, diante do que sugeriu a colonização com estrangeiros para o desenvolvimento da agricultura e da indústria. Com a ressalva da falta de meios de comunicação entre a capital e a fronteira, chamou a atenção para as terras férteis, as florestas virgens que acolhiam a erva-mate.

Santiago Pusso (1912) observou a presença de índios, argentinos, brasileiros e paraguaios no espaço da fronteira. Era época das *obrages.* As relações de trabalho apresentavam-se assemelhadas às da servidão (*mensus*). Chamou a atenção para a falta de higiene e da presença do Estado, além da necessidade de criação de um caminho de ligação da capital para a fronteira. Como a grande maioria dos viajantes, chamou a atenção para as Cataratas do Iguaçu, para os rios e a pujante floresta. Deixou transparecer suas dúvidas acerca da colonização espontânea e propôs uma corrente de colonização oficial.

No caso brasileiro, os relatos dos viajantes, José Cândido da Silva Muricy (1892); Domingos Nascimentos (1903); Arthur Martins Franco (1904 e 1913); Manuel Azevedo da Silveira Netto (1910); Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior (1919); Julio Nogueira (1920); Cesar Martinez (1925) e José Lima Figueiredo (1930) tomaram, em sua maioria, os centros civilizados como ponto de partida em direção à fronteira oeste do Paraná.

José Cândido da Silva Muricy (1892) registrou a presença de indígenas, colonos, caboclos, bugres e de estrangeiros (argentinos e paraguaios) na fronteira. Em relação a estes últimos, asseverou, em consonância com o viajante argentino ***Santiago Pusso,*** que os argentinos se dedicavam à exploração da madeira e da erva-mate, valendo-se, sobretudo, da exploração da mão de obra dos paraguaios. Para o viajante, havia abundância de erva-mate e de terra fértil. Apesar dos caminhos perigosos, da densa floresta e da falta de comunicação, a colonização se apresentava como solução para garantir a posse das terras da fronteira. Em seu relato dá destaque à exuberância das Cataratas do Iguaçu.

Domingos Nascimento (1903) dá conta, em seu relato de viagem, da presença de indígenas mansos e bravios. Atesta que a floresta era quase impenetrável, rica em erva-mate e madeira. A exploração estrangeira (argentino) das riquezas nacionais e escravização branca se configuravam como problema e que só teria solução com a colonização para garantir a posse das terras da fronteira.

Arthur Martins Franco (1913) apontou a presença de índios mansos e a exploração dos estrangeiros. Destacou os recursos naturais, dando ênfase à erva-mate, à madeira e às Cataratas do Iguaçu. A colonização foi também por ele apresentada como possibilidade para integrar a fronteira ao território nacional.

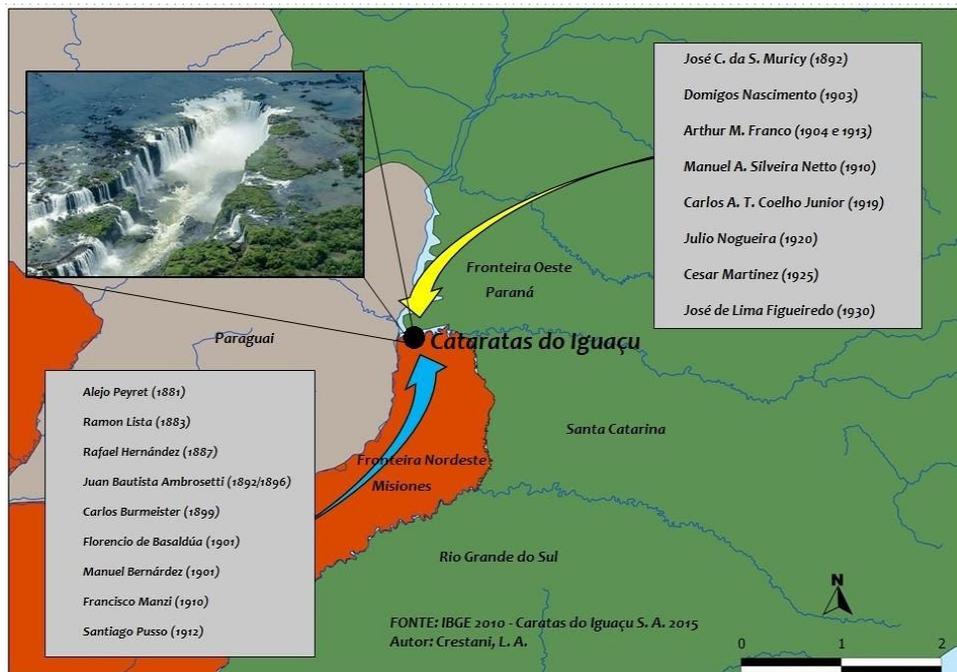
Manuel Azevedo da Silveira Netto (1920 [1999]) constatou, a exemplo dos anteriores, que os indígenas povoavam predominantemente a região e que havia argentinos e peões nas *obrages* explorando a madeira e a erva-mate. Indicou a colonização como alternativa para desenvolver o sertão Oeste, acenando para a riqueza das terras e para a pujança das Cataratas do Iguaçu.

Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior (1946) não foge à regra dos viajantes anteriores, quando registra que índios, caboclos e *mensus* escravizados compunham a população da região, rica em recursos naturais, que, somados às Cataratas do Iguaçu, poderiam atrair o imigrante para a colonização da fronteira.

Julio Nogueira (1920) restringe-se ao registro da presença de estrangeiros (argentinos e paraguaios), ao que **Cesar Martinez** (1925) acrescenta a existência de indígenas. Ambos referem-se às riquezas naturais, dando destaque às Cataratas do Iguaçu, e sugerem que o problema da exploração estrangeira da fronteira poderia encontrar solução através do processo de colonização.

José de Lima Figueiredo (1937), além de índios, paraguaios e argentinos, sublinha a presença de imigrantes, que, se intensificada, poderia promover a ocupação e resolver o problema da fiscalização e da exploração da população que vivia em regime de escravidão.

As narrativas desses viajantes trazem representações e impressões de como era o contexto desta fronteira antes da integração do Estado Nacional brasileiro, subsidiando o entendimento acerca dos locais visitados por eles durante a viagem. Tiveram como ponto

em comum as Cataratas do Iguaçu e as referências às riquezas naturais como a erva-mate e a floresta (madeiras).

MAPA 1 - Ponto em comum dos viajantes: Cataratas do Iguaçu

Fonte: Elaborado a partir dos relatos de viagens.

Nos relatos dos viajantes, nota-se a presença de um projeto civilizador e modernizante para a fronteira entre a Argentina e o Brasil. O cruzamento dessas narrativas permite elencar os seguintes pontos comuns: a descrição sobre a população, a necessidade de caminhos oficiais, os recursos naturais, a urgência da colonização e os problemas da fronteira.

Os elementos comparativos apresentados anteriormente evidenciam os principais destaques apresentados pelos viajantes que se dirigiam para o Oeste do Paraná e para o Nordeste de Misiones, dado que favorece a confirmação do argumento de que havia o propósito de um projeto civilizador e modernizante para a fronteira da parte de ambos os países. É possível verificar semelhanças nas observações dos viajantes, principalmente no que se refere à necessidade de justificar a marcha da civilização para esse espaço transnacional.

Todos os viajantes tiveram como meta descrever, descobrir e explorar a fronteira, construindo inventários do espaço transnacional entre Argentina e Brasil, ou seja, evidenciar os possíveis locais para a fundação de colônias e levantar informações sobre a população,

os caminhos, os recursos naturais, a colonização e os problemas existentes na fronteira com vistas a possibilitar o processo de ocupação.

Os relatos dos viajantes argentinos e brasileiros permitem vislumbrar as oportunidades da fronteira e a necessidade da integração desse espaço à nação. Nesse contexto, viajar para a fronteira e publicar relatos em forma de livros e boletins informativos significava revelar os projetos colonizadores alimentados pelos Estados nacionais e trazer a público as descrições e observações dos lugares que poderiam ser explorados, ocupados e colonizados.

Considera-se que esses relatos foram essenciais para a construção de um discurso identitário no que tange às políticas nacionalistas de ambos os países para a ocupação e colonização da fronteira. Tanto a Argentina quanto o Brasil forjaram a ideia de vazio demográfico para a construção da fronteira externa e interna. O ato de viajar em direção à fronteira assumia a função de conhecer, em maior profundidade, as questões culturais, políticas, sociais e econômicas para a construção e a integração territorial através do processo imigratório europeu.

Os caminhos que levavam à fronteira eram de difícil acesso e distantes dos “centros civilizados”, ao que se atribuía a falta de comunicação entre os lugares e o atraso da ocupação e da colonização. Apesar dos marcos das fronteiras dos Estados Nacionais, argentino e brasileiro, estarem consolidados, o avanço da população civilizada se fazia necessário, pela ótica dos relatos; a falta de presença do Estado gerou até mesmo a escravidão de índios, caboclos e até de brancos por parte dos donos de *obrages*.

O domínio e a exploração dos recursos naturais como a erva-mate, a madeira, a terra e as Cataratas do Iguaçu são apontados como potencialidades futuras em todos os relatos. No processo de venda, tanto as riquezas quanto a terra como propriedade poderiam ser mercantilizadas, o que promoveria a apropriação espacial da fronteira e poderia trazer grandes possibilidades econômicas para os estados nacionais.

A consolidação da fronteira entre Argentina e Brasil tem um forte viés ligado às Cataratas do Iguaçu, uma vez que, segundo os relatos dos viajantes, simbolizava o ponto da transnacionalidade entre essas duas nações. Além do Parque, vislumbrava-se o potencial de produção de energia elétrica como fator de desenvolvimento do Estado Nacional Moderno. Neste caso, os viajantes foram agentes políticos, que fomentaram a ação dos estados para, a partir dos recursos evidenciados, desencadearem a integração territorial da fronteira, por meio de políticas de ocupação e colonização, promovendo o desenvolvimento nacional.

O objetivo de explorar as Cataratas do Iguaçu, por meio de seus potenciais, trouxe a possibilidade de uma fronteira integrada aos centros civilizados. As Cataratas do Iguaçu compõem, assim, um dos pontos fundamentais para a compreensão da transnacionalidade:

era o ponto de destino dos viajantes que se aventuravam pelas fronteiras Nordeste, na Província de Misiones, e fronteira Oeste, no estado do Paraná.

Os relatos dos viajantes permitem verificar que a fronteira entre Argentina e Brasil é redefinida historicamente durante a consolidação do Estado Nacional Moderno, quando se torna elemento de afirmação para expansão contra as comunidades indígenas. Essas narrativas são fundamentadas, ao seu modo, em discursos ideológicos para legitimar o processo de conquista da fronteira sobre a população ali existente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da comparação do processo de formação fronteiriça, é possível contextualizar a construção territorial da fronteira entre Argentina e Brasil, enquanto espaço transnacional; local esse de interconexões, ligações e conflitos. A ocupação e a colonização da fronteira são, assim, marcadas por uma territorialidade construída por agentes políticos e não por sujeitos sociais que habitavam o espaço transfronteiriço.

O espaço transnacional entre Argentina e Brasil não foi formado por lutas sociais de indígenas, colonos e imigrantes que habitavam esse território, mas sim através do desenvolvimento de políticas de incorporação da fronteira dos Estados Nacionais para a exploração das riquezas naturais e, posteriormente, para a valorização das terras para futura comercialização enquanto propriedade privada. Logo, para a mercantilização da terra não era interessante à Argentina e ao Brasil ocupar e colonizar a fronteira a partir das populações tradicionais que já viviam neste espaço transnacional no período, muito em função da sua instabilidade em relação à fixação no território. Em uma visão de ganho sobre as terras ditas vazias era mais rentável forjar a nacionalização e a fixação da fronteira com sujeitos não nacionais, vindos da Europa, que comprariam a terra já ocupada, criando assim um mercado de terras na fronteira.

A promoção da imigração de origem europeia presente nas leis, relatórios e mensagens (provinciais e presidenciais) e nos relatos de viajantes visava à ocupação e à posse da terra pelo seu potencial econômico. Ao comparar a Província de Misiones e o estado do Paraná, nota-se que ambos tiveram a mesma dinâmica de ocupação, forjada pela garantia da posse da terra e não pela necessidade do desenvolvimento da "brasilidade" ou da "argentinidade" da fronteira.

Em desfavor dos primitivos habitantes, para quem não existiam fronteiras, os discursos contidos nos relatórios, nas mensagens e nas leis da época reforçavam a importância de europeizar a fronteira para civilizar os países. Pode-se perceber que as políticas estatais para a fronteira menosprezavam índios, caboclos e nativos, definindo o modo como deveria ocorrer o processo de colonização dessas regiões fronteiriças, com um "*tipo ideal"* de população que fixaria social, política e economicamente a fronteira.

REFERÊNCIAS

Fontes sobre a Terra, Imigração e Colonização (Argentina)

ARGENTINA. *Comisión Especial Revisora de las Leyes de Tierras y Colonias* – informe y proyecto de ley presentados al Ministro de Justicia, C. e Intrucción Pública por la Comisión Especial nombrada por el Poder Ejecutivo. Buenos Aires: Imprenta de Obras J. A. Berra. 1894.

ARGENTINA. *Ley nº 817 – Inmigración y colonización 1876*. Disponível em: http://valijainmigracion.educ.ar/contenido/materiales_para_formacion_docente/textos_de_consulta/18%20Ley%20817.pdf Acesso em: 13 dez. 2015.

ARGENTINA. *Tierras Públicas é Inmigracion*: Informe y Projecto de Ley 1894 informe y proyecto de ley presentados al Ministro de Justicia, C. e Intrucción Pública por la Comisión Especial nombrada por el Poder Ejecutivo. Imprenta de Obras de J. A. Berra, 1864.

MEMORIA sobre seguridade de nuestra frontera - Dedicada al Exmo. Señor Presidente de la República Argentina, Brigadier Genereal Don Bartolome Mitre, por el Coronel Graduado de caballería de línea de la nación: Don Federico Olivencia. Imprenta de el Nacionalista, 1864.

MEMORIA y Proyecto sobre inmigracion - presentados al gobierno de la República Argentina por Juan Le Long. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna, 1865.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA AGRICULTURA, DO COMMERCIO E DAS OBRAS PUBLICAS. *Provincia do Paraná – Dados Estatisticos e Esclarecimentos para os Emigrantes*. Rio de Janeiro: G. Leuznger & Filhos, 1875.

MULHALL, Michael George; MULHALL, Edward Thomas. *Manual de las Repúblicas del Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Standard; Lóndres: Edward Stanford, 1876.

YSSOURIBEHERE, Pedro J. *Investigación agrícola en el Territorio de Misiones*. Anales del Ministerio de Agricultura. Buenos Aires: Compañia Sud-Americana de Billeste de Banco, 1904.

Fontes sobre a Terra, Imigração e Colonização (Brasil)

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm Acesso em: 04 jul. 2014.

DECRETO *nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm. Acesso em: 14 dez. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-914-a-23-outubro-1890-517812-publicacaooriginal-1-pe.html Acessado em: 05 jun. 2015.

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Dados estatísticos e esclarecimentos para emigrantes. Publicado por ordem do Ministerio dos Negócios da Agricultura, do Commercio e das Obras Publicas. Editora G. Leuzinger & Filhos, 1875.

Mensagens Presidenciais (Argentina)

MENSAJE de los Presidentes de la República Argentina de 1879 a 1913. In: Biblioteca Digital Hispánica [Biblioteca Nacional De España]. Disponível em: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html.

Mensagens Governamentais (Brasil)

MENSAGEM do Governadores do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo do Paraná de 1892 a 1930. In: *Arquivo Público do Paraná – Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31.*

Relatórios Provinciais (Brasil)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ – Apresentados a Assembleia Legislativa de 1854 a 1888. In: *Arquivo Público do Paraná* – Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44.

Relatos de viajantes (Argentina)

AMBROSETTI, Juan B. Segundo viage Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú). Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV *del Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, 1894a.

AMBROSETTI, Juan B. *Tercer viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008. (A primeira publicação foi em 1895, pelo Boletín del Instituto Geográfico Argentino).

AMBROSETTI, Juan B. *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay* (Parte Descriptiva). La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.

AMBROSETTI. Juan B. Los indios Cainguá del Alto Paraná (Misiones). *Boletin del Instituto Geográfico Argentino*. Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma. 1894b.

BASALDÚA, Florencio de. *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata: s/d, 1901.

BERNÁRDEZ, Manuel. *De Buenos Aires al Iguazú* – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y missiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas. Buenos Aires: Imprenta de «La Nación», Segunda edición, 1901.

BURMEISTER, Carlos. *Memoria sobre el Territorio de Misiones*. Ministerio de Agricultura de la República Argentina. Buenos Aires: Imprenta Litog. Y Encuadernación de J. Pruser, 1899.

HERNÁNDEZ, Rafael. *Cartas Misioneras*: reseña histórica, científica y descriptiva de las missiones

argentinas. Buenos Aires. Establecimiento Tipográfico de Luz del Alma, 1887.

LISTA, Ramón. *El Territorio de las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

MANZI, Francisco. *Impresiones de Viaje*: breves apuntes sobre el Territorio de Misiones. Corrientes: La Popular, 1910.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

PUSSO, Santiago. *Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapí – Por las costas de Sur*. Casa Editorial MAUCCI: Barcelona, 1912.

Relatos de viajantes (Brasil)

COELHO JUNIOR, Carlos Alberto Teixeira. *Pelas Selvas e Rios do Paraná*. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1946.

FIGUEIREDO, José Lima. *Oéste Paranaense*. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Campanhia Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973.

MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.

MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú – Ligeira descripção de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. Impressora Paranaense. Curityba: Paraná, 1896.

NASCIMENTO, *Domingos*. Pela Fronteira. Curitiba: s/ed, 1903.

NOGUEIRA, Julio. *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*. Rio de Janeiro. Typ. Editora Carioca, 1920.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995 [1920].

AVELLANEDA, Nicólas. *Estudios sobre las Leyes de Tierras Públicas*. 2. ed. Buenos Aires, Imprenta del Siglo, 1865.

GREGORY, Valdir. Fronteiras e territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX. Tese (Pós-doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, p. 95. 2009.

MYSKIW, Antonio Marcos. Relatos de Viajantes. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e disputas*: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

RAU, Víctor. La yerba mate en Misiones (Argentina). Estructura y significados de una producción localizada. AGROALIMENTARIA. nº 28. Enero-Junio, 2009 (pp. 49-58). Disponível em: http://www.scielo.org.ve/pdf/a/v15n28/art06.pdf. Acesso em: 28 mar. 2015.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto*: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis)

SILVA, Ligia Maria Osório; SECRETO, Maria Verônica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 12, pp. 109-141, jun., 1999.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Henry Holt and Company, 1920.

CAPÍTULO 3

MOISÉS SANTIAGO BERTONI E AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS

Data de aceite: 20/01/2022

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

INTRODUÇÃO

Este capítulo foi elaborado a partir de uma parte da tese de doutorado *Fronteiras, vivências e memórias: Moisés Santiago Bertoni e as Centralidades*. O foco está voltado para a construção de memórias de Moisés Santiago Bertoni nascido na Suíça em 1857, migrante na Tríplice Fronteira Argentina, Paraguai e Brasil, falecido em 1929 no lado brasileiro, sendo sepultado em solo paraguaio. O objetivo foi apresentar às memórias construídas sobre o personagem que viveu na fronteira no final do século XIX e início do século XX. As fontes privilegiadas foram cartas, imagens, escritos produzidos e guardados por Bertoni e sua família, bem como textos sobre ele, como biografias e matérias em jornais escritos, produzidos após a sua morte. Os textos e dados sobre Bertoni apresentam versões que evidenciam imagens romantizadas e idealizadas, por vezes contraditórias. Permitem conhecer o processo de construção de memórias sobre este migrante da Tríplice Fronteira. Verificou-se que existem interpretações construídas ao longo do tempo que procuram determinar e definir este personagem como sábio, destemido e persistente. Trazem imagens positivas, com discurso idealizador e contraditório de um anarquista convicto, de um homem dedicado à ciência e à consolidação da figura de um imigrante e migrante que adotou o Paraguai como sua pátria e que dedicou a sua vida para contribuir nos estudos sobre e na busca por uma identidade da terra guarani.

OS ESTUDOS SOBRE MOISÉS BERTONI E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Os estudos sobre Moisés Santiago Bertoni emergem de uma vasta documentação constituída por ele mesmo e por obras diversas produzidas a seu respeito. Tais memórias fazem parte de variado leque de lembranças da e na Tríplice Fronteira. São, portanto, memórias em construção e em reconstrução.

A curiosidade sobre a vida de Moisés Bertoni intensificou-se no início dos anos de 1970, quando o cineasta Suíço Leandro Manfrini filmava, em Misiones, província do Nordeste argentino, um documentário sobre descendentes de imigrantes suíços que se instalaram na região nos anos de 1930. Naquela ocasião, foi feita uma referência rápida a Bertoni, uma vez que permaneceu pouco tempo na Argentina e se estabeleceu definitivamente do outro lado do rio Paraná, no Paraguai. Com a indicação e informações levantadas, Manfrini decidiu

conhecer Puerto Bertoni. Já no primeiro contato, a atração pelo tema foi imediata[1].

O primeiro contato foi com um certo número de documentos que estavam conservados no Arquivo Cantonal de Bellinzona e na Biblioteca Cantonal de Lugano, Suíça. Em seguida, no ano de 1992, viajaram para o Paraguai para conhecer Puerto Bertoni, antiga casa da família, hoje um Museu. Relataram que, logo que entraram no antigo escritório de Bertoni, ficaram surpresos e confusos com a quantidade de materiais. Verificaram que Bertoni havia conservado mais de 4.000 correspondências de outros remetentes a ele dirigidas, sem contar as correspondências enviadas e recebidas, na qualidade de diretor da Escola de Agricultura, além de manuscritos científicos e fotográficos, ao todo mais de 25.000 folhas. Entre os anos de 1995 e 1996, os trabalhos dos dois historiadores seguiram uma série de etapas de verificação, higienização, catalogação, conservação, microfilmagem e guarda da documentação. Parte do material está armazenada no Arquivo Nacional em Assunção (BARATTI; CANDOLFI, 1996).

Naquela ocasião, diante da urgência em catalogar e conservar o material, o primeiro passo dos investigadores suíços foi comunicar o fato imediatamente ao Ministério da Agricultura do Paraguai e à Embaixada Suíça no Paraguai. Em fevereiro de 1993, após intensos procedimentos, o Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda, Agricultura e Pecuária do Paraguai, o Arquivo Cantonal de Bellinzona e a Fundação Moisés Bertoni - sob os cuidados do Encarregado de Negócios Suíços em Assunção - assinaram um acordo que previa a exportação temporária do material encontrado, para que os documentos fossem limpos, catalogados e microfilmados em Bellinzona. O material chegou na Suíça entre maio e julho de 1994 e os trabalhos de sistematização tiveram início em novembro do mesmo ano.

Baratti e Candolfi foram os encarregados pela descrição e sistematização do material. Esclarecem, na abertura do Catálogo do Arquivo de Moisés Bertoni (1996), que encontraram pastas, cadernos e folhas, que permaneceram por mais de meio século em um ambiente úmido, exposto a ataques de fungos e insetos. Em alguns casos, se tornaram inelegíveis, mas a maior parte do material, embora deteriorado ainda era considerável e passível de recuperação, restauração, organização e arquivamento.

Antes do material ser enviado para a Suíça, uma equipe do Paraguai contou as folhas uma por uma, sendo inscritas em quatro catálogos, indicados o número progressivo, a data e, muito vagamente, o conteúdo de cada página. Assim, no reordenamento dos documentos, o grupo seguiu uma sistematização, adotando uma ordem de numeração progressiva em que o primeiro dígito indica a caixa, o segundo a pasta de papelão, o terceiro

1. Em outubro de 1976, após uma inspeção adicional, Manfrini apresenta um projeto documental sobre Mosés Bertoni a ser realizado em dezembro daquele ano. Outra viagem ao Paraguai ocorreu em março de 1980, acompanhado por Carlo Pellegrini, o diretor da Biblioteca Cantonal, Adriano Soldini, que escreveu um longo relatório quando retornou a Ticino. Esta expedição permitiu entrevistar os filhos de Bertoni. O documentário, em dois episódios de quase uma hora cada, foi transmitido pela TV Suíça a ETI, em março de 1985.

a pasta de papel, o quarto, quando apropriado, o número do documento. Este último sendo, mais tarde, desconsiderado, mas não foi possível a sua remoção, para que o documento não fosse danificado. Hoje, ao pesquisar os documentos, observa-se uma numeração na parte superior direita o que indica esse processo de identificação e quantificação.

Alguns documentos danificados foram restaurados. Baratti e Candolfi esclarecem, na introdução do catálogo, que outros teriam merecido uma restauração conservadora, mas o volume de documentos e os custos da operação não o permitiram. De todo modo, os documentos foram limpos e as partes metálicas enferrujadas e corrosivos foram removidas. As folhas estão agora dispostas em pastas brancas, azuis e caixas com PH neutro. O processo de acidificação foi paralisado. Assim, para os historiadores responsáveis pela sistematização e guarda, o resto dependerá de futuras condições de conservação no Paraguai.

Danilo Baratti relatou em um de seus textos sobre as produções de Manfrini, que, enquanto trabalhava no documentário, pensava na possibilidade de contar a história épica bertoniana de outra maneira - um filme de ficção. No ano de 1984, Danilo Baratti se juntou à equipe de filmagens, no papel de consultor histórico. O historiador leu o que estava disponível na época: biografias, artigos e cartas, incluindo aqueles documentos recuperados em 1980 - iniciando assim a sua carreira de "bertonólogo"[2]. Trabalho que resultou no longa-metragem *Desencuentros*[3].

O material coletado para o documentário levou Manfrini, no ano de 1992, a lançar uma segunda produção, o filme de ficção *Desencuentros*, um longa-metragem que traz no roteiro a história de um suíço que migra para a América do Sul. As duas produções constituíram-se enquanto etapas fundamentais para o conhecimento sobre a sua vida e obra. Naquela ocasião, as produções de Manfrini chamaram a atenção sobre a urgência em preservar a documentação de Puerto Bertoni. O trabalho contribuiu para a criação da Fundação Moisés Bertoni[4], na Suíça, com o objetivo de salvaguardar e divulgar a figura e o trabalho de Bertoni naquele país e no exterior.

Para que o projeto da produção fílmica fosse efetivado pela TV Suíça, Danilo Baratti foi chamado para fazer o levantamento histórico da vida e da obra de Bertoni. O estudo

---

2. Danilo Baratti se autodenomina *Bertonólogo* no texto "Un ricordo del regista scomparso Leo Manfrini, Mosè Bertoni, il Paraguay". Disponível em: http://www.mosebertoni.ch/pdf/CantonettoManfriniBertoni.pdf.

3. Desencuentros (1992), dirigido por: Leandro Manfrini; roteiro: Mario Garriba e Leandro Manfrini; fotografia: Miguel Rodríguez; edição: Pedro del Rey; música: Franco Piersanti; performers: Jean François Balmer, Cecilia Roth, Manuel Callau, Alexandra Sirling, Teco Célio, Arturo Maly; Produção: Variofilm Cureglia e SSR-RTSI.

4. A Fundação Bertoni contribuiu para o lançamento de duas publicações. A primeira, é a Biografia de Moisés Santiago Bertoni, com curadoria de Lorenzo Ramella e Yení Ramella Miquel, encomendada pelo Conservatório e Jardin Botanique de la ville de Genève (Genebra, 1985). A segunda, de caráter divulgativo, é o livro infantil de Angelo Casè, Mosè Bertoni (1857-1929), De Lottigna ao Paraguai (Swiss Editions for Youth, 1986). A Fundação lançou então um projeto de um centro de pesquisa científica em Puerto Bertoni, ligado à Confederação, depois abandonado. Estava finalmente presente, antes de dissolver-se em 2006, nas negociações com o governo paraguaio, concluídas com sucesso em 1993, para a recuperação e catalogação dos documentos de Puerto Bertoni e para a restauração da casa. (Informações retiradas do texto de Baratti. Disponível em: http://www.mosebertoni.ch/pdf/CantonettoManfriniBertoni.pdf.

aprofundado que Baratti teve com a documentação de Bertoni, para a produção do filme, culminou na produção de duas biografias em parceria com Patrizia Candolfi (1994 e 1999), além de vários artigos publicados em periódicos na Suíça. Naquela ocasião, o contato que Baratti teve com o volume documental em Puerto Bertoni, como livros, fotografias, cartas, anotações, diários, o levou a se preocupar com a preservação, dando início ao levantamento, organização e guarda documental, hoje disponíveis no Arquivo Nacional de Asunción, como também a organização do Museu Bertoni em Presidente Franco, no Paraguai.

O contato que Baratti teve com a documentação levou-o, juntamente com Candolfi, a visitarem Puerto Bertoni no Paraguai em 1992, o que resultou na organização do arquivo pessoal de Bertoni. O que permite adentrar nas vivências desse personagem e assim conhecer as relações de fronteira daquele período são as mais de 500 obras que escreveu, editou e publicou na sua própria gráfica e editora instalada às margens do rio Paraná - a ExSylvis e a grande quantidade de registros entre correspondências, manuscritos e fotografias por ele produzidos, organizados e guardados. Esse contato levou a transferência de parte daquela documentação para o *Archivo Nacional de Asunción*, como também para o Museu que leva o nome do personagem organizado onde foi a residência da família, localizada em Presidente Franco, no Paraguai.

As biografias e as duas produções fílmicas apresentaram o mundo de Bertoni desde o seu nascimento até sua morte, também contribuíram para a construção das várias representações sobre o personagem. Entre imagem romantizada, idealizada, lendária, anarquista, figura um homem com contradições e que viu no território fronteiriço um mundo de possibilidades. A fronteira propiciou seu auge e seu declínio.

A produção do documentário e do filme, bem como os desdobramentos destas iniciativas, foram percebidas e evidenciadas na pesquisa de doutorado e mostradas resumidamente neste capítulo. Serviram, portanto, para destacar um despertar maior em relação às vivências de Moisés Bertoni. Na sequência, esses desdobramentos foram analisados e discutidos.

Nesse sentido, foi possível voltar-se ao que dizem os textos sobre Moisés Bertoni e assim conhecer como o personagem foi sendo construído no decorrer dos tempos. Textos em jornais no Paraguai, produções de Manfrini, o documentário de 1985 e o longa-metragem de 1992, biografias de Baratti e Candolfi, de 1996 e 1999, de Schrembs de 1984 e de Ramella de 1985 permitem conhecer o processo de construção de memórias sobre este migrante da Tríplice Fronteira.

“Toda história é filha do seu tempo”, dizia Lucien Fèbvre, que manifesta o interesse de problematizar no presente, o próprio “fazer histórico”. Assim, a questão que se formulou é: que *vestígios* se encontram nos textos escritos e visuais que permitem conhecer o personagem? Moisés Santiago Bertoni, conhecido como sábio, naturalista, cientista,

doutor, etc., teve uma vida complexa e contraditória. Textos sobre sua trajetória e seus escritos fornecem pistas para conhecer a relação que mantinha com o espaço vivenciado.

Entre as publicações sobre Bertoni, foi selecionada uma para introduzir a reflexão dessa parte do estudo. A citação a seguir é uma matéria publicada no Jornal *El Diario*, do dia 9 de outubro de 1929. Ela oferece a oportunidade de visualizar uma cena solene, digna de filme, que homenageou Bertoni no Teatro Nacional em Assunção, alguns dias depois de sua morte. Esta publicação, sobre *El Funeral Civil*, permite adentrar no mundo do personagem e a sua relação com o Paraguai. Contribui para entender o significado e a representatividade do nome Moisés Bertoni, como também o papel do ato simbólico para a construção da memória.

Introduzir um item sobre a vida e obra de Bertoni, na perspectiva da memória, a partir de um texto publicado logo após a sua morte, talvez seja uma forma nada "convencional" de escrita. Mas aqui se justifica, pois é justamente o inverso do que possa representar. O que poderia parecer o fim, é tomado como início ou reinício, para o entendimento sobre o processo de construção da memória. Sobretudo, como o personagem é construído após a sua morte, constituindo-se em um novo ser, uma reconstrução, contudo, sem deixar de ser Moisés Bertoni. Candau fala sobre a dialética da memória e da identidade, "que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa" (CANDAU, 2011, p. 16).

> *Sobrepasando los cálculos más optimistas el solemne y grandioso acto celebrado a notche en el Teatro Nacional en homenaje al doctor Moisés Bertoni, alcanzó las magnas proporciones de una verdadera apoteosis. Un inmenso público, en el que estaban representados los más diversos círculos sociales, llenó por completo las localidades del Viejo Coliseu, testemoniando así el unánime y hondo dolor provocado por la desaparición del ilustre sabio en el seno de nuestra sociedad. Tanto la sala con el escenario se hallaban adornados con hojas de palmera y crespones, dispuestros con sobriedad y buen gusto. En el proscênio que se hallaba enlutado con un gran telón de fondo negro, se exhibía un monumental retrato del doctor Bertoni, obra del pintor Juan A. Samudio, a cuyo frente ardían las resinas rituales en artísticos pebeteros. El coro mixto del Colegio Alemán inició el solemne acto entonando con toda perfección y sentimiento el coro del Salve Caput Cruentatum del maestro Bach (Revista Agropecuaria y de Industrias Rurales, 1931, p. 369-371).*

O cerimonial é comparado a uma apoteose, Bertoni se transformou em um personagem digno de homenagem e de honra extraordinária, um ato de glorificação e exaltação. É no Teatro Nacional "*Viejo Coliseu*" lotado, que se testemunha a dor pelo desaparecimento do ilustre sábio diante do monumental retrato do doutor. Após sua morte, adquiriu o ponto mais importante de sua "existência". Ou seja, correspondeu ao ponto final de uma existência decorrida de maneira espetacular e que naquele momento realizavam a união entre Bertoni e o divino. O texto segue apresentando a programação da noite:

> *El doctor Rodolfo Ritter dió lectura luego a un meduloso e interesante estúdio sobre la vida del extinto sabio, titulado Recordación. En representación del Centro Estudantil, del cual es presidente, el señor Elpidio Yegros dió lectura a su sentida y hermosa oración. "Oración singular" es el titulo de la inspirada y bela poesí que el señor Leopoldo Ramos Jiménez recitó luego con toda propriedade, arrancando lágrimas de emoción a los presentes. El poeta Ramos Jiménez escribió esa poesia especialmente para el funeral civil de anoche. La interpretación magistral del Adagio del Cuarteto N° 1 de Beethoven por el Cuarteto de Asunción, fue uno de los números más belos por la fuerza emotiva de esa joya musical y por el sentimiento y ternura con que fue interpretado por el harmonioso conjunto orquestral que dirige el maestro Remberto Jimenez. Luego ocupó el cenário el prestigioso doctor Juan Stefanich, pronunciando un magistral discurso con la arrebatadora elocuencia característica de su verba florida y harmoniosa. La señorita Chela Cuevas tuvo a su cargo el recitado de una hermosa page lírica con que el doctor Moisés Bertoni dedicó su obra maestra "Civilización Guaraní" a su hijo Líneo. La bela e importante velada recordatoria de noche, se clasuró con el canto del Interger vitae de Flemming, a cargo del disciplinado y armónico coro del Colegio Alemán (Revista Agropecuaria y de Industrias Rurales, 1931, p. 369-371).*

Dentre os nomes citados na matéria, convidados especiais para fazerem parte do cerimonial, com um texto intitulado *Recordación*, personalidades recebem menções. A escolha para fazer a leitura de uma narrativa tinha razão de ser, Rodolfo Ritter (economista, advogado e periodista), considerado o melhor amigo de Bertoni. Coube a ele realizar a leitura do percurso histórico do amigo. Outro amigo, Leopoldo Ramos Jiménez (periodista, poeta, escritor teatral, político e sindicalista do Paraguai) foi escolhido para declamar uma poesia, escrita especialmente para o funeral. Recorreu-se à história do personagem para legitimar a construção da memória, juntamente com a poesia declamada em forma de oração, transformando o cerimonial em um ato de característica quase religiosa. Estes são elementos para atingir o emocional dos participantes, fator importante para a construção do processo de rememorar.

Candau (2011) ajuda a entender que os discursos proferidos pelos amigos, colegas de trabalho e membros do governo, contando sobre a vida de Bertoni, bem como o próprio registro e publicação no jornal do *El Funeral Civil*, se constituem em escolhas para perpetuar lembranças passadas, memórias sobre o passado, em uma mediação mortuária. As memórias são construídas a partir de acontecimentos passados, os quais já não existem, mas que permanecem no tempo. Com isso, Bertoni teve a possibilidade de continuar a viver, a partir de e em tais lembranças. O ato simbólico institui que ele, no Paraguai, não seria um sujeito morto, aquele do qual ninguém se lembraria, com sua individualidade apagada com o seu falecimento. São dadas ênfases a determinados aspectos, tais como sábio, doutor, "Civilização Guarani", sinalizando escolhas para a memorialização.

A descrição do ato cerimonial continua:

> *Entre los asistentes a la ceremonia de a noche, que como dijimos colmaron totalmente las localidades del Teatro Nacional, notamos la presencia del Presidente de la República, doctor José P. Guggiari que em companhia del Ministro de Instrucción Pública, doctor Rodolfo Gonzaléz, acudió al acto, prestándole prestigio oficial. Casi todos los representantes del cuerpo diplomático y otras distinguidas personalidades también se hallaban presentes en la velada se anoche que constituyó un lúcido acontecimiento de alta cultura. Desde luego el mejor homenaje que podría tributarse a la memoria venerada del llorado maestro no podría ser sino un acto de esta naturaleza, que dentro de su imponência y severidad fue una justa espiritualidade y belleza, ornada con el prestigio doloroso del recuerdo (Revista Agropecuaria y de Industrias Rurales, 1931, p. 369-371).*

O registro, através da publicação do texto no jornal do *El Funeral Civil*, é o testemunho que demonstra a importância de Bertoni frente aos representantes do mundo da cultura e das autoridades políticas do Paraguai. A imagem construída no texto parece como um homem querido, respeitado, admirado e apoiado pelo governo daquele país, pelas inúmeras contribuições científicas por ele deixadas. A presença, no ato cerimonial, do Presidente da República, bem como de outros membros do governo e do corpo diplomático está manifestada no texto, como fator incontestável da representatividade dele frente ao País. Essa cultura de rememorar, a partir da morte, "são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações" (HALL, 2006, p. 50). A peça da ópera tocada na ocasião, o quadro com a imagem de Bertoni, ainda com a tinta molhada, atualmente exposto na Biblioteca Moisés Santiago Bertoni, em Asunción, e o poema no idioma guarani, os discursos dos amigos, tiveram a função "de instigar, pela emoção, uma memória viva" (CANDAU, 2011, p. 145).

As considerações de Candau levam-nos a atentar para o que os historiadores Baratti e Candolfi declaram, ao questionarem essa construção da memória, que *marmoriza ou petrifica* uma imagem de Bertoni, tendo uma relação sem conflitos na fronteira:

> *La imagen de un Bertoni justamente apreciado y apoyado por gobiernos paraguayos conscientes de sus méritos ya había empezado a circular veinte años antes, cuando Puerto Bertoni comenzó a ser meta de turistas intrigados por la fama de esta celebridad nacional. Pero ya en aquella época Bertoni se desesperaba porque las subvenciones estatales, prometidas desde hacá ya largo tiempo, no llegaban, lo que le impedía publicar sus obras y lo obligaba a hacer esfuerzos por esconder a los ojos de los visitantes las dificultades en las que se debatía Puerto Bertoni (BARATTI; CANDOLFI, 1999, p. 20).*

As informações que os autores nos fornecem sobre as dificuldades que Puerto Bertoni passou nos últimos anos que antecederam sua morte, foram registradas em cartas, tema a ser tratado mais adiante. São importantes para visualizar o universo plural ou de contradições em que Bertoni estava inserido: *"Podríamos continuar agregando testimonios y juicios sobre el hombre y su obra y no haríamos más aumentar las dudas y la confución"* (BARATTI; CANDOLFI, 1999, p. 21).

Quem foi realmente Bertoni? Teria sido ele um anarquista? Um nacionalista paraguaio? Um pesquisador que renunciou a tudo em nome da ciência? Um agricultor preocupado com a subsistência da família?

As citações acima apresentadas demonstram que conhecer esse personagem não é uma tarefa fácil. Deve-se considerar o contexto histórico no qual ele estava inserido, tanto na Suíça como na América do Sul. E também considerar as diferentes leituras que foram realizadas sobre ele, no decorrer do tempo.

A construção de uma imagem romantizada, de um Bertoni idealizado, também pode ser percebida no documentário produzido por Leandro Manfrini[5]. Para Danilo Baratti, (2013) o documentário era um trabalho de divulgação cujo objetivo foi contar uma história extraordinária e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação da memória daquela aventura e do que restava em Puerto Bertoni: "Manfrini foi o redescobridor, e talvez o salvador, de Puerto Bertoni" (BARATTI, 2013, p. 17). Baratti prossegue dizendo que Manfrini pretendeu, acima de tudo, apresentar a natureza sonhadora de Bertoni. Uma leitura romântica, mas que reconstrói a história existencial com riqueza de detalhes, a partir das entrevistas dos filhos Arnold de Winkelried, Werner, Aurora e do sobrinho Sigisfredo Schrottky.

Percebe-se aqui, e é importante evidenciar isto, que foram europeus, cineasta e historiadores, que incrementaram as buscas pelos registros de Bertoni. Contribuíram para a construção de memórias a partir de parâmetros e olhares do mundo ocidental europeu. Por outro lado, tais parâmetros e tais olhares debruçaram-se sobre os registros feitos no espaço e a partir de vivências na fronteira. Portanto, estes aspectos merecem serem considerados para a análise a respeito de memórias sobre Bertoni que vêm sendo mostradas.

---

5. Manfrini nascido em Ponte Cremenaga em 1932, depois de um período no Jornal *Free Press* começou a trabalhar para a Televisão da Suíça Italiana em 1967. Ele estava no comando do comércio exterior 1970-1984, e em seguida, até 1987, o chefe do departamento de informações. Seu trabalho como jornalista de TV está ligado principalmente às colunas históricas "360" e "Reporter". Mas ele também experimentou em outras áreas, como na condução de entrevistas, debates e noites temáticas o estúdio. Desde o início dos anos noventa foi colunista do "Giornale del Popolo" (alguns de seus itens, com a adição de alguns inéditos, foram incluídos no livro Viajando sem passaporte, publicado pelo mesmo jornal em 2003). Leandro Manfrini morreu em Lugano em 14 de janeiro de 2013 (BARATTI, 2016, p. 17).

Figura 1 - Leandro Manfrini no Paraguai, em conversa com Arnold de Winkelried, filho de Moisés Bertoni.

Fonte: BARATTI, 2016, p.16

A bela imagem contra a luz foi tirada na década de 1970, em uma das primeiras viagens de Manfrini a Puerto Bertoni. Está guardada no Arquivo do Estado em Bellinzona, na Suíça. Winkelried recebeu o cineasta em uma casa para idosos no Paraguai. Ele morreu bem antes das filmagens do longa-metragem. Ao assistir o documentário, observou-se que as entrevistas realizadas com os filhos transmitem uma imagem mitificada sobre o pai, isenta de críticas (BARATTI, 2013). São falas de familiares após mais de quarenta anos de sua morte são, portanto, lembranças calejadas pelo tempo.

A imagem documenta o momento em que Manfrini entrevistava Winkelried. Demonstra sobretudo os usos e funções da fotografia naquele período, concebidas enquanto retrato fiel da realidade, como comprovação da ação. Pois testemunha o registro de uma entrevista, imagem que para esta pesquisa está sendo tomada como documentação inédita de relevância para compreender o processo de levantamento e guarda da documentação de Bertoni. Registros que hoje possibilitam estudos sobre o personagem e o período evidenciado. A imagem fotográfica mostra o registro documental através da entrevista.

Manfrini construiu o enredo do filme *Desencuentros,* narrando as vivências de um personagem europeu no Paraguai. Ao conhecer a história de Bertoni, encantou-se a ponto de sentir-se dividido entre ficar ou partir. Manfrini, no filme, fala da sua própria relação com Puerto Bertoni, do seu laço sentimental com o Paraguai, país com seus encantos e mistérios retratados, seja nos trilhos do trem que desaparecia no infinito, nos veículos que trafegavam com pessoas e animais que se perdiam nas ruas empoeiradas, seja nas chalanas

ou em pequenas embarcações e vapores que navegavam pelas águas dos rios, com seus encontros e desencontros, de chegada e partida. Um lugar marginal e esquecido onde a beleza e o abandono se fundem e o tempo parecia prosseguir lentamente. Representação de um povo com sorrisos espontâneos, de olhares curiosos, apresentando as peculiaridades de um país que Bertoni escolheu para viver e desenvolver suas pesquisas. As memórias dão conta que tais vivências se desenrolavam além de margens e esquecimentos. Elas estavam inseridas em outras centralidades e conhecimentos do que as dos "absenteístas" e "ádvenas" europeus.

É importante não perder de vista que as imagens que compõem o filme são representações do olhar de um cineasta europeu. O cineasta explorou as peculiaridades do Paraguai, chamando a atenção para a paisagem e para os habitantes paraguaios, visto que tal produção seria exibida em um programa de TV na Suíça. Sendo assim, o personagem principal, da narrativa fílmica, é colocado em contato com as mais diversas situações em que constrói relações diversas na fronteira.

Figura 2 - Leandro Manfrini às margens do Rio Paraná, durante as filmagens de *Desencuentros*. 1992.

Fonte: BARATTI, 2016, 17.

A fotografia registra os bastidores das filmagens às margens do Rio Paraná. A imagem vem dialogar com tais representações, nas quais se pode visualizar as águas do rio e, mais ao fundo, a mata fechada, fornecendo um panorama sobre a paisagem local. O registro também contribui para reforçar, nos textos, uma imagem daquilo que Bertoni escolheu para viver, no meio da floresta. Com isso, o personagem é construído como explorador de um país inóspito, com suas belezas, riquezas naturais a serem exploradas.

Outra interpretação sobre a vida e obra, frequentemente utilizada, parte da referência apresentada na biografia sobre Bertoni publicada por Peter Schrembs (1985). Ele defende que ele era um anarquista até a morte. O antropólogo Christian Giordano (1984) seguiu a mesma linha de pensamento. Esses estudos contribuíram para difundir a tese de Bertoni enquanto anarquista, baseada em algumas informações, tais como: elementos que fazem referências aos últimos anos em que viveu na Suíça, nas cartas recebidas do irmão Brenno, em certas passagens da obra *La Civilización Guaraní* publicadas por Bertoni na década de 1920; e na homenagem que fez a amigos e anarquistas ao batizar alguns de seus filhos com os nomes de tais personagens.

O título da obra de Peter Schrembs (1985), *Mosè Bertoni: Profilio di una vita tra scienza e anarchia*, indica os elementos que serão discutidos, especialmente sobre os estudos científicos de Bertoni e sobre suas ideias políticas. A tese central é que Bertoni *"seguió siendo comunista libertário hasta la muerte"* (SCHREMBS, 1985, p. 21). O autor busca indícios desde a juventude de Bertoni que, com dezessete anos, já teria liderado um movimento estudantil, por discordar de uma reforma no calendário escolar e no corpo docente, na escola de Lugano. A partir de atitudes do pai de Bertoni, o autor também encontra justificativas para percebê-lo como libertário. O pai, Ambrogio Bertoni, teria largado a batina, por discordar do posicionamento político dos clérigos. Após esse episódio, Ambrogio publicou um balanço de ideias anticlericais, intitulado *Cinco anos de sacerdócio* (1840). Se formou em direito em Paris, onde conheceu várias personalidades que o influenciaram nas organizações revolucionárias.[6]

Tanto a posição ideológica como a científica de Bertoni são argumentadas por Schrembs a partir das experiências vividas quando jovem, na Europa, sendo influenciado pela família e amigos. Ele cita a amizade com Giovanni Lucio Mari, um bibliotecário e naturalista que se tornou seu amigo e alimentou sua paixão pela ciência. É provável que ele também tenha conhecido o famoso geógrafo anarquista Elisée Reclus. Alguns estudos defendem ter existido uma amizade entre ambos, a ponto de Reclus ter influenciado Bertoni

6. O pai de Moisés Bertoni, assumiu uma política de renovação especialmente no Grande Conselho, onde defendeu a nova constituição federal de 1848, expressou-se a favor da secularização do ensino médio e profuso empenho particular na comissão nomeada em 1872 para elaborar o projeto de estabelecer a escola de mestrado. Ele também foi membro dos Estados e publicou vários escritos, principalmente: *Condições agrícolas do cantão de Ticino* e especialmente nos distritos superiores, em 1851 e os *Elementos da agricultura* em 1879. Com mais de quarenta anos, casa-se com Giuseppina Torriani, dez anos mais jovem, com quem teve quatro filhos: Enrico, estudante de arte em Brera, jovem suicida morreu no rio Ticino, Elvezia, Moses Giacomo e Brenno. (SCHREMBS, 1884, pp. 8-10).

para organizar uma colônia anarquista na América do Sul. Assim, seguindo os rastros de Bertoni, Schrembs buscou, nos estudos sobre os Guaranis*,* a justificativa da continuação do ideário anarquista, declarando que, na cultura indígena, ele teria encontrado o exemplo de viver em uma sociedade igualitária.

A contribuição do estudo de Schrembs está na apresentação de uma documentação inédita detalhada sobre os anos nos quais Bertoni viveu na Suíça, bem como as cartas escritas por Bertoni e endereçadas a sua família, correspondências que estão arquivadas na Europa. O autor apresenta uma escrita que, muitas vezes, transita entre aspectos históricos e literários e manifesta um esforço em adentrar aos sentimentos mais íntimos de Bertoni, principalmente, quando fala sobre o amor por Eugenia: "Com os olhos sonolentos das noites quentes nos braços de Eugenia, Moisés lê e relê cada vez mais preguiçosamente os textos da jurisprudência"[7] (SCHREMBS, 1984, p. 15).

Outra fonte utilizada é a já mencionada obra dos historiadores suíços Danilo Baratti e Patrizia Candolfi, *Lá arca di Mosè: biografia epistolare di Moisè Bertoni,* primeira edição em 1994, a segunda em 1996. Com 823 páginas, o livro reproduz 138 cartas, 27 fotografias, mapas e um plano da futura colônia, dentre outros documentos. Os autores fazem uma revisão das afirmações nas biografias anteriores principalmente no que corresponde à afirmação de que Bertoni teria seguido anarquista até a morte. Até o momento, considera-se este trabalho como sendo o mais completo sobre a vida e obra deste migrante.

No ano de 1995, a editora Helvetas de Assunción, Paraguai, publicou um livro para que a sociedade daquele país pudesse conhecer melhor a vida de Bertoni. Baratti e Candolfi foram convidados a escrever, o que resultou na: *Vida y Obra del Sabio Bertoni (1999)*, segunda edição (2019). A biografia não é um resumo do livro *Lá Arca di Mosè*.

Partes são diferentes, graças à rica documentação a que os autores tiveram acesso em Puerto Bertoni. Vários destes materiais não haviam sido utilizados na produção de 1994. É um livro de leitura mais acessível e menos complexa que o anterior. Nessa produção, foram deixadas de lado informações sobre a juventude de Bertoni, na Suíça. Em contrapartida, o período em que viveu em Yaguarazapá, no Paraguai, e os anos em que esteve à frente da Escola Nacional de Agricultura foram tratados com mais atenção e profundidade.

Além das duas obras, Baratti e Candolfi publicaram uma série de artigos, entre eles destacam-se: *Utopizzazione e realitá di Puerto Bertoni* (2009) e *Mosè Bertoni anarchistem?* (2003). Nesses textos, procuram fazer uma revisão das leituras que defendem o posicionamento ideológico de Bertoni como sendo um anarquista. Pensamento que os autores chamam de *clichê anarquista* ou *de reducionismo anarquizante*. Os historiadores questionam a afirmação de que Bertoni teria sido um anarquista até a morte. Essa é

---

7. *"Con gli occhi assonnati dalle calde notti fra le braccia di Eugenia, Mosè sempre più svogliatamente legge e rilegge i testi di giurisprudenza"* (SCHREMBS, 1984, p. 150). Tradução livre feito pela autora.

uma referência de Schrembs (1985), muito mencionada e pouco questionada em textos produzidos posteriormente. Baratti e Candolfi, no artigo intitulado "*Utopizzazione" e realitá di Puerto Bertoni* (2009)[8], chamam a atenção para o fato de Bertoni partir da Suíça, em 1884, com a intenção de criar uma comunidade de colonos, nas ideias anarco-socialista. Isso poderia levar à leitura de que toda a experiência existencial e colonial de Bertoni tenha sido nessa perspectiva no Paraguai. Ou que todo imigrante Europeu, vindo para América do Sul teria migrado com essa perspectiva. Essa referência é feita, mormente, à obra de Peter Schrembs (1985) cujos limites já foram discutidos na obra: L'arca di Mosè (1994) e retomados na publicação posterior (1999). Não é raro encontrar artigos em jornais ou alguns textos que constroem uma imagem de Bertoni enquanto um anarquista. Baratti e Candolfi (2009), na introdução de um artigo, declaram:

> A tendência ao reducionismo também está presente na literatura Tessina sobre Mosè Bertoni (é o que poderíamos chamar de "reducionismo anarquizante") e, portanto, pareceu útil - a nós e à revista que nos acolhe - propor uma reformulação do texto nascido da solicitação de Oleaga e Bohoslavsky, que na versão original tem o título Puerto Bertoni: *realidad y "utopización"* de uma colônia paraguaia. Intervimos um pouco sobre o texto inicial e entregamos, sobretudo, às notas mais indicações e considerações (BARATTI; CANDOLFI, 2009, p. 250).

Segundo o afirmado acima, a proposta dos autores, na publicação da revista, foi fazer uma reformulação do texto nascido da solicitação dos organizadores Oleaga e Bohoslavsky. A confirmação de que Bertoni era adepto do anarquismo está baseada em cartas que escreveu na sua juventude. Inclusive quando em 1882, decidiu emigrar e escolher a região de Misiones na Argentina. A escolha teria sido feita, a partir de conversas que teve com os amigos Kropotkin e Reclus na Europa.

> Os conselhos dos amigos Kropotkin e Reclus fortaleceram o desejo de fundar uma colônia agrícola socialista fundamentada nas ideias de igualdade, de justiça e do bem comum dos homens. Reclus indicou-lhe a província Argentina de Misiones. O cônsul argentino de Lugano também indicou a província de missiones para a denominada "comunidade agrícola de sistema comunista" (BUTTURA; NIEMEYER, 2012, p. 27).

No levantamento realizado na década de 1990 por Baratti e Candolfi, não foram encontradas correspondências que indicassem qualquer contato com seus amigos anarquistas da Europa durante os anos em que viveu na América do Sul. Teria ele desistido do seu sonho de juventude, de fundar uma colônia anarco-socialista na América?

Outra publicação de referência é a do botânico suíço Lorenzo Ramella em parceria

8. O artigo faz parte da obra com o título: O Fio Vermelho: Palavras e Práticas da Utopia na América Latina, organizado por Marisa González de Oleaga e Ernesto Bohoslavsky (Paidós, Buenos Aires, 2009). É uma obra coletiva, cujo objetivo central foi discutir sobre a multiplicidade de discursos e práticas sociais, textuais, arquitetônicas e associativas ligadas ao fenômeno utópico na América Latina a partir de meados do século XIX.

com sua esposa Yeni Ramella-Miquelque (1985): *Biografia de Moisés Bertoni: el hombre de ciencia visto por los demás*. O livro está organizado em duas partes. A parte biográfica sobre Bertoni é bastante breve, mas a contribuição está na leitura direta que os autores fizeram dos documentos, como cartas e escritos do próprio Bertoni, seguindo a ordem cronológica, desde a sua vida na Suíça até sua morte. Na segunda parte, também em ordem cronológica, é apresentado um apanhado das obras de Bertoni e publicações sobre ele. Oferece uma visão geral sobre o seu percurso científico.

No Paraguai, o livro *O Guarani* (1987), uma bibliografia etnológica organizada por Bartolomeu Meliá, Marcos Saul e Valmir Muraro, é uma das poucas publicações que trazem o nome de Bertoni naquele país. Foi a partir dessa obra que ele ficou mais conhecido na América do Sul em especial pelo destaque ao estudo que realizou sobre os Guaranis e que resultou na obra *Civilização Guarani*, publicada em três volumes. Ao circular entre as diversas livrarias na capital do Paraguai, não foram encontradas com facilidade produções que fazem referência ao personagem. Em contrapartida, o País é o guardião de um conjunto grande de documentação difícil de quantificar, como no *Arquivo Nacional do Paraguai*, na Biblioteca Nacional de Agricultura (BINA), no *El Cabildo e Biblioteca Nacional do Paraguai*, bem como no Museu Bertoni. Esses *lugares de memória* guardam publicações em jornais, cartas, escritos do próprio Bertoni, fotografias e mais de 500 obras escritas por ele, além de objetos.

Na Argentina, as produções que levam o nome de Bertoni, ou que tratam sobre ele, voltam-se, sobretudo em torno da imigração de europeus para Misiones. São elas: o livro de Carlos Selva Andrade (1942) *Um Naturalista Olvidado: vida del doctor Bertoni em el Alto Paraná,* o trabalho de mestrado de Luiz Carlos Ortiz (1999) *Conflictos de Moisés Bertoni efectos que produjo en la Colonia de Santa Ana la política de tierras en 1887* e, do mesmo autor, a publicação do livro: *La colonización suiza en Misiones* (2004). Ainda há uma biografia feita pelo neto Jesús Elías Bertoni em parceria com a esposa Maria Alida Bertoni *El vigía de la selva*, publicado en 1984.

No Brasil, as produções são modestas. Em 2012, o agrônomo italiano Evaldo Buttura em colaboração com Aline Niemeyer, advogada especialista em Educação e Direito Ambiental, publicaram *Moisés Bertoni: Uma Vida para a Ciência*. Esta obra representa uma mobilização em torno da preservação de sua memória. E em 2013, Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi concluiu seu doutorado com a tese *Bleyer, Sartori, Bertoni: Singulares Imigrantes Colonizadores de Ideias.* Outro estudo foi realizado por Graça Razera e Gisélle Razera (2003) que tinham como objetivo inserir a biografia do nominado cientista na pesquisa sobre Proexologia. O método de comparação dos pontos-chave da vida de Bertoni, tendo por base teórica e técnica desenvolvida na Conscienciologia.

Os textos apresentam interpretações diversas, sua leitura e análise demonstram o cuidado que o pesquisador deve tomar ao ler afirmações sobre aspectos da vida de

Moisés Bertoni, uma vez que há uma enorme variedade de visões sobre a vida e sobre o que representam as contribuições deste personagem. Como pode ser visto existem interpretações e representações construídas ao longo do tempo que procuram determinar e definir o personagem. Por sua vez, devem ser consideradas para entender o processo de construção de memórias, que tanto dependem do lugar como do tempo em que se fala. As falas não são neutras, possuem influências e intenções que podem ser explícitas ou implícitas e que corroboram para a construção de um determinado imaginário sobre Bertoni.

CONCLUSÃO

As leituras e análises proporcionaram observar alguns pontos que chamaram a atenção quando refletimos sobre memórias construídas. O primeiro refere-se à construção de uma imagem positiva de Bertoni, com discurso idealizador de um sábio e de um anarquista convicto. Já o segundo são leituras e releituras que apresentam as contradições em que Bertoni vivia, inicialmente na Suíça, em seguida na Argentina e depois no Paraguai. O terceiro ponto refere-se aos textos produzidos a partir dos discursos proferidos após a sua morte, que contribuem para a consolidação da figura de um imigrante que adotou o Paraguai como sua pátria e que dedicou a sua vida para contribuir no estudo sobre e na busca por uma identidade da terra guarani.

Os documentos produzidos e arquivados por Bertoni que permitiu conhecer aspectos registrados de sua vida, posteriormente catalogados e guardados pelos pesquisadores Baratti e Candolfi, possibilitam adentrar em um mundo particular e desvendar possíveis influências para suas atitudes e decisões ao longo de sua vida. Ou seja, conhecer suas intenções, desilusões e contradições registradas, nos rastros deixados nestes seus registros, permite perceber um homem que colocou a ciência acima de tudo, mas não separada de tudo.

Os textos pesquisados, sobre Bertoni, apresentam versões que evidenciam imagens romantizadas e idealizadas, por vezes contraditórias. Configuram um homem que vislumbrou o território fronteiriço, enquanto um mundo de possibilidades. A fronteira teria propiciado seu auge e seu declínio. Por outro lado, contribuiu para a construção de conhecimentos e memórias na fronteira e sobre a fronteira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. S. Un Naturalista Olvidado, vida del Doctor Bertoni en el Alto Paraná. La Prensa, Buenos Aires, Abril 1942.

BARATTI, D.; CANDOLFI, P. l´Arca do Mosè: Biografia epistolare di Mosè Bertoni 1857-1929. 1ª. ed. Bellinzona: Casagrande, 1994.

BARATTI, D.; CANDOLFI, P. Catálogo del Archivo de Moisés Santiago Bertoni y Familia - Puerto Bertoni. Bellinzona: Archivo Cantonal, 1996.

BARATTI, D.; CANDOLFI, P. Vida y Obra del sabio Bertoni. Asuncion: Helvetas, 1999.

BARATTI, D.; CANDOLFI, P. Vida y Obra del sabio Bertoni. Asuncion: Helvetas, 2019.

BUTTURA, Evaldo; NIEMEYER, Aline. Moisés Bertoni: Uma Vida para a Ciência. Foz do Iguaçu: Epígrafe Editorial, 2012.

CANDAU, J. Memória e Identidade. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

MELIÀ , B.; SAUL, V. D. A.; MURARO, V. F. O Guarani: uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1987.

PORTZ, Solange da Silva. Fronteiras, Vivências e Memórias: Moisés Santiago Bertoni e as Centralidades. Tese (Doutorado em Sociedade Cultura e Fronteira) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Foz do Iguaçu, p. 193. 2020.

RAMELLA, L.; RAMELLA-MIQUEL, Y. El hombre de ciencia visto por los demás. Flora del Paraguay. Edition des Conservatoire et Jardin Botaniques de la Ville de Genève. , St Louis, 1985.

REVISTA Agropecuaria y de Industrias Rurales, Asunción, 1931, pp. 369-371

SCHREMBS, P. Mosè Bertoni**:** Profilo di una vita tra scienza e anarchia. [S.l.]: La Baronata, 1985.

CAPÍTULO 4

PERCURSOS DE UMA PESQUISA SOBRE CULTURAS ALIMENTARES - INDÍCIOS ETNOGRÁFICOS EM PRÁTICAS DO COTIDIANO

Data de aceite: 20/01/2022

Paola Stefanutti

Valdir Gregory

Ernesto di Renzo

INTRODUÇÃO

Este capítulo é um recorte de uma tese de doutorado que objetiva estudar culturas alimentares (no plural) da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina por meio de indícios e vestígios em feiras e, assim, contribuir para uma reflexão sobre práticas essenciais tanto do ponto de vista fisiológico quanto social relativas à alimentação existente nesse território.

Neste texto, objetiva-se discutir o caminho metodológico utilizado na pesquisa, apresentando como o método indiciário se encontra com o método etnográfico, tendo como pano de fundo práticas do cotidiano.

As feiras analisadas foram a Feirinha da JK em Foz do Iguaçu, a Feria de Ciudad del Este do lado paraguaio e a Feirinha da Argentina em Puerto Iguazú. Apesar de próximas fisicamente, as feiras possuem dinâmicas, fluxos, comidas, cenários e objetivos diferentes (STEFANUTTI, 2020).

A Feirinha da JK é uma feira de rua que ocorre uma vez por semana, aos domingos pela manhã e possui aproximadamente duzentos expositores, dos quais cem são categorizados como artesanato e os demais como alimentação. Esta feira é marcada pelos migrantes de perto e de longe, e por suas comidas. Bancas de árabes, chineses, taiwaneses, japoneses e venezuelanos se encontram com bancas de mineiros, baianos, pernambucanos, gaúchos e goianos. Também há comidas e bebidas mais comumente encontradas nas feiras brasileiras, como pastel e caldo de cana.

A Feria de Ciudad del Este ocorre em local fixo de quarta-feira a sexta-feira e comporta duas feiras opostas entre si: a Feria de Produtores denominada Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros (CPFH) do Alto Paraná e a Feria Permanente. A Feria de Produtores é uma feira agroecológica na qual o vendedor é também quem produz, em uma cadeia curta de produção, sem intermediários. O produto vendido é local, é da região, é do território. Já a Feria Permanente comercializa produtos industrializados, como macarrão, farinha de trigo, sal, óleo vegetal, erva-mate e produtos de limpeza. Nesta feira, também são vendidos produtos hortigranjeiros que são provenientes da Ceasa (Centrais Estaduais de Abastecimento) de Foz do Iguaçu.

Ou seja, produtos agroecológicos e do agronegócio ficam juntos, em que os formatos, as cores, os aromas e a plasticidade e o natural,

a perfeição e o defeito são aspectos e características a serem debatidos e ruminados. As diferenças são gritantes, não são vestígios, são fatos explícitos. O fluxo de alimentos da Ceasa brasileira até a Feria de Ciudad del Este gera inúmeros conflitos entre produtores e comerciantes, sendo inclusive relatados nos jornais paraguaios como o "contrabando" de alimentos.

A Feirinha da Argentina funciona todos os dias da semana, atendendo almoço e jantar. A feira conta com 29 barracas que vendem produtos industrializados ou comidas prontas para serem consumidas no local, sendo mais categorizadas como bares e restaurantes que possuem uma área com mesas e cadeiras como uma praça de alimentação. A Feirinha da Argentina é uma feira com alma turística. A comercialização de produtos *in natura* é quase inexistente.

Esta escrita bebe na micro-história não no sentido da escala reducionista a que a palavra *micro* nos induz, mas em um sentido mais amplo e refletido por Ginzburg (2007), que descreveu seu próprio percurso por esses caminhos. A melhor definição deste termo, a meu ver, é a de Ginzburg (2007, p. 264) quando afirma: "reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia".

Quem sabe essas feiras poderiam estar em uma simples nota de rodapé de uma monografia ou de qualquer outro trabalho acadêmico? Contudo, transformo-as em papéis centrais na trama da cultura alimentar desta tríplice fronteira, lugar de encontros e desencontros, confluências e divergências.

Perante o complexo cenário que se apresenta entre bancas, comidas, fronteiras, culturas, identidades e negociações, optamos por um aporte metodológico que possibilitasse uma visão menos engessada sobre as culturas alimentares presentes nestes espaços. Para isso utilizou-se de indícios etnográficos em práticas do cotidiano como percurso da referida pesquisa. Os indícios foram baseados em Ginzburg (1989 2006, 2007, 2018), as práticas do cotidiano em Certeau (2007) e a etnografia em Malinowski (1978), Geertz (1989) e Cardoso de Oliveira (1996).

Parte-se da comida, de espaços de comidas e de seus desdobramentos para discutir culturas alimentares neste espaço de fronteira. Espera-se que este capítulo possa gerar reflexões sobre as abordagens metodológicas em pesquisas sobre culturas alimentares e, também, culturas no plural.

MÉTODO INDICIÁRIO

Carlo Ginzburg é referência na utilização do método indiciário. Em seu livro *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*, dedica o capítulo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* para esmiuçar os princípios deste modelo. O autor inicia discorrendo sobre o

“método morelliano” do médico italiano Giovanni Morelli, que desenvolveu um procedimento para detectar, em pinturas italianas, os traços imperceptíveis de cada artista e, assim, identificar possíveis obras falsas ou testificar verdadeiros tesouros artísticos. O fato é que o método era inquietador e se dizia que: “[...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis” (GINZBURG, 1989, p. 144). Morelli, portanto, se prendia a detalhes como orelhas, unhas e dedos. O esforço pessoal se concentra em falar sobre as partes importantes, segundo quem pinta ou quem fala. Deste modo, saem os traços mais marcantes e os discursos prontos e reproduzidos. E, nas entrelinhas, o que será que pode ser visto, que minúcias esta pintura ou esta narrativa podem nos dar?

Isso é similar ao jogo dos sete erros, em que as três ou quatro primeiras falhas são fáceis de encontrar, são visíveis, porém as outras três ou quatro últimas precisam de um olhar mais aguçado, mais penetrante, mais atento aos pequenos sinais. Muitos se desinteressam e param de procurar, outros acreditam que não há mais diferenças entre as duas figuras e ficam com raiva do idealizador; mas, aqueles que encontram todos os sete sentem-se poderosos, com egos elevados e com a sensação de que não são enganados facilmente. Eis uma nova questão: — E se não houvesse número máximo? — E se o jogo se chamasse apenas Jogo dos Erros? — E se não houvesse limite? — Será que continuaríamos a procurar e encontraríamos mais? — O que esse “a mais” quer nos dizer? — O que pode ele nos dizer?

Ginzburg (1989) faz uma explanação do método indiciário e de seus entusiastas Morelli, Sherlock Holmes e Sigmund Freud. Esses personagens e até o próprio Ginzburg esmiúçam as evidências, normalmente consideradas irrelevantes, tecendo teias conexas e desconexas e ruminando sinais, indícios e orelhas.

O método é apreciar do micro ao macro, prezar pelo particular e contemplar o detalhe. Talvez o senso comum não erre quando dissemina a concepção de que “os detalhes fazem a diferença”, pelo menos não dessa vez. Mesmo as teorias que tem o propósito de chegar a uma compreensão global da sociedade não podem desprezar o singular, o particular, o micro porque, na verdade, o universal se mostra no singular, palpita no singular.

Ginzburg (1989, p. 149), com base em Freud, atesta que o método indiciário seria um “[...] método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”. Em tal método, informações que estão à margem (leia-se à margem geográfica e social) podem ser reveladoras. Tais informações marginais podem nos mostrar o que o centro, a ideia central, já encobriu, inviabilizando qualquer possibilidade de pensar além do dito, do pintado, do comido. Por esse método, então, “refala-se”, repinta-se, rumina-se, em um processo constante da busca insaciável pelo sétimo erro.

Ginzburg (1989) faz ainda uma analogia, quanto às raízes do método indiciário, com o homem caçador que “aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas

infinitesimais como fios de barba. [...] Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo” (GINZBURG, 1989, p. 151). Seria, portanto, o paradigma venatório, relativo à caça, o início do método indiciário, tendo como ação motivadora a procura por alimento? O instinto de sobrevivência, o alimento como impulso natural para o desenvolvimento do método indiciário. O método venatório surge no instinto básico intrínseco de qualquer ser humano: a busca por alimento. Supõe-se o alimento como base dessa cadeia.

Nessa concepção do caçador farejador e identificador de rastros e sinais, faz-se a analogia do pesquisador como um caçador, como ser que utiliza o método venatório. Então, o seu dever é decifrar, compreender, analisar, responder ou inquietar mais sobre um determinado assunto. Se esse método indiciário pode ser desenvolvido por caçadores, médicos, pesquisadores e investigadores, por que não incluir os comensais-intelectuais, que identificam os traços de temperos, as linhas dos ingredientes, as técnicas empregadas, decifrando cada elemento que compõe harmoniosamente um prato, ressaltando suas características organolépticas, sendo elas seus aromas, sabores, saberes, texturas e apresentação visual do prato? Ou sendo aquele que identifica as notas de sabores específicos de certo vinho, com seus caracteres particulares de determinado *terroir*. O comensal utiliza seus sentidos humanos padrões, a audição, o olfato, o paladar, o tato e a visão e entrega-se ao sexto sentido, à sua intuição.

O método indiciário também é um modo de fazer história. Neste sentido, Ginzburg (2007) diz que o conceito de história utilizado por gregos e romanos era relativo às evidências enquanto que enquanto para nós é referente aos documentos. Perdeu-se a sapiência da busca pelas evidências na reconstrução histórica. É uma provocação para repensar o modo de fazer história a partir do método indiciário.

O pesquisador deve estar atento a todos os sinais, não apenas ao que está escrito, mas naquilo que está nas entrelinhas, corroborando o que diz Certeau (2007): ler é uma operação de caça. O pesquisador não pode ser surdo aos sons das entrelinhas, dos cochichos, dos não ditos, cego às expressões gestuais e corporais, insensível ao cenário que identifica o sujeito. Parte desta utilização do método indiciário, está também no que Ginzburg (2007) diz que o verdadeiro é um ponto de chegada de uma investigação e não seu ponto de partida. Ir atrás, escarafunchar é papel do investigador, do pesquisador.

Exemplo disso é a mais nova obra de Carlo Ginzburg (2018) *Nondimanco: Machiavelli, Pascal* (livro até agora sem tradução para o português) que trata do tema da causalidade discutida por esses dois autores Nicolau Maquiavel e Blaise Pascal. Não me atentarei para o conteúdo do livro. Apenas, desejo registrar os indícios dos quais partiu Ginzburg para compor o título do livro.

Nondimanco é uma palavra não muito utilizada no italiano e significa não obstante, apesar de, embora. Ginzburg (2018) escolhe essa palavra como título do livro por uma

razão muito sutil: é um tique literário, um vício de linguagem de Maquiavel visto em *O Príncipe*. Não obstante, ser quase imperceptível, o vício não passou despercebido pelo ágil leitor Ginzburg. A palavra que traz contrariedade em sua essência, que indica oposição a outra ideia exposta, também introduz o subtítulo.

Continuando essa pequena análise, no subtítulo, há uma pausa, há uma vírgula. Na apresentação do livro, Ginzburg (2018) que se diz um apaixonado pela pontuação, poeticamente compara pontos, vírgulas e reticências com a partitura de uma música. A pontuação dá o ritmo e faz fluir a melodia da leitura.

Esta relação com a pontuação e o que ela representa o fez começar o livro com a vírgula "A vírgula é um sinal ambíguo: pode indicar uma conjunção ou uma disjunção. Neste caso, ambos" (GINZBURG, 2018, p. 11). Pascal como leitor de Maquiavel, uma combinação não óbvia. Mesmo sem mencionar o método indiciário, Ginzburg (2018) o utiliza e provoca o leitor a participar do esmigalhar com ele. É um jogo de leitura, de perspicácia e de sabedoria. A escrita, a partir de um tique literário e de uma vírgula, é uma aplicação do método indiciário.

Sobre este método, Ginzburg (1989, p. 179) diz que: "trata-se de formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas". Ele complementa que não se aprende o ofício de conhecedor ou diagnosticador, colocando em prática normas já existentes e conclui: "Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição" (GINZBURG, 1989, p. 179).

Nestes elementos imponderáveis dos quais dependem o método indiciário, vejo – e o próprio Ginzburg vê também – a aproximação com a etnografia. Ele mesmo fala dessa aproximação do tipo de fazer história a que ele se propõe e a própria antropologia. O autor conta que nos anos 1960 começou a pesquisar processos da Inquisição, buscando reconstruir os comportamentos dos juízes e dos acusados de feitiçaria: "Logo percebi que essa perspectiva não etnocêntrica implicava um cotejo com as pesquisas dos antropólogos (primeiro de todos, Claude Lévi-Strauss)" (GINZBURG, 2007, p. 263). Porém, como ele confessa, foi um longo processo de compreensão das implicações historiográficas, conceituais e narrativas. Ginzburg (2007) complementa que esse processo de reconstrução ideológica ocorreu durante a escrita do livro *O queijo e os vermes*, em que buscava reconstruir as ideias e as atitudes de um moleiro friulano – acusado e condenado pela Inquisição.

Em seu capítulo *O inquisidor como antropólogo,* Ginzburg (2007) explica que os atos processuais dos tribunais laicos e eclesiásticos poderiam ser equiparados com o caderno de notas de um antropólogo em trabalho de campo e complementa: "O valor etnográfico desses processos friulanos é extraordinário. Não apenas palavras, mas gestos, silêncios, reações quase imperceptíveis como um súbito rubor foram registrados pelos escrivães do

Santo Ofício com obstinada minúcia” (GINZBURG, 2007, p. 287). Neste episódio, verifica-se vestígios da relação entre o método indiciário e a etnografia. Entre aplicar o método indiciário na leitura de atos processuais ou diário de campo. Ou por que não utilizar-se do método para escrever o diário de campo? Provocações.

Ginzburg dá vida aos seus personagens, seja o moleiro friulano, Morelli, Maquiavel ou Pascal, fazendo suposições, deduções e hipóteses durante todo o texto, baseado nas evidências, nos rastros, nos vestígios contidos nos documentos por ele encontrados. Ginzburg possuía apenas documentos escritos para enxergar, ler e interpretar seu sujeito/objeto de estudo. Eu, ao contrário, vivi os espaços, vivi o cotidiano, as conversas, as entrevistas, o olho no olho, os gestos, os cenários, as respirações profundas, as expressões faciais. Tenho registrados vozes, ruídos, rostos, comidas, práticas, um material orgânico, rico e vivo que abrem possibilidades incontáveis de interpretações e análises.

Ginzburg trabalha com documentos, livros, impressos e papéis. Eu trabalho, nós trabalhamos com o cotidiano, práticas, modos de fazer, comidas e pessoas. Estudo e pesquiso o que está ocorrendo em tempo real. Não é um objeto parado, está em constante movimento e construção. Nestas linhas, comprova-se que o método é aplicável tanto aos documentos quanto ao cotidiano.

Mais do que explanar sobre o método, Ginzburg aplica-o em sua maneira de fazer pesquisa e história. É a intuição, é seguir vestígios, supor hipóteses após identificar certos indícios.

PRÁTICAS DO COTIDIANO

Se Ginzburg foi fundamental nesta escrita com a micro-história e o método indiciário, o historiador francês Michel de Certeau (1925-1986), também o é na mesma medida em que trata das práticas do cotidiano. Certeau escreveu o icônico livro *A Invenção do Cotidiano*, em dois volumes, o primeiro *Artes de fazer* e o segundo *Morar, cozinhar*. Neste momento, busco conceitos de Certeau expressos no primeiro volume.

Segundo Certeau (2007), a ciência do ordinário traz estranhezas para aquele que a estuda. Assim como ocorre com o etnólogo ou o historiador, não se trata de um posicionamento de cientista *versus* do nativo, mas de se sentir estrangeiro na própria casa, ou um selvagem no centro da cultura ordinária.

Certeau (2007) critica o fazer científico que exige a delimitação e a retirada do objeto de estudo da realidade, desvinculando-o do tempo e local. “Só pode ser tratado o que se pode transportar. O que não se pode desarraigar tem que ficar fora do campo, por definição” (CERTEAU, 2007, p. 81), por isso, o autor relata o privilégio de estudos referentes aos discursos *versus* a enunciação, o ato da palavra, que não se pode afastar da

circunstância em que foi mencionado. Portanto, tratar de práticas cotidianas é um desafio, pois não se isola o ato em si mesmo, não se desassocia de quem o pratica, onde pratica, em qual momento pratica, com qual objetivo, entre outros fatores.

O autor enfatiza a habilidade dos pesquisadores que praticam a arte do desvio: “tratar assim as táticas cotidianas seria praticar uma arte ‘ordinária’, achar-se na situação comum e fazer da escritura uma maneira de fazer ‘sucata’” (CERTEAU, 2007, p. 90). O autor discute esse trabalhar com sucata, como sendo o trabalhar com os restos, um trabalho livre e criativo, um saber-fazer pessoal, em que o catador realiza “golpes” no território da ordem instituída, tal como o pesquisador que se vê em uma situação comum e transforma-a por meio da escrita em maneiras de fazer. Para ler e escrever sobre a cultura ordinária, é necessário reaprender operações comuns, e estar disposto a olhar essas operações ditas como banais e colocá-las como foco do estudo e do pensar e fazer da observação uma variante do seu objeto.

Nos estudos sobre práticas cotidianas, abre-se, como salienta Certeau (2007, p. 86): “[...] a possibilidade de analisar o imenso campo de uma “arte de fazer” diferente dos modelos que reinam (em princípio) de cima para baixo da cultura”. Enquanto as táticas populares são exploradas pelos dominantes ou mesmo negadas pelas teorias, nestas linhas elas ganham espaço e são apresentadas como arte, como as artes de fazer.

Certeau (2007, p. 37) buscou tornar o tema das práticas cotidianas em algo tratável em: “[...] fornecer, a partir de sondagens e hipóteses, alguns caminhos possíveis para análises ainda por fazer”. Para isto, as práticas ou “maneiras de fazer” cotidianas deveriam parar de aparecer como pano de fundo da atividade social para se tornar objeto a ser estudado, algo na mira dos grandes holofotes do palco cênico da vida cotidiana.

Certeau (2007) foi visionário nas interpretações das práticas culturais contemporâneas, invertendo a lógica do consumidor passivo para a do consumidor ativo. Certeau (2007) permite entender que o sujeito não é um receptor passivo das mensagens que vêm da mídia, da televisão, ou das leituras de um modo geral, mas é sempre um produtor ativo de conhecimento a partir do momento em que ele vai lidando com os diversos fragmentos e os sintetizando na sua própria cultura. O sujeito ordinário estabelece síntese, faz bricolagem, faz combinações com as inúmeras informações que recebe e cria para si mesmo uma “maneira própria”. Certeau (2007) chama estes consumidores de produtores desconhecidos que produzem práticas significativas que não são definidas e nem percebidas pelos sistemas nos quais se manifestam. As pessoas comuns, os feirantes e os que feiram, são produtores desconhecidos que nem eles mesmos sabem que são.

Outro ponto importante, nas teorias das práticas cotidianas de Certeau (2007), é quando ele articula dois modelos de comportamento dos sujeitos, sendo estes as estratégias e as táticas.

As estratégias são empreendidas por um sujeito detentor de algum tipo de poder que, por este meio, objetiva se legitimar e garantir sua própria continuidade no poder. Este sujeito, por vezes, são instituições oficiais como empresas, governos ou instituições científicas. Como se percebe, nem estas escapam às análises do autor. As estratégias derivam de um lugar que se estabelece como próprio. Um lugar físico, teórico, epistemológico, um lugar que enuncia. Podem também estar ligadas a uma escrita. A escrita é também uma prática estratégica, ela enaltece uma dada interpretação ou tipo de visão.

Já as táticas seriam procedimentos que ocorrem sem um lugar próprio, sem uma visão geral do todo, orientadas pelos acasos do tempo e marcadas pela ausência de poder. A tática: "[...] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas" (CERTEAU, 2007, p. 101), ela é a arte do mais fraco, do dominado que também tem suas maneiras de lidar com as normas impostas. As táticas são consideradas pelo autor como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis. É sabedoria, é trampolinagem, é astúcia, é malandragem ao utilizar ou driblar os termos impostos pela estratégia. É o jeitinho brasileiro. Como diria Certeau (2007, p. 79): "mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro".

O campo das estratégias é onde circulam os sujeitos comuns, local do qual eles não são donos e só possuem o tempo como aliado. Assim, as táticas são a arte dos sujeitos de dar golpe no campo do outro, são maneiras astuciosas de lidar com essas relações de poder. Os sujeitos ordinários, nos seus cotidianos, estão concomitantemente submetidos a determinadas estratégias e articulando astúcias, elaborando outras maneiras de subverter os mecanismos que são impostos. São táticas de sobrevivências. Compreendi que as táticas ocorrem no tempo em que ocorre a ação, já a estratégia é pensada, estabelecida e imposta e por isso privilegia o lugar. Se as estratégias visam a fabricar, mapear e instituir, as táticas resultam em diversas "maneiras de fazer".

Certeau (2007) evidencia o paradoxo entre a gramática – enquanto ser vigilante da propriedade da língua – *versus* as alterações retóricas no uso da língua por aqueles que a utilizam e fazem dela sua própria língua a não ser esquecida. Nesta mesma perspectiva, traz a questão do ato de caminhar e o sistema urbano: "a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc" (CERTEAU, 2007, p.179), seriam trajetórias que falam. Ele menciona Charlie Chaplin que utilizou a caminhada, para além das regras impostas pelo sistema urbano, subvertendo-a em algo próprio.

Certeau (2007) assegura que muitas práticas cotidianas, dentre elas comprar e cozinhar, são do tipo tática. Ressalta que a maior parte das maneiras de fazer, também se institui nessa perspectiva das pequenas vitórias do mais fraco sobre o mais forte, entre astúcias e golpes.

Nesta vertente, trazendo para o campo da alimentação, posso pensar no descritivo

de uma receita, que pode ser essa gramática das receitas, essa estratégia de poder sobre determinado conhecimento. Pode-se dizer que o cozinhar são as táticas, que alteram aquela instituição da escrita da receita e são muitos os motivos. A tática só ocorre no tempo. Ela precisa estar ocorrendo naquele momento para existir enquanto prática.

A feira, em si, é local, é instituição, é organizada por um poder dominante, estatal ou privado, é estratégia. Porém, as práticas que ocorrem neste espaço, no momento em que quando ela se torna espaço em si, são as táticas, as maneiras de fazer, as astúcias, os golpes, as práticas cotidianas que ocorrem entre bancas, feirantes e quem feira, no ato de escolher, de comprar e de comer.

Certeau (2007) diz que a historiografia cumpre o papel de replicar as estratégias dos poderes instituídos e que, nos contos e nas lendas, podem se encontrar, nas entrelinhas, as táticas de um período que inverte as relações de forças, onde o fraco, milagrosamente, ganha do forte.

O historiador faz uma interessante distinção entre lugar e espaço. Para o autor, o lugar é estabilidade, é ordem, é estratégia e distribui relações de coexistência. Já o espaço é instabilidade, é movimento, é tática.

> Em suma, ***o espaço é um lugar praticado.*** Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito (CERTEAU, 2007, p. 202, grifo do autor).

O sujeito comum é um produtor desconhecido que fabrica práticas significativas a partir de fragmentos que recebe ao longo das interações cotidianas. Esse sujeito ativo está emaranhado entre estratégias e táticas, lugares e espaços. Nesta concepção, as feiras seriam lugares que se transformam em espaços a partir do momento em que ocorrem – por parte dessas pessoas ordinárias – as práticas, as táticas, os golpes, a bricolagem, para além das ordens instituídas pelas organizações que as gerenciam, sejam elas estatais ou não. Essa é uma das teorias que embasa esta escrita.

MÉTODO ETNOGRÁFICO

Mesmo dialogando com Ginzburg (1989, 2006, 2007, 2018) e Certeau (2007), o método indiciário em práticas do cotidiano, senti que precisava de bases mais sólidas e densas para minha escrita. Recorri, para minha surpresa, à etnografia. Aponto a surpresa por esse tema não fazer parte do meu cotidiano, e por achar que eu não poderia utilizá-lo. Estava errada. Converso sobre este método com três antropólogos: Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942), Clifford James Geertz (1926-2006) e Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006), um polaco, um estadunidense e um brasileiro.

Malinowski (1978) foi um grande nome da antropologia social e propôs um novo método de análise, o fazer etnografia a campo, por meio do contato direto com a comunidade estudada. Ele propôs a observação participante, apesar de não ter batizado o método com esse nome. Na introdução do livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, ele se dedica a apresentar e definir o método etnográfico que deveria ser seguido.

Para Malinowski (1978), o trabalho etnográfico deveria englobar a totalidade dos aspectos sociais, culturais e psicológicos de uma comunidade. E é enfático sobre a necessidade da descrição clara e honesta dos métodos utilizados na pesquisa etnográfica. O antropólogo cita que vários autores que o antecederam não mostravam os caminhos e métodos da pesquisa. Ele argumenta fazendo um comparativo com outras ciências, como as exatas e biológicas, que apresentam relatos detalhados de todo o processo e não simplesmente o resultado das pesquisas. Exemplo disso: a descrição dos experimentos, dos aparelhos utilizados, os tempos, as observações, dentre tantas outras variáveis. Portanto, nesta escrita, busquei mostrar o caminhar nessas feiras, como cheguei até lá, com quem estava, como foram as interações, as respiradas, os diálogos e as observações que o olhar, o ouvir e o comer me proporcionaram para o ato de ruminar.

Malinowski (1978) frisa que cada fenômeno deveria ser estudado com o máximo de informação possível e constituído de inúmeros exemplos, incluindo a utilização de documentos. Assim, na coleta de informações, o autor ressalta ser importante registrar desde os fatos considerados comuns aos exóticos e que as situações devem ser anotadas logo no início da observação. Com o tempo, elas podem se tornar normais, familiares, cotidianas, e passarem despercebidas pelo pesquisador.

Malgrado a afirmação anterior, o autor chama a atenção para que o levantamento não traga somente dados brutos, sem serem trabalhados, que sejam apenas um desenho do ótimo esqueleto da constituição tribal, porém ao qual faltam carne e sangue. Que mostre a estrutura social, as leis e as normas, mas que não deixe de apresentar a vida humana e como os “nativos” vivem o seu cotidiano, suas crenças, costumes e valores. Lembro-me das estratégias e táticas de Certeau (2007). Discutir as táticas é referir-se à carne, ao sangue, e porque não, ao espírito de uma determinada localidade.

Malinowski (1978) apresenta o conceito dos “imponderáveis da vida real”, para dimensionar as práticas do cotidiano, citando especificamente entre outros exemplos, o modo de preparo da comida e o modo de se alimentar. O autor enfatiza que esses fatos imponderáveis são parte integrante da vida grupal e que neles estão entrelaçados inúmeros fios que amarram os vários círculos sociais e, portanto, tem sua importância inquestionável.

Logo, o pesquisador que deseja apresentar a imagem vívida da vida nativa deverá empenhar-se em demonstrar todos os aspectos, dos mais íntimos aos mais formais, dos comportamentos às normas, em observar e registrar esses aspectos imponderáveis da vida real e do comportamento típico, essas práticas cotidianas.

Segundo Malinowski (1978), todo o esforço do trabalho etnográfico visaria a constituir o quadro da cultura nativa, que seria expresso por meio de três itens:

> Além do esboço firme da **constituição tribal e dos atos culturais cristalizados** que formam o esqueleto, além dos dados referentes à **vida cotidiana e ao comportamento habitual** que são, por assim dizer, sua carne e seu sangue, há ainda a registrar-se-lhe o espírito – os **pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos**: pois em todo ato da vida tribal existe, primeiro, a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes; em seguida, a maneira como se desenvolve essa rotina; e, finalmente, o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos (MALINOWSKI, 1978, p. 32, grifo nosso).

Esqueleto, carne, sangue e espírito de Malinowski (1978) me fizeram refletir a ponto de figurarem nas entrelinhas desta escrita como diretriz teórico-metodológica, assim como os indícios de Ginzburg (1989, 2006, 2007, 2018).

Outro antropólogo que escreveu sobre a etnografia foi Geertz (1989), especificamente no capítulo denominado *Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura*, no livro *A interpretação das culturas*. Geertz (1989, p. 4) defende a etnografia como uma descrição densa, "[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante".

Essa descrição etnográfica densa – que faz parte desta escrita –, pode ser comparada ao método indiciário de Carlo Ginzburg. Olhar além das piscadelas – das quais trata Geertz (1989) – e verificar se são piscadelas de tique involuntário, um gesto conspiratório, um gesto de flerte, imitação de algum deles ou, apenas, um ensaio do praticante. Geertz (1989, p. 7, grifos nossos) reforça que:

> [...] **a maior parte do que precisamos para compreender** um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como **informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente**.

Como verificar isso? Indo além das próprias piscadelas. São as informações de fundos, os resquícios, os vestígios, os indícios.

Para finalizar esta discussão, recorro a Roberto Cardoso de Oliveira (1996), que escreveu um clássico da etnografia brasileira, um artigo (que já havia sido citado por 708 artigos, quando da data da pesquisa *on-line*) intitulado *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Neste texto, o autor apresenta, de maneira simples e direta, o que denomina de as três etapas de percepção dos fenômenos sociais: o olhar, o ouvir e o escrever. Se pudesse, acrescentaria as palavras comer e ruminar. Afinal, o antropólogo também come comida, come pessoas, come cultura e depois rumina-os. O termo "ruminar", bastante utilizado nesta escrita, merece uma descrição mais aprofundada que será realizada posteriormente.

Ele caracteriza os três elementos em duas etapas. Uma, de observação que envolve o olhar e o ouvir e outra, de textualização que remete ao ato de escrever. Portanto, o olhar e o ouvir etnográficos são parte da pesquisa empírica, que é transformada no ato de escrever, pela interpretação do pesquisador, em uma textualização da realidade sociocultural. Assim, a pesquisa etnográfica é essa articulação entre a pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados.

Ele também faz uma menção a Geertz (1989) no seu livro *Trabalhos e vidas: o antropólogo como autor*, em que evidencia a investigação empírica em dois momentos: a do pesquisador "estando lá" (*being there*), ou seja, vivenciando o campo, a pesquisa de campo, e a do "estando aqui" (*being here*) que seria o trabalhar sobre o que foi vivido e que seria marcado pela interpretação que ocorre no e do espaço do pesquisador, sua mesa, cadeira, biblioteca, seu espaço acadêmico que também o influencia.

Nessa pesquisa, essas duas partes ficam bem claras entre as passagens e relatos pelas feiras e depois os ruminares, as discussões sobre alimentação que este "estar lá" a campo me proporcionaram.

Cardoso de Oliveira (1996) faz uma importante ressalva em relação ao contato com o outro. Não há somente a barreira linguística, mas há distinção entre os "idiomas culturais", entre o mundo do pesquisador e o mundo do Outro em que ele deseja entrar. Essas relações muitas vezes estão cercadas de desigualdades e relações de poder, o que deve ser combatido veementemente pelo pesquisador, para tornar o "confronto" entre pesquisador e pesquisado, um "encontro etnográfico":

> Tal interação na realização de uma etnografia, envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de "**observação participante**", o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 21, grifo nosso).

O autor evidencia que a observação participante capta um excedente de sentido que escapa aos olhos de metodologias rígidas. Segundo Cardoso de Oliveira (1996), a observação participante seria a responsável por caracterizar o trabalho de campo da antropologia e que apesar de:

> [...] ter tido sua forma mais consolidada na investigação etnológica, junto a populações ágrafas e de pequena escala, tal **não significa que ela não ocorra no exercício da pesquisa com segmentos urbanos ou rurais da sociedade a que pertence o próprio antropólogo** (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 30, grifo nosso).

Um dos instrumentos para chegar ao esqueleto, carne, sangue e espírito é o diário de campo ou diário etnográfico. Para Malinowski (1978), o diário deve ser elaborado

constantemente no percurso dos trabalhos de campo, sendo considerada a ferramenta ideal para essa tipologia de estudo. Nele, o pesquisador insere, no ato da observação, rascunhos, descrições dos fatos, observações, registros de impressões e percepções. É um material do pesquisador para ele próprio. E como menciona Malinowski (1978), deve haver uma enorme diferença entre o material bruto coletado e a comunicação dos resultados finais da pesquisa. O diário de campo deve ser lapidado, lido, relido e rescrito, é um processo de construção e observação frente ao Outro, e frente ao próprio texto.

Cardoso de Oliveira (1996) também está de acordo com essa questão. Para ele, o texto é escrito e reescrito, não apenas para aprimorá-lo do ponto de vista da formalidade, mas para desenvolver as descrições, as narrativas e adensar as análises. Complementa que:

> [...] os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é mais bem alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever. Seria uma espécie de presentificação do passado (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 31).

Recordo-me do velho conceito de ruminar que carrego comigo e faço um adendo sobre o mesmo. O conceito como é trabalhado nestas páginas vem do sociólogo e filósofo João Carlos Tedesco (2013) com a concepção de ruminantes de memórias. Essa concepção de memória provoca a reflexão no sentido de rever as memórias, as lembranças e as indignações como se realmente fosse esse o processo que ocorre: uma ruminação.

Um ruminar de lembranças, emoções, sensações, esquecimentos, objetos, frases, expressões, locais físicos, imagens, diálogos, palavras, que vão surgindo, ressurgindo e sumindo da mente, da fala e/ou da própria memória. Remoendo um pouco mais esse conceito de ruminar, leia-se a definição de Ferreira (2004, p. 1780): "1. Entre os ruminantes, remastigar, remoer (os alimentos que voltam do estômago à boca): *O boi, a cabra e a girafa <u>ruminam</u> os alimentos*. 2. Fig. Pensar muito em; refletir, matutar, parafusar em: *Passou um mês <u>ruminando</u> o assunto*". Em suma, ruminar não significa um simples recordar, é um recordar trabalhado.

Quando ocorre o acontecimento no presente, ele seria o engolir do ruminante que, tempos depois, volta com esse alimento/acontecimento, para a boca/memória e ali começa um processo na boca/mente de refletir, pensar, remoer, de reviver o passado e destacar o que se quer destacar e desaparecer, com o que não foi muito bem digerido durante o processo de mastigação. A compreensão do ruminar encontra espaço durante o decorrer desta pesquisa. Afinal, neste contexto, a palavra ruminar torna-se peculiar, pois dialoga ao mesmo tempo com o conceito sociológico e com o conceito alimentar.

Uma das maneiras de apresentar os conteúdos é por meio de quadros sinóticos de que trata Malinowski (1978, p. 26). Estes quadros seriam o materializar do “esquema mental” do pesquisador em um “esquema real”, mais lúcido e didático. Ao ler os quadros sinóticos de Malinowski (1978), pensei em propor quadros alimentares das feiras e assim o fiz. Na finalização das discussões de cada uma das feiras em Stefanutti (2020), estão localizados os quadros alimentares divididos em: produtos *in natura* e manufaturados, comidas de feira e bebidas.

Ler Malinowski (1978) e me apropriar de algumas de suas contribuições não permite, entretanto, que eu considere meu trabalho como etnográfico. O pai da etnografia trata de cobrir a totalidade dos aspectos e do viver imergido entre “nativos” para garantir condições adequadas à pesquisa etnográfica. Eu não vejo a totalidade, mas fragmentos de práticas cotidianas que vivenciei. Se tivesse ido às feiras em outros dias, com outras pessoas, se tivesse lido outros autores, minhas percepções destas feiras e seus desdobramentos seriam, certamente, distintas. Além disso, a etnografia como imersão, esse “[...] viver mesmo entre os nativos” (MALINOWSKI, 1978, p. 20) não se aplica à realidade em que me encontro. Porém, entendo que esta escrita tenha resquícios etnográficos: a maneira de narrar os fatos, de descrever os espaços e suas interpretações, da descrição densa como aponta Geertz (1989), e do olhar, ouvir e escrever de Cardoso de Oliveira (1996).

Concluindo essas reflexões, não posso deixar de citar os inúmeros estudos realizados pela antropóloga brasileira Maria Catarina Chitolina Zanini (2016, 2017, 2018) que faz, que pratica, que toma a atitude do etnografar em feiras. Seus trabalhos repletos de sensibilidade retratam questões do campesinato, da mulher, do comércio e da socialização que ocorrem nestes espaços. Sinto-me quase sentando em suas cadeiras pelas bancas de Santa Maria, RS. Nas investigações sobre feiras é comum a etnografia ser base teórica das pesquisas, o que pode ser observado nos estudos da referida autora.

INSTRUMENTOS DA PESQUISA: ENTREVISTAS, DIÁLOGOS, FOTOGRAFIAS E JORNAIS

Mais do que apresentar um esqueleto, a pesquisa busca recheá-lo com carne, sangue e espírito. Busca mostrar as táticas, os golpes e as astúcias dos que vivem no esqueleto. Do *modus operandi* dos indivíduos viventes neste recorte de realidade fronteiriça. Proponho isto por meio das respectivas ferramentas: da vivência nas feiras com a observação participante em práticas do cotidiano registradas no diário de campo e com registros fotográficos; das conversas e diálogos com feirantes e com quem feira; das entrevistas com os responsáveis pelas feiras e a leitura de artigos em jornais e trabalhos acadêmicos.

Pela escolha metodológica que levou em consideração o tempo disponível e a

abrangência da pesquisa – estava me debruçando sobre três espaços diversos de três países – e, assim, optei por realizar entrevistas e diálogos. Foram realizadas três entrevistas com três responsáveis por cada uma das feiras e, ainda, inúmeros diálogos com feirantes, comerciantes, com quem feirava comigo e com quem feirava com outros ou sozinho. Estes momentos de conversação ocorreram nos meses de setembro a novembro de 2017 e de fevereiro a novembro de 2019. Várias vezes, estive acompanhada nas feiras, em outras, estive sozinha.

É preciso fazer uma distinção entre entrevistas e diálogos. Denomino diálogos, as conversas informais, não gravadas, sem assinatura de Termo de Consentimento e que ocorreram propositalmente (quando eu provocava uma interação premeditada) ou espontaneamente (quando eu comentava um fato que acabara de ocorrer ou quando era interpelada por outros). Trata-se de conversas que ocorreram no ato de feirar. Como ocorre numa conversa natural, não escrevia nada durante os diálogos. Depois de cada interação, buscava me afastar e isoladamente escrevia ou no bloco de notas do celular ou no bloco de notas em papel a conversa, o *insight*, o gesto, a expressão, pequenos espasmos do cotidiano ou suas exceções.

No ato da interação, ou posteriormente, também ocorreram registros fotográficos de inúmeras situações, produtos, comidas, utensílios, pessoas, espaços e práticas. Lembro-me de uma pessoa apaixonada por fotografia que fez de sua paixão, seu maior objeto de estudo acadêmico, a historiadora Lucia Teresinha Macena Gregory. Inclusive por suas mãos também fui fotografada.

Gregory (2010, pp. 353-354) afirma que, por meio das fotografias, os: "[...] aspectos socioculturais e atividades de produção são rememorados revelando-se em representações identitárias locais firmadas em determinado tempo e espaço dando sentido às vivências". Logo, fotografias são registros de experiências de vida em um determinado tempo e espaço, leia-se não só daquele que é fotografado, mas também de quem fotografa. A autora prossegue: "Pode-se entender a representação sobre as vivências registradas nas fotografias, como a vontade de tornar presente o momento vivido que, uma vez realizado, é passado" (GREGORY, 2010, p. 26). O registro fotográfico também é fonte, ele cristaliza um passado, uma memória que se quer recordar.

As fotografias, tais como as descrições densas dos três espaços se tornaram registros e memórias que retratam experiências de vida, vivências do cotidiano de quem é feirante, de quem feira e de quem pesquisa feiras.

Sobre quem fotografa, a autora afirma: "[...] através da sua câmara, diagnosticou, avaliou, sintonizou, focou e fez escolhas. Diante das possibilidades, definiu seu assunto principal, centralizou e enquadrou" (GREGORY, 2010, p. 321). Eu também fiz escolhas, escolhas conscientes; não foram fotos inocentes, foram fotos com objetivos claros: cristalizar, em minha própria memória, aqueles momentos para futuros estudos e para a

possível utilização das fotos no processo da escrita, por uma questão de dar visibilidade às palavras e como uma forma a mais de documentação. Além disso, é preciso atentar para o fato de que as imagens também falam.

Gregory (2010, p. 351) conclui que, com os registros fotográficos: “[...] permanecem acesas as luzes das vivências. Das vivências de quem fotografou e das vivências dos espaços e dos objetos que acompanharam os figurantes”. Quem também dissertou sobre fotografias, porém como auxílio à pesquisa etnográfica foram Zanini, Oliveira e Cielo (2016). Segundo as autoras, o ato de fotografar traz maior interação com o público pesquisado e seu resultado – a fotografia em si – se transforma em: “[...] possibilidades interpretativas e narrativas do “outro” e o que dele nos permitimos conhecer por meio de nossos recortes epistemológicos e espaço/temporais” (ZANINI; OLIVEIRA; CIELO, 2016, p. 242). As fotografias são fontes e registram memórias de quem fotografou e de quem foi fotografado.

Alerto para o fato de que este não é um trabalho de estudo fotográfico, contudo os registros fotográficos auxiliaram na compreensão das realidades vivenciadas são linguagens de imagens, que às vezes se tornam mais didáticas, mais visíveis, mais cristalizadas. As fotografias entram como instrumento nesta pesquisa, e auxiliam na construção das narrativas, e análises sobre as feiras, suas comidas e pessoas.

Diferentemente dos diálogos, as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas no decorrer desta escrita, possuindo autorização mediante *Termo de Consentimento* para a utilização dos dados. As gravações foram realizadas por meio do aparelho celular da pesquisadora. A utilização de aparelho celular — em vez de aparelho gravador maior e mais específico para esse fim — teve como objetivo minimizar o estranhamento, constrangimento e/ou intimidação do entrevistado para com o objeto de registro. Logo, gravadores, microfones, filmadoras, tripés, ou outros equipamentos audiovisuais foram descartados. Conforme orienta Paul Thompson (1992, p. 264) — um dos especialistas do método da história oral como registro histórico: “ao utilizar um gravador é importante não chamar atenção para o aparelho, nem distrair-se ocupando-se dele”. Antes de ligar o aparelho celular na função gravador, eu perguntei a cada entrevistado se a entrevista poderia ser gravada e, após o consentimento, o aparelho foi colocado perto do entrevistado, na mesa, tentando escolher um lugar que estrategicamente ficasse perto do entrevistado, mas parcialmente fora do seu campo visual, assim não interferindo na naturalidade da conversa.

Nas mãos, eu possuía apenas um papel com o roteiro da entrevista, para me orientar, caso houvesse necessidade. Também não houve anotações durante as entrevistas, cuidando para que se assemelhassem a uma conversa. O roteiro da entrevista consistia em perguntas abertas, evitando induzir as respostas para uma tendência ou outra, esquivando-me, conforme orienta Thompson (1992, p. 262) de: “[...] perguntas que levem os informantes a pensar do modo que você pensa, e não do modo deles”. As perguntas estavam divididas

em três blocos temáticos, a feira (histórico e organização), comidas e pessoas (feirantes e clientes).

As entrevistas ocorreram em terreno deles. Cada um de acordo com a sua formalidade. Com o coordenador da Feirinha da JK, Ronaldo Adriano Pinheiro, a entrevista ocorreu em sua mesa, no prédio da Fundação Cultural em um dia da semana, portanto, fora da feira e fora do horário da mesma, com um dos responsáveis pela Feria de Ciudad del Este, uma Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros, Luis Lopes Benites, aconteceu na sala administrativa, localizada no meio da Feria e durante ela; e com o presidente da *Asociación Feria de Iguazú*, Julio César Batista, sucedeu em uma das mesas do seu restaurante, enquanto o estabelecimento estava aberto, enfim, no decorrer da Feirinha da Argentina. Duas delas foram agendadas (Feirinha da JK e Feirinha da Argentina), já o responsável pela Feria de Ciudad del Este aceitou ser entrevistado na própria feira, especificamente na sala administrativa.

Após as entrevistas, houve a transcrição das falas e, como o objetivo não era o estudo linguístico da fala dos entrevistados, optou-se pela transcrição das narrativas em português, recorrendo à ajuda de *hablantes* do espanhol e do guarani, para alguma palavra ou expressão que não estivesse clara ou bem compreendida.

Foram realizadas dez entrevistas com feirantes de uma das feiras, no primeiro período de coleta de informações. Por uma questão de equivalência em que deveriam ser realizadas a mesma quantidade de entrevistas nas outras duas feiras e pela impossibilidade de tempo e de desenvolvimento dos dados que seriam obtidos, optou-se pela não utilização destas informações. Entendi também que feira não é local para entrevistas, mas de diálogos. Quando entrevistados, os feirantes não estavam à vontade, não ficaram confortáveis, queriam vender o peixe deles. Porém, os diálogos, as conversas informais, fazem parte do cotidiano da feira. Eram normais e corriqueiras as conversas sobre a feira, os produtos que vendem, as comidas, os clientes, o feirar, e assim foi feito.

Tomei o cuidado de não estar demais em uma feira só, e deste modo privilegiá-la nas análises. Procurei apresentar elementos mesmo que díspares em quantidade, equivalentes aos vestígios e indícios encontrados nas três feiras.

Sobre a utilização de jornais, sinto a necessidade de fazer um complemento. Como já se percebeu, este texto não parte de jornais. Utiliza-os. Utilizei jornais das próprias cidades para falar dos seus próprios espaços, isto é, jornais de Foz do Iguaçu para trabalhar a Feirinha da JK, jornais de Ciudad del Este para trabalhar a Feria de Ciudad del Este e jornais de Puerto Iguazú para trabalhar a Feirinha da Argentina, cada qual com seu olhar.

A historiadora brasileira Tania Regina de Luca (2005) descreve que até os anos de 1970 havia relutância em pensar a história a partir da mídia, seja ela jornal ou revista. Na ânsia pela verdade absoluta, imaginava-se que textos dessa natureza não fossem

capazes de permitir tal feito. Afinal, o historiador/pesquisador deveria utilizar textos neutros e fidedignos. Essas “enciclopédias do cotidiano” como afirma Luca (2005), continham, além disso, referências a fragmentos do presente e eram consideradas parciais e subjetivas.

Deve-se reconhecer, como acentua Luca (2005), que a imprensa periódica elege, organiza, elabora e relata, de certo modo, aquilo que selecionou como merecedor de ser publicado. O pesquisador deve encarar o texto como algo que foi planejado para estar ali, naquelas folhas, naquela publicação.

Luca (2005, p. 140, grifos da autora) reforça que: “Em síntese, **os discursos adquirem significados de muitas formas** [...] A ênfase em certos **temas**, a **linguagem** e a **natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público que o jornal ou revista pretende atingir**”. Por fim, a autora elencou alguns procedimentos para o trabalho da imprensa como fonte, deixando evidente que não há um único método a ser aplicado. O próprio jornal se torna objeto da pesquisa.

Relembro que esse não é um trabalho cuja fonte principal é a imprensa. Todas as vezes em que houve reportagens de jornais online ou impressos citados no texto, estes tiveram como objetivo a complementação do cenário sobre determinado assunto. Compreende-se que as reportagens não são neutras, mas contém informações pertinentes a esta pesquisa.

Lendo o texto de Luca (2005, p.140), deparo-me com uma citação do historiador Jean-François Sirinelli (2003) sobre a revista, dizendo que esta era um lugar de fermentação intelectual. Retirarei essa expressão de seu contexto inicial e me apropriarei dela, como o “ruminar” de Tedesco (2013). Primeiramente, a fermentação é um processo associado à comida. Explorarei mais essa questão.

A fermentação, segundo Gomensoro (1999, p.175), é o processo, “[...] pelo qual o açúcar se transforma em álcool, ácido carbônico e outros subprodutos. É a palavra usada para definir a ação do fermento, quando está atuando”. A fermentação (alcoólica, láctica ou acética) está intimamente ligada com o mundo da comida, tendo como resultado prático vinho, cerveja, pão, queijos, iogurtes, vinagres, para citar os mais comuns. Qual o objetivo de uma escrita acadêmica se não esta fermentação intelectual? Se não esta transformação de matéria em outras matérias? Mais uma expressão que se casa bem com termos gastronômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se este capítulo com bases sólidas no método indiciário, práticas do cotidiano e indícios etnográficos que foram essenciais para prosseguir com o andamento da pesquisa de campo e seus desdobramentos sobre as culturas alimentares deste recorte territorial.

A Feirinha da JK, a Feria Municipal de Ciudad Del Este e a Feirinha da Argentina foram lidas e analisadas por meio deste prisma. Três países, três municípios, três espaços, três objetivos, três públicos e inúmeros vestígios alimentares. Uma bagagem entre bancas, pessoas e ingredientes.

Deseja-se que essa escrita seja uma fermentação intelectual nos possíveis leitores. Que essas palavras, expressões, teorias, discursos possam provocar transformações dessas matérias em outras matérias e que este processo seja borbulhante e inquietante.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39, n. 1, pp. 13-37, 1996.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Feriantes están en contra de comerciantes que venden productos de contrabando. ADN Paraguayo, Ciudad del Este, 11 set. 2018. Disponível em: <http://www.adndigital.com.py/feriantes-estan-comerciantes-venden-productos-contrabando/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3. Ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GEERTZ, Clifford James. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Nondimanco: Machiavelli, Pascal. Milão: Adelphi Edizioni, 2018.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Tradução: Rosa Freire d´Aguiar e Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMENSORO, Maria Lucia. Pequeno dicionário de gastronomia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

GREGORY, Lucia Teresinha Macena. Retratos, instantâneos e lembranças: a trajetória e o acervo da fotógrafa Írica Kaefer, Marechal Cândido Rondon (1954-1990). Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 380. 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Tradução: Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUHLMAN, Michael. Elementos da Culinária de A a Z: técnicas, ingredientes e utensílios. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

TEDESCO, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. In: História: Debates e Tendências, v. 13, n. 2, pp. 343-353, jul./dez. 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-269.

STEFANUTTI, Paola. Das feiras às culturas alimentares (no plural) da tríplice fronteira. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteira). Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Foz do Iguaçu, p. 325. 2020.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Narrativas de uma etnografia na feira: é só sentar e escrever? In: DAVID, Cesar de; VARGAS, Daiane Loreto de (Org.). Saberes tradicionais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro. 2. ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018, p. 229-248.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; OLIVEIRA, Silvana Silva de; CIELO, Daniele Palma. A fotografia na feira: entre olhares, fatos e experiências compartilhadas. In: VIZER, Eduardo; BARICHELLO, Eugenia; SILVEIRA, Ada da. (Org.). Mídia e processos sociotécnicos no Brasil e Argentina. Santa Maria: FACOS/UFSM, v. 1, pp. 241-260, 2016.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Introdução: breves observações sobre feiras, mercados e campesinatos. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira (Org.). Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco. São Leopoldo: Editora Oikos, 2017. pp. 7-10.

CAPÍTULO 5

PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE: LUGARES DE MEMÓRIA

Data de aceite: 20/01/2022

Milena Mascarenhas

> Paraná é habitado, bem no fundo, por entidades guerreiras
>
> e por velhos pagés ricos em experiência e em sabedoria.
>
> Aparentemente dócil na superfície, esconde nas profundezas
>
> pardacentas toda a força, a violência e o mistério de suas águas.[1]

1 I INTRODUÇÃO

Qualquer estrutura que liga o que antes estava desconectado é denominada de *ponte.* A estrutura que propicia passagem sobre obstáculos serve para juntar, aliar, associar, unir, vincular e relacionar, em síntese, é um símbolo de conexão. Segundo Certeau (2014, p. 196) se o rio é uma fronteira natural, a ponte é a transgressão desse limite.

A Ponte Internacional da Amizade foi construída entre os anos de 1956 e 1965 sobre o rio Paraná ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, à Ciudad del Este, no Paraguai. Representou, na época, uma obra de arte arquitetônica, ao inovar na técnica construtiva e edificar o maior arco em vão livre do mundo. Foi a partir da ponte que a Vila Portes, bairro de Foz do Iguaçu situado nos limites com o Paraguai, se desenvolveu e Ciudad del Este foi fundada tornando-se entre 1995 e 1996 a terceira maior zona franca do mundo atrás somente de Miami e Hong Kong, movendo cifras equivalentes a três vezes o produto interno bruto do país, o Paraguai.

O Brasil e o Paraguai tinham interesses convergentes na construção da ponte. O Paraguai queria uma saída para o Atlântico, diminuindo sua dependência com a Argentina. O Brasil queria conquistar novos mercados para os seus produtos, principalmente, de industrializados, além de ampliar a sua rota continental.

O objetivo deste capítulo é discutir as ações empenhadas pelos governos brasileiro e paraguaio para consolidar a memória relacionada à Ponte da Amizade aos seus respectivos representantes, oferecendo aos lugares relacionados à ponte diferentes formas de ancorar a memória. Discute-se as formas de apropriação de um lugar, no sentido de consolidar intencionalmente certas memórias.

1 Silva, Gasparino Rodrigues da. Rodovia. Número especial da inauguração da Ponte da Amizade Brasil-Paraguai. Ano XXV, n. 263, 1965.

Imagem 1 – Vista área da Ponte Internacional da Amizade – Paraguai (lado esquerdo) e Brasil (lado direito).

Fonte: CEAEC. Acervo digital (foto – Alexandre Marchetti – 2009)

2 I PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE

O Brasil e o Paraguai tinham diferentes razões para concretizar o projeto de construção de uma ponte na região fronteiriça à leste do Alto Paraná e Oeste do Paraná. Desta forma, em 1956, Alfredo Stroessner e Juscelino Kubitschek (1902-1976) materializaram as intenções e assinaram o acordo para a execução da obra.

O cruzamento de interesses é manifestado no discurso proferido por Juscelino Kubitschek, no dia 04 de outubro de 1958, durante a inspeção às obras da ponte em Foz do Iguaçu:

> [...]Vemos, prestes a se encontrarem, as pontas das grandes rodovias que partem de Assunção e de Paranaguá, abrindo ao Paraguai uma saída para o Atlântico, e ao Brasil, mais amplas perspectivas no mercado da nação irmã. Para os produtos de sua florescente indústria.
>
> A complementação de nossas economias encontrará, nessa grande artéria, o seu instrumento decisivo.
>
> [...]
>
> O Brasil disporá, em Concepción, de um entreposto idêntico ao que foi facultado ao Paraguai, em Paranaguá (KUBITSCHEK, 1958).

O presidente JK percebia e enfatizava que, com a ponte, seria consolidada uma ligação que transcendia o nível regional estabelecido entre dois municípios, trazendo a relevância para as duas nações, ao construir condições apropriadas para o melhor desenvolvimento econômico. Além disso, a ponte significou para o Brasil não só a aproximação com o Paraguai, mas também representava uma projeção continental através da chamada *Rodovia Transversal Pan-Americana,* alcançando Bolívia e Peru,

estabelecendo uma rota continental entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

No mesmo discurso do dia 04 de outubro de 1958, o Presidente JK destaca esse aspecto:

> [...] É-me grato ressaltar, ainda, que no encontro de 1956 já se delineavam os objetivos da Operação Pan-Americana, cujo alcance Vossa Excelência, com alto descortino e como fiel intérprete do povo paraguaio, soube tão bem compreender e prestigiar desde o primeiro momento. Com efeito, aquele entendimento conteve, em si, a mesma ideia que mais tarde iria desabrochar nessa iniciativa de amplo eco no Continente, iniciativa que, na realidade, não pertenceu a nenhum país em particular, porque estava na consciência coletiva das Américas. [...] Essa ideia, que nos congregou às margens do Paraná, há dois anos, frutificou esplendidamente, porque era, como disse, uma aspiração comum, um sentimento coletivo.

JK refere-se, provavelmente, aos planejamentos realizados periodicamente entre os países da América do Sul para traçar o melhor percurso de integração continental. Por exemplo, no VII Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, ocorrido no Panamá entre os dias 1 e 10 de agosto de 1957, no qual estabeleceu-se a Resolução XXVII, sugerindo os possíveis pontos de conexão em se tratando de Brasil, ou seja, para ligar o Brasil ao Paraguai, estabeleceu-se como possibilidades as cidades de Guaíra, Ponta Porã, Porto Murtinho e Foz do Iguaçu, esta última foi considerada o ponto mais conveniente, no traçado da Rodovia Pan-Americana.

Em 1963, no IX Congresso Pan-Americano de Estradas e de Rodagem, realizado em Washington, nos Estados Unidos da América, reuniram-se os membros do Subcomitê da Rodovia Transversal Pan-Americana dos quatro países componentes, Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru, decidindo, entre outras ações, aprovar o Porto de Paranaguá como um ponto extremo da Rodovia Transversal Pan-Americana, substituindo o Rio de Janeiro. Desta forma, fixaram, legalmente, os pontos de conexão, sendo Lima, La Paz, Assunção e Paranaguá.

A Rodovia Transversal Pan-Americana tem extensão total de aproximadamente 4.480 km e liga-se com a Rodovia Interamericana, oportunizando uma comunicação entre a América do Norte e a América do Sul, conforme demonstrado na imagem 2:

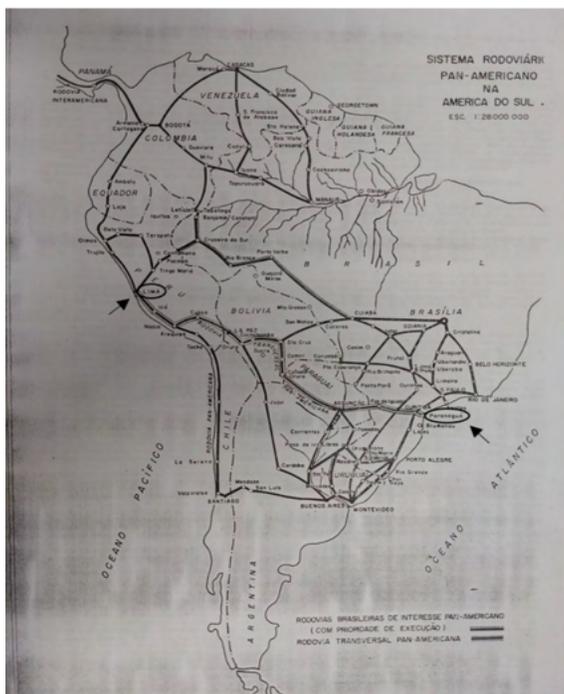



Imagem 2 – Mapa da Rodovia Transversal Pan-Americana.

Fonte: RODOVIA. Número especial da inauguração da Ponte da Amizade Brasil-Paraguai. Nº 263 – Ano XXV – jan. fev.,1965, p. 8. [grifo nosso]

Ao atravessar a ponte, no Paraguai, chega-se às rodovias Ruta 7, Villa Rica, Ruta 2, São Bernardino, São Lorenzo, chegando à capital de Assunção com aproximadamente 333 km. Para acessar a ponte do lado brasileiro, a principal rodovia é a BR 277, saindo do Porto de Paranaguá, passando por Curitiba, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel e, por fim, Foz do Iguaçu, totalizando 732 km.

Para o Paraguai, a ponte tornou-se uma estratégia para avançar econômica e politicamente. Conforme pode ser verificado no mapa a seguir, o Paraguai é um país mediterrâneo, ou seja, é cercado por terras e rios (Paraná e Paraguai) fazendo fronteira com a Bolívia, Argentina e Brasil. Isso significa depender, constantemente, dos portos marítimos de seus vizinhos para estabelecer relações comerciais com outros países.

Imagem 3 – Mapa, com destaque no Paraguai.

Fonte: Google Earth[2].

O Paraguai tinha uma incômoda dependência econômica e uma desconfortável situação política com a Argentina. A questão econômica era de alta vulnerabilidade, pois, a alternativa mais viável, para exportar ou importar produtos, era pelo rio Paraguai e através do Porto de Buenos Aires, criando uma situação de dependência forte da Argentina. A questão política estava relacionada com o fato de a Argentina ter acolhido os opositores de Stroessner e, segundo evidências apontadas por Menezes (1987, p. 50), apoiando-os em uma possível deposição dele.

O general Alfredo Stroessner (1912-2006), filiado ao Partido Colorado, aproveitou a grave crise política no qual passava o país e, no dia 5 de maio de 1954, com o apoio dos militares e de uma parcela da população, deu um Golpe de Estado, assumindo a presidência da República no dia 15 de agosto. O Estado foi organizado para que as forças de segurança e a burocracia trabalhassem e servissem aos seus interesses e propósitos ditatoriais.

A ditadura de Stroessner (1954-1989) é considerada a mais longa do Paraguai. A pesquisadora Lima (2018) aborda, em seu trabalho, as publicações durante o regime de Stroessner, de caráter nacionalista e patriótico, que objetivavam promover e divulgar tanto a sua imagem quanto a do governo, “principalmente, obras de infraestrutura que

2. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 19 ago. 2018. Edição feita pela autora.

acusassem o “desenvolvimento” econômico paraguaio que estava sendo promovido nestes anos através das políticas “modernizadoras” do regime e, também, promoviam a imagem do “líder” mediante a vinculação da “excepcional” biografia de Stroessner (LIMA, 2015, p. 11).

O engenheiro paraguaio Enrique Barrail, vice-secretário de obras públicas e comunicação do Paraguai, proferiu sobre a importância da ponte para os paraguaios:

> A ponte vai representar um segundo pulmão para o Paraguai, pois só tem um, a estrada ligando Assunção a Buenos Aires, o percurso Assunção-Buenos Aires, feito pelos rios Paraguai e Paraná, tem a extensão de 3500 km e não pode ser percorrido durante todas as épocas do ano, devido as secas que principalmente neste período assolam toda a parte sul do Continente.
>
> [...] Por via rodoviária o Paraguai atingirá o Atlântico Sul economizando 2.500 km, contando-se ainda as vantagens decorrentes da flexibilidade do transporte por caminhão e as boas condições de trânsito rodoviário[3].

A analogia que Barrail elabora, ao comparar a ligação terrestre através da ponte ao de um segundo pulmão, torna evidente o “fôlego” que o país teria ao contar com uma segunda alternativa de ligação com o Oceano Atlântico.

A ponte possibilitou uma autonomia para os paraguaios diversificarem as atividades comerciais, tornando-os grandes exportadores de produtos agrícolas, e importadores de produtos industrializados, estabelecendo uma triangulação, ao reexportar esses produtos aos países vizinhos (CÉSAR, 2016, p. 21). Nas palavras de Stroessner, a ponte representou a possibilidade para *“ir superando obstáculos a los efectos de impulsar el desarrollo integral de sus industrias, de sus productos y de su comercio, como medio de la explotación de sus ingentes riquezas naturales”* (STROESSNER, *apud* BÁEZ, 2004, p. 155).

3 | A PONTE QUE ANCORA MEMÓRIAS

A Ponte da Amizade foi batizada nos documentos oficiais com esse nome em 27 de março de 1965, data da inauguração e da assinatura do *Acordo Sobre a Utilização, Conservação e Vigilância da Ponte sobre o Rio Paraná*, documento pelo qual os presidentes Castello Branco e Alfredo Stroessner confirmaram seus entendimentos e comprometeram-se com as suas disposições.

A primeira disposição do documento é a chancela quanto ao nome, “A Ponte Internacional sobre o Rio Paraná que une Puerto Presidente Stroessner a Foz do Iguaçu se denominará “Ponte da Amizade”. Esse fato nos faz lembrar da afirmação de Certeau que “todo o poder é toponímico e instaura a sua ordem de lugares dando nomes” (CERTEAU, 2014, p. 198).

3. Rodovia. Número especial da inauguração da Ponte da Amizade Brasil-Paraguai. Nº 263 – Ano XXV – Jan-fev, 1965. p. 20.

Na visita guiada pelo Museu El Mensú em Ciudad del Este, José Riquelme, responsável pelo museu, iniciou a sua fala com uma contextualização das fotografias da Ponte da Amizade, expostas logo na entrada da casa e sua explicação partiu do porquê a ponte recebeu esse nome:

> A Ponte da Amizade nasceu com o objetivo de que Paraguai e Brasil voltam a ter relação, porque durante 60 anos depois da Guerra da Tríplice Aliança não tinha mais amizade, não tinha mais diálogo então Paraguai praticamente terminava daqui a 200 km na cidade Coronel Oviedo e depois tudo era selva impenetrável e daí em 1954 quando assume o Governo de Paraguai, o General Alfredo Stroessner viaja para o Brasil e tem um encontro com o Presidente do Brasil que era o Juscelino Kubitschek ali, eles chegam a um acordo da possibilidade de construir uma ponte e chama-la de Amizade. A palavra que vai simbolizar de novo a amizade entre dois povos paraguaios e brasileiros [...] (RIQUELME, 2019)[4].

Aqui a topofilia e a toponímia unem-se, segundo Candau, "a memória e a identidade se concentram em lugares, e em lugares privilegiados, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo" (CANDAU, 2016, p. 156). Na fala do Riquelme, a alcunha "amizade" tem um sentido simbólico onde a memória trabalha, ou seja, permite a construção de uma narrativa que faz sentido para a identidade pessoal e/ou coletiva.

A referência da Guerra da Tríplice Aliança como um momento de ruptura com os laços de amizade e após 60 anos (na verdade trata-se de 84 anos) o restabelecimento dos laços com a construção da ponte, simbolizando novamente a amizade, parece a construção de um sentido que busca amenizar um ressentimento latente desde a guerra, que, conforme a pesquisadora Szekut (2018, p. 62), "constitui memórias históricas compartilhadas a partir das constantes menções e relações feitas pela sociedade paraguaia".

Para Riquelme, a iniciativa advinda do seu país, em especial na figura de Stroessner, revela a consolidação de uma memória reforçada com discursos, insígnias e imagens, ao associá-lo com o responsável pela aproximação com o Brasil.

Mas até chegar ao "batismo" da ponte ou marco fundador do dia 27 de março de 1965, onde efetivamente a obra foi finalizada e vincada no obelisco, em placa em bronze, outras duas inaugurações celebraram sua existência. A primeira ocorreu no dia 26 de janeiro de 1961, exatos quatro dias antes do término do governo de JK, no ano seguinte é apontada uma segunda inauguração no dia 26 de março de 1962.

4 | PONTE DA AMIZADE: LUGARES DE MEMÓRIA

Os lugares de memória, conforme Nora (1993, pp. 12-13) são "antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que

4. RIQUELME, José. Entrevista concedida em 15/07/2019 a Milena Mascarenhas. Museu El Mensú, Ciudad del Este.

a chama, porque ela a ignora". Desta forma, não há uma memória espontânea, portanto, a necessidade de forjar lembranças sejam materiais, simbólicos coexistindo em diferentes marcos testemunhos.

A Ponte da Amizade se exibe em diferentes lugares de memória, seja nas inaugurações, nas atas, nos decretos, nas insígnias, nas fotografias, nos discursos, nas matérias jornalísticas, ou seja, sem esse trabalho intencional de vincar determinadas memórias, provavelmente não existiriam e/ou sobreviveriam.

As inaugurações foram mapeadas a partir desses *restos*, denominado por Nora, a exemplo da fala do topógrafo do DNER, Sr. Ari Ojeda, responsável pelo nivelamento e contranivelamento da ponte. Lembrou, ao mostrar a foto da inauguração da ponte com os presidentes Juscelino e Stroessner, o seguinte: "essa ponte teve umas duas ou três inaugurações", informação que está no palimpsesto de histórias institucionais.

Oficialmente, a data da inauguração está vincada abaixo do obelisco localizado ao lado esquerdo da aduana na Ponte da Amizade, no sentido Brasil-Paraguai. A placa comemorativa foi construída para marcar tal solenidade.

Imagem 4 – A placa comemorativa da inauguração da Ponte da Amizade (27/03/1965).

Fonte: DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Foz do Iguaçu, PR. Acervo digital.

O reforço visual da ponte é apresentado na moeda comemorativa no Paraguai, homenageando a inauguração de 27 de março de 1965, conforme a Imagem 5.

Imagem 5 – Moeda comemorativa – *Puente de La Amistad* (1975).

Fonte: Portal Guarani[5].

A perspectiva teórica da História Cultural traz a possibilidade de desenvolver a pesquisa no âmbito da história da memória, retratando-a como algo vivo, presente e vivenciada pelos moradores, porém corre o risco de se perder ao serem enquadrados e reproduzidos, conforme alerta Burke (2005, p. 88):

> [...] À medida que os acontecimentos retrocedem no tempo, perdem algo de sua especificidade. Eles são elaborados, normalmente de forma inconsciente, e assim passam a se enquadrar nos esquemas gerais correntes na cultura. Esses esquemas ajudam a perpetuar as memórias, sob o custo, porém de sua distorção.

A pesquisa identificou os selos comemorativos produzidos pelo Paraguai em 1961, demarcando a "primeira" inauguração da ponte com os presidentes Juscelino e Stroessner, conforme a Imagem 6. No selo, a ponte é retratada de baixo para cima, aumentando a percepção do tamanho, o rio Paraná abaixo com leve percepção de movimento. Em cima, os brasões das Repúblicas do Brasil e do Paraguai. Trata-se de um selo comemorativo do sesquicentenário de Independência do Paraguai. E a ponte foi eleita como um dos marcos a serem inseridos na celebração.

O selo, em tamanho reduzido, contém um texto, uma mensagem, um "o que dizer", contribuindo para a difusão de temas e discursos de interesse do Estado, tornando-se um

5. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/detallesmuseos_otras_obras.php?id=17&id obras=972&id_otras=157>. Acesso em: 01 out. 2018.

importante veículo na difusão da imagem do país, neste caso, o óbvio interesse em atribuir a construção da ponte a um projeto binacional, personificado nos presidentes de cada país.

Imagem 6 – Selo comemorativo (1961) de *Inauguracion Puente Internacional Paraguay Brasil*.

Fonte: FOZ DO IGUAÇU E CATARATAS MEMÓRIA E FOTOS ATUAIS[6].

Além do selo, outro lugar de memória escolhido para vincar tal celebração foi o cartão-postal, com o desenho da Ponte da Amizade ressaltando a primeira inauguração datada em 27 de janeiro de 1961.

6. Foz do Iguaçu, 20 jul. 2019. Facebook. Disponível em:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10214693534716949&set=g.300913676689041&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 20 out. 2019.

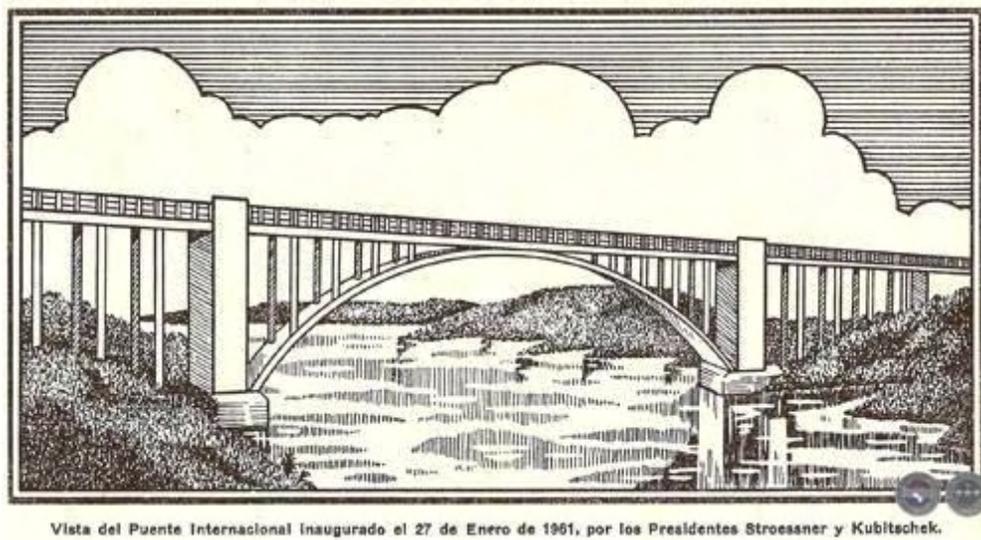



Imagem 7 – Cartão postal com a ilustração da Ponte da Amizade. s/d.

Fonte: PORTAL GUARANI[7].

Nas palavras de José Riquelme, responsável pelo Museu El Mensú, em Ciudad del Este, ao descrever a ponte, complementa “toda essa característica técnica foi admirada no mundo inteiro, se Paraguai tem um postal turístico para o mundo é sua ponte. [...], a primeira obra simbólica declarado patrimônio cultural para nós”.

O cartão-postal socializou o acesso ao mundo, ao torná-lo um veículo de correspondência consumido em vários lugares. Esse conhecimento visual do mundo, certamente, contribui para influenciar mentalidades, comportamentos e para preservar um passado elegido.

A *Revista Manchete* de 1961 retrata, a seguir, à esquerda da imagem, os respectivos presidentes Juscelino Kubitschek, vestido com um terno escuro, e Alfredo Stroessner, de terno de cor clara, acompanhados por um grupo de oficiais. É possível visualizar uma plataforma de madeira, ao fundo a pista de rolamento com o passeio para os pedestres e abaixo o rio Paraná.

Proporcionalmente, a fotografia ocupa um espaço de quase ¾ da página da revista compondo com a matéria sobre o tema *A Ponte da Amizade,* destacado pela diagramação com fundo vermelho.

A matéria noticia a inauguração da Ponte da Amizade no dia 26 de janeiro, ou seja, quatro dias antes do término do governo de JK. Neste dia, os presidentes teriam desatado as fitas em um ato simbólico, abraçaram-se e participaram da solenidade com discursos

7. Disponível em: <http://www.edupratt.com/1759_alfredo_stroessner_matiauda/18606_ inauguracion_del_puente_internacional_sobre_el_rio_parana_1961__discurso_de_alfredo_stroessner.html>. Acesso em: 07 jun. 2020.

sobre a significação da obra.

BRASIL
PARAGUAI

Graças a esta ponte, o Pôrto de Paranaguá, na costa paranaense, poderá ser usado pelo Paraguai.

A PONTE DA AMIZADE

Os presidentes Juscelino e Stroessner, no lado paraguaio, depois de inaugurada a grande ponte sôbre o Paraná.

Imagem 8 – I Inauguração da Ponte Internacional da Amizade (26/01/1961).

Fonte: REVISTA MANCHETE. Ano 1961. Edição 0460. p. 78.

Para os paraguaios, esse momento demarcou os acordos, os tratados e foi uma forma de reconhecer, na figura do Juscelino Kubitschek, os esforços do Brasil na execução do projeto.

A *Revista Estrellas – una revista paraguaya para las americas* de 1988, por exemplo, elabora um panorama do processo de desenvolvimento do Paraguai no governo de Stroessner, pontuando os acontecimentos considerados importantes para o país e a capa é emblemática, no sentido de sintetizar o que, para o editorial da revista, foi mais relevante, conforme a Imagem 9.

Dois projetos são destaques na revista e são referidos às figuras de Juscelino Kubitschek, presidente responsável por assinar o decreto para a construção da ponte, e de José Sarney, o primeiro presidente eleito após a ditadura civil-militar, associando-o com a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e chama a atenção pelo fato da revista não destacar o governo militar do Brasil, pois poderiam ter colocado a foto da inauguração da ponte com o presidente Castelo Branco em 1965 e a foto da inauguração da Usina em 1982, pois as negociações para a construção da Itaipu se deram predominantemente no período da Ditadura civil militar. A seleção das imagens coloca Stroessner ao lado de presidentes brasileiros de períodos democráticos, lembrando que restava apenas ele e Augusto Pinochet (1915-2006) do Chile como presidentes do período militar em 1988, na região existia uma forte pressão pelo término das ditaduras.

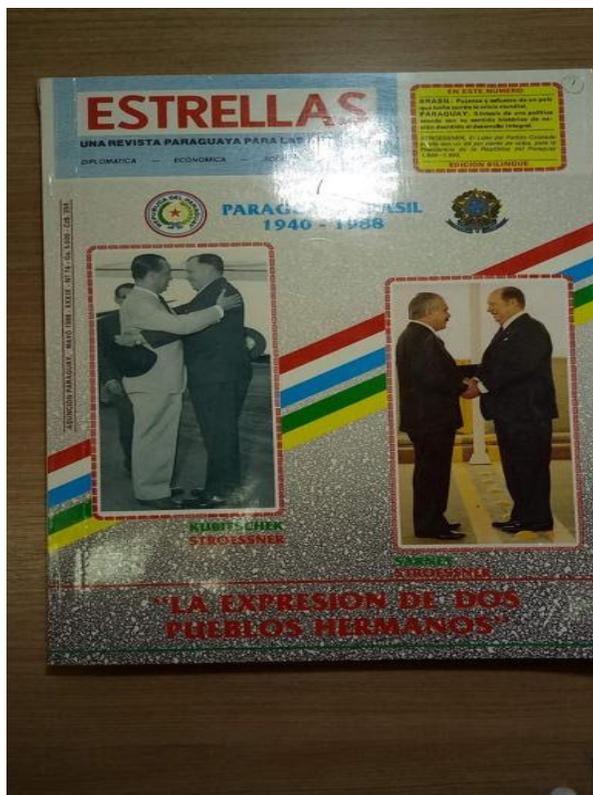



Imagem 9 – Capa da Revista Estrellas, PY. Paraguai e Brasil (1940-1988).

Fonte: Revista Estrellas (1988).

Em relação à ponte, conforme a matéria "*La unión espiritual se ha logrado con la comprensión y decidida activación de las relaciones entre ambas naciones, bajo la sabia orientación de ambos gobernantes: General de Ejército D. Alfredo Stroessner y Dr. Juscelino Kubitschek",* percebe uma atribuição sobrenatural dessas duas figuras, santificando-os. A imagem montada ou trabalhada pela revista ratifica essa percepção, ou seja, tem a imagem da Ponte da Amizade e na frente a foto dos dois presidentes com um trabalho de edição que lembra duas representações de *santos*, reforçado por um fundo de nuvens e uns raios de iluminação, enfatizando e superestimando o papel dos presidentes na concretização do "*sueño de nuestra salida al mar*!", conforme a Imagem 10.

A *Revista Estrellas* destaca também a primeira inauguração da ponte em 27 de março de 1961: "*dos extraordinarios Estadistas Americanos firmando autógrafos. Fue en oportunidad de la primera inauguración del Puente Internacional sobre el rio Paraná, que une fisicamente al Paraguay y al Brasil*".

STROESSNER EN BRASIL - OCTUBRE DE 1956
Encuentro entre dos Jefes de Esta americanos, los Excmos. Señores Pr sidente de la República del Paragua General de Ejército D. Alfredo Stroes ner y de los Estados Unidos del Bras Dr. Juscelino Kubitschek.
Entrevista que puede calificarse c histórica, pues, marca un hito memora ble en la etapa de la tradicional com prensión y entendimiento, que desd ese momento volverán a desarrollar lo Gobiernos del Paraguay y del Brasil.
(Foz de Iguazú, 6 de Octubre de 1956)

Juscelino nos dió su mano y nosotros el corazón

4 de Octubre de 1958: Quinto encuentro entre los Presidentes del Paraguay, General Stroessner y del Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek. Es con motivo de la construcción del puente internacional que después llevará el nombre de "puente de la Amistad" y que a esa fecha ya va cobrando forma.

La unión espiritual se ha logrado con la comprensión y decidida activación de las relaciones entre ambas naciones, bajo la sabia orientación de ambos gobernantes: General de Ejército D. Alfredo Stroessner y Dr. Juscelino Kubitschek. (1961).

El Puente sobre el Paraná: El sueño de nuestra salida al mar!

Dos extraordinarios Estadistas Americanos firmando autógrafos. Fue en oportunidad de la primera inauguración del Puente Internacional sobre el río Paraná, que une físicamente al Paraguay y al Brasil.

El 27 de Marzo de 1961 se reúnen sobre el Puente Internacional, cuya estructura ya había sido terminada, aunque sin llegar todavía la obra a su finalización, dos Presidentes Americanos de honda sensibilidad confraternal: EL GENERAL DE EJÉRCITO DON ALFREDO STROESSNER, JEFE DE ESTADO PARAGUAYO Y EL DR. JUSCELINO KUBITSCHEK, PRIMER MANDATARIO BRASILEÑO.

ESTRELLAS - 61

Imagem 10 – Matéria sobre a Ponte da Amizade. Ao lado direito destaque da imagem Stroessner e JK.

Fonte: Revista Estrellas (1988).

A Revista, ao afirmar que a ponte *"une fisicamente al Paraguay y el Brasil*", desconsidera mais de 400 km de fronteira seca entre Brasil e Paraguai, ou seja, todos os elos são invisibilizados, para ressaltar a importância da construção da ponte. O próprio rio Paraná é uma ligação intensamente movimentada, estabelecendo diferentes contatos econômicos e culturais.

A Imagem 11, exposta no Museu El Mensú, apresenta a passarela construída com madeiras. Ao fundo 4 bandeiras do Paraguai e 4 bandeiras do Brasil. Nota-se pela imagem, tratar-se do local simbólico da fronteira entre os dois países, estando no primeiro plano a bandeira paraguaia e no segundo plano a bandeira brasileira. Desta forma, infere-se ser uma fotografia tirada no Paraguai. Além disso, ao fundo à direita, parece tratar-se do obelisco construído no início da ponte, ao lado direito do Brasil em direção ao Paraguai.

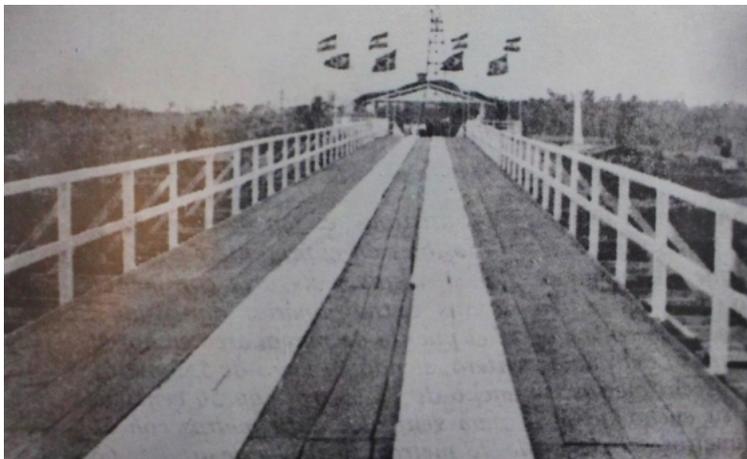



Imagem 11 – As madeiras colocadas para a pré-inauguração da ponte em 1961.

Fonte: MUSEO EL MENSÚ. Ciudad del Este, PY. Registro da autora (2019).

O responsável pelo Museu El Mensú, José Riquelme, ao apresentar a foto desta inauguração, contextualiza da seguinte forma:

> [...] Em 1961 foi uma inauguração provisória, que nós chamamos de pré-inauguração que ainda não está pronta, e foi colocado tábuas, o Presidente Stroessner mandou colocar as tábuas para passar a pé porque Brasil estava mudando de presidente, estava saindo Juscelino e estava entrando creio que o Castelo Branco, então em homenagem ao mentor da ponte, o Presidente Stroessner em agradecimento fez uma pré-inauguração, mas no dia 27 de março de 1965 terminou completamente a ponte [...] (RIQUELME, 2019).

O fato de a iniciativa ter vindo do presidente Stroessner e vir dele o empreendimento do madeiramento, não pôde ser checado com outras fontes para ratificar. Nessa fala, porém pode-se supor que ambos os governos tinham interesses em utilizar a ponte para promover seus feitos, tanto JK, que estava finalizando sua gestão, quanto Stroessner, para a manutenção da imagem.

Cabe ressaltar que o museu é um espaço de representação da memória e do patrimônio local, visando construir uma ideia ou narrativa distante de qualquer neutralidade e às vezes distante também do real. Portanto, ao acessar o museu, a distinção entre representado e representação precisa estar cônscio, conforme o alerta de Chartier (1988).

Segundo Chartier (1988, p. 20), “[...] a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”. Neste caso, sempre há um enquadramento, no sentido de se apropriar de uma interpretação sobre o passado (POLLAK, 1989, p. 7).

Pode-se utilizar o exemplo de enquadramento, a partir da placa comemorativa da “inauguração” realizada em 26 de janeiro de 1961, alocada ao lado de fora do Museu El Mensú. Segundo José Riquelme, foi colocada no lixo e posteriormente resgatada, preservada e exposta na frente do museu.

A placa foi produzida pelo Paraguai, em espanhol, e fez parte das comemorações do sesquicentenário de independência do país no dia 14 de maio de 1961. O registro demonstra a gratidão e reconhecimento do governo paraguaio, na figura de Stroessner, aos esforços técnicos e financeiros investidos pelo Brasil, na figura de JK, e registra os acordos que viabilizaram tal obra.

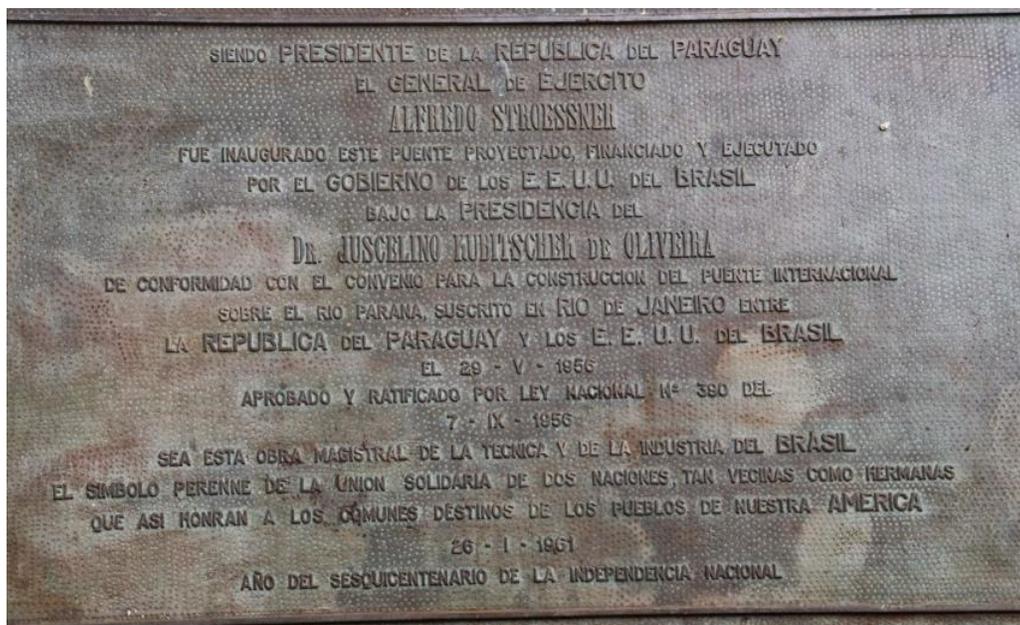



Imagem 12 – Placa comemorativa da inauguração da Ponte da Amizade em 1961 pelos presidentes Alfredo Stroessner do Paraguai e Juscelino Kubitschek do Brasil.

Fonte: MUSEO EL MENSÚ. Ciudad del Este, PY. Registro da autora (2019).

O indício da segunda inauguração da ponte se encontra no espaço expositivo do museu, em uma parede com fotos da construção da ponte em diferentes etapas da obra, e uma placa informativa compondo a exposição com a data da inauguração da ponte de 26 de março de 1962, sinalizando o término da obra, conforme a Imagem a seguir.

Imagem 13 – Placa informativa com os dados da Ponte da Amizade.

Fonte: MUSEO EL MENSÚ. Ciudad del Este, PY. Registro da autora (2019).

O fato de ter sido "oficialmente" inaugurada três anos após sua finalização ainda é uma incógnita. Após pesquisas, encontrou-se uma matéria no Jornal do Iguaçu (14/06/2001), na qual a manchete era exatamente um questionamento sobre este fato "Três anos para inaugurar: Por quê?" A assinatura da matéria é de Rossana Schimitz, que após entrevistar o assessor DNER de Brasília, ele teria explicado uma possível indisponibilidade de agenda dos presidentes daquela época. Também questionou o Sr. João Cid Fürstenberger, funcionário do DNER desde o início da construção da ponte, em 2001, ano da matéria. Ele atuava como chefe do núcleo de operações rodoviárias e relata que houve um impasse com a construtora que fez o projeto do escoramento do arco e que, segundo ele, a obra não parou e sim diminuiu o ritmo e que a ponte teria sido oficialmente concretada em 1964.

Pode-se deduzir que essa data de 26 de março de 1962 tenha sido marcada como uma data do término, para que a ponte entrasse nos registros oficiais de recorde mundial de "maior vão livre do mundo". Ao mesmo tempo, foi uma data pouco registrada, pois a pesquisa realizada encontrou esta data apenas em uma placa no Museu El Mensú, no site do Paraguai da Itaipu Binacional e no jornal do Iguaçu. A ausência de mais registros pode estar relacionada à figura de João Goulart, presidente do Brasil até o Golpe Militar de 1964. A intenção de não querer associar à imagem de Stroessner a João Goulart pode explicar a

falta de holofote para tal data.

Conforme Pesavento (2014), é a materialidade que remete os atores participantes, deixando o momento passado marcas objetivas no espaço e esses registros materiais contribuem para o processo de pertencimento.

> Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história (PESAVENTO, 2014, p. 1597).

O ato de inaugurar é uma forma de comemorar, é deixar registrado no espaço e tempo a celebração de algo. Conforme a reflexão de Candau (2016, p. 148), "a comemoração é sempre seletiva", "aquela imaginada do acontecimento comemorado e do grupo que o comemora". A placa é o monumento que visa perpetuar uma memória, mesmo que não seja "oficial", mas ela está salvaguardada dentro de um lugar de memória, aqui, no caso, no Museu el Mensú, compondo a narrativa sobre a história do município e da fronteira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a Ponte Internacional da Amizade buscou-se, a partir dos vestígios encontrados, problematizar os lugares de memória intencionalmente construídos para vincar certas lembranças e associá-las com seus executores. As celebrações e inaugurações cumprem um papel de perpetuar o passado no presente a partir dos diferentes registros construídos para as solenidades.

As três inaugurações da ponte indicam uma apropriação não só do objeto em si, mas na representação do objeto. Conforme Nora (1993), os lugares de memória, longe da espontaneidade, necessitam de um trabalho constante para evitar o esquecimento.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

RIQUELME, José. Entrevista concedida em 15/07/2019 a Milena Mascarenhas. Museu El Mensú, Ciudad del Este.

Referências Infográficas

BRANCO, Castelo. Acordo entre Brasil e Paraguai de uso, conservação e vigilância da Ponte sobre o Rio Paraná. 27 de março de 1965. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRANCO, Castelo. Discurso do 27 de março de 1965 - Na inauguração da “Ponte da Amizade”, dirigindo-se ao Presidente da República do Paraguai. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/31.pdf/view>. Acesso em: out. 2018.

CESAR, Gustavo Rojas de Cerqueira. Integração produtiva Paraguai-Brasil: Novos passos no relacionamento bilateral. Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI, n. 22, jan./abr., 2016. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6732/1/BEPI_n22_Integra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017.

ESCURRA, G.; TELLO, O. Impacto del museo El Mensú en la promoción cultural, educativa y turística de Ciudad del Este. FPUNE Scientific, n. 9, nov. 2015. Disponível em: <http://www.une.edu.py:83/fpunescientific/index.php/fpunescientific/article/view/ 133>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FAGUNDES, Valdelice do Amaral. A Ponte da Amizade: um elo de cooperação transfronteiriça entre Brasil e Paraguai. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015. Anais. Presidente Prudente, SP, p. 5500-5511, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/18/514.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

FERREIRA, Wilson. 50 años de historia. Ultima Hora. 05 dez. 2007. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/50-anos-historia-n81785.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

KUBITSCHEK, Juscelino. Comunicado Conjunto sobre Rodovias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Paraguai. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1118?page=19&s=paraguai&tipoPesquisa=1>. Acesso em: 05 jul. 2019.

KUBITSCHEK, Juscelino. Discurso do dia 6 de outubro de 1956 - No encontro com o Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, para reafirmação de propósito de maior colaboração entre os dois países. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1956/47.pdf/view>. Acesso em: out. 2018.

KUBITSCHEK, Juscelino. Discurso do dia 4 de outubro de 1958 - Saudação ao general Alfredo Stroessner, presidente da república do Paraguai, durante a instalação às obras da ponte internacional Brasil-Paraguai, sobre o rio Paraná. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1958/64.pdf/view>. Acesso em: out. 2018.

PESAVENTO, Sandra. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>. Acesso em: 15 jan. 2019.

REVISTA Estrellas. Disponível em: <http://www.revistaestrellas.com/estrellas---directorio---historia.html>. Acesso em: 05 abr. 2020.

REVISTA Manchete. A Ponte da Amizade. Ano 12, n. 671, pp. 82-85, 27 fev. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=paraguai&pagfis=61764>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SILVA, Paulo Renato da, e DIAS Júnior, Waldson de Almeida. O “progresso” e a “falta”: representações e relações Brasil-Paraguai no jornal O Globo durante a construção da ponte da amizade (1956-1965). Revista Território & Fronteiras, Cuiabá, vol. 12, n. 2, ago-dez., 2019. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/934/pdf> Acesso em: 21 jun. 2020.

STROESSNER, Alfredo. Inauguración del Puente Internacional sobre el Río Paraná, 1961. Portal Guarani. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/1759_alfredo_stroessner_matiauda/18606_inauguracion_del_puente_internacional_sobre_el_rio_parana_1961__discurso_de_alfredo_stroessner.html>. Acesso em: 08 jul. 2020.

Referências Bibliográficas

CANDAU. Joël. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2016.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 182-198.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHIAVENATO, Julio José. Stroessner: Retrato de uma ditadura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DALTOZO, José Carlos. Cartão-Postal, Arte e Magia. Martinópolis: Gráfica Cipola, 2006.

DIAS JR., Waldson de Almeida. A ponte da "modernidade": representações e relações Brasil–Paraguai durante a construção da Ponte da Amizade (1956-1965). Dissertação (Mestrado em História) – UNILA, Foz do Iguaçu, p. 130. 2018.

FARINA, Bernardo Neri. El Último Supremo: la crônica de Alfredo Stroessner. Paraguai, El Lector, 2003.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FOZ DO IGUAÇU (Prefeitura Municipal de). Foz do Iguaçu: Retratos. Foz do Iguaçu: Campanha & Alencar, 1997.

FRANCO, Patrícia dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. MÉTIS: história & cultura, v. 5, n. 9, pp. 25-62, jan./jun. 2006

KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, n. 1-2, v. 6, jan./dez. 1993.

______. Fotografia e História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAINO, Domingo. Paraguai: Fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Passado e Presente, 1979.

LIMA, Letícia Consalter de. O discurso histórico-nacionalista e as relações com o brasil: contradições e conciliações na "literatura stronista". Trabalho de Conclusão de Curso – UNILA, Foz do Iguaçu, p. 54. 2015.

MARTINS, Ricardo. Ditadura militar e propaganda e propaganda política: a Revista Manchete durante o Governo Médici. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, p. 200. 1999.

MASCARENHAS, Milena. Poeira X Unicon: Confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do paraná –UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, p. 151. 2011.

MEDINA, Felisa Rodríguez de. Síntesis de Historia del Paraguay y Alto Paraná. Paraguai: Papyru's, 2004.

MENEZES, Alfredo da Mota. A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MORAES, Ceres. Paraguai: A consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra. O mundo da imagem: território da História Cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; Santos, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (Orgs.). Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural. 1. ed. Porto Alegre: Asterisco, 2008. v. 1. 260p. pp. 99-122.

Idem. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e patrimônio urbano. In: Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 14, n. 9, pp. 1539-1730, set. 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 199.

SALCEDO, Diego Andres. A Ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 165. 2010.

SILVA, Micael Alvino da. Breve História de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014. p. 57-127.

SKEKUT, Andressa. Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai: memórias, representações e territorialização. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 348. 2018.

YNSFRÁN, Edgar L. Un giro geopolítico: El milagro de una ciudad. Assunção, Paraguai: Fundación Ymaguaré, 2012. pp. 56-158.

CAPÍTULO 6

FOZ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS, LUGAR DE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES RELACIONADAS COM A PRESENÇA DO ESTADO

Data de aceite: 20/01/2022

Samuel Klauck

Andressa Szekut

INTRODUÇÃO

A atual cidade de Foz do Iguaçu, no extremo oeste paranaense, destaca-se no tempo e espaço, como uma região de fronteira. Essa região começa a receber atenção do governo brasileiro, de forma efetiva e direcionada, a partir da segunda metade do século XIX. Imemorialmente ocupada por populações indígenas, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, começa ser explorada por grandes companhias internacionais de extração de erva-mate e madeira escoados pelo rio Paraná por meio de concessões de terras. Neste ínterim, passa a fazer parte da função primordial na defesa da soberania do Brasil, ao mesmo tempo que é entendida como um espaço de integração internacional.

Singularmente por ser um espaço de fronteira, em um encontro geográfico com outros dois Estados nacionais - Argentina e Paraguai, faz com que se perceba a ação e a presença do Estado brasileiro por meio dos seus aparatos de controle, de vigilância, de desenvolvimento, de integração etc. Situação que resulta na materialidade de lugares de memória - como edifícios e obras, bem como na representação de ações imateriais, nas quais destacam-se referências positivas da ação de agentes, fatos e acontecimentos relacionados ou vinculados ao estado nacional.

Também conhecida como Fronteira Trinacional do Iguaçu, entre outras alcunhas, tem na atualidade como uma de suas atividades características a exploração do turismo. Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) representam uma região de destaque no cenário do turismo nacional e internacional. Essa atividade está diretamente relacionada à existência das Cataratas do Iguaçu, no Parque Nacional do Iguaçu, que está localizado entre o Brasil e a Argentina e atrai mais de um milhão e meio de visitantes anualmente, em cada margem. Contudo, outros elementos também se somam como atrativos na região, como a Zona Franca de Ciudad del Este, no Paraguai, que tem ligação direta com Foz do Iguaçu através da Ponte da Amizade. E também a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que apesar de ter a produção de energia como sua principal função, também recebe visitantes, registrando cerca de um milhão visitas em 2019. Estes são apenas alguns dos pontos de intersecção que estão diretamente ligados ao turismo na região trinacional (BIANCHIN, 2018), que também têm outros inúmeros atrativos e serviços que

movimentam um complexo sistema turístico entre as fronteiras.

Ademais do contexto de atividade turística, esse espaço fronteiriço também tem como características a recente colonização do território, imemorialmente ocupado por comunidades indígenas; a fixação de diversos fluxos populacionais principalmente a partir do início do século XX, com diferentes motivações; as obras de engenharia que integram os países, como Itaipu Binacional e as pontes internacionais, à realidade transfronteiriça vivenciada diariamente por moradores e visitantes, a logística e o comércio internacional, dentre outros aspectos que conforma um cenário ao mesmo tempo plural e singular. Dessa forma, configura-se como um espaço de construções de discursos representacionais variados, de integração e afirmações identitárias, ao mesmo tempo que passa por ressignificações dos elementos que o compõem como território.

No contexto apresentado, compreende-se um emaranhado entre fronteiras, memórias, identidades, diversidade populacional e poderes, no qual se tem representações que são construídas e selecionadas a partir das vivências nesse espaço e também dos interesses e expectativas sobre essas definições. Portanto, o passado (re)vivificado, no período contemporâneo em Foz do Iguaçu, serve como baliza de delimitação das análises que seguem. Assim, a presença da memória do estado a partir das definições de memórias e representações deste espaço não pode ser entendida como natural e esta define/influencia/interfere/impõe memórias à cidade. Com isso, propõem-se como objetivo refletir e contextualizar como as ações materiais e imateriais do estado, por meio de lugares e memórias são ativadas como representações da formação histórica de Foz do Iguaçu.

As reflexões se amparam nos vestígios levantados nas vivências dos pesquisadores neste espaço, em fontes institucionais, como o site e documentos da prefeitura municipal, em fontes públicas e outras fontes marginais, que permitem vislumbrar os processos memoriais resultantes das relações sociais nesse espaço, principalmente, o que se refere a presença do estado no município. Dentro desse contexto, delimita-se como conjunto de fontes de análise contextualizados pelos ciclos econômicos, enquadrados pela memória oficial da cidade, referências a logradouros, grandes obras e personagens. Estas serão tratadas e circunscritas no decorrer do texto, inter-relacionados às temáticas de memória, lugares de memória e representações.

As análises ancoram-se no entendimento de que as representações e as narrativas memoriais são seleções do que se quer lembrar, em uma soma entre passado, presente e futuro. Essas seleções acontecem de modo individual ou coletivo, mas são atravessadas por vários fluxos, alimentadas pelas relações que ocorrem a partir de um lugar e indicam a construção de uma identidade reivindicada, quando convier ao jogo em que está inserida, “em suma, a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação” (CANDAU, 2011, p. 77).

Soma-se a isso, a noção de lugares de memória que, para Pierre Nora (1993), originam-se de um jogo entre a memória e a história no qual é preciso ter vontade de memória, de manter algo vivo. Estes são lugares, espaços, objetos, ações que em seu simbolismo, função e materialidade podem (re)ativar memórias coletivas, ou uma memória social, e assim alimentar pertencimentos e manter continuidades em situações de ruptura/descontinuidade.

Assim, para compreender esse processo em Foz do Iguaçu, parte-se do método indiciário de Ginzburg, que entende por um "[...] método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores" (1999, p. 149). Para isso, Ginzburg indica "ser necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados" (1999, p. 144), o que nos aproxima do estudo aprofundado, holístico, da realidade vivenciada no espaço estudado. Fundamentalmente qualitativo, o paradigma indiciário parte da análise de fontes variadas tais como observação de campo e análise documental, entre outras, que permitem a maior aproximação possível ao objeto pesquisado. Assim, o rigor flexível do paradigma indiciário possibilita o estudo das experiências cotidianas de forma ampla. Com essa delimitação, o texto segue com a inter-relação, nas análises, do arcabouço teórico associado ao conjunto de fontes arroladas em Foz do Iguaçu, presentes e perceptíveis em discursos que acionam memórias que potencializam o papel do Estado Nacional brasileiro na formação, ocupação e desenvolvimento da cidade.

MEMÓRIA, LUGAR DE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES

A memória ou as memórias têm relação estreita com o tempo e a história. Em constante movimento, (re)construção, as memórias são exercícios individuais, coletivos e sociais, que moldam a continuidade, o pertencimento, a territorialidade. Segundo Tedesco (2011, p. 10), "tanto os tempos quanto as memórias são múltiplos, variados e com conotações amplas e diversas". Este autor, fazendo referência a Ricoeur (1995), indica que "[...] recordar o passado não é uma escolha, mas uma condição para o discurso, que não escapa da memória nem pode se livrar das premissas impostas pela atualidade" (2011, p. 10).

Ainda segundo Tedesco,

> O presente da memória depende em muito da história, a qual tem a tarefa de aprender (e *prender*) o acontecido no presente e no passado e, também, garantir de uma forma ou de outra, por meio da escrita, dos registros, documentos, oralidade, objetualidades, ilustrações, homenagens, comemorações, festejos, saberes etc., o futuro desse passado. Imagens, símbolos, representações do passado, horizontes construídos e transmitidos, por vários meios fazem parte da memória, do *presente* do passado com intenção de continuidade, porém essa "intenção de continuidade" vai depender de estratégias, ações e interesses do/no presente. (TEDESCO, 2011, pp. 11-12).

Essas dinâmicas da memória são abordadas por diversos autores que falam da seleção, do trabalho, das estratégias, sempre associando passado, presente e futuro. Memória, então, está diretamente relacionada à noção de interesse e não pode ser dissociada dos múltiplos processos temporais vividos pelos sujeitos, grupos e suas inter-relações. Nessa perspectiva, Elizabeth Jelin fala sobre o trabalho de memória e aponta que a referência ao "trabalho" coloca a pessoa e a sociedade em uma posição ativa e produtiva. A autora mostra que a memória passa por processos de significação e ressignificação subjetivos constantes, nos quais o sujeito de ação se move e se orienta de acordo com as experiências passadas e as expectativas futuras (2001, p. 13). Entende-se, assim, a memória como uma construção constante do social, que precisa ser colocada temporalmente no presente para ser analisada de acordo com as experiências, as incorporações e as expectativas das coletividades.

Por sua vez, Tedesco (2011) ainda aponta para a questão da memória que ele chama de "funcional", como aquela que nos serve, que é selecionada por grupos em detrimento de outras para compor o que se quer lembrar. O autor indica que há uma manipulação da memória e da história por grupos de poder para que o passado se torne funcional aos fins de quem governa a sociedade. Nesse sentido, reforça-se a dimensão política da memória ao exercer seleções. Essa perspectiva de compreensão pode ser vinculada ao que Pollak (1989) propõe ao falar das conjunturas que possibilitam o enquadramento da memória. Segundo o autor, isso decorre do momento político, das representações sociais, dos ritos, das festas, do espaço e do tempo, sendo estas as formas de assegurar permanência de manifestações do passado no presente e para o futuro.

Nesse sentido, Candau (2011) destaca que a memória é responsável pela construção de uma continuidade temporal, o que para ele, é condição necessária da representação da unidade do "eu", consciência de si. Nessa lógica, a narrativa da memória, a identidade narrativa, é sempre uma construção no presente sobre o passado. O autor destaca que mesmo a memória sendo reconstruída a partir do presente, existe um núcleo de sentimentos constituídos por elementos do passado relativamente estabelecidos, que mantém coerência nas construções narrativas do "eu" de acordo com os referenciais coletivos em que se insere.

Com isso, ressalta-se que o jogo de memória não é puramente individual, "é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade" (CANDAU, 2011, p. 77). Candau expõe os jogos de memória como a dinâmica pela qual os indivíduos se constituem e constituem suas coletividades, e esses jogos têm como base as noções de transmitir, receber, fundar e constituir. Segundo o autor esse é um processo constante que elabora ações, antevendo resultados para as relações sociais.

Essa perspectiva que alude aos interesses de forjar determinada imagem e posição social frente ao outro se aproxima da noção de representação ou representação coletiva

proposta por Roger Chartier, que entende que as representações,

> [...] não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para Chartier, disputas de poder no sentido de produzir o reconhecimento, a obediência e a submissão vão muito além da materialidade, como o apelo à violência física direta, para ele exerce-se a dominação simbólica a partir das representações. Desse modo, a compreensão das representações como forças reguladoras da vida coletiva e exercício do poder serve para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar determinada posição social.

Com esta reflexão, entende-se que a noção de representação é capaz de apreender em um campo histórico particular os processos simbólicos das disputas pelo poder e dominação entre os grupos ou indivíduos. Assim, cabe entender as representações sociais dos grupos como formas de lutas de poder e fixação de visão no espaço. Elas agem sobre as relações sociais a partir de sua ação mobilizadora exercida pelo seu poder simbólico. Para a história cultural, é nessa dinâmica complexa das representações e das lutas de representações que os sentidos e símbolos que constituem a cultura emergem, se fixam e se dissipam (OLIVEIRA, 2018).

Ao falar sobre definição, ação mobilizadora, símbolos e sentidos, também podemos nos aproximar da noção de lugar de memória. Quando se fala de lugar de memória é inevitável não retomar o clássico Texto de Pierre Nora “Entre Memória e História A Problemática dos Lugares” (1993), em sua tradução para o português. Este autor traz como elemento central da discussão que “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (1993, p. 7). Com essa consideração inicial, Nora discorre sobre como a memória e a história se interconectam, e como a história na modernidade ao se apropriar das memórias faz com elas sucumbam. Segundo o autor:

> Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõem uma à outra. A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno

sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. (1993, p. 8)

Essas afirmações se amparam na ideia de "aceleração da história" cunhada por Nora, que refere-se à uma percepção cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto. Uma consciência de ruptura com o passado que se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada. Ainda segundo o autor, esta ruptura com o passado se faz pela história, pelo seu registro e criticidade, o que desperta ainda memória suficiente para se ter sentimento de continuidade residual aos locais de referência, não mais uma memória vivida.

Nora ainda aponta que os lugares de memória, "são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica" (1993, p. 21). Para Nora, os lugares de memória originam-se, assim, de um jogo entre a memória e a história, no qual é preciso se ter vontade de memória e de manter algo vivo. Entende-se, assim, que o lugar de memória está relacionado com seleção, definição de representação que quer de si, intencionalidade de um grupo em forjar determinada representação social.

Esta concepção de Pierre Nora precede e antecipa as preocupações mais atuais sobre a produção acelerada de registros e arquivos. Nesse sentido, o antropólogo Joel Candau (2012, p. 111) fala sobre uma "iconorreia" midiática, como um fenômeno contemporâneo de exteriorização da memória, que se manifesta através da profusão das imagens que são continuamente estocadas, tratadas e difundidas. Para o autor, essa "iconorreia", essa saturação de imagens com uma carga memorial, é caracterizada pelo exponencial aumento de sua difusão atual.

Andreas Huyssen (2002) também indica uma obsessão pela memória, principalmente, nos debates públicos e a influência da mídia nessa busca memorial. O autor ainda fala sobre o papel da imagem nesse processo, tendo a televisão, o cinema e a internet como meios difusores não apenas de imagens articuladas à memória, mas da própria necessidade memorial e do medo do esquecimento. Assim como Nora, Huyssen aponta para a influência dos meios digitais para mudanças culturais. Para o autor, a rapidez na forma de viver e de se relacionar socialmente traz junto uma necessidade de rememorar o passado, guardar objetos e preservar coisas de forma desmedida e acelerada.

Com isso, os lugares de memória estão imbricados nesse contexto de afastamento da vivência da prática, de desenvolvimento tecnológico, de globalização, de rapidez, são entendidos como capazes de guardar lembranças e permitir o acesso a elas sempre que se fizer necessário ou conveniente. São lugares, espaços, objetos, nomeações, ações em que memórias podem ser revividas ou ressignificadas para a (re)construção de uma memória coletiva, uma memória social, representações.

Fala-se assim de lugar de memória, entendendo que estes estão imbricados nesse trabalho de memória, seleções memoriais, que definem o que se quer ter como referência, representação de si ou representação social. Os conceitos de memórias, representações e lugares de memórias se conjugam nesse texto para a compreensão das definições estabelecidas, das lutas de representação, de acordo com as experiências e os interesses dos diferentes momentos. A compreensão destes processos nos permite observar e analisar uma realidade particular e identificar as definições estabelecidas pelas relações sociais vividas em Foz do Iguaçu.

FOZ DO IGUAÇU: PROCESSOS MEMORIAIS

Os processos memoriais de Foz do Iguaçu, por vezes, costumam ser ancorados pelos discursos solidificados em torno do poder público. Em específico, em torno da história do município, fundado em 1914. Esse acontecimento, leva a criação de narrativas que procuram colocar a história da cidade no tempo e espaço, definindo representações. Situação que (re)busca, conforme indicativos oficiais disponíveis no página da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, fatos e acontecimentos associados direta ou indiretamente a esse espaço (FOZ DO IGUAÇU, 2021).

Com isso, delimitam-se um primeiro conjunto de discursos que buscam fortalecer memórias e lugares de memórias, por meio de narrativas que colocam em evidências fatos, personagens e ciclos econômicos. Evidencia-se que se busca localizar a cidade na história imemoriável, quando se refere à presença indígena ancestral e à passagens históricas do Brasil colonial - a exemplo da passagem do explorador espanhol Cabeza de Vaca, em 1542. Aqui infere-se a pergunta: quais as origens da cidade? Na tentativa de enquadrar uma memória linear, em uma acepção a Pollak (1989), as várias respostas à questão trazem fatos e acontecimentos, distantes do contexto da história e memória contemporânea. Portanto, o reforço feito pelos discursos oficiais, do poder municipal (FOZ DO IGUAÇU, 2021) ou o recorte histórico presentes no material didático do ensino fundamental público de Foz do Iguaçu definem memórias e lugares de memórias.

Essa constatação permite inferir o papel de quem enquadra a memória desse processo. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e os materiais didáticos são exemplos da ação de fixação de uma memória social para essa região. Contudo, no ato de escolha, portanto o que se quer lembrar é uma ação deliberada que pode ser associada a uma memória funcional. Conforme preconiza Tedesco (2011) e, ao mesmo tempo, inserida na definição de jogo da memória por Candau (2011).

Contudo, cabe lembrar que todo processo memorial, de alguma forma, ancora-se em referências ou referentes históricos. Neste sentido, as representações oficiais, em parte, são resultantes da apropriação de narrativas produzidas por relatos e histórias de

autores que comumente procuram reforçar o papel do Estado, a identidade e a soberania nacional sobre essa região. São exemplos destes suportes de memórias os textos de viajantes como Domingos Nascimento (1903), Cândido de Abreu (1974), Manoel Azevedo da Silveira Netto (1995) e de militares como José Maria de Brito (2005) e José Cândido da Silva Muricy (1998) analisados conjuntamente na obra de Antonio Marcos Myskiw (2011). Essas referências fundamentais são complementadas por obras da historiografia profissional como de Ruy Christovam Wachowicz (1987) e José Augusto Colodel (1998) e de memorialistas como de Ottilia Schimmelpfeng (2002).

É preciso ressaltar que a história e a memória estão sujeitas à ação do tempo, das lutas de representação e dos jogos que as envolvem. Com isso vale lembrar que estas narrativas que potencializam o Estado, são e estão passíveis de serem questionadas. Pois, compreendendo a região de Foz do Iguaçu, como um *espaço praticado*, na acepção de Michel de Certeau (2011), a diversidade de memórias invisibilizadas pelo processo de enquadramento oficial ou estatal se torna importante. Estão fora dessa memória os indígenas, transeuntes, migrantes, soldados, agricultores, operários, barqueiros, contrabandistas, foragidos, entre tantos outros inomináveis atores à margem que ganhariam visibilidade em uma história vista de baixo, como nos apresenta Jim Sharpe (1992).

Outro destaque que permite perceber a potencialização de memórias oficiais são as narrativas que vinculam a formação da história de Foz do Iguaçu aos ciclos econômicos. O boletim *Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011*, publicado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Informações institucionais, destaca quatro ciclos econômicos: extração da madeira e cultivo da erva-mate (1870-1970), construção da Usina de Itaipu (1970-1980); exportação e turismo de compras (1980-1995) e comércio, turismo de compras e eventos (1995-2008) (FOZ DO IGUAÇU, 2021a). Estes ciclos também estão presentes nas Apostilas do Aluno e do Professor, elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação (PMFI, 2012; PMFI 2012a; PMFI, 2015; PMFI, 2016).

É preciso reconhecer que os ciclos econômicos, enquanto delimitação classificatória temporal, podem ser um instrumento de compreensão da história de uma cidade, região ou país. Exemplo disso pode ser evidenciado em autores como Caio Prado Junior (1976) e Nelson Werneck Sodré (1990), que em suas produções históricas contribuíram para fixação de representações, memória e lugares de memórias. Por sua vez, no exemplo de Foz do Iguaçu, recuperando a menção ao boletim e as apostilas citadas anteriormente, percebe-se que estes utilizam os dados para demonstrar o crescimento demográfico da cidade.

Neste ponto faz-se a pergunta: como a história e as memórias dos ciclos econômicos é associada ao Estado? Uma primeira questão que se destaca é a de que essa região, por ser de fronteira, apresenta poucas evidências de ocupação espontânea. Com isso, não se pretende definir um determinismo de ocupação populacional direcionado

pelo Estado, mas inferir que este, teve papel fundamental nesse processo. Além disso, compreende-se, como indicado anteriormente, que se deve conjecturar a presença de *praticantes de espaço* nesse território, fora da lógica de ocupação direcionada.

Já com o foco no primeiro ciclo da erva-mate e madeira, deve-se considerar que, apesar da disponibilidade desses recursos naturais, na região que abarca Foz do Iguaçu, a sua exploração seguiu um ordenamento definido direta ou indiretamente pelo Estado Nacional brasileiro ou pelo governo paranaense, por meio de concessões e outorgas de exploração. Cabe lembrar que, ainda no período imperial, foram concedidas para exploração vastas áreas fronteiriças com a Argentina e o Paraguai conhecidas como *obrages*. A essas concessões seguiram-se as de incentivo de colonização, que além de lotear e ocupar a região, objetivam alcançar recursos oriundos da exploração da madeira, como o exemplo da Companhia Industrial, Madeireira e Colonizadora Rio Paraná - conhecida como MARIPÁ (GREGORY, 2002).

Portanto, vincular a história da região e, por sua vez, de Foz do Iguaçu, ao estado, configura-se como reconhecimento dessa ação histórica. Diferentemente de outros municípios do oeste paranaense que, dentro das lutas de representação, fixaram memórias e lugares de memórias associadas a esse período, com a nomeação de ruas, avenidas, monumentos e espaços com nomes de pessoas vinculadas a esse processo, a exemplo de Willy Barth - empresário e político vinculado a MARIPÁ, Foz do Iguaçu apresenta poucas evidências.

Contudo, ao observarmos atentamente a espacialidade da cidade, nos deparamos com pontos que fazem referência a esse ciclo econômico de forma direta e indireta. Aqui é preciso lembrar que uma das principais participações de Foz do Iguaçu era ser um ponto de escoamento dos produtos extraídos da região. Nesse ponto, considera-se que a cidade é banhada por dois grandes rios - o Iguaçu e o Paraná, que se destacam na presença portuária. Assim, denominações como Porto Belo e Porto Meira, que hoje nomeiam bairros, se colocam de forma direta como lugares de memória desse processo.

Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que alguns personagens dessa época, assim como de outras, também foram registrados em nomes de ruas da cidade, mas não são acionados, celebrados e lembrados. Ou seja, houve um momento em que suas memórias foram selecionadas a partir da nomeação, contudo não se manteve ao longo do tempo a atribuição de valor a esses nomes, personagens, o que nos leva a perceber uma proximidade com a constatação de Nora, que diz que um lugar de memória só se constitui quando soma-se os três elementos, o material, o simbólico e o funcional. Assim, a materialidade a partir da nomeação não garante a instauração de um lugar de memória se há falta de significado ou funcionalidade para a comunidade.

Por sua vez, a presença de estruturas do estado, como a Colônia Militar instalada em 1889 e a Coletoria Estadual de Impostos, exemplificam a presença do estado de forma

indireta. No primeiro caso, entre as justificativas da implantação da Colônia, segundo Orlando Bispo dos Santos (2016, p. 47), parafraseando o militar José Maria de Brito, era de que esse "território de fronteira encontrava-se ocupado por uma maioria de paraguaios e argentinos que exploravam as riquezas naturais da região". Por sua vez, a Coletoria de Impostos instalada pelo Governo do Estado do Paraná em 1913, corrobora a ideia de controle do estado sobre a região, que em conjunto com a presença dos militares intentam marcar e definir a nacionalidade brasileira sobre esse território (KLAUCK, 2005, pp. 250-253).

Resultam dessa ação um marco de memória material representado pela estrutura do prédio histórico, localizado na região central, do atual 34º Batalhão de Infantaria Mecanizada do Exército, que representa a presença militar em Foz do Iguaçu, desde a Colônia Militar. Ressalta-se que também há presença, com visibilidade material da Marinha, por meio da base da Capitania Fluvial do rio Paraná. Nesse contexto, ainda se evidencia a memória militar - imaterial - vinculada à atribuição de nomes de rua como a denominada Belarmino de Mendonça e as avenidas General Meira e José Maria de Brito.

Ressalta-se que em parte a memória do Estado Nacional brasileiro, por meio da presença de militares, vincula-se à definição das fronteiras nacionais. Em específico, pela formação da cidade resultar da instalação da colônia militar em 1889, a história e a memória destacada se cruzam em diversos momentos com a presença cívico/militar. Essa presença, representação e memória também se manifesta em outra temporalidade, no ciclo econômico vinculado a Construção de Itaipu Binacional, por ser planejada e executada durante os governos militares do período de 1964 a 1985.

A Construção da Hidrelétrica de Itaipu aparece como segundo ciclo econômico do município e a sua memória é evocada a partir do olhar da transformação que promoveu no espaço. Lembra-se que Itaipu trouxe crescimento populacional exponencial e com isso uma série de mudanças estruturais, econômicas e socioculturais para a região (THAUMATURGO, 2012). Mas também suas memórias reforçam a presença do Estado, com a sua ação direta na definição e implementação da obra e a série de acordos internacionais decorrentes da mesma.

O Tratado de Itaipu celebrado em 26 de abril de 1973, assinado pelos presidentes dos dois países, estabeleceu as delimitações jurídicas, financeiras e diplomáticas que permitiram a constituição e gestão conjunta da empresa binacional entre Brasil e Paraguai (ITAIPU, 2021). Com isso, apesar de distante da capital, por meio de Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu tem a presença constante de ações do Estado ao longo dos anos. Presidentes, diretores e generais, cada um representando o seu momento político sempre são os anfitriões de ações encabeçadas pela instituição, demarcando a ação do Estado no processo.

Além de geração de energia, pela qual é referência no mundo, Itaipu alterou

a lógica de ocupação e uso do espaço, influenciando na transformação dos processos produtivos. Conforme Souza (2015), foram criadas três Vilas “A”, “B” e “C”, sendo que em cada uma delas era alocada uma categoria de trabalhadores que também ofereciam serviços básicos como educação e saúde. A memória desse processo é hoje (re)acionada por meio do turismo. Itaipu que, a partir de 2003, passou também a atuar no turismo de forma estruturada, com passeios dentro da Usina, entre outros, está planejando adicionar aos seus passeios um tour histórico por essas vilas erguidas durante a construção da Usina (ITAIPU, 2021a).

Nota-se que a instituição busca definir e afirmar seu papel de atuação nesse espaço a partir de alguns elementos, conforme pode ser visto, por exemplo, em matéria de sua comunicação, intitulada “40 Anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná” (ITAIPU, 2021b). Esta matéria dá ênfase às transformações positivas consideradas diretamente relacionadas a Itaipu, ressaltando seu papel na região, o que mostra a busca de construção de uma imagem. E essa instituição segue atuando na região não mais com construção, mas de diferentes formas com diferentes projetos.

Dessa forma, Itaipu se estabelece como ponto referencial da memória da região, e por meio dela a representação do estado mais uma vez é definida como parte da imagem da cidade. A obra da Usina, sua produção de energia e as ações no território tornam-na referência de memória material e imaterial de Foz do Iguaçu. É uma memória funcional que se estabelece por meio de lutas de representação, ações discursivas, práticas que desenvolve na cidade e pelo aparato midiático que dispõem. Com isso, não só ocupa e enquadra sua memória, mas a do estado nacional brasileiro neste território.

É preciso destacar que essa obra exponencial, devido a suas dimensões, imprimiu profundas transformações demográficas na região, com a mobilização de grande contingente populacional atraída como mão de obra. Decorre dessa situação a ampliação da diversidade cultural local. Ou seja, a demanda de operários e os prestadores de serviços trouxeram e fixaram brasileiros de todas as regiões e diversos estrangeiro em Foz do Iguaçu (THAUMATURGO, 2012). Essa pluralidade cultural pode ser percebida em exemplos como construções (Centro de Tradições Gaúchas) e alimentos (queijo de minas, acarajé, feijoada, churrasco etc.).

Mesmo com a visibilidade dos referentes e referências culturais destes grupos, comumente valorizados por meio de discursos epiditícos trazem em si, quando se busca os motivos da sua presença, uma explicação vinculada à Itaipu. Percebe-se que a memória cultural construída no chão do cotidiano, friccionada, diversa e híbrida, é enquadrada pela memória de uma ação que tem o Estado Nacional como o principal agente.

Outro aspecto da imposição das representações memoriais advindas com Itaipu é que estas suplantam e, em alguns casos, invisibilizam memórias, por exemplo a memória do ciclo econômico anterior. Conjectura-se que isso ocorre pela ausência de registros

materiais e imateriais evidentes, pela ausência de lugares de memória que sustentem de forma transversal no cotidiano da cidade lembranças deste ciclo ou pela amplitude da iconorréia midiática de reproduzir – fazer lembrar no presente – da memória da construção de Itaipu e dos seus aspectos positivos.

Destas reflexões, avança-a ao terceiro ciclo econômico do município. Conforme mencionado anteriormente, é associado à exportação e ao turismo de compras, e assim às relações internacionais e à infraestrutura. Sem entrar nas nuances do processo, evidencia-se que ao ter este como um momento delimitador da história do município, mais uma vez se reforça a memória da presença do Estado no espaço. Primeiramente pela ação direta do Estado na região, com a construção da ponte internacional da amizade, infraestrutura que possibilitou o acesso facilitado ao país vizinho e à sua zona franca. Logo pela própria ação de compra internacional e todas as questões legais que a balizam, com a presença dos organismos reguladores estatais, como Receita Federal, Polícia Federal, entre outros.

Apesar da cidade contar com duas pontes internacionais, a da Amizade que a liga ao Paraguai e da Fraternidade a Argentina, é a primeira que ocupa a maior evidência de memória da presença do Estado na região. A Ponte Internacional da Amizade, que teve a sua intenção de construção formalizada em 1956, foi inaugurada nos anos 1960. Esta ponte é resultado da intensificação da relação entre Brasil e Paraguai, que até então tinha o fluxo na região por via fluvial. Mascarenhas (2021) aponta que houve três inaugurações da ponte em 1961, 1962 e 1965. Para a autora, esses eventos são indicativos para a definição de lugares de memória de Pierre Nora (1993), pois as reiterações cerimoniais tornam um elemento de suma importância na fixação mnemônica e são instrumentos para “bloquear o trabalho do esquecimento”. Esta é apenas uma das formas de definição de representação sobre a ponte, que tem a ação e presença do estado reafirmada nas atribuições de significados ao longo dos anos.

Hoje, a Ponte Internacional da Amizade tem sua memória incrementada por outras experiências que se somaram no tempo e espaço. A sua função de acesso é utilizada de acordo com os diferentes momentos políticos, econômicos e sociais, e interfere diretamente na estrutura produtiva da região. A pandemia da COVID-19 levou ao isolamento social e o fechamento das fronteiras nacionais no mundo e, consequentemente, a interrupção do fluxo na ponte internacional da amizade de março a outubro de 2020. Situação pouco provável nessa fronteira tão movimentada na qual, de forma geral, naturalizam-se as travessias entre os países fronteiriços, mas que tem os Estados Nacionais como reguladores da mobilidade no espaço.

Neste mesmo momento de interrupção do fluxo de pessoas entre os países, ocorreu uma grande estiagem na região, e a ponte passou a ser visitada por outro ângulo, de baixo para cima. Em matérias e também nas redes sociais de moradores da região se multiplicaram imagens da ponte vista desde o rio com nível muito baixo de água (GAZETA

DO POVO, 2021). É interessante ressaltar que registros indicam que em 2021, a estiagem no rio Paraná é ainda maior, contudo, não se constatou o mesmo anseio de visitação às suas margens para visualizar seu nível e a ponte (TRIBUNA, 2021). Pondera-se que em 2020 por conta do isolamento social esta era uma das poucas atividades possíveis já que os estabelecimentos comerciais, espaços de lazer e atrativos estavam fechados. Contudo, mesmo assim, isso permite conjecturar que a impossibilidade de fluxo na ponte, levou a um sentimento de ruptura da continuidade, necessidade de memória e com isso a visitação às margens do rio e a estrutura da ponte, como uma forma de celebrar o espaço, como um lugar de memória.

Como em outros exemplos anteriormente analisados é preciso fazer os destaques. Em específico o de fixar que a ponte tem memórias, sim, memórias no plural. É uma obra contemporânea, portanto ainda ativa lembranças de um conjunto de moradores da cidade. Contudo, o crescimento do seu entorno, em ambos os países, os mais de 60 anos de presença abarcam um conjunto abrangente de praticantes de espaço e usuários desta construção. Portanto, é presumível compreender que as suas memórias são e foram significadas e (res)significadas, seja por interesses singulares ou coletivos. Contudo, ela também ocupa e desempenha o papel de lugar de memória, quando logra alcançar os três elementos frisados por Pierre Nora que são: o material, o simbólico e o funcional.

A Ponte Internacional da Amizade com 552 metros e da Fraternidade com 489 metros por si só se destacam pela imponência das obras, por suas grandes dimensões. Todavia, seus tamanhos também implicam em representações associadas a quem a construiu e papel que ambas têm para a região. Nessa situação, as memórias, por meio da opulência, também remetem ao estado. Dentre os destaques, comumente sobressaltam a contribuição socioeconômica destas obras para o crescimento de Foz do Iguaçu e região. Essa valorização permite inferir o fortalecimento da memória dos agentes que a construíram e, ao longo do tempo e do espaço, as (res)significaram vinculando-as aos governos e seus projetos.

Entre esses (res)significados está o papel que as pontes passam a representar no ciclo econômico nomeado como “Globalização e abertura de mercado” e sua definição está associada à criação do Mercosul. Os documentos apontam que este momento é de ruptura e transformação econômica e também de constituição de um polo educacional e tecnológico para o município (PMFI, 2012). Em específico, no aspecto econômico, as duas pontes que outrora facilitaram o desenvolvimento de um polo logístico de importação e exportação, não dão mais conta do recado. Demanda-se aos governos uma nova ponte, a da Integração ligando Brasil a cidade de Presidente Franco no Paraguai, que atualmente está em processo de ter seus 760 metros construídos já desponta como um novo símbolo, no qual a memória da cidade se cruzará novamente com a da presença do Estado.

Transversalmente à temporalidade estabelecida pelas análises ainda encontramos

três referências que, de forma distinta, auxiliam na visibilidade das memórias do estado nacional brasileiro em Foz do Iguaçu: o Marco das Três Fronteiras, o Aeroporto e o Parque Nacional do Iguaçu. O primeiro sendo um logradouro simbólico de delimitação de fronteira e dos demais como ponto de chegada, partida e de visitação turística da cidade que tem intervenção direta do estado, conforme destaques a seguir.

O Marco das Três Fronteiras, instalado em 1903 como símbolo de paz entre Brasil e Argentina, localiza-se no encontro do Rio Iguaçu com o Paraná, no limite territorial com Argentina e Paraguai (LOUVAIN, 2018). Apesar de compor a lista de atrativos turísticos da cidade a muitos anos, sem infraestrutura (LIMA, 2010) e sem compartilhamento de narrativa histórica, o Marco brasileiro compunha apenas timidamente as (re)construções memoriais de Foz do Iguaçu, até sua (re)incorporação ao mercado turístico, mediante concessão da área. Sua referência histórica é distante do vivenciado, pouco se sabe ou se ensina sobre sua história oficialmente, sendo que nos materiais didáticos do município de 2012, 2015 e de 2016 no que diz respeito a esse monumento, apontam que é um dos principais pontos históricos de Foz do Iguaçu, contudo nenhum deles retrata a história atrelada a sua Constituição. Os materiais apresentam sua referência geográfica e uma construção de representação, de significado para a região como espaço de integração, de fronteiras próximas. Percebe-se que se estabelece como lugar de memória, contudo não houve uma construção de continuidade, compartilhamento ou vontade de memória, por muitos anos.

A partir de 2015, após licitação para concessão do espaço do Marco das Três Fronteiras (MELO, 2015), o obelisco passa a ganhar notoriedade e compor as narrativas, como monumento histórico. Além de sua valorização como monumento, ainda são incorporados ao local uma série de elementos da história regional, Jesuítica, Guaraní e também reforça-se a história de Cabeza de Vaca, a partir de uma grande estrutura cenográfica, com espetáculo e restaurante (MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS, 2021). Com a construção de infraestrutura e de narrativa, se ativa a memória por meio do turismo, sendo que em 2019 o atrativo recebeu mais de 450 mil visitantes. Este fato evidencia como memórias foram selecionadas e receberam atribuição de valor de forma direcionada, ou seja, definiram-se algumas representações. Processo possibilitado por meio de uma política pública e implantado pelo mercado turístico. A presença do estado é transversal nesse espaço, sendo que o monumento em si representa a presença da nação e da fronteira em um lugar de memória na região.

O Marco, que estava à margem, literal e metaforicamente, passa a ter sua memória (re)construída, difundida, reforçada. Isso se vê na cidade nos outdoors, nos discursos mercadológicos e políticos. Assim, nos discursos da atualidade, o Marco é relacionado com a diversidade, com a integração entre os povos e com um passado tão distante que é quase mítico, com descobridores, Jesuítas e indígenas. Processo que, estabelece a materialidade, funcionalidade e simbologia, reafirmando-o como um lugar de memória.

Mesmo com essa pluralidade de significados acionados contemporaneamente, o Marco brasileiro ainda é representativo da presença do Estado Nacional. Evidência disso podem ser inferidas da relação deste monumento com seus outros dois congêneres, o Marco Argentino e Paraguaio, que também postados em locais estratégicos, auxiliam na compreensão de que se quer estabelecer fronteiras geográficas. Fronteiras que no contexto histórico da cidade, comumente são construídas, reforçadas e valorizadas pelo Estado. Diferentemente das porosidade das mesmas, quando inferidas no tempo e espaço pela percepção dos *praticantes de espaço*.

Por sua vez, a presença de um aeroporto na cidade denota a demanda e a importância estratégica deste logradouro. Foz do Iguaçu conta hoje com um importante espaço modal, como referência de chegada e partida de grande contingente de turistas (FELIPE JUNIOR, 2021). Portanto, é compreensível que este figure como um elo importante dos ciclos econômicos da cidade a partir dos anos de 1980.

Contudo, o moderno aeroporto internacional não é só uma obra e concessão do Estado, mas também referência de como a ação deste auxiliou e auxilia no desenvolvimento socioeconômico local. O primeiro Campo de Aviação em Foz do Iguaçu tinha como intuito estabelecer uma linha do Correio Aéreo Militar que cobriria a região de Foz do Iguaçu e Guaíra (IBGE, 2021). Sua presença e atuação se dá ainda nos anos de 1935, com a criação do primeiro campo de pouso, que em 1941 foi inaugurado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas como o 1º Aeroporto do Parque Nacional do Iguaçu, sendo por muito tempo o aeroporto do município até ser desativado devido a construção do novo Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, que teve a pista asfaltada inaugurada em 1967, e o Terminal de Passageiros, em 1972, no logradouro atual (IBGE, 2021; FARIAS; MONGES, 2006).

Destaca-se que o primeiro campo de pouso é uma complementação da presença militar, sendo instalado na área do Batalhão do Exército, na região central da cidade. No decorrer do seu funcionamento acaba por atender conjuntamente as necessidades do Estado - militares e correio aéreo nacional, bem como passa ser ponto de referência de atração de passageiros civis atraídos pela visitação às Cataratas do Iguaçu.

Como resultado desse processo encontram-se duas estruturas físicas que referenciam a presença do Estado por meio da modal aeroportuária e suas representações, que são: o Prédio de Embarque de Passageiros do Primeiro campo de pouso que mantém sua arquitetura relativamente bem preservada e o prédio do aeroporto atual. O primeiro é um lugar de memória por referenciar materialidade e funcionalidade vinculada como espaço de memória integrado ao atual Clube Gresfi, que usa este espaço e seu entorno, além de ser símbolo do desenvolvimento da presença da aviação em Foz do Iguaçu. Por sua vez, o atual é comumente conhecido e divulgado pelos veículos de comunicação locais, o que faz com que integre à memória compartilhada pela população local.

Destaca-se que nesse contexto, é possível inferir que Foz do Iguaçu tem sua imagem associada ao turismo, principalmente pela presença das Cataratas do Iguaçu, consideradas uma das Maravilhas Mundiais da Natureza desde 2011. A visitação às quedas e à criação do Parque Nacional do Iguaçu estão diretamente relacionadas com a definição das representações do município. A intervenção pública para a expropriação da área do Parque é celebrada em torno da imagem de Santos Dumont, que é reconhecido como personagem defensor do processo junto ao estado. De acordo com relatos, após uma visita às quedas em 1916, Santos Dumont solicitou aos governantes da época que a área se tornasse um espaço público e protegido (PRUNER, 2014). Atualmente existe uma estátua deste personagem no espaço de visitação do Parque e sua memória vem sendo ativada por iniciativas públicas no município, com a criação de uma exposição sobre sua visita à cidade (ITAIPU, 2021c).

Nesse processo, o Estado é quem delimita e passa a fazer sucessivas intervenções para a estruturação do Parque Nacional do Iguaçu, que desde 1939 por meio do Decreto nº 1.035, é uma Unidade de Conservação Federal atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal ligado ao Ministério do Meio Ambiente. O Parque foi considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO em 1986 pela beleza cênica das Cataratas do Iguaçu e por ser um dos mais expressivos remanescentes protegidos da floresta subtropical paranaense, pertencente ao interior da Floresta Atlântica. Atualmente (2021), a concessão de gestão do turismo no Parque é do Grupo Cataratas, empresa responsável pela gestão de atrativos turísticos em vários locais do território brasileiro desde 1999 (ICMBIO, 2018).

No que se tem como registro de memória do turismo na região, esse espaço contou com o que seria um esboço do turismo a partir de 1915 com o Hotel Brasil, gerenciado por Frederico Engel, considerado o pioneiro do turismo e hotelaria na cidade de Foz do Iguaçu e nas Cataratas (PRUNER, 2014). Iniciativas de moradores foram estruturando e consolidando a atividade turística no Parque Nacional do Iguaçu ao longo da história do território, que a partir dos anos 1930 começa então a receber atenção do Estado. Algumas das ações foram o investimento em infraestrutura a partir de negociações para aquisição de um terreno destinado a ser um campo de aviação e o início das construções do Hotel Cassino Iguaçu e do Hotel das Cataratas, ambos com histórico de recepção de diversas autoridades do Estado Nacional (PRATES, 2006). Já em 1942 é construída a Usina Hidrelétrica São João, a primeira fonte de energia elétrica da cidade na época. A institucionalização do PNI, a partir de políticas, desenvolvimento de infraestrutura e da construção de diversos outros empreendimentos na cidade, direcionam a Unidade de Conservação para o uso turístico que conhecemos hoje. Dessa forma, o Estado cumpre função fundamental para a estruturação do turismo na cidade e consequentemente tem sua memória atrelada a este legado.

O Parque Nacional do Iguaçu, pelas Cataratas do Iguaçu tem sua imagem projetada mundo afora, em uma iconorreia propagada pela atividade turística. No entanto, essa atividade é mediada pelo Estado por meio da gestão e concessão do espaço. No ano de 2021, iniciou-se um processo para um novo projeto de concessão do Parque Nacional do Iguaçu, onde mais hectares da área do PNI poderão ser aproveitados para o uso público, correspondentes a até 60% da área total da Unidade de Conservação, compreendendo os principais polos localizados nas cidades de Foz do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Céu Azul e Capanema (ICMBIO, 2021). Ou seja, o Estado segue mantendo sua atuação no espaço, no presente, continuando com seus direcionamentos de experiências e definições mnemônicas. Nesse contexto, a presença do Estado Nacional define representações no tempo e espaço e Foz do Iguaçu tem suas memórias e lugares de memórias influenciados pela sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foz do Iguaçu, com um pouco mais de um século de existência enquanto município do Estado do Paraná, caracteriza-se pela diversidade de memórias. Sem sombra de dúvida, quando nos apropriamos da definição de *praticantes de espaço*, de Michel de Certeau (2011), nos permitiu concluir que ela é uma cidade com muitos passados. Muitos desses sujeitos que integraram a ocupação e formação desse território sequer são lembrados. Rapidamente poderíamos indicar os indígenas (caingangues e guaranis) e *mensus* (trabalhadores das *obrages*) como exemplos dessa situação. Contudo, eles integram as laudas dos livros e memórias de diversos espaços, seja pela Lenda das Cataratas ou na definição de populações estrangeiras associadas aos trabalhadores dedicados ao extrativismo da erva-mate e madeira.

Assim, esses passados são imprescindíveis para compreender como se procedeu a formação de uma cidade com memórias porosas e cambiantes. Há as que ficam e são perceptíveis pelos vestígios materiais que deixaram, como logradouros e construções. Outras são acionadas para serem funcionais e justificar marcos e rupturas, a exemplo da ativação da presença de Santos Dumond e a relação com a preservação do Parque Nacional do Iguaçu. Há também os silêncios e esquecimentos: onde estão os pedreiros, padeiros, parteiras, lavradores, barqueiros, pescadores, mulheres, crianças, entre tantos outros, que figuram como se tivessem existido? Mas, também há as memórias produzidas pela iconorreia, seja ela da mídia ou da ativação do mercado turístico, que exaltam determinadas lembranças com intuito de produzir uma evidência institucional ou voltada para a lógica do mercado turístico.

Contudo, as reflexões trouxeram uma contextualização na qual a cidade se constitui e se desenvolve no tempo e espaço, em torno de ações que na maioria das vezes,

foram alheias às suas escolhas. A concessão de terras e sua exploração, a vigilância do território fronteiriço que levaram a criação de uma colônia militar; o marco das três fronteiras; a expropriação de terras para a constituição do Parque Nacional do Iguaçu; a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e seus diversos desdobramentos; a construção das pontes internacionais, da Amizade, da Fraternidade, e mais recentemente a ponte da Integração, ainda em construção; as concessões de áreas e infraestruturas, em parte são resultados de ação externa. Todos estes processos marcam a história e a memória do município, definindo inclusive ciclos econômicos, que se desdobram em lugares de memória e representações.

Entende-se que estes são alguns dos indícios presentes no cotidiano de Foz do Iguaçu que levam a perceber a presença do estado, no passado e no presente. As fontes que permitem discutir esta temática são imensuráveis e diversas. Neste texto, se fez uma análise holística a partir dos vestígios, não tão marginais, mas sim bastante presentes na realidade vivenciada no espaço estudado, contudo não evidenciados de forma estruturada. Assim, por meio de documentos, discursos, infraestruturas, monumentos, políticas, projetos e ações mostra-se a presença e influência do estado nas definições de representações, memórias e lugares de memórias de Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cândido Ferreira de. “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XXII, 1974. pp. 119-127 e 129-135.

BIANCHIN, Aracelli. A Dinâmica Territorial na Fronteira Trinacional do Iguaçu pelo Turismo: Integração ou Fragmentação. (Dissertação) - Universidade Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR, p. 128. 2018. Disponível em: https://observatoriodaintegracao.files.wordpress.com/2019/03/bianchin-a.-dissertac387c383o-ical-08.08.18.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

COLODEL, José Augusto. Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

FARIAS, Patrícia Jacinto de; MONGES, Fabiane Ninoff. Memória oral coletiva como forma de exploração do turismo cultural em Foz do Iguaçu com foco no 1º Campo de Pouso do Município. TCC (Graduação Curso de Turismo) - Unioeste. Foz do Iguaçu, 2006.

FELIPE JUNIOR, Nelson Fernandes. Fluxos aéreos na região da tríplice fronteira: uma análise do transporte de passageiros em Foz do Iguaçu. Geofronter, Campo Grande, - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Brasil. ISSN: 2447-9195. v. 7, 2021. p. 1-20. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/issue/view/253/showToc. Acesso em: 20 jul. 2021.

FOZ DO IGUAÇU. Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011. Disponível em: blob:https://www5.pmfi.pr.gov.br/94c452b9-8385-4c0e-837b-2fff2df8432e. Acesso em: 20 ago. 2021a.

FOZ DO IGUAÇU. História. Disponível em: https://www5.pmfi.pr.gov.br/cidade/#next. Acesso em: 20 ago. 2021b.

GAZETA DO POVO. Rio Paraná vira córrego e é atravessado a pé por moradores de Foz. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/parana/rio-parana-vira-corrego-e-e-atravessado-a-pe-por-moradores-de-foz/. Acesso em: 20 ago. 2021.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREGORY, Valdir. Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HUYSSEN, Andreas. En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización, México DF, Fondo de Cultura Económica, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aeroportos; Foz do Iguaçu (PR); Paraná.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_do_parna_do_iguacu_fevereiro_2018.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Anexo A - Caracterização do Parque Nacional do Iguaçu. Brasília, 2021.

ITAIPU. Exposição no Ecomuseu resgata passagem de Santos Dumont por Foz do Iguaçu. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/exposicao-no-ecomuseu-resgata-passagem-de-santos-dumont-por-foz-do-iguacu. Acesso em 22 ago. 2021c.

ITAIPU. 40 anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/40-anos-itaipu-transforma-foz-em-um-dos-maiores-municipios-do-parana. Acesso em 20 ago. 2021b.

ITAIPU. Roteiro Memória: Itaipu vai oferecer tour histórico pelas vilas erguidas durante a construção da usina. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/roteiro-memoria-itaipu-vai-oferecer-tour-historico-pelas-vilas-erguidas-dur. Acesso em 20 ago. 2021a.

ITAIPU. Tratado que permitiu a construção da usina de Itaipu completa 48 anos. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/tratado-que-permitiu-construcao-da-usina-de-itaipu-completa-48-anos. Acesso em 20 ago. 2021.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

KLAUCK, Samuel. A Fronteira do Oeste do Paraná: Narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In.: ARRUDA, Gilmar. Natureza, Fronteiras e Territórios. Londrina: Eduel, 2005. pp. 243-278.

LIMA, Jackson. O Marco das Três Fronteiras, Brasil: por que não interessa ao Governo? BLOG DE FOZ. 24 abr. 2010. Disponível em: <http://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post_7021.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LOOSE, Cristina, 2020. O Tarzan das Cataratas. Reportagem Cris Loose Compartilha de 20/08/2020. Disponível em: https://www.crisloosecompartilha.com/2020/08/20/o-tarzan-das-cataratas/. Acesso em: 22 jul. 2021.

LOUVAIN, Pedro. O Marco das Três Fronteiras: Símbolo da Integração Latino-Americana e de Resolução Pacífica dos Litígios Internacionais. In.: Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, ISSN: 2316-1035, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1538362444_ARQUIVO_LOUVAIN.OMarcodasTresFronteiras.ANPUH-SC.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS. O Marco das 3 Fronteiras está aberto. Disponível em: https://marcodastresfronteiras.com.br/ Acesso em: 18 jul. 2021

MASCARENHAS, Milena. Memórias da Ponte Internacional da Amizade: representações de um espaço binacional. 181 f. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5339/5/Milena_Costa_Mascarenhas_2021.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

MELO, Lauane. Contrato de concessão do Marco das 3 Fronteiras é assinado. Click Foz do Iguacu. 11 jun. 2015. Disponível em: https://www.clickfozdoiguacu.com.br/contrato-de-concessao-do-marco-das-3-fronteiras-e-assinado/ Acesso em: 20 jum. 2021.

MURICY, José Cândido da Silva. A Foz do Iguassú: Ligeira descripção de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. In: MONUMENTA – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro/UFF, 2011.

NASCIMENTO, Domingos. Pela Fronteira. Curitiba: s/ed, 1903.

NORA. Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Cícero. Chartier e Foucautl: poder, cultura e representação CHARTIER AND FOUCAULT: POWER, CULTURE AND REPRESENTATION. In. Poliética. São Paulo, v. 6, n. 2, pp. 68-87, 2018.

POLLAK, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRATES, Paulo R. A evolução histórica do parque hoteleiro de Foz do Iguaçu no século XX. Ciências Sociais em Perspectiva, v. 5, n. 9, 2º sem. 2006.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). Apostila do Aluno Foz do Iguaçu - 4° ano 2012. 33 p.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). Apostila do Município - Geografia e História. Foz do Iguaçu, 2012a. 93 p.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). COLETÂNEA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA 4° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. Foz do Iguaçu, 2015. 151p.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). Coletânea do Município de História e Geografia – 2016. Foz do Iguaçu, 2016. 80 p.

PRUNER, R. R. Frederico Engel: pioneiro do turismo e hotelaria em Foz do Iguaçu. Blumenau: Nova Letra, 2014.

SANTOS, Orlando Bispo dos. O Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2576/1/Orlando_Santos_2016.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

SCHIMMELPFENG, Ottília. Retrospectos Iguaçuenses. Foz do Iguaçu: Editora Tezza, 2002.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. pp. 39-62.

SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. Do Guairá aos Saltos do Iguaçu. Curitiba: Fundação Cultural/ Farol do Saber, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, Aparecida Darc de. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. DOI:10.11606/T.8.2009.tde-21102013-162826.Disponível em:https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21102013-162826/publico/2009_AparecidaDarcDeSouza.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

TEDESCO, João Carlos. Passado e Presente em Interfaces: Introdução a uma análise sócio histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê Ed. UNOESC; Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2011.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef. A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu. 2012. 150 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá da Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106437/thaumaturgo_lry_dr_guara.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 jun. 2020

TRIBUNA. Rio Paraná está com menor volume de água dos últimos 37 anos. Leito está praticamente seco! Disponível em: https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/rio-parana-esta-com-menor-volume-de-agua-dos-ultimos-37-anos-leito-esta-praticamente-seco/. Acesso em: 20 ago. 2021.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

CAPÍTULO 7

A IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA DE FOZ DO IGUAÇU E A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO (SVD): HISTÓRIA E PERSONAGENS

Data de aceite: 20/01/2022

Mac Donald Fernandes Bernal

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta aspectos da história da Igreja Matriz São João Batista de Foz do Iguaçu, com atenção destacada à atuação da Congregação do Verbo Divino (SVD), a partir do início do século XX até a reforma do templo em 2013. As informações descritas se baseiam pela cronologia apresentada no Painel *História*, um quadro informativo sobre a história da paróquia instalado na parte interna do templo, próximo à entrada principal. As informações contidas nesse painel são aqui discutidas e relacionadas a outras fontes de pesquisa como elementos indiciários para a elaboração de uma narrativa focal ampliada.

Esta pesquisa foi realizada com base na tese de doutorado defendida por este autor em 25 de março de 2021, no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, intitulada “Igreja Matriz São João Batista de Foz do Iguaçu: Da Igreja Histórica à Igreja Alegórica”.

Conforme Dom Laurindo Guizzardi (2014, p. 62), além de acompanhar o desenvolvimento do município desde sua origem, a Igreja Matriz São João Batista foi a primeira Catedral da Diocese de Foz do Iguaçu, de 1978 até 2007, quando voltou a ser paróquia, transferindo o título para a nova Catedral Nossa Senhora de Guadalupe, em fase de construção no alto da Avenida Paraná, no bairro Vila A.

No ano de 2013, a Igreja Matriz São João Batista foi submetida a uma ampla reforma para sanar problemas estruturais detectados na edificação, e que ameaçavam a segurança de seus frequentadores. O templo havia sofrido diversas modificações nas décadas anteriores e, naquela ocasião, a intenção do pároco Padre Vicente e da equipe que o auxiliava era a de, por meio desta reforma, resgatar também a aparência que a igreja apresentava originalmente, principalmente em sua parte interna.

A forma de esclarecimento acerca de seu valor histórico, bem como a justificativa sobre a necessidade de reestruturação do prédio, seria realizada por meio da instalação de dois painéis fixados nas paredes próximas à entrada principal da igreja. Um deles, intitulado Painel *História*, tratando sobre a trajetória da Paróquia São João Batista de maneira cronológica, e outro, chamado Painel *Reforma*, abordando a motivação e as fases dos restauros ocorridos a partir de 2013.

Para que este texto pudesse examinar a história da Paróquia São João Batista e a participação dos Missionários do Verbo Divino nos períodos iniciais de Foz do Iguaçu até a

contemporaneidade, o elemento indiciário de análise teve como foco principal o Painel *História*. Seu conteúdo, tanto textual quanto imagético, configura-se como um dos poucos mecanismos de manutenção de memórias relacionadas à Igreja local. De sua tessitura, surge o que seria uma narrativa oficializada, concebida a partir das memórias de seus clérigos. As fontes são incrementadas ou agregadas a outras referências complementares como forma de aprimoramento das informações nela contidas. Para o intuito desta pesquisa, essas fontes foram revisitadas e, no decorrer do trabalho, se revelaram igualmente importantes para uma exploração mais ampliada. De modo especial, é possível citar o Livro Tombo da Paróquia São João Batista, um documento único, quase centenário, que se mostrou primordial, não apenas para este estudo, como também para que as fontes consultadas nos escritos dos padres verbitas Martinho Seitz e Lotário Welter fossem redigidas. O acesso a este Livro Tombo colaborou também com o fornecimento de outras informações complementares que se juntaram às já citadas obras para poderem constituir argumentações coerentes para uma historiografia fundamentada em narrativas internas à Igreja Católica de Foz do Iguaçu.

Por seu caráter predecessor, a Paróquia São João Batista revela-se como fonte provedora de histórias e de personagens que, de alguma forma, se conectam com a história da cidade, favorecendo a ampliação das narrativas sobre o tema. Por esse fator, é possível também pensar na igreja como monumento histórico, marco referencial para a manutenção de lembranças e de tradições. As informações não se esgotam aqui, ao contrário, são provocativas, pois apontam possibilidades para investigações diversas, possíveis por meio do esforço de pesquisa expansiva. A igreja, enquanto monumento, cumpre um papel de perpetuação de sua instituição, fortalecendo seu posicionamento, inclusive em âmbito mercadológico, no território onde estiver inserida. Em sua estética, ela torna-se ponto de referência e de singularidade do local, no qual se encontra, promovendo, em contrapartida, a formação da identidade cultural local.

A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO (SVD)

> 1907: Antes da fundação do município, o único religioso que visitou o local, duas ou três vezes, foi um padre de Posadas, Argentina. Posteriormente, os padres itinerantes da Congregação do Verbo Divino vinham atender a região uma vez por ano, em penosas viagens a cavalo que duravam até três meses, mato adentro (Painel *História*. PSJB, 2015, n. p.).

Conforme apontado no Painel *História*, a Igreja Católica teve uma presença mais efetiva na região Oeste do Paraná no início do século XX, notadamente pelos religiosos *verbitas*. De acordo com o descrito no livro de seu *Jubileu Áureo* (SVD, 1945, p. 3), a Congregação do Verbo Divino é uma irmandade religiosa católica fundada no ano de 1875,

em *Steyl*, nos Países Baixos, pelo padre alemão Arnaldo Janssen. Notadamente, havia um interesse pela difusão do catolicismo alemão por meio das missões *verbitas* em diversos países, em especial onde já havia a presença da colonização alemã, proporcionando maior eficácia na inserção.

> Arnaldo Janssen tinha objetivos concretos. Sacerdotes e religiosos alemães na maior parte deveriam dedicar-se à conversão dos não cristãos nas missões. Em vista das restrições ***estringentes*** e leis impostas às ordens religiosas pelo ***Kulturkampf***, comunidades inteiras bem poderiam apresentar-se para servir nas Missões. "Oxalá chegue o tempo em que a Alemanha católica em nobre zelo competitivo com a França, venha comprometer-se na nobilitante causa das missões pagãs... Não digamos que ainda há muito para missionar na Alemanha, porque o Senhor ordena: "Ide a todas as nações"! Ainda que essas palavras em si não sejam dirigidas a cada pessoa em particular, mas para as grandes nações católicas em sua totalidade. Ao menos devemos obter a graça da vocação missionária para alguns membros de nosso povo". (SVD, 2000, p. 21).

A citação é extraída do livro biográfico sobre Arnaldo Jansen, fundador da Congregação do Verbo Divino. Suas linhas revelam que, inicialmente na Holanda, e posteriormente China, África e Áustria, os missionários do Verbo Divino se espalharam por diversos países, objetivando não só a causa evangélica, mas também com o intuito da "[...] criação de uma sociedade religiosa, que pusesse a Alemanha católica dignamente ao lado de outras nações, fautoras da ideia missionária, no sentido de preparar e formar elementos idôneos para difundir e consolidar o Reino de Cristo em terras estrangeiras pagãs" (SVD, 1945, p. 1). O *website* da congregação menciona que é característico ao carisma dos missionários do Verbo Divino "suscitar novas comunidades", sendo notável o empenho em edificação de igrejas e outras obras de assistência comunitária.

Ainda, segundo o *website*, o Brasil é o maior campo de trabalho dos *verbitas* na América do Sul. Os primeiros missionários que chegaram ao país foram os padres Francisco Tolliger e o Pe. Francisco Dold, ambos alemães, no dia 12 de fevereiro de 1895, no estado do Espírito Santo. Visitaram duas comunidades de imigrantes alemães: Santa Isabel e Santa Leopoldina. No dia 19 de março daquele mesmo ano, dia de São José, a Congregação do Verbo Divino foi fundada no Brasil por eles, junto aos colonos do Tirol.

> Com o estabelecimento da Congregação na Argentina e no *Ecuador* parecia traçado já o caminho para o Brasil, sem que os superiores, nem de longe se tivessem ocupado em seus planos com a fundação na Terra da Santa Cruz, alcançou um convite da Sagrada Congregação dos negócios eclesiásticos extraordinários, de Roma, para se dedicarem à ***pastoreação*** dos colonos alemães no Estado do Espírito Santo, que havia bastantes anos se achavam sem assistência religiosa. O pedido dos mesmos à Santa Sé fizera-o com conhecimento e aquiescência de D. Pedro Maria Lacerda, Bispo da Diocese do Rio de Janeiro, à qual o Estado do Espírito Santo eclesiasticamente pertencia. (SVD, 1945, p.1).

A atividade *verbita* no Sul do Brasil teve início em 1899, em São José dos Pinhais, Paraná, chegando posteriormente ao Oeste do estado. Em Foz do Iguaçu, no entanto, o primeiro contato com os missionários de Verbo Divino partiria de Posadas na Argentina.

> Até o ano de 1889 a atenção dos dirigentes da Congregação se concentrava quase que exclusivamente no trabalho das Missões entre os pagãos, quando da Argentina convite tiveram, para se interessar pela *pastoreação* entre os milhares de colonos russos e alemães, ali domiciliados, muito ressentidos, entretanto, da falta de sacerdotes. Para lá foram os primeiros Padres do Verbo Divino no mesmo ano, e se estabeleceram em Buenos Aires, onde lhes foi confiada a paróquia de N. Senhora de Guadalupe. Seu trabalho teve a bênção divina, pois esta fundação veio a ser a semente de uma frondosa árvore, que estendeu os seus ramos sobre o vasto território daquela grande República sul-americana. (SVD, 1945, p. 1).

De acordo com Welter (1992, p. 15), era notória a dependência de Foz do Iguaçu por seu país vizinho. No campo material, tudo vinha da Argentina por meio de embarcações. O dinheiro corrente era o peso argentino e a língua mais falada era o espanhol.

> Contou-me, recentemente, a Sra. Dora Schloegel Edhler, antiga moradora de Foz, hoje morando em Eldorado, Misiones, Argentina, onde é coordenadora de catequese, que, antes de 1916, Foz do Iguaçu era curato de Posadas, Argentina. Que por ocasião do Natal, vinha de lá algum padre do Verbo Divino e permanecia por quinze dias. Tratava-se dos padres Fuchs e Rademacher. Que toda a redondeza vinha batizar seus filhos nessa oportunidade, inclusive do Paraguay e da Argentina. Muitos não traziam padrinhos, os quais eram improvisados com os moradores locais. Que inesperada e surpreendente revelação: Foz do Iguaçu foi curato de Posadas, distante mais de 200 quilômetros, mas que era a paróquia mais próxima de então! Assim se completa a sua total dependência da Argentina, tanto no campo material como espiritual. (WELTER, 1992, p. 14).

Os religiosos ligados à Congregação do Verbo Divino (SVD) eram, em sua maioria, de origem alemã, assim como seu fundador Arnaldo Janssen, o que, de certa forma, influenciou o contato entre a cultura local e a germânica. O livro *Foz 80 anos – Projeto memória Vol.1* (1994, p. 91) traz o depoimento de Otto Hermann Friedrich que relata: “Comecei a estudar numa escolinha dos padres, perto da Igreja. Os padres, além das matérias normais do curso primário, ensinavam também alemão. Eles eram alemães e havia muitos alemães em Foz do Iguaçu”.

Dom Olívio Aurélio Fazza, primeiro bispo de Foz do Iguaçu, em seu depoimento, também registrado no livro *Foz 80 anos – Projeto memória Vol.1* (1994, p. 38), relata que, em 1907, antes da fundação do Município, o único religioso que visitou o local, duas ou três vezes, foi um padre de Posadas, Argentina. Conforme pesquisa apresentada na tese de Antônio Marcos Myskiw (2009), este religioso poderia ter sido um capelão que atendia a Colônia Militar naquele tempo. No estudo, o engenheiro militar Cândido Ferreira de Abreu apresenta uma relação nominal de colonos matriculados na Colônia Militar de Foz do

Iguaçu em 1905. Em alguns destes nomes é acrescida à informação “casado pelo Rocha”. De acordo com Myskiw (2009, p. 197), “Rocha era o nome de um capelão argentino que, de tempos em tempos, se deslocava à Colônia Militar para celebrar missa, batizados e casamentos”.

Posteriormente, conforme descrito no Painel *História* (1907), os padres itinerantes da Congregação do Verbo Divino vinham atender a região uma vez por ano “em penosas viagens a cavalo, que durava até três meses, mato adentro”. Esta informação encontra-se registrada nas primeiras páginas do Livro Tombo da Paróquia São João Batista (Vol. I, 1923), assinado pelo Padre Guilherme Maria Thiletzek.

Conforme Seitz (1974, p. 11), em suas incursões, os missionários pernoitavam onde achavam casa hospitaleira, se alimentando conforme a provisão disponível, dormindo muitas vezes com as roupas molhadas, em leitos infestados de pulgas e baratas, rodeados por indígenas e lavradores. Celebravam a missa em ranchos de bambu, batizavam as crianças, legitimavam matrimônios e disseminavam o evangelho. Algo tido como importante ação para a manutenção da ordem e da moralidade numa terra praticamente sem lei, habitada por indivíduos de culturas díspares. Contudo, um local permanente, apropriado para o culto católico, fazia-se necessário.

> Perto de 2 decênios pastorearam os missionários do Verbo Divino a paróquia imensa de Guarapuava. Em viagens longas e penosas, eles atravessaram-na em diversas direções entre inúmeras dificuldades. Já nos primeiros anos chegou o R. Padre Guilherme Münster, sempre a cavalo até Foz do ***Iguassú***, onde ***poude*** admirar o fenômeno grandioso das ***quédas*** maravilhosas de fama mundial. O R. Pe. Matias Esser ***chegára*** também às Sete ***Quédas***, perto de Guaíra. Outros lhe seguiram em tempos posteriores, munidos de faculdades extraordinárias, pois o recurso à autoridade eclesiástica em tais distâncias era impossível. Afinal, em 1923, Foz do ***Iguassú***, cidadezinha apenas, mas prometedora do extremo sudoeste da paróquia devia ser residência de 2 padres, como o desejavam a população e o Exmo. Sr. Bispo, que criou a paróquia. (SVD, 1945, p. 89).

De acordo com Welter (1992. p. 29), “o caminho de Foz do Iguaçu a Laranjeiras do Sul era apenas carroçável”. Melhorias no trajeto só viriam ocorrer em 1920 com a inauguração da estrada que ligava Foz do Iguaçu a Guarapuava, pelo então Presidente do estado do Paraná Afonso Alves de Camargo. As viagens pastorais dos padres, neste percurso, duravam cerca de dois meses entre o local de partida e o de destino.

O Painel *História* indica que em 1916 “foi concedido oficialmente o terreno para a instalação da Igreja”. De acordo com Guizzardi (2014, p. 27), “em 1916, ergueram uma capelinha de madeira num terreno doado pelo prefeito Jorge Schimmelpfeng, no local onde hoje se encontra a matriz de São João Batista, e lá oficiavam em língua castelhana”.

Contudo, conforme Seitz (1974, p. 11), faltava a presença de sacerdotes que, naqueles tempos difíceis pela carência de recursos diversos, eram vistos como aplacadores

dos sofrimentos da alma. Traziam vigor e esperança à população, necessários para a superação das dificuldades e limitações humanas.

De acordo com a narrativa, um alento às precariedades religiosas locais se deu com a chegada ao Brasil do padre alemão Guilherme Maria Thiletzek. Conforme Seitz (1974, p. 12), em 1922, por ordem do então bispo de Curitiba, Dom João Francisco Braga, padre Guilherme fez uma viagem de inspeção à região de Foz do Iguaçu, estudando as possibilidades da criação de uma paróquia, ao menos de um *curato*, para melhor atender as demandas espirituais do povo.

Caetano Munhoz da Rocha, governador do estado na época, ofereceu aos padres uma subvenção estadual e remuneração regular caso assumissem o compromisso de construir e dirigir um grupo escolar. Tarefa aceita pelos padres e fielmente cumprida pelo estado até 1930.

Em 1922, foi concedida a previsão jurídica para os padres como coadjutores de Guarapuava e a nomeação do Padre Guilherme Thiletzek como encarregado da Igreja de Foz do Iguaçu. Além dele, vieram também o Padre João Gualberto Progzeba e o Irmão Bianchi Altenburger (austríaco), todos vindos da paróquia de Guarapuava.

Diversos padres da Congregação do Verbo Divino passaram pela Paróquia São João Batista ao longo dos anos, alguns deles se tornando célebres atuantes cujos nomes se perpetuam em vias e edifícios da cidade, conforme veremos adiante.

UM VASTO TERRITÓRIO

Conforme Welter (1992, p. 15), em 1924, a capela foi transformada em *Curato*, espécie de capelania subordinada a Posadas, na Argentina e, posteriormente, a Guarapuava.

> Para os leigos no assunto devo explicar um pouco o que significa curato. Quando uma capela ou comunidade está em vias de se tornar paróquia, muitas vezes passa a ser curato, isto é: quase paróquia, dependendo ainda da paróquia à que faz parte como capela. Assim Foz foi capela e curato de Posadas, de um outro país, certamente algo raro na história da Igreja. Em 1916 passou a depender de Guarapuava, freguesia brasileira mais próxima, distante, todavia, mais de 400 quilômetros. De lá vinham os padres a cavalo, visitar a longínqua Foz do Iguaçu. Como vimos atrás, em 1924 passou a ter vida própria com a vinda definitiva dos primeiros missionários, e já em 1926 o curato foi elevado a prelazia, ao que tudo indica, sem chegar a ser paróquia, com jurisdição sobre um imenso território, compreendido entre o Rio Ivai, ao norte, e os limites com Santa Catarina e Argentina, ao sul; desde os limites do município de Guarapuava ao leste, até o rio Paraná, ao oeste. (WELTER, 1992, p. 15).

O território de ação dos verbitas no Paraná era bem maior que a capacidade logística que eles dispunham para gerenciá-la. Contudo, os escritos de Welter (1992, p.

31) revelam verdadeiras façanhas realizadas pelos religiosos, que não mediam esforços para embrenhar-se pelos sertões em suas missões pastorais. Sabiam preparar remédios caseiros e chás no atendimento aos enfermos dispersos pelos vilarejos. Acima de tudo, havia a assistência espiritual, que, segundo Welter, cumpria efeito semelhante ao da cura física.

A presença destes europeus, tão longe de sua terra natal, proporcionava, de certa forma, um intercâmbio cultural. Os padres aprendiam os costumes e a experiência labutar do sertanejo, ao mesmo tempo em que se realizavam no cumprimento de sua missão evangélica de forma autêntica, conforme o modelo do próprio Cristo, vivenciando as privações e dificuldades que marcaram a vida apostólica. Nesta dinâmica de trocas, é possível intuir que, por outro lado, os assistidos sentiam-se confortados pela ilustre presença eclesiástica.

> Neste período de domínio do prelado no Oeste, um reduzido número de "[...] heróis missionários, em peregrinações constantes foram lançando fundas raízes na alma do sertanejo, ao mesmo tempo que, reanimavam a fé dos pequenos núcleos populacionais, alguns dos quais se tornaram cidades". Fica claro a disputa do intelectual e do leigo: os "sertanejos" recebem "raízes profundas". (SANTOS, 2008, p. 102).

O Livro do Jubileu Áureo (1945, p. 61) apresenta registros sobre a ação dos religiosos no território paranaense, onde, segundo o qual, não havia um ano ainda da chegada dos primeiros missionários *Verbitas* no estado do Espírito Santo, quando o Núncio Apostólico solicitou sua assistência ao estado do Paraná, onde a administração eclesiástica ainda pertencia ao bispado de São Paulo. Em 1893, foi criada a diocese de Curitiba que abrangia os estados do Paraná e Santa Catarina. Com a carência de sacerdotes para atender o território, o prelado solicitou à Congregação do Verbo Divino que assumisse primeiramente as paróquias de São José dos Pinhais, Palmeira e Ponta Grossa. Posteriormente, aos *Verbitas* foi também confiada a paróquia de Guarapuava, onde se realizava a catequese dos índios. Deste modo, sucessivamente, foi-lhes entregue a maior parte da Diocese e do estado do Paraná.

MONSENHOR GUILHERME MARIA THILETZEK

Em 1926, nomeado "Monsenhor", Guilherme Maria Thielletzek, ficou responsável pela recém-criada *Prelazia* de Foz do Iguaçu, assumindo esforços para a construção da nova igreja em alvenaria e da casa paroquial. O Painel *História* apresenta "1926: A partir de 1926, o Curato tornou-se Prelazia e Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek ligado à Congregação do Verbo Divino (SVD), foi nomeado Prelado".

Monsenhor Guilherme, que seguia como linha pastoral a atuação também nas áreas de educação e saúde, teve seu nome dado a uma das ruas da cidade, um colégio

estadual, em funcionamento até hoje, e à extinta Santa Casa Monsenhor Guilherme cujo prédio atualmente se encontra em ruínas, em aparente estado de abandono. Sobre este exercício de nominação, posto em análise nas linhas seguintes, é importante pontuar que, se por um lado Monsenhor Guilherme foi homenageado com seu nome, por outro lado ele também nominou. Conforme descrito no portal do município de Cascavel, inicialmente aquela localidade era conhecida como "Encruzilhada dos Gomes". Teria então Monsenhor Guilherme a rebatizado como "Aparecida dos Portos", nome que não vingou entre a população. A vila foi oficializada pela Prefeitura de Foz do Iguaçu em 1936, já com a denominação de Cascavel.

Conforme descrito em registros biográficos da Congregação do Verbo Divino, Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek (do polonês *Tyleczek*) nasceu aos 24 de novembro de 1877 em *Huta Laura*, na região de *Katowice*, sul da Polônia (naquela época sob ocupação germânica). Seus pais se chamavam Carlos e Henrica.

Em 1894, entrou no seminário verbita em *Nysa*, concluindo filosofia e teologia em São Gabriel SVD, perto de Viena, sendo ordenado padre em 1902. Designado para o Brasil, chegou em 24 de junho de 1906. Após breve tempo em Curitiba, trabalhou na pastoral em Ponta Grossa de 1906 a 1916, e em Guarapuava de 1917 a 1922. Ainda, conforme o registro, os *Verbitas* atendiam povoados nascentes pelo interior do Paraná, chegando até Foz do Iguaçu.

A atividade de cunho social, aquela que extrapola o âmbito religioso ou é agregado a ele, bem como os da esfera educativa, são princípios constitucionais do carisma *Verbita* e, de certa forma, configuram-se como diretrizes da ação missionária destes religiosos.

Conforme SVD (2000, p. 386), as Constituições de 1905, publicadas no documento *Fontes Historici SVD*, declaram primeiramente que "o fim da Congregação é a conversão dos pagãos, hereges e descrentes, especialmente dos pagãos". Acrescentando na sequência:

> além disso, tenha-se em vista ainda outros fins secundários; o trabalho na educação e formação da juventude em orfanatos, colégios e academias. Também o atendimento de hospitais, a pregação de exercícios espirituais e a publicação de bons livros. Se for necessário, podem-se assumir também paróquias com a permissão do superior geral.

Destarte, o Painel *História* procura salientar as atividades do Monsenhor Guilherme em áreas que extrapolam o da religiosidade.

> 1930: O Grupo escolar Bartolomeu Mitre foi criado em 1927 pelo Governador Caetano Munhoz da Rocha, e funcionava no casarão construído em frente à Casa Paroquial, até ser transferido para o prédio definitivo, inaugurado em 1952, onde se encontra em atividade até os dias atuais. Seu primeiro diretor foi o Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek, forte atuante nas áreas de educação e saúde na cidade, e que teve seu nome dado a vários locais e obras públicas de Foz do Iguaçu. (Painel ***História***. PSJB, 2015).

Conforme Mello (2020), fundado em 1927, na gestão do prefeito Jorge Sanwais, o Colégio Estadual Bartolomeu Mitre originalmente denominava-se Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, que, na época, era governador do Paraná. Localizava-se no terreno em frente à Paróquia São João Batista. A data oficial de início das aulas é assinalada aos 15 dias do mês de janeiro do ano de 1928, e seu primeiro diretor foi o Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek.

O prédio em questão ainda existe, porém encontra-se em desuso. Sua última utilização estava sob responsabilidade do Departamento de Patrimônio da Prefeitura. Atualmente tramita uma solicitação feita pela Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, para que se torne uma casa da memória, algo que viria suprir a carência deste tipo de espaço na cidade. No entanto, conforme visita técnica realizada recentemente pela Fundação Cultural, o prédio necessitaria de uma reforma antes de se prestar ao uso público, visto que se encontra parcialmente deteriorado pela ação do tempo e pela falta de manutenção adequada.

O painel menciona que Monsenhor Guilherme "teve seu nome dado a vários locais e obras públicas de Foz do Iguaçu". Desta forma, outro estabelecimento de ensino que merece observação nesta pesquisa é o Colégio Monsenhor Guilherme.

Conforme descrito no site do colégio, atrelado ao portal da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, este estabelecimento de ensino foi criado pelo Decreto nº 11282 durante o governo de Moisés Lupion, em 05 de julho de 1950, com nome de "Ginásio Estadual de Foz do Iguaçu". Foi inaugurado em 02 de março de 1952 pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

O site também apresenta informações sobre as etapas que estabeleceram sua denominação:

> O nome do estabelecimento foi uma homenagem ao dedicado sacerdote Pe. Guilherme Maria Thiletzek, da congregação do Verbo Divino que fundou centros religiosos em toda Prelazia. Surge então o novo ginásio que passou a se chamar Ginásio Estadual Monsenhor Guilherme pelo Decreto nº 26.950, ato 16, de 05 de agosto de 1960. Funcionou no prédio do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre até o ano de 1964. A partir de 1965, passou a funcionar em prédio próprio, que foi inaugurado em setembro de 1965, no Governo do Sr. Paulo Pimentel. Pelo Decreto 19.245 de 20 de setembro de 1965, foi criado o ciclo colegial (2º ciclo) abrangendo o 1º e 2º ciclo com a denominação de "Colégio Estadual Monsenhor Guilherme". Pelo parecer nº 147 de 06 de junho de 1974 foi aprovado em definitivo o projeto de implantação do Ensino de 2º Grau, do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme e o Ensino de 2º Grau do Colégio Comercial Estadual "Antônio de Castro Alves", para funcionar na sede do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, como curso de Assistente de Administração. Pelo Decreto nº 3533, de 21 de junho de 1977, o Colégio Estadual Monsenhor Guilherme e o Colégio Estadual Antônio de Castro Alves, passaram a constituir-se em um único estabelecimento, sob a denominação de Colégio Estadual Monsenhor Guilherme – Ensino de 1º e 2º Graus. (SEED/PR).

Uma reflexão importante a se pontuar é que, neste processo de nomeação, é possível que ocorra a identificação estabelecida de maneira involuntária, por aproximação. É o caso da denominada “favela Monsenhor Guilherme” ou “favela do Monsenhor”, um aglomerado subnormal urbano dos mais antigos da cidade, localizado nas cercanias do colégio, e que acabou herdando o nome dele. Não raro é noticiado pela mídia ações criminosas e atos de violência ocorridos nesta localidade ao longo de sua existência. Fator este, que resultou na consolidação de certa fama negativa sobre a segurança na localidade, depreciando, em alguns casos, impressões sobre o colégio e, consequentemente, o nome “Monsenhor Guilherme”.

Outra obra pública que leva o nome de Monsenhor Guilherme é uma das vias do loteamento Jardim São Paulo I, criado pelo decreto municipal nº 4.390, de 15 de outubro de 1975. Nesta pesquisa, não foram encontrados dados que apontem a motivação da escolha do nome. Percebe-se, porém, que as ruas do loteamento receberam nomes de antigos moradores da cidade, dentre eles o Monsenhor Guilherme. A rua que leva seu nome é uma das principais vias do bairro, ligando a Avenida República Argentina à Avenida Felipe Wandscheer, e é notória por concentrar diversos pontos comerciais de pequeno e médio porte.

Na área de saúde do município, Monsenhor Guilherme teve uma participação que lhe rendeu um tributo mais duradouro. A Santa Casa que leva seu nome foi fundada em 10 de junho de 1938 (ano seguinte à sua morte), existindo até 2006, quando a justiça declarou a falência da instituição, causada principalmente por dívidas. Conforme Seitz (1974, p. 15), o projeto teve início em 1926, com a promessa de subvenção do governo do estado.

Figura 01 e **02:** Primeiras instalações da Santa Casa Monsenhor Guilherme, primeiro em madeira e posteriormente em alvenaria.

Figura 01: Autor desconhecido. Data: 1935. Fonte: Painel História / Acervo FCFI.

Figura 02: Autor desconhecido. Data: Anos 1950. Fonte: Biblioteca IBGE.

A primeira fotografia apresenta as instalações da Santa Casa Monsenhor Guilherme em sua fase inicial, ainda em madeira. O registro é datado como sendo de 1935, porém

de autoria desconhecida. Esta imagem integra o Painel *História*, ilustrando o assunto acerca das obras desenvolvidas pelo religioso. Este retrato é parte integrante do acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu e está exposto, junto a outras imagens, na Biblioteca Pública Municipal Elfrida Engel Nunes Rios. A segunda fotografia, apresentada aqui em caráter ilustrativo, é de meados de 1950, também de autoria desconhecida, e apresenta a Santa Casa já em alvenaria. Esta imagem faz parte do acervo da Biblioteca *on-line* do IBGE. Ambas evidenciam o nome do religioso dado à instituição, em destaque na entrada principal do estabelecimento.

Nesta pesquisa, não foram encontrados registros que evidenciem o exercício de atividades diretas do Monsenhor na Santa Casa, sendo, todavia, sua participação mostrada pelos esforços na implementação desta unidade hospitalar. Este comprometimento, possivelmente, foi determinante para a motivação da escolha do nome como sendo “Santa Casa Monsenhor Guilherme”. O mais provável é que esta seria uma forma de homenagear o prelado que, em 1935, precisou deixar a cidade para se fixar em Laranjeiras em função da mudança de sede da prelazia.

Na imagem que se apresenta no Painel *História*, datada de 1935, é possível visualizar uma placa que identifica o estabelecimento como sendo a Santa Casa Monsenhor Guilherme, o que sugere que o nome pode ter sido dado à instituição mesmo antes de sua fundação oficial. Contudo, os escritos de Seitz (1974, p. 15), trazem a informação de que, originalmente, Monsenhor Guilherme havia manifestado a intenção de dedicá-la a São Rafael. Outro indício de nomeação feita pelo Monsenhor que também não se concretizou.

> Em março de 1926, o governo do Estado do Paraná prometeu uma boa ajuda para a construção de um Hospital de Caridade. Se esta ajuda veio ou não, não consta no livro tombo. Porque no dia 24/10/1926, foi colocada a pedra fundamental deste hospital, que a devoção e piedade do Pe. Thiletzek dedicou a São Rafael. Também esta construção teve suas maiores dificuldades. Pois só em nossos dias foi mais ou menos concluído o hospital, agora com o nome do Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek. (SEITZ, 1974, p. 15).

Comumente, obras vinculadas à religiosidade recebem nomes que homenageiam figuras bíblicas, santos ou beatos. Também nomes de clérigos não são incomuns, sendo que os preferidos, em grande parte, são os de alta patente, como Papa, bispo, ou fundador de ordem religiosa e, em casos mais esporádicos, padres que tiveram participação direta com a obra em questão, podendo a honraria ocorrer com ele ainda em vida.

Apesar da instituição já ter sido extinta, o prédio da Santa Casa persiste em pé, mesmo em desuso e quase em ruínas. Possivelmente, nem mesmo uma demolição poderá apagar completamente a memória da Santa Casa Monsenhor Guilherme, não apenas pelo tempo em que pôde exercer presença de alguma forma na vida de diversas gerações que tiveram contato com ela durante sua existência, mas também pelas ações que insistem em não esquecê-la. A Lei Municipal nº 3313, de 6 de março de 2007, institui o “Memorial

Santa Casa" para acervo de bens e materiais que retratam a trajetória do antigo hospital Santa Casa Monsenhor Guilherme. Uma iniciativa por parte do poder público municipal na tentativa de perpetuar a memória desta instituição.

Essas diretrizes certamente contribuem para a consolidação de um imaginário sobre o perfil pastoral do Monsenhor Guilherme Maria Thielletzek, ao ponto de se perceber que, na atualidade, o nome "Monsenhor Guilherme" é mais facilmente associado às obras que levam ou levaram seu nome (rua, colégio, hospital), que propriamente a pessoa do religioso em si. Desta forma, o efeito de associar (ou reassociar) as obras à pessoa e, consequentemente, à Igreja são parte da iniciativa proposta pelo Painel *História*, demonstrando uma igreja que se vincula com a sociedade local por meio de seu legado.

Entretanto, um fator pouco explorado no painel seria o suplício do Monsenhor Guilherme frente aos desafios exigidos pela missão em local tão inóspito. Segundo Seitz (1974, p. 19), além das atividades em torno da Igreja e do pequeno povoado de Foz do Iguaçu, o território de trabalho dos poucos missionários disponíveis se estendia bem mais além, e precisavam cobrir uma imensa região com sua ação pastoral.

> Em 1934 foi anexada a paróquia de Pitanga. No ano anterior (1933) ela tinha sido criada, desmembrada de Guarapuava, como paróquia independente do Bispado de Ponta Grossa. Com seus imensos territórios, entre os Rios Ivaí e Piquirí passou, junto com os seus padres, que eram também do Verbo Divino, para a Prelazia de Foz do Iguaçu. Em março de 1935 a paróquia de Laranjeiras (hoje Laranjeiras do Sul), criada em 1932 e desmembrada de Guarapuava, passou do Bispado de Ponta Grossa para a Prelazia de Foz do Iguaçu, com 2 padres SVD. Já eram ao todo 3 paróquias, número pequeno, mas um território que era quase a metade do Estado do Paraná. Só em 1943 foi criada a 4ª paróquia, Campo Mourão, desmembrada de Pitanga com 1 vigário SVD. (SEITZ, 1974, p. 19).

A dificuldade em empreender ações pastorais num espaço geográfico tão extenso forçou o Monsenhor Guilherme a transferir a sede da Prelazia para Laranjeiras, tendo que, com isso, se mudar para lá. Conforme Guizzardi (2014, p. 31), "o projeto era bem justificado, mas deixou a população de Foz do Iguaçu profundamente consternada". Após um curto período de trabalho administrativo e pastoral, partiu para São Paulo onde foi diagnosticado com hidropisia, em seguida se deslocando para o Rio de Janeiro para tratamento de saúde. Com a saúde abalada, faleceu aos 26 de fevereiro de 1937 no Rio de Janeiro.

Seitz (1974, p. 15) cita que a criação da prelazia e a escolha de um prelado *Verbita* foram fatores que ajudaram a impulsionar as ações de construção da Casa Paroquial. O prédio foi finalizado antes mesmo da igreja. Sua arquitetura imponente apresenta em seu frontispício a data "1930" e a sigla "SVD" (*Societas Verbi Divini*), referente aos Missionários do Verbo Divino, juntamente com uma imagem de Santo, que hoje é a do Sagrado Coração de Jesus. Aqui, mais uma vez, é notadamente forte a intencionalidade de se perpetuar a marca da Congregação *Verbita* como instituição católica presente na história do município

desde suas origens.

Na época de sua conclusão, o prédio destacava-se por sua vultuosidade, ainda mais por se localizar em local elevado, sendo facilmente notado nas imagens fotográficas antigas da cidade. Conforme Seitz (1974, p. 35), seu espaço interno era desproporcional à quantidade de clérigos que nela habitavam.

> A casa estava boa, mas bem vazia. Cederam-na temporariamente para uma congregação de Irmãs para instalação de um Colégio. Estas ocuparam ¾ da casa, Pe. Martinho ocupava uma metade. Como havia uma imagem de São José no frontispício da casa, batizaram-na de Instituto São José. As Irmãs Vicentinas têm desde 1961 um prédio próprio, mas o nome de São José continua. (SEITZ, 1974, p. 35).

O Painel *História* acrescenta que "a Casa Paroquial em alvenaria ficou pronta em meados de 1930 e serviu de escola provisória para os alunos do Instituto São José, das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, de 1948 a 1952, quando o prédio definitivo do Colégio São José foi concluído".

Conforme Mello (2020), o Instituto São José, fundado a 29 de novembro de 1947, estabeleceu-se inicialmente na casa paroquial São João Batista, acolhendo 164 alunos do Curso Primário, onde permaneceu até 1952. A implantação de sua sede própria possibilitou a abertura de novos cursos a partir de 1961. Pela Resolução nº 3.459/99, a instituição passou a ser denominada como Colégio Vicentino São José – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e, na década de 1990, como forma de atender as demandas de espaço físico, novas tecnologias e necessidades pedagógicas, um moderno edifício anexo foi construído.

Inegavelmente, direta ou indiretamente, os missionários da Congregação do Verbo Divino tiveram participação no desenvolvimento da cidade. Essas ações encontram ressonância com as diretrizes constitucionais da instituição, citadas anteriormente, e se prestam também a atender às chamadas "dimensões", integrantes do carisma missionário *verbita*. Conforme o site da Congregação, as dimensões são realizadas em quatro áreas: Comunicação, Justiça e Paz, Animação Missionária e Bíblia, sendo que a aplicação da "Dimensão Justiça e Paz" pelos missionários em Foz do Iguaçu se acentua por ter proporcionado maiores contributos para a cidade em sua fase incipiente.

Conforme apontado na descrição destas ações, elas resultam em

> trabalhos em conjunto com leigos e paróquias, promovendo ações sociais, desenvolvendo mecanismos para diminuir as desigualdades e injustiças sociais. Trabalhando em conjunto nesta Dimensão os Missionários propõe resgatar valores familiares, histórias da cultura, direitos de justiça e fortalecer as comunidades.

Esta dinâmica previa que os recursos obtidos seriam aplicados não somente nas

obras da instituição, como também no auxílio ao desenvolvimento em torno dela.

Não obstante, o Painel *História* apresenta a seguinte informação:

> [Nos] fundos do terreno foi montada uma marcenaria comandada pelo Padre Vicente Hackl, onde os padres trabalhavam. Por ser bem aparelhada, serviu para fornecer madeira também para outros prédios importantes do município, como a prefeitura, a Santa Casa, o Hotel Cassino (atual prédio do Senac) e a antiga delegacia, entre outros".
>
> A célebre carpintaria dos padres, a única daqueles tempos, atendia também pedidos dos poucos habitantes da pequena cidade. Ela tinha todos os recursos, como: serra-fita, torno, circular, plaina, tupia, furadeira, etc. num total de 14 máquinas, sem contar a grande bomba d'água para refrigerar o motor a diesel, que movimentava tudo. (SEITZ, 1974, p. 13).

Esta indicação é similar ao conteúdo dos relatos do pioneiro Antônio Urnau, publicado no caderno *Foz 80 anos – Projeto memória* (1994, p. 24), que traz lembranças sobre a época em que trabalhou nesta carpintaria, auxiliando os padres. Segundo ele, "todas as aberturas eram feitas naquela marcenaria da igreja", referindo-se às esquadrias dos principais estabelecimentos da cidade. Ainda hoje, é possível conhecer, na parte interna da Casa Paroquial, o acabamento primoroso em madeira de lei realizado pelos religiosos.

MONSENHOR MANOEL KÖNNER

Sobre o aspecto construtivo da igreja, naquele período, o Painel *História* relata que, "tendo a construção avançada e apresentando-se adequada para a utilização dos fiéis, a nave principal e a Via Sacra foram bentas e abertas ao público em dezembro de 1942 pelo Monsenhor Manoel Könner".

O Livro Tombo da Paróquia São João Batista (1942, p. 41) evidencia esta realização, trazendo um registro da abertura da igreja ao público pelo Monsenhor Manuel Könner, onde se lê: "Aos vinte de dezembro, antes da missa paroquial, benzi provisoriamente a nave da igreja para ser entregue ao culto". Após quase duas décadas em construção, o templo finalmente seria aberto ao público, mesmo de maneira provisória.

A apresentação deste momento significativo para a comunidade católica de Foz do Iguaçu mostra-se atenuante, tendo em vista um contexto mais amplo. Enquanto a evolução da igreja física caminhava a passos lentos, neste ínterim, seus administradores se viam inseridos num inconveniente de dimensões diplomáticas, resultando em mudanças significativas na conjuntura administrativa da Igreja:

> No início da Segunda Guerra Mundial, os padres Teodoro Harbecke e Humberto Frisch, por serem cidadãos alemães, tiveram de afastar-se de Foz, por causa da Lei da Fronteira e do Litoral. Substituiu-os D. Manoel Könner que, embora alemão, foi respeitado por ser autoridade eclesiástica. Quando ele foi preso por causa de denúncia de atividades subversivas, governou a Prelazia,

> como Vigário Geral, o Pe. Napoleão Lacerda de Avelar. No fim da guerra, os padres puderam reassumir a paróquia, mas a encontraram em péssimas condições: roupas, panelas, pratos, cobertores, materiais de carpintaria, tudo havia desaparecido. Apesar de tudo, a paróquia retomou seu ritmo, contando sucessivamente com o serviço dos padres Paulo Schorn, Teodoro Harbecke e Antônio Patuí. Em 1944, assumiu como pároco o Pe. Antônio Klein, tendo como vigário o Pe. Anton Fertl. Dois anos depois, Pe. Klein foi substituído pelo Pe. Antônio Patuí, que, por sua vez, em 1947, deixou o lugar ao Pe. Martinho Seitz. Pe. Martinho concluiu a obra da igreja e construiu a torre, conseguindo com que o empresário Miguel Matte doasse os sinos. (GUIZZARDI, 2014, p. 61).

Foz do Iguaçu, naqueles anos 1940, cidadezinha ainda, timidamente localizada no extremo oeste paranaense, distava milhares de quilômetros dos conflitos que abalavam o mundo. Contudo, o episódio ocorrido com Monsenhor Manuel Könner, de alguma forma, conseguiu conectá-la à guerra. Ocorrência esta, não mencionada (ou evitada) no Painel *História*. Os escritos a seguir sintetizam os acontecimentos:

> Em 1937/1938 hospedava-se na casa dos Padres, naqueles anos a casa mais confortável da cidade, um membro da Família Real da Áustria, um Arqueduque de Habsburgo. Este tinha uma grande fazenda no Paraguai. Foi diversas vezes por semana com um próprio avião para lá, com cientistas e exploradores, para estudar o solo desta fazenda. No início de 1938 foi para Europa, mas prometeu voltar logo no mesmo ano. Mas quando em março de 1938 as tropas de Hitler invadiram a Áustria ele ficou preso e não voltou mais. Deixou aos cuidados dos padres alguns caixotes grandes com artigos de uso pessoal e artigos e material de trabalho para exploração das terras da fazenda. Continham também alguns fuzis e munição e 1-2 quilos de dinamite. Os padres nem sabiam do conteúdo destas caixas e guardaram religiosamente tudo num quarto sempre chaveado. Em 1942 havia na Foz do Iguaçu um homem que era bastante conhecido daquele Arqueduque austríaco e este sabia do conteúdo destas caixas, foi ele denunciar Mons. Könner na Delegacia, de ter ocultado material bélico na sua residência, tudo proibido para estrangeiros pela Lei da Fronteira e do Litoral. Pobre do Mons. Könner. Ele não sabia de nada, nem das caixas nem de seu conteúdo, pois era Provincial em 1938 com residência em Minas, e os outros Padres, ao lhe deixarem na casa sozinho, só lhe disseram, que naquele quarto havia caixas e coisas pertencentes ao Arqueduque. Na segunda metade de janeiro, antes da festa de São Sebastião, foi repentinamente declarado preso, dentro da sua residência, pelo próprio Delegado Regional da Polícia. Dias depois, em fins de janeiro de 1943, foi levado preso de ônibus, remetido a Curitiba, incomunicável. Por causa do tempo o ônibus pernoitou em Laranjeiras e Monsenhor conseguiu mandar um bilhete ao Vigário Pe. Paulo Schneider, deixando-o provisoriamente de Vigário Geral da Prelazia e pedindo a remessa de um Breviário, pois lhe tinham tirado tudo antes de partir. Por causa do mau tempo o ônibus pernoitou no dia seguinte em Guarapuava. Também conseguiu mandar um bilhete aos Padres, pedindo um cobertor para a noite e para chamar a atenção dos Padres sobre o fato doloroso da sua prisão. Em Curitiba depois de uns dias foi solto, até que foi obrigado a deixar o Estado do Paraná. (SEITZ, 1974, p. 29).

Este seria, portanto, o relato de um colega, membro do clero e pertencente à mesma Congregação *Verbita* do Monsenhor Könner. Outra análise sobre este mesmo caso pode ser observada na tese desenvolvida pelo historiador Micael Alvino da Silva (2010), que apresenta evidências que demonstram excessos por parte de autoridades na época, não somente aos religiosos, como também à Congregação do Verbo Divino, considerada pelo delegado regional de então, como uma rede de espionagem nazista.

De acordo com Silva (2010, p. 155), os autos apontam que Monsenhor Manoel Könner e seus antecessores praticaram o crime previsto pelo art. 13 da Lei de Segurança Nacional:

> Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem, transportar, sem licença da autoridade competente, substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição.

Conforme prescreve a Lei, a acusação contra o religioso não seria injusta. Em sua defesa, porém, havia o fato de o Monsenhor alegar não ser proprietário daquela caixa e ignorar o conteúdo dela. Entretanto, o mais pontual, na análise de Silva (2010), seria o aparente aspecto preconceituoso (ou xenofóbico) cometido contra estrangeiros, sobretudo os de origem alemã, no qual o processo se desenhou. Fator perceptível pela forma de condução e descrição dos autos registrados nos arquivos do DOPS-PR, apresentados na tese.

Por fim, já no Rio de Janeiro, Monsenhor Manoel Könner foi sentenciado a três anos de reclusão "com grande espalhafato da imprensa inimiga", conforme descreve o Livro Tombo da Paróquia São João Batista (Vol. II, 17 de outubro de 1943, p. 43). O registro atesta também que, após uma complexa mobilização, o então chefe de polícia, Coronel Nelson de Melo, por "um ato de gentileza" conseguiu evitar que o prelado fosse levado ao presídio de Ilha Grande, sendo encaminhado à "penitenciária de mulheres delinquentes" em Bangú, onde prestou serviços como capelão coadjutor.

Seitz (1974, p. 32) descreve que, "em 15/02/1944, Monsenhor Könner foi absolvido e seu processo arquivado, por carecer de base jurídica". O processo teria sido considerado originário de fonte caluniosa. "Ao então denunciado, foi feita inteira justiça pelas autoridades brasileiras, principalmente militares, que permitiram a ele e a todos os padres alemães, de regressar novamente a Foz do Iguaçu", completa Seitz.

Conforme a análise de Silva (2010, p. 158), a ocorrência não chegou a afetar a imagem da Igreja ou dos religiosos na cidade. Ao contrário, Seitz (1974, p. 24) descreve largamente sobre a receptividade calorosa concedida ao monsenhor Manoel Könner em seu retorno às atividades da prelazia.

O Padre Martinho Seitz dedica boa parte de seus escritos ao "bispo do sertão",

segundo o qual, Monsenhor Könner era conhecido, chamando atenção especialmente para seu perfil, descrevendo-o como pessoa de alma simples e abnegada, que fazia diversas diligências pelo vasto território da prelazia para visitar às comunidades assistidas pela Igreja, sempre a cavalo, calçando botas altas e chapéu largo, não aparentando ser prelado ou bispo.

Dom Manoel Könner tem seu nome dado a um colégio estadual situado em Santa Terezinha de Itaipu, cidade vizinha a Foz do Iguaçu; e a uma rua do bairro Interlagos em Cascavel.

DOM ARMANDO CIRIO

O Painel *História* informa que "em 1958 a Prelazia foi extinta e Foz do Iguaçu passou a ser uma Paróquia de Toledo, sob o comando do Bispo Dom Armando Círio", pertencente à Congregação dos Oblatos de São José (OSJ). Conforme Guizzardi (2014, p. 61), de 1960 a 1978, Dom Armando esteve à frente da Diocese de Toledo, à qual a Paróquia São João Batista pertencia. Posteriormente, tornou-se o primeiro bispo da Diocese de Cascavel. Faleceu em 2014, aos 98 anos.

A Diocese de Toledo foi criada em 1959 por meio da *Acta Apostolicae Sedis,* promulgada pelo Papa João XXIII, com a descrição: "Com o território da prelazia *Nullius* de Foz do Iguaçu, totalmente extinta, são erigidas duas novas dioceses com o nome de *Campo Mourão* e *Toledo* no Brasil".

A tese de Nilceu Jacob Deitos (2004) aponta que a criação destas dioceses não aplacou de imediato as precariedades da Igreja na região Oeste do Paraná. Dom Armando tomou a iniciativa de fundar seminários para preparar novos sacerdotes e, para atender o território, precisou criar diversas paróquias e buscar auxílio junto aos provinciais e congregações religiosas. Esta seria uma estratégia mais logística que expansionista, pois se tratava da capacidade de recursos para atender à crescente população oestina.

> A ocasião em que Dom Armando tomou posse da Diocese, a área de abrangência era de em torno de 29.800 km2 e era composta pelas paróquias de Toledo, Dez de Maio, Quatro Pontes, Guaíra, Palotina, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Cascavel, Cafelândia, Corbélia, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Campo Novo (hoje Quedas do Iguaçu), Virmond e Marquinho. Na época existiam no território da Diocese 21 padres, sendo que 12 sacerdotes eram missionários do Verbo Divino, dois padres da Sociedade de São Vicente Palotti (Palotinos) e sete do clero diocesano.

Ainda conforme Deitos (2004, p. 94), a Igreja, sob o comando de Dom Armando Círio, se esforçou em definir o espaço diocesano empreendendo a construção de paróquias, sendo que cada qual deveria ter sua igreja e casa paroquial. Como resultado desta objetivação, Dom Armando aponta que, em 1972, a diocese chegou a ter 37 igrejas

matrizes em construção.

O período de episcopado de Dom Armando Círio corresponde ao do Golpe Militar ocorrido no Brasil em 1964. As fontes pesquisadas, porém, não revelam ocorrências decorrentes daquele evento com maiores implicações na esfera eclesial do oeste paranaense.

PADRE GERMANO LAUCK

> 1972: Em janeiro de 1972, Padre Germano Lauck, SVD, tomou posse como Vigário e permaneceu na Paróquia até seu falecimento em 1º de março de 2009. Mesmo com dificuldades decorrentes do acidente de carro que o deixou tetraplégico em 1975, seus 37 anos de convívio com a comunidade iguaçuense são lembrados por sua alegria e incontáveis obras de caridade, criações de pastorais e estreitamento dos laços com a sociedade. (Painel *História* PSJB, 2015).

O trecho citado no Painel *História* foi extraído dos escritos de Dom Laurindo Guizzardi (2014, p. 62), no qual é salientada a dinâmica pastoral deste religioso. Seu desempenho é evidenciado por suas ações. Sobre sua biografia, o texto apresentado no memorial ao Padre Germano Lauck, localizado no interior do Hospital Municipal, acrescenta que este sacerdote nasceu em 23 de março de 1934, em *Hasborn*, Alemanha, ingressou no seminário da Congregação do Verbo Divino na Áustria em 1954.

Enviado ao Brasil em 1972, assumiu a Paróquia São João Batista de Foz do Iguaçu naquele mesmo ano. Bastante atuante, implantou a missa dominical transmitida por rádio, ajudou a criar o Centro Pastoral Paroquial, o Núcleo Sagrada Família e o Projeto Esperança e Vida. Em 1988, recebeu de Dom Olívio Fazza, a função de vigário geral e judicial da diocese. Foi homenageado, em 2006, pela Câmara Municipal com o título de cidadão honorário de Foz do Iguaçu por sua relevante contribuição missionária em prol da fé cristã. Tem seu nome dado ao Centro Pastoral da Paróquia e ao atual Hospital Municipal.

Pelo tempo de atuação e presença, Padre Germano Lauck é, possivelmente, o religioso ligado à Paróquia São João Batista mais lembrado junto à comunidade iguaçuense. Atualmente seus pertences estão preservados em um cômodo da casa paroquial, assim como os de Dom Olívio. Segundo Padre Vicente (2019), existe a intenção de que, futuramente, estes artefatos possam ser devidamente organizados como espaço memorial para receber a visitação pública. Contudo, os objetos mais representativos já foram destinados ao memorial do Padre Germano, localizado no Hospital Municipal.

Padre Germano foi sepultado aos fundos da Igreja, numa área de fácil acesso, próximo ao estacionamento, recebendo visitação frequente dos paroquianos. Este incremento tende a proporcionar aprimoramento ao espaço sagrado, tornando a Igreja não apenas uma obra de valor histórico, como também de visitação devocional.

DOM OLÍVIO FAZZA

> Anos 1980: Dom Olívio Aurélio Fazza SVD, mineiro de Juiz de Fora, dirigiu a diocese de Foz do Iguaçu de 1978 a 2001, quando se tornou emérito. Nesse período, foi representante dos bispos do Paraná na Comissão de Pastoral da Terra, na Pastoral da Saúde, no Regional Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e vice-presidente do Regional Sul 2. Tinha excepcional carinho pela Catedral São João Batista, onde estava sempre presente em reuniões pastorais e celebrações especiais. Faleceu no dia e Natal de 2008, aos 83 anos, no Hospital Costa Cavalcante em Foz do Iguaçu, e seu corpo está sepultado junto ao do amigo Pe. Germano Lauck, no terreno ao fundo da Paróquia São João Batista, como era de seu desejo. (Painel *História*. PSJB, 2015).

Outro religioso *verbita* em destaque no Painel *História*, Dom Olívio Aurélio Fazza, fez os votos em 5 de março de 1955 em São Paulo. Foi professor e educador dos irmãos da Sociedade do Verbo Divino (1955-1958), no Seminário Menor em Toledo (1959-1962); mestre de noviços dos irmãos e vigário em São Paulo (1963-1975) e superior provincial da congregação, em São Paulo (1975-1978). Foi o primeiro bispo de Foz do Iguaçu, tendo estado à frente dessa diocese de 1978 até 2001, ano em que foi aposentado. Foi sagrado pelo arcebispo Dom Geraldo Maria de Morais Penido.

Em 1978, foi criada a Diocese de Foz do Iguaçu, com Dom Olívio Aurélio Fazza, SVD, como seu primeiro bispo, e a Paróquia São João Batista passou a ser a Catedral. Em outubro do mesmo ano, iniciou-se a reforma que mudaria drasticamente as características internas da igreja.

A tese de Frank Antônio Mezzomo (2009) destaca o papel de Dom Olívio em sua atuação na esfera social da diocese, considerando uma vanguarda nas problemáticas emergenciais que envolviam a população do Oeste do Paraná, tais como a fome, a violência, o desemprego e a migração forçada. Essas interações, por vezes conflitivas, lhe renderam notoriedade como religioso convicto de sua autoridade eclesial, impactando suas ações na sociedade civil em suas lutas contra injustiças. Seu desempenho obteve o reconhecimento da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu que, em 2005, o homenageou com uma Moção de Aplauso por suas contribuições junto à sociedade iguaçuense. O religioso também teve uma homenagem póstuma, com seu nome dado ao Centro Municipal de Educação Infantil Dom Olívio Aurélio Fazza (CMEI), inaugurado em 2012, quase quatro anos após sua morte.

Na época de seu falecimento, seu corpo foi sepultado, a princípio, na Paróquia São João Batista, ao lado do túmulo de Pe. Germano Lauck, no terreno atrás da igreja. Em 2018, o corpo de Dom Olívio foi trasladado para a cripta da nova catedral Nossa Senhora de Guadalupe, na Vila A, assim que esta parte da obra foi concluída. Vale ressaltar a importância dada à Catedral São João Batista, não só pelo título, mas também por seu vínculo com Dom Olívio.

A Enciclopédia Católica descreve *Catedral* como sendo a igreja principal de uma diocese, na qual o bispo tem o seu trono (cátedra) e perto da qual está a sua residência. É, propriamente falando, a igreja do bispo, onde ele preside, ensina e conduz o culto para toda a comunidade cristã. A palavra é derivada do grego *kathedra* através do latim *cathedra*, trono, assento elevado onde se senta o Bispo. A literatura eclesiástica primitiva sempre transmitiu a ideia de autoridade.

A vultuosidade refletida por meio do perfil pastoral de Dom Olívio Fazza conferia, portanto, certo *status* de nobreza à Catedral São João Batista. Este fator favoreceu algumas manifestações de resistência por parte de paroquianos mais conservadores quando se cogitou a mudança do título para a nova Catedral Nossa Senhora de Guadalupe, considerando o fato como uma espécie de rebaixamento. De qualquer forma, certamente a morosidade das obras da nova catedral colaborou para que a mudança dessa mentalidade ocorresse de maneira gradativa.

Ao final, o Painel *História* descreve algumas obras e ajustes ocorridos na Igreja a partir dos anos 2000. Na linha sucessória episcopal, é acrescentado que "após Dom Olívio, o comando da Diocese de Foz do Iguaçu passou para Dom Laurindo Guizzardi, CS, de 2001 a 2010, quando então foi sucedido por Dom Dirceu Vegini". Este último, no entanto, falecido em 2018. Atualmente a diocese de Foz do Iguaçu é dirigida por Dom Sérgio de Deus Borges.

Como proposição para a leitura do informativo subsequente, intitulado Painel *Reforma*, o Painel *História* justifica que "o uso frequente e a deterioração causada pelo tempo fazem exigir uma nova intervenção, desta vez não só estética, mas também estrutural".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto, o texto aqui apresentado procurou desenvolver análises sobre a historiografia da Igreja Matriz São João Batista de Foz do Iguaçu com foco nas atividades desenvolvidas pela Congregação do Verbo Divino (SVD), tomando como elemento indiciário o Painel *História*, no qual foi possível escrutinar fatos e personagens delineados de forma cronológica em sua apresentação.

Destarte, foi possível perceber, primeiramente, a possibilidade de ampliação dos temas por meio da pesquisa. As fontes puderam aclarar pessoas e fatos pouco explorados nas narrativas habituais relacionadas à Foz do Iguaçu. Esta carência pôde ser detectada também no Painel. A história sintetizada no enquadramento revela-se bem mais prolífera e potencialmente expansiva.

A maior parte das diversas fontes de pesquisa demonstrara que, de alguma forma, a origem das informações que compõem a cronologia partiu de um registro realizado

por religiosos, que poderia resultar em uma descrição unilateral. Desta forma, tanto o conteúdo do Painel História como também o destes escritos, configuram-se como uma memória eclesial, uma historiografia indiciária produzida a partir da própria instituição. De qualquer forma, a escassez de outras fontes, ou de facilitadores de acesso a elas, torna o conteúdo apresentado no Painel um dos poucos elementos referenciais acessíveis para o conhecimento acerca da história da Igreja local.

A Congregação do Verbo Divino se destaca no Painel, não só por ser a representação católica pioneira na região oeste no início do século XX, como também por sua marca. É perceptível o esforço de implantação não só de uma representação católica em Foz do Iguaçu, mas da imagem da Instituição *Verbita*. A sigla SVD figura em suas edificações desde aquele tempo até os dias atuais. Destarte, o texto dedica especial atenção a alguns religiosos do Verbo Divino, especialmente Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek, Padre Germano Lauck e Dom Olívio Aurélio Fazza. A memória destes clérigos é afirmada pelo exercício de nominação de vias públicas, obras assistenciais, de saúde e educação. Estes seriam recursos duradouros preconizados por indivíduos ou instituições com intuito de relembrá-los ou apresentá-los às novas gerações.

Sobre estes religiosos citados, empiricamente é possível perceber que atualmente o nome "Monsenhor Guilherme" está mais vinculado às obras homônimas que ao catolicismo. Em âmbito geral, ao mesmo tempo em que o nome é popular, a pessoa do religioso é desconhecida. Por este fato, o Painel cumpre papel de conectar o nome ao personagem, ao menos de forma parcial.

Mais recente é a figura de Padre Germano Lauck, que se consolidou por seu longo tempo de atividade à frente da Paróquia São João Batista. Pensando subjetivamente, durante um longo tempo, ele foi a imagem daquela igreja, sendo sua lembrança acionada rapidamente quando se mencionava aquela Paróquia, algo que ainda ecoa por meio das gerações de católicos que, em algum momento, tiveram passagem por ela. Por esta razão, o fator de contemporaneidade cumpre papel auxiliar para a manutenção de memórias em torno desse personagem.

Dom Olívio Aurélio Fazza destoa da maioria dos citados por ser um personagem de ação que concentrou esforços além do perímetro religioso para promover transformações no meio civil. Sua biografia revela um comprometimento com seu símbolo apostólico "*in uno spiritu*", maior que sua congregação. Se por um lado a Catedral São João Batista tinha esse título enobrecido pelo Bispo, por outro lado este era o lugar em que Dom Olívio menos estava presente, a não ser em celebrações litúrgicas especiais. O fato de não se fixar ali não significava indicativos de menosprezo, mas revelava uma dinâmica de atuação cujo comprometimento era bem mais abrangente.

Na pesquisa, foi possível também perceber assuntos que receberam mais atenção em detrimento de outros. No exercício de composição sobre o que seria apresentado ao

público por meio do Painel, existiram escolhas e descartes. Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek, Padre Germano Lauck e Dom Olívio Aurélio Fazza figuram como os religiosos mais evidenciados no Painel *História.* Por outro lado, as ocorrências que envolveram Dom Manuel Könner, em seu episódio de prisão, parecem ter sido evitadas, mesmo tendo as fontes indicado sua inocência.

Sobre este fato, é possível pensar que o Painel poderia tê-lo tratado como um acontecimento histórico altamente relevante, uma vez que, de maneira abrangente, o episódio da prisão de Dom Manuel Könner conecta Foz do Iguaçu ao evento da Segunda Guerra Mundial.

Sobre estas escolhas, supõe-se que, no decorrer de sua história, existiram outros religiosos que também, em seu tempo, exerceram desempenho importante na vida da Paróquia São João Batista, sendo que alguns foram selecionados para serem lembrados e, evidentemente, outros tiveram menos destaque ou foram simplesmente invisibilizados. Tal fato pode ser justificado pela falta de espaço físico no Painel para descrever sobre estes religiosos e suas ações e, mesmo que houvesse, revela-se inexistente a possibilidade de se mencionar a todos integralmente. De qualquer forma, as informações apresentadas assinalam para a consolidação de um discurso padronizado sobre o imaginário em torno da igreja local, seus personagens e sua história.

A memória popular está atrelada à experiência vivencial com o objeto ou pode ser concebida a partir da monumentalização dele. Sua manutenção se justifica, pois o sentimento de apropriação da Igreja como monumento histórico pode ser melhor absorvido pelos mais antigos que, de alguma forma, tiveram maior envolvimento com ele. Porém, a carência de instrumentalização de sua permanência, em vista aos mais novos, pode decretar seu esvaziamento, uma vez que os idosos partem e esse sentimento se esvai junto com eles. Desta forma, o esforço de erigir a igreja como um monumento histórico por meio de seus mecanismos memoriais configura-se como uma das poucas iniciativas que possibilitam a manutenção de imaginários vinculados a ela.

A Igreja Matriz São João Batista, que aqui foi inquirida, corresponde a uma parcela da identidade cultural de Foz do Iguaçu. As ações pioneiras da Congregação do Verbo Divino e seus personagens, apresentados nesta pesquisa por meio da Painel *História,* indicam esta Igreja ser possuidora de valores agregados que estão além dos da fé. É um edifício que acompanhou o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e agora consolida-se como um dos símbolos da história e da cultura da cidade. O que outrora era tido tão somente como um lugar apropriado à prática do catolicismo, agora se reconfigura em um novo patamar. Seu posicionamento perante os diversos outros ícones do município requer um contínuo trabalho de manutenção e promoção, colocando-a ao mesmo tempo, no eixo turístico já consolidado e no imaginário do povo iguaçuense como monumento histórico.

REFERÊNCIAS

BERNAL, Mac Donald Fernandes. *Igreja Matriz São João Batista de Foz do Iguaçu: Da Igreja Histórica à Igreja Alegórica.* Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Foz do Iguaçu, Paraná, p. 265. 2021.

MELLO, Cláudio Renato de Camargo. *O Patrimônio Arquitetônico e Urbano na Tríplice Fronteira: Brasil (BR), Paraguay (PY) e Argentina (AR)*. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Foz do Iguaçu, Paraná, p. 377. 2020.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como Destino de Viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, RJ, p. 245. 2009.

MEZZOMO, Frank Antonio. *Dom Olívio Aurélio Fazza: Trajetória Eclesial de um bispo em uma região de conflitos.* Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC, p. 363. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92564>. Acesso em: 27 out. 2020.

NEW ADVENT – *Cathedral*. Fonte: <https://www.newadvent.org/cathen/03438a.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU. *Cronologia*. <https://www5.pmfi.pr.gov.br/cidade>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Colégio Estadual Monsenhor Guilherme. Disponível em: <http://www.fozguilherme.seed.pr.gov.br/modules/noticias/>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Micael Alvino. *Vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira (1942-1943).* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2970>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOCIETAS VERBI DIVINI. Disponível em: <http://www.svdcuria.org/public/mobile/dimidx.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Jurandir Colonado. *Intrépidos Missionários da Igreja no Paraná – Biografias de Presbíteros.* Curitiba: Champagnat, 2010.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução: Centro Bíblico Católico. 57. ed. São Paulo: Ave Maria, 1987.

BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da colônia militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CIRIO, Dom Armando. *Anotações da vida e da atuação da Arquidiocese de Cascavel: 1978-1996.* Org. Maria Tânia de Oliveira; Pe. Antonio Carlos Gerólomo. Cascavel: ASSOESTE, 2014.

GUIZZARDI, Dom Laurindo. *História da Diocese de Foz do Iguaçu. Coleção Testemunhos – 6*. Brasília: Edições CNBB, 2014.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimônio*. Barcelona: Ariel, 1997.

RÕWER, Frei Basílio. *Dicionário litúrgico para uso do Revmo. Clero e dos fiéis*. Petrópolis: Vozes, 1947.

SANTOS, José Carlos dos. *Luzes na floresta: religiosidade como arte de governar no espaço colonial*. Cascavel. PR: Coluna do Saber, 2008.

SCHIMMELPFENG, Ottília. *Retrospectos iguaçuenses: Narrativas históricas de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

SEITZ, Padre Martinho (Org.). *1924-1974: Paróquia São João Batista de Foz do Iguaçu no seu cinquentenário.* São Paulo: Editora SVD, 1974.

SVD. *Arnaldo Janssen, ontem e hoje: Personalidade, carisma, herança*. Congregação do Verbo Divino. Curitiba: SVD-Brasil-Sul, 2000.

WELTER, Pe. Lotário. *Tempos heróicos de uma igreja nascente (memórias) – Foz do Iguaçu - Início do século até 1941.* Edição Bilingue. Asunción: Paraguai, 1992.

CAPÍTULO 8

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DA CONSCIENCIOLOGIA (CEAEC): MATRIZ DAS TERRITORIALIDADES CONSCIENCIOLÓGICAS

Data de aceite: 20/01/2022

Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva

INTRODUÇÃO

O Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC) é uma instituição do Terceiro Setor dedicada ao ensino e pesquisa da Conscienciologia, tendo se tornado ponto turístico em Foz do Iguaçu (Paraná) desde 1995.

A Conscienciologia é uma ciência dedicada ao estudo da consciência humana (pessoa, indivíduo, ego, *self*) de modo multidimensional, ou seja, além dessa dimensão material, em universos ditos paralelos; e também, além do corpo físico e do confinamento no cérebro, considerando outras formas de manifestação, tais como pelo corpo etérico (ou energossoma = corpo energético), pelo corpo da alma (ou psicossoma = corpo emocional) e pelo corpo do intelecto (ou mentalsoma = corpo mental).

Para estudar a consciência humana nessa perspectiva multifacetada, considera-se além dos sentidos básicos (olfato, paladar, tato, audição e visão) do corpo físico, as percepções extrassensoriais compreendidas pelo termo *parapsiquismo* manifesto por meio de fenômenos conhecidos como telepatia, clarividência, experiência fora do corpo, retrocognição, entre outros.

Essa neociência foi sistematizada pelo médico, odontólogo e lexicógrafo brasileiro Waldo Vieira (1932–2015) na década de 1980. Vieira iniciou propondo a Projeciologia, ou o estudo de um fenômeno popularmente conhecido como viagem astral, também chamado de experiência fora do corpo (Parapsicologia) ou projeção da consciência (Projeciologia). Ele vinculou os estudos projeciológicos num primeiro momento à Parapsicologia. No entanto, no tratado que escreveu sobre a "Projeciologia", publicado em 1986, menciona esta especialidade adstrita à Conscienciologia (VIEIRA, 1986, p. 15). Desde então, foi se distanciando da Parapsicologia até seguir um caminho independente.

Este capítulo irá tratar do surgimento do CEAEC em Foz do Iguaçu, a partir do desenvolvimento de um sentimento de pertença por voluntários da Conscienciologia em sintonia com a busca e a aquisição do terreno da sede própria para a construção de um *campus* de pesquisa conscienciológico. O objetivo é apresentar o CEAEC na condição de matriz ou epicentro das territorialidades conscienciológicas.

Antes do CEAEC, os voluntários trabalhavam numa organização do Terceiro Setor chamada Instituto Internacional de Projeciologia (IIP) fundada em 1988, no Rio de Janeiro, e que em 1996 passou a se chamar Instituto

Internacional de Projeciologia e Conscienciologia (IIPC).

Este capítulo foi elaborado, tendo como base a tese intitulada *Comunidade Conscienciológica: voluntariado, migração e territorialidades,* defendida por esta autora em 30 de março de 2020, em especial o capítulo 3 – *Gênese Comunitária e Territorial.* A fundamentação teórico-metodológica foi interdisciplinar principalmente a partir do diálogo entre a micro-história e a pesquisa oral temática.

Utilizarei fontes orais, documentais e imagéticas de modo interligado, a fim de descrever a territorialização do espaço. As figuras incluídas no texto tiveram finalidade somente ilustrativa, não recebendo tratamento teórico-metodológico.

Irei apresentar o tema desdobrado em 4 tópicos: 1. Fatos antecedentes à fundação do CEAEC; 2. O Centro de Altos Estudos da Consciência (CEAEC); 3. A Associação Internacional do Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC) e 4. Discussão a partir da teoria de territorialidade do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert e do conceito de lugares de memória dos historiadores franceses Pierre Nora e Jacques Le Goff. Os tópicos 2, 3 e 4 se dividem em subtópicos.

1 I FATOS ANTECEDENTES À FUNDAÇÃO DO CEAEC

As raízes do CEAEC encontram-se no Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia (IIPC). O IIPC foi constituído com a finalidade de divulgar e desenvolver a Projeciologia num primeiro momento, e posteriormente, a Conscienciologia.

De 1988 a 1992, houve uma expansão das atividades pedagógicas do IIP a partir do estabelecimento de um currículo de cursos e atividades itinerantes. O efeito disso foi o aumento de voluntários, o que acabou gerando a organização interna de grupos de pesquisa.

Um desses grupos de pesquisa deu origem ao CEAEC: o GPC – Socin (*Soc*iedade *In*trafísica) Conscienciológica. Este GPC teve início formalmente em dezembro de 1992 como proposta da diretoria do IIP. Porém, na prática, foi iniciado em 27 de agosto de 1993 no Rio de Janeiro (RJ) (FERRARO, 1998, p. 75) e em 1994, em Porto Alegre (OLIVEIRA; SANTOS, 2019) e Novo Hamburgo (RS), além de outras localidades sobre os quais não foram encontrados registros escritos.

Esse grupo de pesquisa estava fundamentado no livro “700 Experimentos da Conscienciologia”, de Waldo Vieira (1994, pp. 290-296), nos capítulos dedicados aos diagnósticos da sociedade da época: pela sedução subliminar através da TV, de jogos, do boxe, da guerra, do bruxiário e pelo consenso adulterado. Neles, Vieira traz argumentos de vestígios de patologia social ao mesmo tempo que propõe melhorias sociais a partir da atuação do conscienciólogo veterano nas áreas do magistério, da pesquisa, do consultório e da sociedade em geral, implantando empresa e escola conscienciológicas (VIEIRA, 1994,

p. 435).

Essa nova proposta social “foi uma das coisas que nos chamou atenção, uma nova ordem social que se pode estabelecer a partir deste paradigma, a questão do paradigma consciencial, um novo mundo, uma nova ordem”, segundo Everton Santos (2019, p. 8). Nara Oliveira (2019, p. 8) fala em “outros laços, outras formas de relação, outros sistemas de família, outros sistemas de comunidade”.

Esses aspectos motivaram o casal Everton Santos e Nara Oliveira a formar junto com mais um voluntário, Amaro Krob, o GPC – Socin Conscienciológica em Porto Alegre. Everton Santos (2019, p. 14) explica: “Eu, a Nara e o Amaro éramos de Porto Alegre e a Izabel [Maria Izabel da Conceição] desse núcleo em Novo Hamburgo, uma cidade da Grande Porto Alegre. Então nós 4 éramos o GPC-Socin”.

Em 5 e 6 de novembro de 1994, houve o I Encontro Nacional do GPC – Socin, no Rio de Janeiro (ROCHA et al., 1995; BREVE, 1995), no qual o casal não pode comparecer por questões de trabalho. Maria Izabel da Conceição foi como representante da Região Sul. Nesse encontro, “foram distribuídas as pesquisas, várias pesquisas. Teve grupo que pesquisou a escola conscienciológica, outro a empresa conscienciológica, e assim por diante. E a gente disse: “Izabel, veja o que é preciso, pegue uma linha de pesquisa”, explica Everton Santos (2019, p. 9).

Nara complementa: “a Izabel foi, chegou lá, na hora que se distribuiu os temas, todo mundo foi pegando os temas que interessava, e sobrou esse, ninguém quis esse”. Maria Izabel trouxe o tema “num papelzinho, que ninguém nem entendia direito o que é que o Waldo tinha anotado ali”. Era “*Centro de Altos Estudos da Consciência (CEAEC)*, a principal sede, o *campus* do IIP”, comenta Nara (grifos nossos).

A partir desse tema de pesquisa, se sucederam uma série de fatos que geraram a fundação do CEAEC. Irei apresentar os fatos em um quadro cronológico a fim de expô-los de modo sucinto e ordenado (ver Quadro 01).

Data	Fato	Breve explicação
27 de agosto de 1993	Início do Grupo de Pesquisa da Consciência (GPC) – Socin Conscienciológica, no Rio de Janeiro.	-
1994	Início do Grupo de Pesquisa da Consciência (GPC) – Socin Conscienciológica, em Porto Alegre e Novo Hamburgo.	-
5 e 6 de novembro de 1994	I Encontro Nacional do GPC – Socin no Rio de Janeiro.	Distribuição de temas de pesquisa por Waldo Vieira. Izabel Conceição traz o tema "CEAEC" para a Região Sul.
De dezembro de 1994 a março de 1995	Pesquisa sobre o CEAEC com os voluntários da Região Sul do IIP, coordenada por Izabel Conceição, Everton Santos e Nara Oliveira.	A pesquisa envolveu 107 voluntários divididos em 3 grupos: o da viabilidade econômico-financeira, o da concepção simbólico-representativa (arquitetônica) e o da metodologia da pesquisa. A opção escolhida pelos 3 grupos respectivamente foi: cooperativa; estilo de um *campus* universitário; e o método da pesquisa-ação.
14, 15 e 16 de abril de 1995	Ocorreu o II Encontro Nacional do GPC – Socin (IIP-Curitiba). Durante o evento, Ivani Dall Agnol doou terreno em Foz do Iguaçu.	Membros do GPC – Socin Conscienciológica do RJ e do RS foram até Foz do Iguaçu, durante o evento, verificar a viabilidade de realizar o projeto no terreno doado. Após constatação de necessidade de maior espaço, foi feita campanha de doação entre os voluntários e viabilizou-se a compra de mais 3 terrenos ao lado do doado.
De 15 de abril até 15 de junho	Elaboração do Plano Piloto do CEAEC por 4 arquitetos: Alexandre Balthazar, Everton Santos, Osvaldo Dombrate e Sergio Marques, em Curitiba.	-
15 de junho de 1995	O plano piloto foi apresentado pela equipe de arquitetos no Hotel Internacional, em Foz do Iguaçu.	A diretoria do IIP divulgou uma carta convidando todos os voluntários a comparecerem nesse evento em Foz do Iguaçu. Nele, Waldo Vieira convidou Moacir Lima Gonçalves para se mudar de São Paulo para Foz do Iguaçu.
04 de julho de 1995	Moacir Lima Gonçalves e Bernardo Farina migraram para Foz do Iguaçu.	Moacir Lima Gonçalves começou a residir em instalações existentes no terreno do CEAEC. Foi o primeiro morador do *campus* CEAEC e do futuro bairro Cognópolis.
15 de julho de 1995	Foi fundada a Cooperativa dos Colaboradores do Instituto Internacional de Projeciologia (COOIIP), no Rio de Janeiro.	-

Quadro 01 – Breve Cronologia dos Fatos Antecedentes à fundação do CEAEC

Fontes: quadro elaborado pela autora com base nas seguintes fontes: Conceição (2015); Gonçalves (2019); INSTITUTO... (1995, p. 02); Lima (1995, p. 11); Oliveira e Santos (2019); Rocha et al. (1995).

O histórico da pesquisa sobre o CEAEC ficou registrado em um documento de 585

páginas dividido em 5 volumes intitulado “CIAE: Centro Integrado de Auto-Estudo, a base física”, que se encontra na Holoteca, departamento do CEAEC.

Sobre a visita ao terreno doado em Foz do Iguaçu, durante o evento em abril de 1995, Everton Santos comenta que “[...] seria impossível fazer naquele terreno, não só pela área, mas pela configuração dele que era uma tripa”. E aí o que é que aconteceu? “Foi feita uma campanha junto aos voluntários, [...] de arrecadação de fundos e foram comprados os três terrenos [...] iguais ao que foi doado. O terreno doado foi ¼ do terreno original onde foi pensado o projeto para o CEAEC”. A soma total, quatro vezes 24.000 m^2, são 96.000 m^2 de área do CEAEC.

Sobre a questão do terreno doado, já em uma entrevista bem mais recente para a revista “100 Fronteiras”, Waldo Vieira resume da seguinte forma: “a moça primeiro deu o terreno para gente, depois o irmão dela quis dinheiro e então pagamos. A partir daí, começamos a comprar todos os terrenos no entorno. Vi que era o melhor lugar” (KOJUNSKI, 2014, p. 35).

Everton Santos (2019, p. 22) comenta que foi utilizada uma estratégia por parte de algumas pessoas que compraram um outro terreno, que hoje é o condomínio “Campo dos Sonhos”, sendo que “dali que foi sendo tirado lucro, dinheiro para construir as primeiras obras do CEAEC”.

Sobre esse aspecto, na publicação do CEAEC, a revista *Conscientia* na edição comemorativa de 20 anos traz um relato da então presidente da cooperativa Izabel Conceição (2015, p. 66) que fez um breve histórico da primeira gestão do CEAEC (1995–2002) e menciona que o condomínio “Campo dos Sonhos” foi “o projeto que alavancou substancialmente as obras edificadas no CEAEC, notadamente o Salão de Eventos, atual Pavilhão das Dinâmicas Parapsíquicas, os Laboratórios de Autopesquisas Conscienciais e a Holoteca”. Em suma, a doação do terreno, que por fim, acabou sendo comprado, foi a linha de abertura para a construção do centro de pesquisa da consciência.

A apresentação do Plano Piloto do CEAEC em 15 de junho de 1995, no Hotel Internacional, em Foz do Iguaçu, contou com apoio da Diretoria do IIP por meio de uma carta intitulada “aos coordenadores, colaboradores e alunos do IIP”, dando ampla divulgação ao evento a todos os voluntários no Brasil.

Nela, é feita uma contextualização do surgimento do centro de estudos e pesquisa para o IIP e o convite para ir até Foz do Iguaçu participar do encontro de lançamento do projeto CEAEC. Na mesma carta, estão listados 14 segmentos integrantes do projeto, por exemplo a “construção de um local para conter todos os livros da biblioteca particular (5 décadas de acumulações) do professor Waldo Vieira, estimado em 30 mil volumes e que foram doados ao Centro de Altos Estudos da Consciência” (CARTA, 1995).

No dia 15 de junho de 1995, o plano piloto foi apresentado pela equipe de arquitetos

no Hotel Internacional, em Foz do Iguaçu. Segundo Everton Santos, "há quem fale 400, há quem fale 500 pessoas estavam aí. Vieram voluntários, colaboradores do Brasil inteiro do Instituto para assistirem essa apresentação". De acordo com a notícia desse evento no jornal local "A Gazeta do Iguaçu", de 18/06/1995, "mais de 700 pessoas lotaram o auditório do Hotel Internacional, sexta-feira" (LIMA, 1995, p. 11; INSTITUTO..., 1995, p. 02).

Foi nesse evento que "o Waldo chamou o Moacir para vir morar aqui [...]. Eu lembro porque eu estava junto, no saguão do Hotel Internacional. Fui testemunha ocular da história. Então, o que é que acontece? As pessoas começaram a vir" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 23). A apresentação do plano piloto do CEAEC criou condições para o início do movimento migratório conscienciológico.

O estudo "do sistema de viabilidade econômico-financeira que ficou definido na pesquisa era cooperativa", explica Nara. Um mês depois da apresentação do plano piloto, em 15 de julho, foi fundada a Cooperativa dos Colaboradores do Instituto Internacional de Projeciologia (COOIIP), na Rua Santo Amaro, nº 4, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro (RJ), na sede-matriz do IIP.

O Centro de Altos Estudos da Consciência (CEAEC) era o nome fantasia da Cooperativa dos Colaboradores do Instituto Internacional de Projeciologia (COOIIP) (CONCEIÇÃO, 2015, p. 59).

Nesse primeiro tópico, foram vistas as etapas desde a pesquisa sobre o CEAEC, passando pela doação do terreno em Foz do Iguaçu, até a fundação da COOIIP, que iria viabilizar a construção do centro de pesquisa.

2 | CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DA CONSCIÊNCIA (CEAEC)

Neste segundo tópico, será feita a exposição do início da migração dos voluntários e a construção nos territórios, gerando um processo de dinamicidade espaço-temporal e formação de identificação com o grupo (senso de equipe) entre os envolvidos. O tópico ficou organizado em 4 subtópicos: 2.1 Os primeiros migrantes; 2.2 A materialização do plano piloto do CEAEC; 2.3 A construção dos laboratórios do CEAEC e 2.4 Expansão Territorial e reconfiguração administrativa do CEAEC.

2.1 Os primeiros migrantes

Este subtópico demarca o início do movimento migratório. Moacir Gonçalves tomou a decisão de mudar para Foz do Iguaçu no evento mencionado de junho de 1995. A vontade de mudar, aliada ao convite de Waldo Vieira, fez com que ele se mudasse junto com Bernardo Farina no dia 04 de julho de 1995.

Mas, para conseguir tal objetivo, já na volta do evento em junho, Moacir Gonçalves (2019, p. 17) se questionou: "Como é que eu vou para Foz sem dinheiro?" Decidiu vender

sua biblioteca. “Eu tinha mais de 1.000 livros, revistas, coisas de raridade daquela época, que eu fui comprando ao longo do tempo. [...] No ônibus para voltar para São Paulo, eu falei: ‘Eu estou vendendo minha biblioteca, quem quer comprar livro aí?” Começou a vender e “em 1 semana eu vendi todos os livros”, conta. Com esse dinheiro, Moacir pôde acertar “umas coisinhas com a família, na boa”.

Moacir viajou de carro com Bernardo Farina para Foz do Iguaçu. “Eu cheguei aqui 7 horas da noite, já no CEAEC. E não podia dormir aqui, porque tinha gente na casa. Aí fui dormir na cidade e no outro dia, vim para cá. Aí [já] fiquei morando” (GONÇALVES, 2019, p. 18). As condições de moradia foram ajeitadas dentro do possível: o Bernardo “fechou uma porta e me deu para morar: um quarto, a cozinha e o banheiro. [...] Abriram uma outra porta, que ficou a cooperativa”. Havia também “dois banheiros que tinham ali fora, servia para homem e mulher, dos visitantes. E eu fiquei morando nesse quartinho” (GONÇALVES, 2019, p. 18).

Assim, Moacir foi o primeiro morador do *campus* CEAEC. Consequentemente, o primeiro conscienciólogo do que viria a ser chamado posteriormente bairro Cognópolis. Moacir resume o momento de sua chegada no CEAEC do seguinte modo:

> Quando eu cheguei aqui era chão batido. A Felipe Wandscheer era chão batido. Não tinha calçamento. Não tinha telefone. Água, tudo poluído, com cachorro, gato, tudo assim. Dava pereba nos nossos braços, nas mãos, em mim, no Alexandre. Aí depois fez o poço artesiano. E foi melhorando. A gente comprava aquele marmitex na cidade e trazia para cá, além de 4 ou 5, eles traziam. Eu comprei fogãozinho, fogareiro de duas bocas, pequenininho, para fazer comida. Não tinha como fazer. Não tinha ar condicionado, nada. Um frio danado que era terrível. Era [época de] geada quando eu cheguei aqui. E a roupa? Não tinha chegado a mudança ainda. Aí a minha salvação foi o Bernardo que tinha duas jaquetas de couro, ele arrumou uma para mim e ficou com a outra. Deu uma para mim, foi o que salvou a vida, senão ia morrer de frio [riso]. Era geada... A gente saía de São Paulo para pegar geada aqui, como é que é? 04 de julho, inverno. E uma coisa, uma seca danada. A rua aqui era um pó danado. Sozinho... Depois que o Bernardo foi embora, eu fiquei sozinho aqui dentro. Sozinho, sozinho mesmo. Chegava de noite, em março e em outubro é quando chove mais, era aquela trovoada e raio. Eu abria a janela e olhava assim [riso].

A situação era precária. Cinco meses depois da chegada de Moacir, segundo a “Relação de Cooperados” da COOIIP, de 08/12/95, havia, morando em Foz do Iguaçu, 14 colaboradores cooperados, 11 migrantes e 3 moradores de Foz (RELATÓRIO, 1995). Dois meses depois, em uma outra “Relação de Cooperados”, de 05/02/96, o número já havia aumentado para 23 colaboradores cooperados residentes de Foz do Iguaçu, sendo 20 migrantes e 3 moradores de Foz (RELATÓRIO, 1996).

Nessa última listagem, já aparecem os nomes de dois arquitetos que fizeram parte da equipe de elaboração do projeto piloto: Alexandre Martins Balthazar e Everton Souza

dos Santos. Enfim, abordou-se a vinda dos primeiros migrantes e o contexto encontrado por eles no local de destino.

2.2 A materialização do plano piloto do CEAEC

A construção do CEAEC teve início a partir da diretriz traçada pelo plano piloto. Segundo Everton Santos (2019, p. 28), o que tinha previsto nesse plano piloto era

> uma gráfica, um hotel, uma sede administrativa, a Holoteca [holo = conjunto; teca = coleção, ou seja, conjunto de coleções de artefatos do saber, tais como livros e objetos], lugar para fazer ECP1 [curso Extensão em Projeciologia e Conscienciologia 1] e ECP2 [curso Extensão em Projeciologia e Conscienciologia 2], cursos de campo e um auditório; um grande auditório e tinha espaço para crescer, salas de aula, basicamente era isso.

O primeiro projeto que se pensou em implementar era a gráfica, pois o Moacir tinha experiência na área, porém não deu certo. Depois se pensou em fazer o hotel, onde é hoje o Salão de Eventos, depois chamado de Salão das Dinâmicas Parapsíquicas, Pavilhão das Dinâmicas Parapsíquicas e hoje nomeado de *Cognitarium.* Então ali "a obra começou para virar o hotel" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 28). Porém, nesse meio tempo, "o Waldo diz: 'Gente, vocês precisam fazer um caramanchão". Segundo Everton Santos (2019, p. 29), ele falou: "tem que fazer um espaço aberto e coberto para as pessoas confraternizarem. As pessoas vêm para cá, tem evento de lançamento da pedra fundamental e as pessoas ficam aonde? Esse sol todo aqui".

Assim, os arquitetos construíram 5 pequenos quiosques, que foram transformados posteriormente em laboratórios. A ideia do quiosque "não funcionou muito bem, porque o telhado era pequeno, o sol entrava por um lado, pegava por um outro, a chuva entrava dentro, então [...] não atendeu a demanda que o professor Waldo colocou. E aí eles foram aproveitados para laboratórios" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 29).

A ideia do hotel também não foi para frente, por quê? "Onde se fariam os eventos, os cursos? Então, a ideia do hotel, o prédio que era para ser o hotel, começou a ser visto como sendo um salão de eventos e assim foi [...]" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 29). Na verdade, funciona até hoje para eventos, em especial, para a atividade da "dinâmica parapsíquica" e também como sede de duas outras instituições conscienciocêntricas menores e mais novas que o CEAEC.

Everton Santos lembra que esse prédio era "um grande salão aberto sem divisória nenhuma e os banheiros, então ali aconteciam todos os eventos, cursos, tudo, convenção do Instituto [...]. Enfim, o professor Waldo vinha para cá e dava curso, e tudo acontecia ali no salão de eventos" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 29).

A inauguração da primeira edificação do CEAEC, esse "salão de eventos com capacidade para 800 pessoas" foi notícia no "Gazeta do Povo", periódico do Estado do

Paraná, anunciando a II Convenção Internacional do IIPC, de 11 a 22 de dezembro de 1996 (FOZ..., 1996, p. 36). Este evento atraiu em torno de 400 pessoas (II CONVENÇÃO, 1996).

Então o que é que existia? "Existia este salão, os quiosques que viraram os cinco primeiros laboratórios, a casa inicial da Ivani que virou a administração do CEAEC e que virou escritório de arquitetura, a garagem deles que virou a [...] Holotequinha". Everton Santos e Nara Oliveira (2019, p. 29) chamavam esse espaço da garagem de "Holotequinha", pois foi ali que o material das coleções de livros, conchas, entre outras, pertencentes ao Waldo Vieira e doadas por ele ao CEAEC, começaram a ser guardadas.

Em seguida, "foi o chiqueiro, esse chiqueiro foi aumentado, feito refeitório" (Everton Santos). Nara relembra que "as pessoas vinham e ficava todo mundo na garagem, antes do prédio estar construído. Ficava-se na garagem, as reuniões eram naquela garagem, era tudo muito precário" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 29).

Depois, "se fez o *Village*, se fez os outros Laboratórios e se fez o prédio da Holoteca. Isso foi a primeira fase" (Everton Santos). O *Village* ou a Casa do Pesquisador é uma pequena hospedaria com 20 quartos, que, nessa fase inicial do CEAEC administrado pelo sistema de cooperativa, era composto por 4 leitos em cada quarto e um banheiro por quarto. Foi inaugurado com a realização do curso "Sensibilização Energética", ministrado por Waldo Vieira, ocorrendo no CEAEC e em locais pré-determinados: nas Cataratas do Iguaçu, no Paraguai e na Argentina (PARO, 1997, p. 8).

O plano piloto "foi modificado, alguns diriam que ele foi evoluído, transformado. A Holoteca, que inicialmente estava prevista para ser no centro, foi lá para baixo" (Everton Santos). Nara explica que hoje onde é o prédio do Holociclo e da Holoteca estava prevista a realização dos cursos de campo, como por exemplo, o ECP2. "O fulcro ou o eixo mentalsomático do projeto que era a Holoteca e o Holociclo ficavam no centro de tudo", ou seja, onde está hoje o Megálito da Paz (no marco central do terreno I).

Nara Oliveira (2019, p. 30) continua expondo que "aqueles quiosques à volta inviabilizaram essa realidade, aquilo não saiu do jeito que se queria, fizeram o prédio lá embaixo". No entanto, com tempo, tudo se ajeitou "porque aí se comprou os terrenos do lado de cá, onde nós estamos aqui, agora, por exemplo no chalé, e se você olhar de lá até aqui, a Holoteca está no centro". A Holoteca acabou ficando no centro geográfico dos terrenos, considerando os terrenos com as edificações, adquiridos desde o início (ver a figura 01, mais adiante), e os terrenos comprados posteriormente, do outro lado do rio Tamanduazinho, onde se localizam hoje somente os chalés, as residências de voluntários.

Mas por que o formato circular dos quiosques, que acabaram virando laboratórios? Everton Santos esclarece que "esses quiosques não estavam previstos. Então eles foram feitos já dentro desse círculo", pois "o plano piloto radial previa um círculo ali, mas esse círculo seria preenchido pela Holoteca". A Holoteca "abarcaria os laboratórios, seria uma

coisa grande no meio”. Seria um prédio grandão e redondo, “daquele miolo ali subiriam vários andares, com rampa por dentro, tipo o *Guggenheim* lá em Nova Iorque”. Nara complementa: “Era um prédio grande e os laboratórios estavam no plano piloto inicial” (figura 01).

Everton Santos resume: “do que foi pensado, eu poderia dizer que está tudo encaminhando. [...] O Hotel que era previsto onde é hoje o Salão de Eventos, depois foi colocado o *Village*”. Esclarece que o plano piloto é uma estrutura inicial ordenadora de construções. Então você pode modificar funções, isso não adultera esse plano. Nara Oliveira comenta que os colaboradores que não mudaram para Foz do Iguaçu, mas fizeram parte da pesquisa no segundo semestre de 1994, ficaram em Porto Alegre detalhando como seria o prédio da Holoteca.

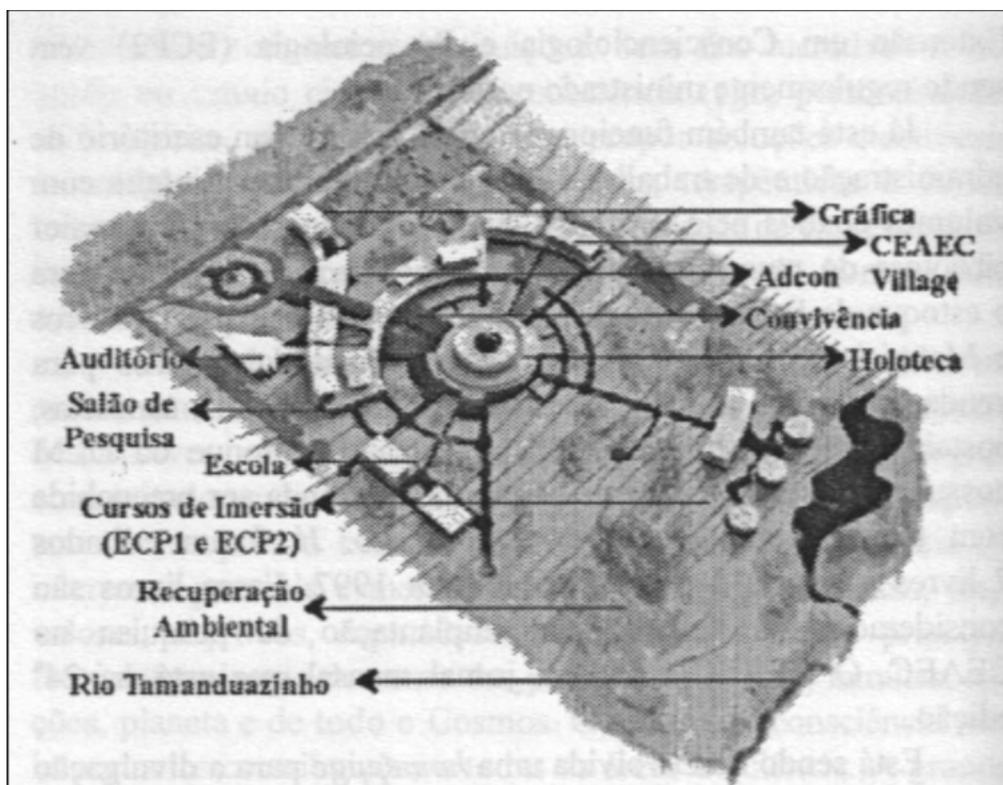



Figura 01 – Maquete do Plano Piloto inicial do CEAEC, de 1995.

Fonte: Extraído do livro “Temas da Conscienciologia”, de Waldo Vieira (1997, p. 228).

A figura 01 ilustra o CEAEC compreendido como centro de pesquisa de um “Complexo Conscienciológico”, onde já estava funcionando o salão de eventos e onde havia ocorrido 103 atividades e recebido 5.000 participantes (VIEIRA, 1997, pp. 225-230).

Os espaços previstos para construção eram os que estão listados no Quadro 02 a seguir.

1)	*Projetarium*	Edificação-laboratório dedicado a predispor as experiências fora do corpo
2)	Holoteca	Edifício para exposição permanente dos artefatos do saber e da biblioteca doada por Waldo Vieira
3)	Salão de Pesquisa	Salão de eventos
4)	Cursos de Imersão	Prédio para os cursos de imersão de final de semana, tais como o ECP1 e o ECP2
5)	Clínica de Conscienciterapia	Para o atendimento ao público em geral
6)	CEAEC *Village*	Alojamento para pesquisadores e frequentadores
7)	Gráfica e editora	Para a produção bibliográfica do IIPC, do CEAEC e outras instituições
8)	Escola conscienciológica	Esclarecimento dos interessados segundo o paradigma consciencial
9)	Recuperação ambiental	Com previsão de um bosque de 19.000 m² (20% da área total do CEAEC)
10)	Adcon	Edifício para as equipes da *ad*ministração *con*scienciológica (adcon)

Quadro 02 – Espaços previstos para o *campus* CEAEC em 1995

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir das informações do livro "Temas da Conscienciologia", de Waldo Vieira (1997, pp. 228-229).

Também é mencionado que, em agosto de 1997, a COOIIP possuía 226 cooperados, residentes de vários países, além do Brasil, tais como Argentina, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Inglaterra. Além dessa estrutura, é citado um condomínio conscienciológico previsto, que seria o que é hoje conhecido como condomínio "Campo dos Sonhos" (o mais antigo), e que contava na ocasião com 55 condôminos que já possuíam lote. Em suma, a parte básica prevista pelo plano piloto foi construída entre 1996 e 1999 (VIEIRA, 1997, pp. 229-230).

2.3 A construção dos laboratórios do CEAEC

Dentre as estruturas previstas para construção, merece destaque um parque laboratorial com a finalidade de desenvolver a proposta científica da Conscienciologia. Entre 1997 e 2000, os colaboradores do CEAEC investiram na construção de 16 laboratórios de autopesquisa, organizados segundo a cronologia de fundação, de acordo com o Quadro 03, a seguir.

N.	Nome do Laboratório	Data de Fundação	Objetivo do Laboratório
01.	Laboratório da Imobilidade Física Vígil	14/09/1997	técnica de domínio da psicomotricidade pessoal
02.	Laboratório de Técnicas Projetivas	01/01/1998	técnicas que predisponham a promoção da experiência lúcida fora do corpo
03.	Laboratório do Estado Vibracional	21/02/1998	técnica de dinamização máxima das energias pessoais através da vontade
04.	Laboratório de Retrocognições	22/02/1998	técnica de lembrança de vidas passadas por meio da escuta de músicas de culturas variadas
05.	Laboratório da Tenepes	08/04/1998	técnica da *t*arefa *ene*rgética *pes*soal, a exteriorização da energia individual, assistencial, em prol de pessoas (consciências) necessitadas
06.	Laboratório da Proéxis	09/10/1998	estudo da *pro*gramação *exis*tencial ou projeto de vida
07.	Laboratório da Sinalética Energética	23/12/1998	estudo da sensibilidade energética ("segunda pele" ou campainha de alarme) quanto às percepções extrassensoriais, popularmente chamado de "sensibilidade do mato"
08.	Laboratório de Pensenologia	27/12/1998	estudo da manifestação e comportamentos pessoais por meio da teoria dos pensenes: a indissociabilidade entre *pen*samentos, *sen*timentos e *ene*rgias (ação)
09.	Laboratório de Auto-organização	29/12/1998	técnica de contato da pessoa consigo mesma, tratando o sentimento de insatisfação pessoal
10.	Laboratório da Dupla Evolutiva	23/09/1999	estudo da técnica da formação de um casal íntimo, visando potencializar suas performances evolutivas
11.	Laboratório da Paragenética	23/09/1999	estudo da herança milenar da própria pessoa por meio das vidas sucessivas, além da carga genética e do meio (mesologia)
12.	Laboratório da Despertologia	23/09/1999	estudo da condição do "corpo fechado" ou do temperamento mais predisposto a sofrer menos interferências de assédio de consciências extrafísicas (espíritos), por serem mais abertas, otimistas, assistenciais e bem-humoradas
13.	Laboratório da Mentalsomática	23/09/1999	estudo dos atributos conscienciais, tais como a atenção e a concentração, por meio de práticas intelectuais da leitura, escrita e reflexão
14.	Laboratório da Cosmoética	23/09/1999	estudo da moral e da ética sob a perspectiva do paradigma consciencial
15.	Laboratório da Evoluciologia	23/09/1999	estudo da mudança de vida e da personalidade em prol de maior satisfação íntima e realização pessoal, pela vontade própria
16.	Laboratório do Cosmograma	27/07/2000	técnica de pesquisa em jornais e revistas através da associação de ideias para aumentar a visão de conjunto e capacidade de análise dos fatos cotidianos

Quadro 03 – Laboratórios de Autopesquisa do CEAEC

Fontes: quadro elaborado pela autora com base em Vieira (1999, p. 201-225); Bouchardet (2015, p. 150-156) e Paro (2007, p. 1).

A finalidade de todos os laboratórios de autopesquisa é promover a autorreflexão e a melhora do desempenho da pessoa sobre o tema ou a questão que o experimentador quer se debruçar.

Os laboratórios estão disponíveis a qualquer pessoa interessada, diariamente, em horários preestabelecidos. É cobrada uma taxa básica de manutenção: R$ 15,00 para o experimento de 1h30min e R$ 30,00 para o laboratório de 3h30min (Ano-base: 2019). Caso a pessoa não tenha o conhecimento básico do que seja a Conscienciologia e os laboratórios, existe uma equipe preparada para orientar a autoexperimentação laboratorial.

Cada laboratório possui aproximadamente 50 m^2, sendo composto por mesa, cadeira, poltrona, cama, minibiblioteca, luminária, despertador, pasta com texto de orientação laboratorial, prancheta com papel e caneta (VISTA, 2015). Todo laboratório possui uma luminária do lado de fora, que deve ser ligada pelo experimentador ao chegar nele, sinalizando que está em uso.

Sob a ótica da pesquisa experimental, conforme entendida pela ciência convencional: laboratório é "qualquer ambiente de *pesquisa* ou de *coleta de dados* no qual haja um certo nível de controle por parte do pesquisador", e experimentação laboratorial é um "tipo de experimentação na qual o pesquisador possui um estreito controle das condições em que são feitas as observações" (APPOLINÁRIO, 2004, p. 92 e 121).

Nos laboratórios de autopesquisa do CEAEC, o experimentador leva para dentro desse espaço a sua questão, dúvida ou pergunta e reflete sobre ela. O controle que possui é de si mesmo na condição de sujeito e objeto de pesquisa, pois o objetivo é o autoconhecimento. Vivencia a experimentação, "técnica científica utilizada para testar hipóteses e oferecer respostas a problemas específicos" (APPOLINÁRIO, 2004, p. 92), porém sem aparelhos ou testemunhas, caracterizando a autoexperimentação.

Os laboratórios de autopesquisa estão fundamentados no paradigma consciencial, isto é, concepção teórico-metodológica na qual o pesquisador é o instrumento e o objeto de pesquisa. Tomando como premissa que a experimentação é uma das bases da ciência, os laboratórios conscienciológicos reúnem condições para o experimentador se investigar.

Diferentes dos laboratórios convencionais, equipados com máquinas e instrumentos de mensuração dos dados vitais, os laboratórios conscienciológicos utilizam livros, planilhas para registro, papel e caneta, sendo que o mais importante é o funcionamento como câmaras de reflexão para predispor decisões íntimas que visam a melhoria da pessoa.

Os 16 laboratórios citados são individuais, ou seja, o experimentador entra sozinho no laboratório e realiza seu experimento, justamente para não haver nenhum tipo de indução das ocorrências. Com o passar do tempo, o laboratório do cosmograma foi desativado e transformado em laboratório de escrita de livros conscienciológicos, pois o Holociclo, departamento dedicado a produção intelectual da Conscienciologia, já funcionava como

laboratório da técnica do cosmograma.

Os laboratórios foram tema de matéria do jornal local “A Gazeta do Iguaçu”, de 03/01/1999: “CEAEC terá 50 laboratórios para pesquisas da consciência”. Essa chamada fazia parte de uma matéria maior intitulada: “CEAEC promove cursos avançados: pesquisadores de 20 países reunidos em Foz no final do ano” (CEAEC..., 1999, p. 10). As duas notícias juntas compuseram uma página do jornal, além de contar com uma foto de Waldo Vieira. Em meio a uma crise em Foz, o repórter retratou o CEAEC como “uma boa notícia para Foz do Iguaçu”.

Nessa mesma linha de abordagem, a vinda de turistas norte-americanos para passar o final de ano no CEAEC também virou notícia no jornal estadual “Gazeta do Povo”, de 01/01/1999. Na verdade, eram 22 pessoas de 13 países diferentes que moravam nos EUA e estavam em busca de autoconhecimento (TURISTAS..., 1999, p. 12).

Os laboratórios voltaram a ser notícia em 03 de dezembro de 2000, dessa vez, no jornal “O Paraná”: “nestes locais, [...] a pessoa procura treinar a mente para ter o domínio de suas próprias sensações e todas a que interagem no cotidiano” (CENTRO..., 2000, p. 22).

Nesse meio tempo, enquanto as construções no CEAEC estavam a pleno vapor, o IIPC ganhou a certidão de Utilidade Pública Federal (UPF) pelo decreto de 25 de maio de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 26/05/1998, CGC n. 30.120.059/0001-84, por ter apresentado o relatório e o demonstrativo da receita e despesa referente ao ano de 1998. Tal título foi um reconhecimento do Estado, de que a instituição possuía qualidades que a tornava de interesse coletivo, ou seja, prestadora de serviços à coletividade de modo desinteressado, com objetivo do fim público (ARAKAKI, 1999). O IIPC renovou esse título de 1998 até 2015, por 17 anos ininterruptos, quando a presidente Dilma Rousseff revogou a Lei da UPF (Lei n. 91, de 28/08/1935), ou seja, hoje esse reconhecimento pelo Ministério da Justiça não existe mais (art. 9, da Lei n. 13.204, de 14/12/2015).

É oportuno dizer que a infraestrutura laboratorial do CEAEC foi apresentada por formar um espaço construído com a finalidade de desenvolver uma prática cultural dessa comunidade, a autopesquisa.

2.4 Expansão Territorial e Reconfiguração Administrativa do CEAEC

Em 1998, uma parte dos colaboradores pioneiros do CEAEC criou o curso “Conscienciologia Aplicada” com duração de dois anos cujo objetivo era divulgar os aprendizados dessa experiência grupal. Esse curso foi ministrado em Foz do Iguaçu e em várias cidades brasileiras nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Segundo Izabel Conceição (2015, p. 65), a renda adquirida desse curso dado em São Paulo foi o que possibilitou a compra do terreno do CEAEC localizado após o rio

Tamanduazinho, onde hoje estão construídos os chalés, residências para voluntários. O terreno possuía 147.000m^2 e foi adquirido em julho de 2000 (IIPC..., 2000, p. 3).

Nessa mesma época, em julho de 2000, Waldo Vieira transferiu residência do Rio de Janeiro para Foz do Iguaçu com sua esposa. Tal iniciativa foi possível uma vez que ele havia deixado o cargo de presidente do IIPC em dezembro de 1999 (O NOVO..., 2000, p. 1 e 5).

A respeito da sua mudança, Vieira assim se pronunciou: "Quando chegou o ano 2000, deixei de viajar e vim para cá, com o objetivo de impulsionar o trabalho" (KOJUNSKI, 2014, p. 35). Na verdade, Vieira ainda chegou a fazer quatro itinerâncias dando palestras e cursos no Exterior, uma em 2000 que estava previamente agendada, duas em 2001 e a quarta em maio de 2002.

Ainda em 2001, Vieira iniciou as tertúlias ou conversa entre amigos, de modo esporádico e informal, dentro do departamento do Holociclo no CEAEC, local onde ele desenvolveu a elaboração da "Enciclopédia da Conscienciologia" (FERRARO; ARAKAKI, 2012, p. 361).

Enquanto Vieira atendia às demandas internacionais entre 2000 e 2002, o CEAEC entrou em um processo de reforma administrativa. A medida provisória n. 1858-9, de 1999, trouxe modificações profundas com o dispositivo da Lei Complementar n. 70/91, alterando a isenção tributária às cooperativas.

O aumento da carga tributária e a dificuldade de arrecadação de recursos para manter o crescimento do CEAEC fizeram com que o processo de reformulação administrativa fosse acelerado e não aguardasse o prazo previsto das eleições da nova diretoria que seria em julho de 2003.

Foi feita então uma "Proposta de Reconfiguração Administrativa do CEAEC" (2002) com todas as etapas a serem cumpridas para o fechamento da cooperativa e a constituição da Associação do CEAEC.

O aumento da carga tributária levava à necessidade de ter mais pessoas a fim de gerenciar os procedimentos fiscais. Além disso não havia possibilidade de obter isenção dos tributos nem adquirir o título de Utilidade Pública, já alcançado pelo IIPC. Esses fatores, aliados à inviabilidade do vínculo de trabalho voluntário no cooperativismo, nos casos de colaborador não cooperado, levaram à alteração estatutária do CEAEC de cooperativa para associação.

O novo Estatuto Social da Associação Internacional do Centro de Altos Estudos da Conscienciologia entrou em vigor na assembleia realizada em 23 de julho de 2002.

Em suma, nesse segundo tópico, foi apresentada a vinda dos primeiros migrantes o que viabilizou a primeira fase de construção do CEAEC, concomitante com a gestão pelo cooperativismo de 1995 a 2002.

3 | ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DO CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DA CONSCIENCIOLOGIA (CEAEC)

Neste terceiro tópico, será exposto sobre as mudanças jurídica, onomástica e de equipe que marcaram a nova fase de desenvolvimento do CEAEC.

As razões para o CEAEC deixar de ser cooperativa foram expostas no tópico anterior. Mas por que virou associação? Das diversas formas jurídicas possíveis a serem adotadas no terceiro setor, tais como associação, fundação e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), a "associação" foi a que melhor se ajustou aos princípios e valores da Conscienciologia.

Associação "é a pessoa jurídica criada com base na união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa" (ALBUQUERQUE, 2006, p. 42). São entidades sem finalidade econômica, entendendo-se finalidade como o fim para o qual foi concebida, sendo, entretanto, permitida a atividade econômica. Os recursos gerados são aplicados nas atividades da própria instituição.

Nem o CEAEC nem nenhuma outra Instituição Conscienciocêntrica (IC) viraram OSCIP porque esta possibilita a remuneração dos dirigentes e tal condição não é admitida nas instituições conscienciocêntricas ou conscienciológicas.

A mudança jurídica oportunizou alteração no nome da instituição, que manteve a sigla, porém mudou a última palavra de "Consciência" para "Conscienciologia". Segundo Everton Santos, "essa mudança foi porque [...] tinha muita coisa de consciência por aí. Para diferenciar" (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 33). Foi feita essa modificação, e o CEAEC passou a se chamar Centro de Altos Estudos da Conscienciologia.

Além da mudança estatutária e do nome, também houve renovação na equipe administrativa. Alguns colaboradores que construíram o CEAEC estavam num movimento migratório para a localidade de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo, a fim de instalar novo *campus* conscienciológico na região (ARACÊ). No mesmo período, com a vinda de Waldo Vieira para Foz do Iguaçu em julho de 2000, alguns voluntários começaram a migrar principalmente do Rio de Janeiro para Foz do Iguaçu, a fim de trabalhar com ele na escrita da "Enciclopédia da Conscienciologia", no Holociclo.

Nessa nova fase, a partir de 2002, teve início um movimento por parte dos voluntários do CEAEC para estabelecerem moradias próximas ao *campus* de pesquisa a fim de promover o assentamento deles mesmos e dos demais voluntários que começaram a migrar de modo mais contínuo. Assim, foram lançados 5 projetos habitacionais no entorno do *campus:* 3 condomínios externos (Campo dos Sonhos, Serenologia e Cosmoética) e 2 condomínios dentro do *campus* (a reforma da já existente Basecon ou *Base Con*scienciológica e os Chalés residenciais no terreno II do CEAEC, do outro lado do rio Tamanduazinho) (BERGONZINI, 2003, p. 1).

Outro fato importante foi a fundação de novas instituições conscienciológicas nesse novo período, em Foz do Iguaçu. Algumas das estruturas previstas para comporem o *campus* CEAEC e apresentadas no Quadro 02, ganharam a forma jurídica de instituições conscienciocêntricas, como por exemplo, a clínica de consciencioterapia transformou-se na Organização Internacional de Consciencioterapia (OIC) em 2003, e a gráfica/editora ganhou o status de pessoa jurídica, a EDITARES, a Editora da Conscienciologia, em 2004.

Outras instituições nasceram de outros grupos de pesquisa que existiam no IIPC, como por exemplo, a ASSINVÉXIS, dedicada ao estudo e à divulgação da técnica da *inv*ersão *exis*tencial (invéxis). Esta técnica propõe que, ao invés de esperar a aposentadoria para começar a ajudar as outras pessoas, o início seja desde a juventude.

A OIC e a ASSINVÉXIS são dois exemplos de organizações, que depois de alguns anos, conseguiram adquirir lotes no entorno do CEAEC, para estabelecer seu próprio *campus*.

Este tópico compreende os seguintes assuntos: 3.1 Tertúlias conscienciológicas e o *Tertuliarium;* 3.2 Aleia dos Gênios da Humanidade; 3.3 *Acoplamentarium* e 3.4 Edificações do CEAEC.

3.1 Tertúlias conscienciológicas e o *Tertuliarium*

Concomitante a essas mudanças, a partir de novembro de 2002, as tertúlias ministradas por Vieira ganharam um caráter mais formal, sendo realizadas no Salão Verde (espaço do restaurante do CEAEC), após o almoço, até fixarem o horário de 12h30 às 14h30, de terça a domingo; posteriormente, em setembro de 2008, incluiu-se a segunda-feira (FERRARO; ARAKAKI, 2012, p. 367).

O número de participantes era de no mínimo 30 pessoas até o máximo de 70 pessoas, lotação máxima do espaço do refeitório. Essas tertúlias ou debates sobre ideias da Conscienciologia, coordenadas por Waldo Vieira visavam alcançar as verdades relativas de ponta dessa proposta de ciência e foram sendo inseridas como verbetes na “Enciclopédia da Conscienciologia”, que estava sendo escrita por Vieira desde 1998, quando ele ainda morava no Rio de Janeiro.

Essas tertúlias conscienciológicas não possuíam matrícula de alunos, não possuíam chamada, não havia controle de frequência e não se exigia presença na Prova Geral da Conscienciologia. Esta prova surgiu por iniciativa dos voluntários em 2006, para aferir o nível de conhecimento pessoal sobre as ideias discutidas nas tertúlias (FERRARO; ARAKAKI, 2012, p. 365).

No entanto, em 20 de fevereiro de 2007, foi feita uma convocação geral para toda comunidade comparecer à tertúlia. Vieira convidou a todos para escreverem verbetes a serem incluídos na “Enciclopédia da Conscienciologia”.

A partir dessa demanda gerada, além de também ser um espaço pequeno para os

frequentadores das tertúlias, foi decidido que seria construído um prédio específico para as tertúlias, denominado *Tertuliarium,* no *campus* CEAEC.

Esse projeto envolveu toda comunidade, que por meio de várias iniciativas tais como doações, ações entre amigos, cursos, venda de *souvenir,* conseguiu arrecadar verba para construção. Fruto do esforço de voluntários de várias instituições conscienciocêntricas (ICs), coordenados pela Associação Internacional para Expansão da Conscienciologia (AIEC), criada em abril de 2005, com objetivo de apoiar financeiramente os projetos da Conscienciologia.

O *Tertuliarium* foi inaugurado em 30 de novembro de 2008, em clima de festa, com a lotação máxima de 346 assentos ocupados do novo anfiteatro. Importante mencionar que em maio desse mesmo ano, as tertúlias passaram a ser transmitidas via *internet*, após meses de testes (FERRARO; ARAKAKI, 2012, pp. 366-367).

A inauguração do *Tertuliarium* foi notícia no jornal da cidade "A Gazeta do Iguaçu", de 01/12/2008: "Foz do Iguaçu ganha auditório circular de 360º": *Tertuliarium* fica no complexo do Centro de Altos Estudos da Conscienciologia e conta com 346 lugares" (GODOY, 2008, p. C1). A matéria ocupou menos de uma página com uma foto do prédio do *Tertuliarium.* Trouxe dados sobre o prédio, por exemplo, que possui 823 m^2, e reforçou que a construção é aberta para visitação turística gratuita e diariamente.

Em resumo, o *Tertuliarium* foi palco de fatos importantes para a Comunidade Conscienciológica: a criação de instituições conscienciocêntricas (ICs) e de atividades conscienciológicas, por exemplo o Círculo Mentalsomático, atividade semanal de debate entre autores e autorandos (TELES, 2019). Funciona como local de encontro dos voluntários da Conscienciologia.

3.2 Aleia dos Gênios da Humanidade

Em paralelo a esse processo das tertúlias, que culminou com mais uma edificação no *campus* CEAEC, desde dezembro de 1999, teve início a instalação de um monumento a partir da entrada do Holociclo, departamento que divide o espaço do edifício com a Holoteca. O monumento é a Aleia dos Gênios da Humanidade, uma exposição permanente de bustos de personalidades consideradas extraordinárias pelas suas contribuições para evolução da Humanidade (CENTRO, 2002).

Em 06 de junho de 2002, foi inaugurada essa Aleia Genial com 20 bustos, dentre eles, o físico alemão Albert Einstein (1879–1955), o inventor brasileiro Alberto Santos Dumont (1873–1932), o filósofo e taumaturgo grego Apolônio de Tiana (2–98 AEC), o filósofo grego Sócrates (469–399 AEC), o filósofo grego Platão (429–347 AEC), o psiquiatra e psicólogo suíço Carl Jung (1875–1961), a enfermeira britânica Florence Nightingale (1820–1910) e a física e química polonesa Marie Curie (1867–1934), dentre outros (VALIENTE, 2002).

A inauguração fez parte do calendário oficial de aniversário da cidade, comemorado

no dia 10 de junho. Na inauguração, estiveram presentes voluntários do CEAEC e autoridades locais, tais como a presidente da Fundação Cultural, Rosicler Prado e a secretária de Controle e Negócios Jurídicos, Maria Letícia Fiala representando a prefeitura e o vereador Djalma Pastorelo, pela Câmara de Vereadores (ALÉIA, 2002).

Atualmente, conta com 174 bustos (Data-base: 02/09/2019). Na figura 02, observa-se a Aleia dos Gênios da Humanidade, no trecho que liga o caminho do Holociclo até o *Tertuliarium.*

Figura 02 – Fotografia da Aleia dos Gênios da Humanidade

Fonte: acervo da autora, tirada em 02 de setembro de 2019.

Para sintetizar, a Alameda Genial compõe uma das atrações do CEAEC como ponto turístico local, procurando colocar em evidência as consciências e os seus legados.

3.3 *Acoplamentarium*

O *Acoplamentarium* é o primeiro laboratório coletivo do CEAEC. Uma edificação destinada especificamente para experimentos coletivos a partir da aplicação da técnica do acoplamento energético e da clarividência facial, com objetivo do desenvolvimento do parapsiquismo dos participantes.

A ideia surgiu durante o curso “Pilares do Parapsiquismo”, ministrado por Waldo Vieira, em 2002. Foi organizada uma nova turma desse curso visando a concretização do laboratório (MACHADO; NONATO, 2002, p. 1). As duas primeiras turmas do curso *Acoplamentarium* também tiveram o objetivo de reverter a verba adquirida para pagamento dos gastos parcelados com a obra (MONTEIRO; NONATO, 2002, p. 2).

O *Acoplamentarium* foi inaugurado em 21 de fevereiro de 2003, com uma área de 92,3 m^2 e capacidade para 64 pessoas. É um tipo de anfiteatro, onde na área central, há duas cadeiras principais reservadas para o professor e o aluno, sendo que atrás de cada um deles, há 31 assentos dispostos em degraus a fim de favorecer a visão. As faces dos dois experimentadores, situados no centro do laboratório, são os principais focos das atenções dos demais participantes a fim de desenvolver suas percepções extrassensoriais (MACHADO; NONATO, 2003, p. 2).

A técnica do acoplamento energético consiste em um professor (epicon = *epi*centro *con*sciencial, professor com domínio das bioenergias) e um aluno ficarem sentados um de frente para o outro, durante 2 minutos, olhando-se, sendo que o professor tem o papel ativo de exteriorizar suas energias para o aluno com intuito de estabelecer o acoplamento energético ou a interfusão das energias entre os envolvidos, já o aluno procura permanecer em um estado denominado passividade ativa, ou seja, tranquilo, mas atento, de olhos abertos, registrando tudo o que está vendo e sentindo. A partir desse acoplamento energético, pode ocorrer a clarividência facial ou a visualização desse campo energético instalado.

O *Acoplamentarium* junto com a Aleia das Grandes Cabeças foram as primeiras edificações da fase de transição administrativa do CEAEC.

3.4 Edificações do CEAEC

Este subtópico aborda dois edifícios construídos posteriormente, assim como a visão geral das edificações do CEAEC. O primeiro foi um auditório próximo ao laboratório *Acoplamentarium,* visando atender principalmente ao curso de mesmo nome, mas também funcionar como local dos demais cursos do CEAEC, inaugurado em 30 de junho de 2012, batizado de *Auditorium.*

A segunda construção foi o laboratório do Paradireito[1], inaugurado no dia 24 de novembro de 2013, a partir da iniciativa de uma instituição conscienciológica chamada JURISCONS – Associação Internacional de Paradireitologia. O laboratório surgiu da parceria entre a JURISCONS e o CEAEC. Localiza-se próximo ao prédio da Holoteca, do *Acoplamentarium* e do *Auditorium.*

---

1. Paradireito é uma especialidade da Conscienciologia dedicada ao estudo do conjunto de normas, princípios e leis das manifestações conscienciais a partir da vivência da fraternidade mais ampla, considerando as pessoas desta dimensão material e de dimensões mais sutis, extrafísicas (VIEIRA, 2007).

Para finalizar, as edificações do CEAEC são atualmente as que podem ser observadas na figura 03 e que serão citadas após a imagem. Esse mapa localiza-se entre a recepção da instituição e o pátio de estacionamento a fim de auxiliar o visitante a se orientar dentro do *campus* assim que chega.

Figura 03 – Fotografia do Mapa do *campus* CEAEC

Fonte: acervo da autora, fotografia tirada pela autora em 02 de setembro de 2019.

De modo objetivo são 13 locais enumerados, conforme listagem a seguir:

Legenda 1. Recepção/Restaurante.

Legenda 2. Livraria / Cafeteria.

Legenda 3. *Tertuliarium* (prédio amarelo com cúpula).

Legenda 4. *Village* ou a Casa do Pesquisador (hospedaria).

Legenda 5. Laboratórios Conscienciológicos (1-18; 15 edificações em círculo e 3 fora do círculo).

Legenda 6. *Cognitarium* (antigo Pavilhão Pedagógico ou Salão de Eventos).

Legenda 7. Aleia dos Gênios da Humanidade.

Legenda 8. Praça da Paz (o marco central do terreno I do CEAEC).

Legenda 9. *Auditorium.*

Legenda 10. Holociclo.

Legenda 11. Holoteca.

Legenda 12. Laboratório *Acoplamentarium.*

Legenda 13. Hotel Mabu *Interludium* (fora do terreno do CEAEC, localiza-se no lote ao lado).

Nesse terceiro tópico, foi apresentada a nova estrutura organizacional do CEAEC a partir de 2002, assim como as novas edificações materializadas no decorrer dessa fase. *Acoplamentarium* (2003), *Tertuliarium* (2008) e *Auditorium* (2012) marcam uma nova fase de construções, tendo como elemento em comum, novos espaços para interações grupais, não mais individuais como foram as construções dos laboratórios, numa primeira fase. A figura 03 ilustra o investimento de 26 anos dos voluntários na construção territorial do CEAEC (1995–2021).

4 I DISCUSSÃO

Após os aspectos descritivos, históricos e mnemônicos, vamos passar à análise da territorialidade desdobrada em 2 subtópicos: 4.1 Territorialidade sob o enfoque de Rogério Haesbaert e 4.2 Lugares de memória do CEAEC.

4.1 Territorialidade sob o enfoque de Rogério Haesbaert

A abordagem sobre território e rede discutida pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2007, pp. 56-59) pode ajudar no entendimento da formação do território conscienciológico. Segundo o autor, há três perspectivas na relação território-rede.

A primeira é que o território se opõe à rede. A sociedade "territorial" estaria sendo substituída pela sociedade em rede, por exemplo, a teoria de Manuel Castells (1999) que contrapõe um "espaço de fluxos" a um "espaço de lugares".

A segunda é que território e rede formam um binômio em que a rede tanto pode fortalecer o território internamente (por exemplo, nas redes viárias e de comunicações) quanto pode se projetar para fora do território, levando a uma desestruturação, isto é, uma desterritorialização. Essa segunda perspectiva leva à formação do conceito "território-rede" (posição do próprio Haesbaert).

A terceira é que a rede estaria subordinada à de território, e isso se confunde com o espaço geográfico, uma vez que toda relação social também seria uma relação territorial; a rede ajudaria a integrar o território. Essa perspectiva, a dos "territorialistas", é cada vez mais rara.

A partir do posicionamento na condição intermediária, Haesbaert (2010, p. 306, grifos nossos) propõe 3 "tipos ideais" quanto às formas de organização espaço-territorial:

> 1. **Territórios-zona:** mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites ("fronteiras") relativamente bem demarcados e com grupos mais "enraizados", no qual a organização em rede passa a ter um papel secundário.
>
> 2. **Territórios-rede:** configurados na lógica das redes, ou seja, descontínuos e dinâmicos.

3. **Aglomerados:** mais indefinidos, podendo ser uma mistura de territórios-zona e territórios-rede, difícil de identificar uma cartografia espacialmente definida.

O autor (2010, p. 343) ainda propõe o conceito de multiterritorialidade, ou seja, seria a "reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas". Distingue 2 tipos básicos de efetivação da multiterritorialidade:

1. A crescente facilidade e maior velocidade dos meios de transporte, permitindo um deslocamento físico rápido, possibilitando pelo menos aos mais privilegiados o acesso a "múltiplos territórios" no globo.

2. O acesso às tecnologias de comunicação instantânea, permitindo entrar em contato e agir sobre territórios totalmente distintos dos nossos, sem ser preciso a mobilidade física; tal condição possui um caráter mais imaterial e virtual dos territórios.

Até o momento, a territorialidade conscienciológica assumiu a característica de uma posição intermediária do binômio território-rede, onde a formação de um território-zona é auxiliada pela rede, por exemplo nas transmissões *online* das tertúlias. Tal conexão virtual possibilitou influências mútuas, tanto dos "teletertulianos" como são chamados, sobre as tertúlias, pois participam até hoje com perguntas e comentários, quanto dos "verbetógrafos" apresentando seus temas de pesquisa com influência sobre as pessoas que se encontram a distância, seja em outra cidade brasileira ou do outro lado do mundo, com a exposição de um tema de autopesquisa.

Um outro traço é a multiterritorialidade zonal, ou a ligação em rede de territórios-zona, quer dizer, a partir da matriz, o CEAEC, houve a formação do *campus* ARACÊ (no Espírito Santo – Brasil) pelo mesmo grupo que construiu o CEAEC, além da formação do *campus* em Saquarema (Rio de Janeiro – Brasil). Entre esses *campi* existe, especialmente entre o CEAEC e a ARACÊ, tanto a mobilidade física pelos meios de transporte quanto pelas tecnologias de comunicação. Pode-se falar então em uma multiterritorialidade conscienciológica.

4.2 Lugares de memória do CEAEC

Um outro olhar possível para o território do CEAEC é pelo conceito de lugares de memória. Segundo o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 13), os lugares de memória nascem e se alimentam do "sentimento [de] que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais".

Os lugares de memória são vestígios ou indícios, que podem explicitar a identidade de uma comunidade. De acordo com o antropólogo Joël Candau (2013, p. 188), "não pode haver identidade sem memória", pois a memória é a base da recordação e do

esquecimento do sentimento de identidade, e “não pode haver memória sem identidade”, a autoconsciência de manifestações sucessivas possibilita a significação que, por sua vez, leva ao registro dessa ligação entre elas.

Lugares de memória são criados por grupos e remetem à memória coletiva, entendida por Nora como “o que fica do passado vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (ENCICLOPÉDIA, 1984, p. 44).

Fundamentado nessa abordagem, o historiador francês Jacques Le Goff (ENCICLOPÉDIA, 1984, p. 44) propôs uma tipologia de lugares de memória coletiva que, aplicada ao *campus* CEAEC, sugere o seguinte:

1. O Holociclo e a Holoteca como lugares topográficos (ou seja, os equivalentes aos arquivos, às bibliotecas e aos museus), por serem os locais destinados a cuidar das coleções de livros e objetos, dentre elas, a Biblioteca Internacional da Conscienciologia.

2. O *Tertuliarium*, a Aleia dos Gênios da Humanidade e o próprio prédio da Holoteca com sua arquitetura em “S”, são exemplos de lugares monumentais (ou seja, “como os cemitérios ou as arquiteturas”), sendo que o *Tertuliarium* pode ser considerado também como lugar simbólico, devido à ocorrência de inúmeras comemorações, de aniversários de membros da comunidade, de lançamentos de livros e de conquistas coletivas.

3. A “Enciclopédia da Conscienciologia” pode ser interpretada tal qual um lugar funcional, com orientações sobre o desenvolvimento dos voluntários, ao modo de um manual.

Cada “lugar” desses daria uma tese específica, o que não é o propósito deste texto. Em um artigo publicado por esta autora com o orientador Valdir Gregory, a Aleia dos Gênios da Humanidade foi analisada como um lugar de memória e indício da identidade coletiva promovendo ao menos três efeitos de sentido sobre a própria comunidade: a inspiração para escrita, a fonte de modelos comportamentais e a transição do pensamento mítico-religioso para o pensamento racional-científico (Cf. FERRARO; GREGORY, 2019).

Neste subtópico, buscou-se ressaltar os lugares de memória do CEAEC na condição de indícios da identidade da Comunidade Conscienciológica.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, neste capítulo, buscou-se compreender a forma como os voluntários do IIPC modelaram e organizaram o território no qual se estabeleceram, partindo das discussões do Grupo “socin conscienciológica”, passando a materialização do *campus*

CEAEC, primeiro, pelo sistema cooperativista de 1995 a 2002, e depois, pela gestão da associação a partir de 2002 até os dias atuais.

A construção do CEAEC, em Foz do Iguaçu, primeiro *campus* da Conscienciologia, serviu de modelo ou matriz para novos *campi* conscienciológicos, como por exemplo, em Venda Nova do Imigrante (Espírito Santo – Brasil), em 2001, pela ARACÊ e em Saquarema (Rio de Janeiro – Brasil), em 2002, pelo IIPC.

Ao mesmo tempo, o CEAEC atuou como âncora para o surgimento de novas instituições da Conscienciologia em Foz do Iguaçu, algumas com *campus* também, assim como condomínios residenciais no entorno, formando uma comunidade, que aos poucos tomou a dimensão de um bairro, Cognópolis, criado pelo Decreto Municipal n. 18.887, em maio de 2009 (LEIS, 2009), modificando o espaço tanto física quanto linguisticamente, desde o nome do próprio bairro, de ruas e condomínios.

A territorialidade conscienciológica assumiu a característica de uma posição intermediária do binômio território-rede, no qual a formação de um território-zona é auxiliada pela rede, por exemplo, a internet utilizada na transmissão *on-line* das tertúlias e de cursos.

Outro traço é a multiterritorialidade zonal, ou a ligação em rede de territórios-zona, quer dizer, a relação da matriz, o *campus* CEAEC, com o da ARACÊ (ES) e o de Saquarema (RJ), pois entre esses *campi* existe tanto a mobilidade física pelos meios de transporte quanto pelas tecnologias de comunicação.

Os lugares de memória do *campus* CEAEC oportunizaram vivências entre os voluntários formando as territorialidades conscienciológicas, constituindo-se em indícios da identidade dessa coletividade.

REFERÊNCIAS

Documentos impressos

Acervo Departamento Financeiro (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

ARAKAKI, Cristina (Org.). Utilidade Pública Federal. Manual. Rio de Janeiro: IIPC, (1999).

CARTA “Aos coordenadores, colaboradores e alunos do IIP”. Da diretoria do IIP, (1995).

PROPOSTA de Reconfiguração Administrativa do CEAEC. Foz do Iguaçu: Conselho Administrativo do CEAEC, fev. 2002.

RELATÓRIO dos cooperados do CEAEC. Foz do Iguaçu, 08 dez. 1995.

RELATÓRIO dos cooperados do CEAEC. Foz do Iguaçu, 05 fev. 1996.

Acervo Holociclo (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

II CONVENÇÃO na história do CEAEC. *Informativo da COOIIP,* Foz do Iguaçu, ano 2, n. 17, p. 2, dez. 1996.

ALÉIA é inaugurada para comunidade. *Jornal do CEAEC.* Foz do Iguaçu, ano 7, n. 83, p. 1, jun. 2002.

BERGONZINI, Everaldo. Conheça as cinco áreas de habitação do CEAEC. *Jornal do Campus CEAEC,* Foz do Iguaçu, ano 08, n. 93, p. 1, abr. 2003.

BREVE Histórico do CEAEC. "Informativo do Centro de Altos Estudos da Consciência", ano 1, n. 1, de 1995.

CENTRO de Altos Estudos da Consciência (Holoteca / Holociclo). *Aléia dos Gênios da Humanidade.* Catálogo. Org. Ivanilda Fernandes. Org. de texto Graça Razera. Foz do Iguaçu, PR: Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC), 2002, p. 21.

IIPC ganha mais território no Brasil. *IIPCNews,* Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 3, set., out. e nov. 2000.

MACHADO, Daniel; NONATO, Alexandre. *Acoplamentarium:* primeiro laboratório coletivo do CEAEC. *Jornal do Campus da Conscienciologia,* Foz do Iguaçu, ano 8, n. 87, p. 1, out. 2002.

MACHADO, Daniel; NONATO, Alexandre. O que é o *Acoplamentarium? Jornal do Campus CEAEC,* Foz do Iguaçu, ano 8, n. 94, p. 2, maio 2003.

MONTEIRO, Cláudio; NONATO, Alexandre. *Acoplamentarium* desenvolverá parapercepções. *Jornal do Campus CEAEC,* Foz do Iguaçu, ano 08, n. 88, p. 1, nov. 2002.

O NOVO presidente do IIPC. *IIPC News:* o jornal da comunidade conscienciológica. Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 1 e 5, mar. a maio 2000.

PARO, Denise. Curso "Sensibilização Energética". *BIPRO,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 8, dez. 1997.

PARO, Denise. Laboratório da imobilidade física vígil completa 1ª década. *Jornal do Campus CEAEC,* Foz do Iguaçu, ano 13, n. 146, p. 1, set. 2007.

Acervo Holoteca (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

ROCHA, Cíntia R. da; et al. *Centro Integrado de Auto-Estudo (CIAE):* a base física. Porto Alegre e Novo Hamburgo, RS, 1995.

Documentos Entrevistas Orais

Acervo Holociclo (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

GONÇALVES, Moacir Lima. Entrevista concedida em 18/04/2019 a Cristiane Ferraro, Foz do Iguaçu.

OLIVEIRA, Nara R. O. de; SANTOS, Everton S. dos. Entrevista concedida em 17/05/2019 a Cristiane Ferraro, Foz do Iguaçu.

Documentos Fotografias

Acervo Holociclo (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

Maquete do Plano Piloto inicial do CEAEC (no livro Temas da Conscienciologia, de Waldo Vieira, 1997).

Acervo Pessoal

Aleia dos gênios da humanidade. CEAEC, Foz do Iguaçu, 02 set. 2019.

Mapa do *campus* CEAEC. Foz do Iguaçu, 02 set. 2019.

Documentos Jornais

Acervo Holociclo (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

CEAEC promove cursos avançados. *A Gazeta do Iguaçu,* Foz do Iguaçu, ano 10, n. 3.068, p. 10, 03 jan. 1999.

CENTRO pesquisa elementos da consciência: Foz conta com uma universidade de estudos da consciência. *O Paraná,* Cascavel, ano XXIII, n. 7.378, p. 22, 03 dez. 2000.

FOZ do Iguaçu ganha centro para pesquisa. *Gazeta do Povo,* Curitiba, p. 36, 10 dez. 1996.

GODOY, Mayara. Foz do Iguaçu ganha auditório circular de 360º. *A Gazeta do Iguaçu,* Foz do Iguaçu, ano 21, n. 6.122, p. C1, 01 dez. 2008.

INSTITUTO construirá moderno centro de estudos em Foz. *A Gazeta do Iguaçu,* Foz do Iguaçu, p. 02, 16 jun. 1995.

LIMA, Jackson. Foz ganhará Centro de Altos Estudos da Consciência. *A Gazeta do Iguaçu,* Foz do Iguaçu, p. 11, 18 jun. 1995.

TURISTAS buscam autoconhecimento. *Gazeta do Povo,* Curitiba, ano 80, n. 25.279, p. 12, 01 jan. 1999.

VALIENTE, Daniela. No caminho com os Gênios da Humanidade, *A Gazeta do Iguaçu.* Foz do Iguaçu, ano 14, n. 4.150, p. 18 e 19, 05 de jun. 2002.

Documentos Revistas

Acervo Holociclo (CEAEC) – Foz do Iguaçu/PR

KOJUNSKI, Mariana. Papo Sério com Waldo Vieira. *Revista 100 Fronteiras,* Foz do Iguaçu, ano 9, ed. 100, p. 35, jan. 2014.

Referências infográficas

FERRARO, Cristiane; GREGORY, Valdir. Aleia dos Gênios da Humanidade: escutando os mortos. *Cantareira,* 30ª ed., p. 130-144, jan.-jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30799>. Acesso em: 04 set. 2019, às 21h04.

LEIS municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2009/1888/18887/decreto-n-18887-2009-dispoe-sobre-denominacao-de-bairro>. Acesso em: 28 out. 2019, às 17h22.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Proj. História.* São Paulo, n. 10, p. 13, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: out. 2017.

VISTA interna de um laboratório de autopesquisa do CEAEC, 15 jul. 2015. Disponível em: <http://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticias/23-razoes-para-voce-conhecer-a-Conscienciologia-em-foz>. Acesso em: 13 jan. 2016.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Antonio C. C. de. *Terceiro Setor:* história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006, p. 42.

APPOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica.* São Paulo: Atlas, 2004.

BOUCHARDET, Roberta. Laboratórios do CEAEC: ferramentas avançadas para a autopesquisa. Revista *Conscientia,* Foz do Iguaçu, pp. 150-156, jul. 2015.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória.* Tradução de Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CONCEIÇÃO, Izabel. Primeira Gestão do CEAEC. *Revista Conscientia,* p. 66, jul. 2015.

FERRARO, Cristiane; ARAKAKI, Kátia. Histórico das Tertúlias Conscienciológicas. *Revista Conscientia,* Foz do Iguaçu, vol. 16, n. 4, pp. 355-373, out./dez. 2012.

ENCICLOPÉDIA Einaudi. Vol. 1: *Memória-História.* (Jacques Le Goff). Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984.

FERRARO, Tânia (Org.). *Catálogos de Pesquisa do IIPC.* Rio de Janeiro: IIPC, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In.*: SANTOS, Milton. et al. *Território, territórios:* ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TELES, Mabel. Benesse intelectual. In: FREIRE, Carmen; ALMEIDA, Nazaré; SALLES, Rosemary (Orgs.). *Círculo Mentalsomático.* Volume I: encontros 01 a 10, período de 07 de abril a 09 de junho de 2012. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2019.

VIEIRA, Waldo. *700 Experimentos da Conscienciologia.* Rio de Janeiro: IIP, 1994.

VIEIRA, Waldo. Balneário bioenergético. *Revista Conscientia,* Foz do Iguaçu, v. 3, n. 4, p. 201-225, out./dez., 1999.

VIEIRA, Waldo. *Enciclopédia da Conscienciologia.* 3. ed. Foz do Iguaçu: Editares, 2007. 2 v.

VIEIRA, Waldo. *Projeciologia:* panorama das experiências da consciência fora do corpo humano. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1986.

VIEIRA, Waldo. *Temas da Conscienciologia.* Rio de Janeiro: IIPC, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

F

G

H

I

Q

R

S

T

V

Z

ÍNDICE GEOGRÁFICO

U

V

W

ÍNDICE ONOMÁSTICO

D

E

F

H

I

J

L

M

N

O

P

Q

R

S

U

V

W

Z

SOBRE OS AUTORES

ANDRESSA SZEKUT - Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL (2014-2018). Mestre em Sociedade Cultura e Fronteiras – UNIOESTE (2012-2014). Bacharel em turismo – UNIOESTE (2008-2011). Estágio Pós-doutoral em Sociedade Cultura e Fronteiras – UNIOESTE (2019-2021). Com experiência como Docente de graduação e pós-graduação e Coordenação de Projetos e Pesquisas no Turismo. Na Universidade desenvolve pesquisas sobre turismo, patrimônio, memórias, representações, disputas de poder, territórios, fronteiras, migração. Atualmente é Assessora Técnica da Secretaria de Turismo e Projetos Estratégicos de Foz do Iguaçu.

CRISTIANE FERRARO GILABERTE DA SILVA - Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu), Mestre em Letras (Linguagem e Sociedade) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – Campus de Cascavel) e graduada e licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professora universitária da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu, desde 2001, atuando nos cursos de licenciatura em Enfermagem, Letras, Matemática e Pedagogia. Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

ERNELDO SCHALLENBERGER - Doutor e mestre em História, com pós-doutorado em História, Cultura e Poder e Graduado em Filosofia e Estudos Sociais. Pesquisa e publica com maior ênfase nos temas: missões jesuítico-guaranis nas fronteiras rio-platenses e cooperativismo. Docente universitário aposentado.

ERNESTO DI RENZO - Antropólogo na Università di Roma Tor Vergata onde ensina Antropologia dos patrimônios culturais, Antropologia do turismo e Antropologia do gosto. Na mesma faculdade é coordenador didático do Mestrado em Cultura alimentar e das tradições enogastronômicas. Ainda é membro do Programa de Doutorado em Patrimônio Cultural e Território. É interessado nos estudos sobre o revivalismo folclórico, a patrimonialização dos patrimônios culturais imateriais, as mudanças nos comportamentos alimentares e a produção de valor simbólico e identitário atribuído à comida. É autor de publicações científicas como monografias, ensaios e artigos em revistas especializadas.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Docente da Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisador e Líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica da Ciência e Soberania Nacional.

LEANDRO ARAÚJO CRESTANI - Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora (UEVORA, Portugal) e Pós-doutor em História - área de concentração: História Pública pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR. É membro do grupo de pesquisa "Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional" - (UNIOESTE) e membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho/Universidade de Évora. Faz parte da coordenação do GT Histórias Públicas na Associação Nacional de História - ANPUH. Tem experiência na área de História Regional e Local (Conflitos agrários), História Comparada e Transnacional (fronteira entre Brasil e Argentina), História

Pública, Ensino de História, Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação - TDICs e Metodologia Ativas. Atua como Professor no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz - FAG/Campus Toledo e na Educação Básica no município de Toledo.

MAC DONALD FERNANDES BERNAL - Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Pesquisador do Patrimônio Histórico e Cultural na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu; Professor dos Cursos de Comunicação (Publicidade e Propaganda e Jornalismo) no Centro universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil.

MARIA DE FÁTIMA BENTO RIBEIRO - Doutora em História na área de Política, Memória e Cidade, pela Universidade Estadual de Campinas, pós-doutorado pela UNIOESTE em Sociedade Cultura e Fronteiras. Professora da Universidade Federal de Pelotas- UFPEL, no curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

MILENA MASCARENHAS - Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE / Foz do Iguaçu), Mestre em História (UNIOESTE / Marechal Cândido Rondon), pós-graduada em História da Educação Brasileira (UNIOESTE / Cascavel) e Graduada em História pela FAPA em Porto Alegre, RS. Autora do livro História da Ponte Internacional da Amizade: representações de um espaço binacional (2021).

PAOLA STEFANUTTI - Doutora e Mestre pelo Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Doutora na Università degli Studi di Roma Tor Vergata no programa Beni Culturali e Territorio. Docente do Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Foz do Iguaçu na área de gastronomia desde 2012, desenvolvendo projetos no campo da cultura e comportamento alimentar, patrimônio cultural e desenvolvimento de produtos gastronômicos. Graduada em Gastronomia pelo SENAC/Águas de São Pedro; Especialista em Docência da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica de Nível Médio; Especialista em Gestão Pública, com Habilitação em Gestão de Pessoas.

SAMUEL KLAUCK - Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2009), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1998). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu. É docente nos cursos de graduação em Pedagogia e Turismo e no curso de pós-graduação interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras - nível mestrado e doutorado. Atua e orienta pesquisas nas temáticas de memórias, migrações, religião, religiosidades, patrimônio cultural, turismo nas interfaces de memória, patrimônio, religião, religiosidades e alimentação.

SOLANGE DA SILVA PORTZ - Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Sociedade Cultura e Fronteira da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus de Foz do Iguaçu, Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. e Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus Marechal Cândido Rondon.

VALDIR GREGORY - Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997), com pós-doutorado em História na Universidade Federal do Paraná, Mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1988) e Graduado em Estudos Sociais pela Escola Superior de Estudos Sociais Fundação Educacional de Brusque (1982), Professor Sênior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com atuação no curso de História e no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras. Pesquisa e publica nos temas fronteiras, territórios, migrações, memórias, cotidiano, colonização.

Lugares de Memória

Ano 2022

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br